

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A MIGRAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

ANAIS DO VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES – ENSM

Ricardo Rippel

Jonas da Silva Henrique

Organização



GT Migração

ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais

1ª Edição – Volume 1

CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Programa de Mestrado e Doutorado em Demografia – UFMG
23 a 25 de Outubro de 2013, Belo Horizonte – MG

ISBN 978-85-85543-29-7

Ricardo Rippel
Jonas da Silva Henrique
Organização

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A MIGRAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

ANAIS DO VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES – ENSM

GT Migração
ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais

1ª. Edição

Volume 1

Belo Horizonte – MG

2015

Ficha Catalográfica elaborada por: Marilene de Fátima Donadel
CRB 9/924

Encontro Nacional sobre Migração (8., 2013, out. 23-25 : Belo Horizonte, MG)

E56a

Anais [do] VIII Encontro Nacional sobre Migração [recurso eletrônico] / Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Grupo de Trabalho Migração; organização de Ricardo Rippel, Jonas da Silva Henrique. -- Belo Horizonte, MG. : ABEP, 2013
World wide web

Evento realizado no período de 23 à 25 de outubro de 2013, no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Tema: "Reflexões teóricas sobre a migração no início do século XXI"

Modo de acesso: <http://www.ndrunioeste.com.br/quem-somos-who-we-are/>

<http://www.ndrunioeste.com.br/ebooks-publicações/>

ISBN: 978-85-85543-29-7

1. Migração – Congressos 2. Urbanização - Brasil - Congressos 3. Migração interna - Brasil - Congressos 4. Migração rural-urbana - Brasil - Congressos 5. Brasil - Migração - Congressos 6. Brasil - População - Congressos I. Associação Brasileira de Estudos Populacionais II. Rippel, Ricardo, org. II. Henrique, Jonas da Silva, org. III. T.

CDD 20. ed. CDD 304.8063

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS
GRUPO DE TRABALHO MIGRAÇÃO**

**ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO
Belo Horizonte, 23, 24 e 25 de outubro de 2013**

ANAIS

2015

ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais

Presidente: Cassio Maldonado Turra (Cedeplar/UFMG)

Vice-Presidente: Elisabete Dória Bilac (Nepo/Unicamp)

Secretária Geral: Ana Silvia Volpi Scott (Unisinos)

Tesoureiro: Gabriel Mendes Borges (IBGE)

Suplente: Flavio Henrique Miranda de Araújo Freire (CCET/UFRN)

GT Migração / ABEP

Coordenador do GT de Migração: Ricardo Rippel

Vice Coordenadora do GT Migração: Marley Vanice Deschamps

Organização dos Anais

Ricardo Rippel

Jonas da Silva Henrique

COMISSÃO CIENTÍFICA DO VIII – ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES

Alberto Augusto Eichman Jakob (NEPO – UNICAMP)
Alexandre Magno Alves Diniz (PUC – BH – MG)
Alisson Flávio Barbieri (CEDEPLAR – UFMG)
André Braz Golgher (CEDEPLAR – UFMG)
Antônio Tadeu de Oliveira (IBGE)
Crislaine Colla (UNIOESTE)
Dimitri Fazito de Almeida Rezende (CEDEPLAR – UFMG)
Duval Fernandes Magalhães (PUC – BH – MG)
Fausto Reynaldo Alves de Brito (CEDEPLAR – UFMG)
José Marcos Pinto da Cunha (NEPO – UNICAMP)
José Irineu Rangel Rigotti (CEDEPLAR – UFMG)
Kleber Fernandes de Oliveira (UFS)
Marden Barbosa de Campos (IBGE)
Marisa Valle Magalhães (IPARDES)
Marley Vanize Deschamps (UNC)
Ralf Edmundo da Silva Mattos (IGC – UFMG)
Ricardo Alexandrino Garcia (IGC – UFMG)
Ricardo Ojima (UFRN)
Ricardo Rippel (UNIOESTE)
Roberto Luiz do Carmo (NEPO – UNICAMP)
Rosana Baeninger (NEPO – UNICAMP)
Weber Soares (IGC – UFMG)

APRESENTAÇÃO

O GT Migração da ABEP – (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) foi criado em 1991 com o propósito de reunir estudiosos interessados em ampliar e aprofundar o debate sobre os marcos conceituais, o referencial teórico, metodológico e empírico das migrações internas e internacionais no Brasil. As estreitas conexões existentes entre os fluxos migratórios, nacional e internacional, e os fenômenos relativos à fecundidade e à mortalidade, bem como, a amplitude das questões que esses fluxos ensejam no tocante ao desenvolvimento territorial, ao mercado de trabalho, ao emprego, ao ambiente, às políticas sociais etc. demandam do GT, na consecução desse propósito, o recurso da discussão mediante vários campos do conhecimento, daí seu caráter interdisciplinar.

É ao abrigo desse caráter que o GT de Migração vem promovendo, desde 1997, em escala nacional, encontros bianuais sobre migrações. O primeiro encontro foi realizado em Curitiba no ano de 1997; e Ouro Preto sediou em 1999 o segundo; e em virtude da concentração de esforços demandada dos estudiosos da migração no tocante à participação deles no XXIV Conferência Geral da IUSSP, ocorrida em Salvador em 2001, não foi possível a realização, naquele ano, do terceiro encontro, que só viria a ser realizado em Campinas, no ano de 2003.

É assim retomada a sequência de realizações de encontros de bianuais, de modo que em 2005 ocorreu o quarto encontro no Rio de Janeiro; o quinto aconteceu em Campinas, em 2007. No ano de 2009 esforços foram empreendidos para realizar o VI Encontro Nacional sobre Migrações em Belo Horizonte. O encontro aconteceu no mês de agosto, no âmbito da primeira atividade acadêmico-científica da ABEP, o Seminário Cairo +15. Já o VII Encontro Nacional sobre Migrações ocorreu em Curitiba de 10 a 12 de Outubro de 2011.

O VIII Encontro ocorreu em Outubro de 2013 em Belo Horizontes na UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, nas dependências da FACE, promovido pelo GT Migração da ABEP e pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Demografia – UFMG / CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, sendo que os textos aqui publicados foram selecionados e apresentados durante evento.

Este encontro contou com apoio financeiro do CNPQ e da CAPES, e tinha como objetivo congregar estudiosos de migração para uma reflexão a respeito das características do fenômeno migratório atual, de modo que o tema escolhido para o evento foi:

“Reflexões teóricas sobre a migração no início do Séc. XXI,”

Desdobrado em duas mesas redondas com os seguintes títulos: 1) *Migração e Mobilidade na nova Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*; 2) *Análises Teóricas Sobre as Migrações Internas*; e sete sessões temáticas cujos títulos foram:

- 1) O novo contexto das migrações internas no Brasil: recrudescimento ou diminuição da mobilidade populacional nacional?
- 2) Migração, integração e transformações das fronteiras geográficas nacionais perspectivas no Brasil do início do século XXI
- 3) Retorno, pendularidade, circularidade e redes nos movimentos migratórios: a “despolarização” da economia nacional, a espacialização das atividades econômicas. Qual o papel das RMS no processo?
- 4) Considerações, análises e reflexões teóricas sobre a migração no Séc. XXI
- 5) As interfaces e conexões da migração, meio ambiente e trabalho
- 6) Fontes de dados, mensuração, e uso de ferramentas de georreferenciamento para o estudo e a análise dos fluxos migratórios.
- 7) Os movimentos migratórios internacionais no contexto da crise mundial e a política externa brasileira atual – ações e reações

A intenção maior do evento era a de congregar estudiosos da migração para uma discussão das questões relativas ao tema central, para diagnósticos dos avanços e das lacunas das áreas temáticas e bem como para a preparação de uma agenda de norteamento da área da migração no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP para o ano de 2014.

O Encontro foi um dos maiores já realizados, contando com elevada submissão de trabalhos e grande participação de pesquisadores de diversas partes do Brasil e até do exterior, agregando investigadores da área e interessados de várias universidades, instituições de pesquisa, órgãos de governo de todas as alçadas, além de bolsistas e estudantes tanto da pós-graduação quanto da graduação.

Quanto ao conteúdo este está apresentado em dois livros assim intitulados:

- “Reflexões Teóricas Sobre a Migração no Início do Século XXI – Anais do VIII Encontro Nacional Sobre Migrações – ENSM – Volume 1”
- “Reflexões Teóricas Sobre a Migração no Início do Século XXI – Anais do VIII Encontro Nacional Sobre Migrações – ENSM – Volume 2”

Livros/Anais estes resultantes do encontro, neles se vê que os textos aqui publicados permitem alcançar uma ideia da amplitude, da seriedade e da profundidade das questões e debates ocorridos durante o evento. Ademais além das contribuições apontadas, o encontro

permitiu chegar-se a um cenário das questões mais destacadas na análise de migração atual e futura, envolvendo questões como:

- a) migração e dinâmica do mundo do trabalho;
- b) análise e interpretação do panorama demográfico nacional recente a influência da migração no processo;
- c) transformações da migração frente às “novas territorialidade”
- d) a interdisciplinaridade de ciências várias, no estudo das migrações
- e) diferenças regionais e impactos nos movimentos migratórios
- f) formas diversas do fenômeno migratório, migração pendular, migração de retorno, movimentos nas regiões metropolitanas etc.,
- g) migração, cultura e a inclusão e exclusão.

Mediante todo este panorama de fatores, pode-se afirmar que o VIII – ENSM obteve êxito, seja em função da amplitude e da qualidade das discussões, seja pela capacidade que alcançou de atingimento de grande parte do território nacional, bem como pela sua consolidação como um evento de referência na área, acoplado ao prosseguimento das atividades da ABEP na abordagem da temática migração. De fato o encontro solidifica a tradição iniciada em 1997 de discussões a respeito do assunto seja pela ampliação do diálogo entre os estudiosos do assunto, seja pelo reforço da articulação dos centros de referência e seus pesquisadores em aprofundarem a análise, a interpretação e os estudos do fenômeno.

Se expressa aqui o nosso agradecimento e o reconhecimento do apoio recebido da CAPES, do CNPQ e do CEDEPLAR, sem os quais a realização do evento seria praticamente impossível. Agrademos ainda o empenho do CEDEPLAR, e de seus pesquisadores em particular da Prof. Dra. Simone Wajnman coordenadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Demografia da UFMG, e de vários professores do programa, sem os quais o evento não teria acontecido com a organização e eficiência que aconteceu.

Agradecemos também de modo especial a Ana Paula de Almeida Pyló, da secretária da ABEP, cujo apoio e orientação foram fundamentais para o sucesso de evento; estendemos igualmente nosso agradecimento a todos aqueles que direta ou indiretamente apoiaram, divulgaram e prestigiaram o evento.

Ricardo Rippel

Coordenador – GT Migração - ABEP

Sumário

SESSÃO TEMÁTICA 1

O novo contexto das migrações internas no Brasil: recrudescimento ou diminuição da mobilidade populacional nacional? 1
Coordenador: Prof. Dr. Ricardo Rippel (UNIOESTE)

A migração como fator de distribuição de pessoas com alta escolaridade no território brasileiro 2

Agnes de França Serrano
Herton Ellery Araújo
Larissa de Moraes Pinto
Ana Luiza Machado de Codes

A nova geografia da vulnerabilidade social dos imigrantes brasileiros de curto prazo 22

Ricardo Alexandrino Garcia
Ralf Matos
Marly Nogueira

Os migrantes da região sul do Brasil do início do século XXI 38
Rita Rocha

Migração interna de mestres e doutores no Brasil: algumas considerações 55
Sérgio O de C Avellar
Rosana Baeninger

SESSÃO TEMÁTICA 2

Migração, integração e transformações das fronteiras geográficas nacionais perspectivas no Brasil do início do século XXI 72
Coordenador: Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz (PUC-MG)

O migrante invisível da fronteira Brasil-Peru 73
Raquel Rangel Cesário
Christine Murto
Palmira Ventosilla

Fronteiras em movimento - transformações demográficas numa região emblemática: o oeste paranaense de 1970 a 2010 82
Ricardo Rippel

Dinâmica migratória do estado de Roraima com base nos censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 101
Alexandre Magno Alves Diniz
Elisângela Gonçalves Lacerda

SESSÃO TEMÁTICA 3

Retorno, pendularidade, circularidade e redes nos movimentos migratórios: a “despolarização” da economia nacional, a espacialização das atividades econômicas. Qual o papel das RMS no processo? 117
Coordenador: Prof. Dr. Ralfo Edmundo da Silva Matos (UFMG)

Efeitos da mobilidade intermunicipal sobre a desigualdade de renda no Brasil: uma análise contrafactual. 118
Igor Vieira Procópio
Suzana Quinet Bastos
Ricardo da Silva Freguglia

Reflexões sobre o impacto da migração nas famílias valadarenses 122
Alice Izabel da Veiga
Cristiane Augusta de Sousa
Maria da Consolação Gomes de Castro
Rafael Silva Guilherme

Evolução recente da migração de retorno ao Paraná 135
Marisa Valle Magalhães
Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra

Padrão de vida, qualidade de vida e status migratório na rede de cidades do Brasil atual 153
Ralfo Matos
Rodrigo Nunes Ferreira
Ricardo Alexandrino Garcia

SESSÃO TEMÁTICA 4

Considerações, análises e reflexões teóricas sobre a migração no séc. XXI 168
Coordenador: Prof. Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob (UNICAMP)

Estimativa da contribuição da migração no processo de envelhecimento populacional: Nordeste, São Paulo e Minas Gerais 169
Luana Junqueira Dias Myrrha

Mulheres migrantes: a importância das relações de gênero na construção de um aporte teórico-metodológico para o estudo das migrações 174
Roberta Guimarães Peres

Do “interior” para os laranjais, dos “laranjais” para o “interior”: a migração de piauienses para a região central de São Paulo 187
Giovana Gonçalves Pereira
Lidiane Maria Maciel

Correntes e teorias da migração: revisitando conceitos 204
Adílio Alves Leal
Anete Marília Pereira

SESSÃO TEMÁTICA 1

**O NOVO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL:
RECRUDESCIMENTO OU DIMINUIÇÃO DA MOBILIDADE
POPULACIONAL NACIONAL?**

A MIGRAÇÃO COMO FATOR DE DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS COM ALTA ESCOLARIDADE NO TERRITÓRIO BRASILEIRO¹

Agnes de França Serrano*

Herton Ellery Araújo**

Larissa de Moraes Pinto***

Ana Luiza Machado de Codes****

RESUMO: A pesquisa se destina a analisar dados relativos aos saldos migratórios das microrregiões brasileiras, desde o Censo Demográfico de 1991 ao de 2010, de modo a verificar como tem sido a distribuição dos indivíduos com alta escolaridade pelo território nacional. As investigações desenvolvidas no trabalho englobam questões referentes ao processo de migração – que compreende a desterritorialização e a reterritorialização de indivíduos em localidades distintas às de sua origem – e às características dos fluxos migratórios mais recentes, em especial daqueles predominantemente compostos por indivíduos com altos graus de escolaridade.

Palavras-chave: microrregião; saldo migratório concentrador; saldo migratório redistribuidor; alta escolaridade.

INTRODUÇÃO

Este texto aborda a migração interna no Brasil. Parte do pressuposto de que a observação dos saldos migratórios microrregionais pode revelar algumas características territoriais, com respeito ao bem-estar das populações. Em particular, observar os fluxos de pessoas de alta escolaridade pode ser esclarecedor sobre as condições de vida no local.

O texto está dividido da seguinte forma: a segunda seção, denominada *Território e processos migratórios*, aborda a temática do ponto de vista teórico, discutindo conceitos referentes ao território enquanto categoria analítica e sua relação com a migração. A terceira, por sua vez, trata de explicitar a metodologia selecionada para o desenvolvimento e justificativa da pesquisa. A quarta seção relata os resultados obtidos para algumas microrregiões do país. Como fechamento, na quinta seção, são tecidas algumas considerações finais.

1 O TERRITÓRIO E OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

O início de um estudo que se proponha a tratar, dentre outros aspectos, de *território* requer primeiramente uma reflexão teórica que indique a abordagem conceitual referente a essa categoria de análise, na qual o trabalho está embasado. Ou seja, faz-se necessário explicitar qual dos vários significados dessa terminologia foi adotado na construção dos patamares nos quais esta pesquisa se desenvolveu. Tal exposição teórica se mostra relevante

1 Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração – ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG, nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de outubro de 2013.

*Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Correio eletrônico: <agnes.serrano@ipea.gov.br>.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Disoc do Ipea. Correio eletrônico: <herton.araujo@ipea.gov.br>.

*** Pesquisadora do PNPD na Disoc do Ipea. Correio eletrônico: <larissa.pinto@ipea.gov.br>.

**** Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) na Disoc do Ipea. Correio eletrônico: <ana.codes@ipea.gov.br>.

por conduzir o pensamento e evidenciar a relação da migração, enquanto processo socioespacial, com o próprio território.

1.1 Questões conceituais entre território e migração

O termo território está presente no pensamento de muitas ciências, pois é uma categoria que está relacionada à produção social e econômica, dentre outras, e às possibilidades – de desenvolvimento e de deslocamento, por exemplo – sociais. Existem diferentes abordagens acerca dessa terminologia, mas, neste trabalho, nos ateremos principalmente às elaborações de Milton Santos, pois oferecem uma melhor compreensão a respeito da relação entre questões referentes ao território e o processo migratório.

Segundo o autor, o território, por si só, não deve ser objeto de investigações ou de políticas públicas, mas sim o seu uso, ou melhor, o território *em sendo usado*. Para ele, “essa ideia de território usado [...] pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, um território em processo [...]” Milton Santos contrapõe essa reflexão à levantada pela Ciência Política, que associa o termo especificamente às delimitações fronteiriças de um país, bem como às de suas unidades administrativas, referindo-se aos Estados-nação e à governança dos mesmos, e fazendo alusão às relações de poder existentes em cada uma dessas dimensões político-administrativas. Para o autor, essa concepção, “de modo geral, ignora o território – dá conta da divisão dos estados, dos municípios, mas não dos conteúdos –, como se ele não tivesse um conteúdo social”. O teórico destaca ainda que este conteúdo, por sua vez, é excluído de muitas análises científicas, que consideram o território apenas a partir de sua materialidade e desconsideram “o dinamismo socioterritorial, socioespacial, essas formas-conteúdo que têm a ver com a existência” (SANTOS, 1999, p. 19). O autor acrescenta, juntamente com Silveira, que:

O território usado aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. (...) O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, (...) mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS e SILVEIRA, 2011. p.19).

Os diferentes usos do território, os modos como estes usos são feitos e quem o utiliza são aspectos reveladores das relações estabelecidas tanto no plano econômico quanto social e político. Indicam, portanto, muito mais que questões perceptíveis apenas no plano visual, pois demonstram intencionalidades, dinâmicas e interesses dos diversos agentes que atuam no território. Assim, é considerado não um território estático, definitivo, imóvel, imutável, mas vivo e capaz de criar transformações sociais que, por sua vez, modificam o próprio território.

Mais recentemente, a ciência geográfica tem trabalhado para que o território não seja analisado somente a partir de sua materialidade – delimitação, objetos geográficos ali abarcados, características físicas –, tendo em vista que apenas esta dimensão não é capaz de exprimir e revelar as dinâmicas que se desenvolvem em âmbito territorial, tampouco as próprias potencialidades territoriais. Dessa maneira, em uma análise territorial, interessariam igualmente as imaterialidades, tais quais ações, estratégias, disputas, embates, posicionamentos, interesses, diversidade de agentes, bem como a mobilidade destes no território. É exatamente aqui que se encontra o ponto que possibilita uma verdadeira conexão da questão territorial com o processo de migração populacional.

Não há como abordar os deslocamentos humanos sem que o território seja também considerado na análise. É certo que a migração ocorre em âmbito territorial, mas ela é

motivada por interesses diversos, como questões políticas e econômicas ou decisões dos poderes públicos, as quais podem provocar a saída de parcela da população de determinada localidade ou atrair indivíduos para outras áreas. O processo migratório decorre justamente dos diferentes usos do território e de suas implicações na esfera socioespacial.

Essas diversas possibilidades de uso que um território – localidade, área, região, cidade ou campo – pode apresentar em uma época específica, conforme interesses econômicos, políticos ou sociais, provocam o surgimento de diferenciações territoriais. Tais diferenciações são fatores estimulantes ou desestimulantes dos deslocamentos populacionais. Como afirmam Santos e Silveira (2011, p. 20.), “é nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição”.

São, portanto, fatores ligados ao uso do território, além de outros, que levam os sujeitos a optar por se deslocar territorialmente e que interferem na escolha de seu destino. Seja como for, a migração consiste essencialmente, então, em um processo em que um indivíduo se desterritorializa e busca se reterritorializar em outra localidade, como será discutido a seguir.

Este estudo, ainda que reconheça que os usos do território estão entre os fatores condicionantes dos processos migratórios, não analisa os motivos que ocasionam estes movimentos da população brasileira. Ele enfoca a questão de “para onde” os fluxos populacionais têm se direcionado territorialmente e “de onde” têm se originado, com o interesse notadamente voltado para os grupos de pessoas que possuem alta escolaridade. Os fluxos aqui identificados, ao longo dos três últimos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicarão quais têm sido os principais polos brasileiros, expulsos e atrativos: pontos de onde significativos contingentes populacionais têm se desterritorializado e onde têm ido buscar reterritorialização.

1.2 Questões de desterritorialização e reterritorialização para o entendimento da migração populacional

Os conceitos de “desterritorialização” e “reterritorialização” são indispensáveis neste capítulo, devido à sua capacidade de auxiliar a compreensão dos processos migratórios, que se estabelecem territorialmente, como foco da análise aqui proposta. Comumente, estes termos têm sido utilizados, sobretudo pela geografia, para justificar a importância e a necessidade de permanência e reafirmação da categoria *território* nas análises científicas em tempos de globalização, nos quais as fronteiras não se colocam, necessariamente, como limites – físicos ou não – para o estabelecimento de relações sociais ou econômicas. Entretanto, neste trabalho, as fronteiras se encaixam em outra perspectiva, específica para o entendimento dos deslocamentos populacionais.

Para que se compreenda o que significa o processo de desterritorialização e a consequente reterritorialização, é necessário lembrar que o território é essencial ao próprio desenvolvimento da vida. Sem território, não há como produzir, estabelecer relacionamentos sociais e desenvolver atividades humanas, pois ele se constitui como a base material das realizações estabelecidas em âmbito social.

O processo de migração, por sua vez, envolve indivíduos que, presentes em determinado território, optam por se deslocar e se firmar em outra localidade, ou seja, se desterritorializam. Mas, como não podem e não conseguem viver desmembrados de uma base territorial, reterritorializam-se em áreas distintas, de acordo com seus interesses e com as possibilidades que ali se apresentam. Esta constatação demonstra que as áreas de determinado território são diferenciadas, e os elementos que as diferenciam são capazes de expulsar ou atrair indivíduos em determinado período histórico. Tais elementos podem estar relacionados

tanto às características geomorfológicas quanto ao próprio uso daquele território. Como explicita Haesbaert (2007), a desterritorialização é um processo indissociável do próprio movimento de reterritorialização. Em suas palavras:

Geograficamente falando, não há desterritorialização sem reterritorialização pelo simples fato de que o homem é um “animal territorial” (ou “territorializador”, como afirmou o sociólogo Yves Barel). O que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios – configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento (*op. cit.*, p. 20).

Complementarmente, Moreira, baseado nas colocações de Raffestin (1993), afirma que “a desterritorialização combina uma sequência de movimentos por meio dos quais ela institui e é instituída como desenraizamento locacional (...), em que o corpo se territorializa, para depois se desterritorializar e em seguida reterritorializar-se, num movimento cíclico contínuo” (Moreira, 2007, p. 137).

É inquestionável o fato de que a desterritorialização e a reterritorialização são viabilizadas por meio da mobilidade espacial – que abarca a territorial –, o que constitui parte do próprio processo de migração. É a possibilidade do movimento que provoca o surgimento de fluxos de indivíduos se deslocando por entre o território nacional. De acordo com Haesbaert (2010, p. 245), a mobilidade é, para a migração, mais um meio que um fim, e esta, por sua vez, caracteriza-se como um processo complexo, cuja compreensão exige muito mais que estudos destinados apenas às análises referentes ao processo de desterritorialização, pois compreende também, entre outros fatores, a reterritorialização. Ademais, nas palavras do autor:

A análise da des-territorialização depende do momento em que a trajetória do migrante está sendo analisada. Além disso, há migrações ditas “econômicas” vinculadas à mobilidade pelo trabalho, migrações provocadas por questões políticas e outras por questões culturais ou ainda “ambientais”. (...) Através da figura do migrante [bem como das motivações que o fizeram migrar] podemos, então, entender melhor as diversas formas com que a desterritorialização é focalizada (*op. cit.*, p. 46).

Os processos migratórios, ou seja, a desterritorialização e a reterritorialização, estão estritamente relacionados à constituição das populações e à ocupação de territórios nacionais. Entretanto, para que haja migração, é necessária a disposição dos indivíduos para deixar determinada localidade e se fixar em outra. No caso do Brasil, alguns questionamentos que emergem a este respeito estão relacionados à escolaridade dos indivíduos migrantes. Assim, pode-se perguntar se aqueles que apresentam menor escolaridade são mais dispostos a se deslocar territorialmente, ou se o indivíduo que possui alto grau de escolaridade se reterritorializa em uma localidade mais próxima de seu ponto de partida.

Tendo em vista a complexidade da migração, que envolve tanto desterritorialização como reterritorialização, bem como dos processos que a desencadeiam e daqueles que são provocados por ela, é de interesse desta pesquisa focar a análise na migração do grupo de indivíduos brasileiros que possuem alta escolaridade, conforme será exposto nas seções subsequentes.

2 PROCEDIMENTOS E ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Este trabalho trata da migração interna brasileira. Considerou-se migrante o indivíduo que morava, na data do recenseamento, em um local do território brasileiro diferente daquele em

que residia exatamente cinco anos antes. Esta pergunta de data fixa foi introduzida no Censo Demográfico do ano de 1991 – período a partir do qual se pode contar com a estabilização das divisões do território nacional em suas dimensões macrorregional e estadual,² e também com as subdivisões mesorregionais e microrregionais (IBGE, 1990). Portanto, serão analisados os fluxos migratórios captados nos censos de 1991, 2000 e 2010.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se a escala microrregional.³ O Brasil está dividido em 558 microrregiões geográficas, as quais comportam todos os municípios, em cada um dos censos. A escala microrregional permite um melhor exame da realidade brasileira, pois possibilita um olhar mais claro e detalhado dos processos migratórios atuais e da forma como a população migrante se movimenta pelo território, a partir das reconfigurações e refuncionalizações econômico-produtivas regionais mais recentes.

Trabalhou-se somente com a população de 18 anos ou mais de idade e, para ela, foram definidos três níveis educacionais: *i) baixa escolaridade*, que abrange desde os indivíduos sem nenhuma escolarização formal até aqueles que não concluíram o ensino médio; *ii) média escolaridade*, que compreende desde aqueles com ensino médio completo até as pessoas com 25 ou mais anos de idade com ensino superior incompleto; e *iii) alta escolaridade*, que abrange todo indivíduo com ensino superior completo, mais os jovens entre 18 e 24 anos que estejam cursando este nível.

O foco do trabalho está no grupo de alta escolaridade. Os indivíduos com este padrão educacional tendem a ter maior capacidade para empreender uma “aventura migratória”. Pode-se notar que a probabilidade de migrar é maior entre estes indivíduos, como pode ser observado na tabela 1. Além de estes indivíduos possuírem maior possibilidade para disputar o mercado de trabalho na região de destino, sua condição socioeconômica permite também uma maior exposição ao risco de fracasso, o que pode ser sinalizado ao se utilizar o rendimento médio do trabalho como indicador de sucesso no mercado de trabalho.⁴ No Censo 2010, este indicador para indivíduos de alta escolaridade (R\$ 3.654,00) era cerca de 2,6 vezes superior ao do segundo grupo, de média escolaridade (R\$ 1.421,00), e 4,5 vezes ao do terceiro, de baixa escolaridade (R\$ 812,00).

Tabela 1 - Probabilidade de migração, por período e níveis de escolaridade.

Escolaridade/Período	de 1986 a 1991	de 1995 a 2000	de 2005 a 2010
Baixa	7,8%	6,8%	5,0%
Média	8,6%	7,7%	6,2%
Alta	8,9%	8,5%	7,8%
Total	7,9%	7,1%	5,7%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

Apesar de haver uma tendência de queda, é notável que os indivíduos de alta escolaridade possuem uma probabilidade maior de migrar, em cada um dos três períodos analisados.

2. Em 1988, foi criado, na macrorregião Norte, o estado do Tocantins, cujo território era parte integrante do estado de Goiás e da macrorregião Centro-Oeste.

3. A definição de migrante aqui utilizada pode ser aplicada até o nível municipal. Entretanto, a criação de novos municípios entre os censos de 1991, 2000 e 2010 torna a análise muito mais imprecisa e passível de vieses, devido a processos de migração para municípios vizinhos motivados pela pressão do preço da terra (aluguéis, inclusive), nos quais o migrante permanece trabalhando no local de residência anterior à migração. Por estes motivos, optou-se por realizar a análise no nível microrregional, o qual aqui se considera suficiente e robusto para a argumentação do texto.

4. Questões referentes às variáveis que facilitam e incentivam ou não a migração dos altamente escolarizados também podem ser encontradas na pesquisa de Da Mata *et al.* (2007).

Mesmo com esse arrefecimento, a migração continua sendo um fenômeno de significativa importância para a distribuição da população pelo território brasileiro, principalmente no que se refere aos indivíduos com nível superior de educação. Pessoas com esta formação podem ser consideradas ainda escassas no Brasil: em 2010, apenas 11,9% da população adulta brasileira possuíam este nível de educação. Os valores para 1991, 6,1%, e 2000, 7,1%, eram ainda mais modestos. Além de escassos, estes profissionais são mal distribuídos pelo território nacional, como mostra a tabela 2. Ela apresenta a evolução dos duais⁵ dos índices de concentração de Herfindahl-Hirschman, calculados neste trabalho para estimar a concentração territorial da população, por grau de escolaridade.

Tabela 2 - Duais dos Índices de Herfindahl-Hirschman, por período e níveis de escolaridade.

Escolaridade/Período	1991	2000	2010
Baixa	12,8%	14,6%	16,5%
Média	5,1%	6,4%	8,8%
Alta	3,1%	4,0%	5,8%
Total	10,1%	11,1%	12,1%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

A leitura desse dual pode ser feita da seguinte forma: o valor de 10,1% representa uma situação em que a população está totalmente concentrada em apenas 10,1% do território,⁶ deixando o resto desocupado. Sob este enfoque, é possível notar que a população brasileira se dispersou mais pelo seu território, passando de 10,1%, em 1991, para 12,1%, em 2010. Esta tendência pôde ser observada em todos os níveis de escolaridade. A velocidade de dispersão dos indivíduos de alta escolaridade foi maior que as outras.

Entre os fatores que afetaram a distribuição das pessoas de alta escolaridade, cite-se, em primeiro lugar, a distribuição dos cursos superiores pelo território nacional – onde tem universidade, tem mais gente com curso superior, pois a localidade “produz” pessoas de alta escolaridade. A migração é outro fator que influencia a distribuição de pessoas com alto nível de educação, como pode ser constatado a partir do dual do índice de Herfindahl-Hirschman, calculado para os imigrantes de alta escolaridade, que variou de 10,6% em 1991 para 12,2% em 2010, denotando a contribuição da migração para a desconcentração destes indivíduos pelo território.

A título de ilustração, imagine-se o Distrito Federal em 1950, quando já estava demarcado o quadrilátero, mas nenhum governo decidira construir a nova capital. Este território provavelmente ainda não conhecia pessoas com nível superior de ensino. Com a construção da nova capital, inaugurada em 1960, e a transferência do governo federal e de recursos públicos, além da criação da Universidade de Brasília (UnB), a microrregião Brasília já era, em 1991, ou seja, apenas 31 anos após sua inauguração, aquela com maior porcentagem de pessoas com alta escolaridade, situação que perdura até hoje.

Processos como esses, que envolvem mudança do território, desterritorialização e reterritorialização, serão descritos neste trabalho. A ideia é que seja possível identificar as microrregiões que mais recebem população de alta escolaridade, assim como a origem destes contingentes, e aquelas de onde mais saem indivíduos de alta escolaridade, bem como o seu destino.

⁵. O dual de um índice de concentração é um indicador que consiste em uma transformação matemática daquele próprio índice, com a vantagem de possibilitar uma interpretação mais intuitiva e imediata do seu significado. Para mais detalhes, ver Souza e Peñaloza (2005).

⁶. Uma leitura estrita desse indicador significaria que a população estaria concentrada em 10,1% das microrregiões brasileiras. Contudo, para fins de simplificação e de generalização das ideias, neste trabalho preferiu-se lê-lo como 10,1% do território.

Tendo em vista a relevância de que os indivíduos altamente escolarizados estejam distribuídos mais uniformemente pelo país, dada sua relativa escassez, será analisado o panorama migratório brasileiro recente, com o foco voltado para medir os principais fluxos redistribuidores de pessoas com este perfil e, no sentido oposto, os fluxos mais concentradores deste tipo de migrante.

Nesse intento, calcularam-se os saldos migratórios a partir das matrizes de fluxos migratórios entre as microrregiões, referentes a cada um dos censos e a cada nível educacional escolhido.

Para cada uma das 558 microrregiões, calculou-se o saldo migratório ($S_i = I_i - E_i$), nos três períodos analisados e para os três níveis de escolaridade. A tabela A, em anexo, mostra as 10 microrregiões com maiores saldos migratórios positivos de alta escolaridade (as que mais ganharam), entre 2005 e 2010, e a tabela B mostra as 10 microrregiões com maiores saldos negativos (as que mais perderam). Para cada uma delas, são apresentados os saldos dos outros períodos e das outras escolaridades. Entre todas essas microrregiões, selecionaram-se dez para que suas relações de migração com as demais 556 microrregiões nacionais fossem descritas mais detidamente. O critério de seleção foi escolher duas de cada macrorregião brasileira: uma entre as que mais perderam população de alta escolaridade, entre 2005 e 2010, e outra das que mais ganharam. Como nenhuma microrregião do Centro-Oeste está entre as 10 que mais perderam, optou-se por analisar também a microrregião do Rio de Janeiro, que é a segunda que mais perdeu população escolarizada, ficando atrás apenas de São Paulo.

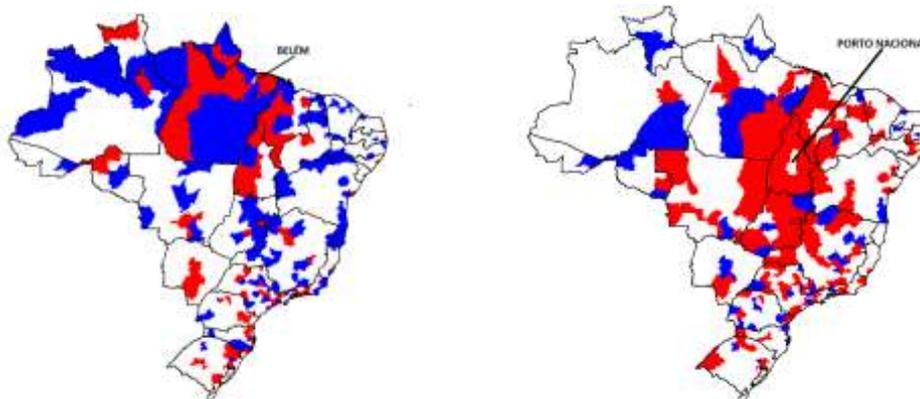
Para cada uma dessas dez escolhidas, produziu-se um cartograma do Brasil, no qual estão pintadas as microrregiões que tiveram relação migratória com aquela que está em foco. Aparecem de azul as que apresentaram saldos redistribuidores de população escolarizada; de vermelho, as que tiveram saldos concentradores de população de nível superior de ensino; as demais aparecem em branco, por não ter havido fluxos migratórios entre elas e a microrregião em questão.

Saldos redistributivos são aqueles cujo sentido da migração é de microrregiões mais escolarizadas para as menos escolarizadas em 2010. Os saldos concentradores, ao contrário, são aqueles cujo sentido da migração vai de microrregiões menos escolarizadas para mais escolarizadas. Analise-se novamente Brasília, a título de exemplo: em 2010, esta era a microrregião brasileira que tinha a maior porcentagem de pessoas com alta escolaridade, 24,2%. À época, o saldo de Brasília com a microrregião Entorno de Brasília foi negativo, com 921 pessoas a menos para Brasília, que enviou 2.734 pessoas para o Entorno e recebeu dele apenas 1.813. Este saldo de 921 pessoas é considerado redistributivo, pois o Entorno de Brasília possuía uma menor porcentagem de pessoas com alta escolaridade em 2010 – apenas 6,3%. No caso das trocas populacionais entre Brasília e São Paulo, entretanto, ocorre o oposto: o saldo é concentrador, com 619 pessoas dirigindo-se para a capital federal. A interpretação disto é que, como a alta escolaridade em São Paulo (19,7%) é menor que em Brasília, este fluxo migratório contribuiu para que houvesse ali uma concentração ainda maior de pessoas de alta escolaridade. Os resultados para estas dez microrregiões estão na seção de resultados, a seguir⁷.

⁷. Neste texto, priorizou-se apresentar cartogramas e tabelas referentes ao Censo 2010, para os indivíduos de alta escolaridade. Complementarmente, as informações relativas aos censos de 1991 e de 2000, assim como aos níveis baixo e médio de escolaridade, estão disponíveis nos anexos.

3 POLOS REDISTRIBUIDORES E CONCENTRADORES

3.1 Região Norte



3.1.2 Belém

A microrregião Belém, considerada uma “doadora universal”, destacou-se no Norte do país por apresentar, em termos de saldo migratório, forte evasão de indivíduos de alta escolaridade, um total de 2.459. Entre 1986 e 1991, o fato de o saldo total desta microrregião ter sido positivo decorreu da atração de migrantes com baixa escolaridade, tendo em vista que os saldos do grupo com médio e alto níveis educacionais mostraram-se negativos. Conforme os dados dos censos de 2000 e de 2010,⁸ a capacidade de atração desta microrregião tem decaído cada vez mais, mesmo para os indivíduos que apresentam baixo nível de escolaridade.

Classificação dos Saldos Migratórios

Belém	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
Saldo Redistribuidor	-1.564	-217	243	-37	-66	-2.459
Saldo Concentrador	754	-7	-758	-250	-556	

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

A principal microrregião para a qual os indivíduos de alta escolaridade que se desterritorializaram de Belém têm se dirigido, ao longo do tempo, é São Paulo, que atraiu cerca de 1.123 pessoas. Em segundo lugar, encontra-se a microrregião Macapá (872), seguida do Rio de Janeiro (711).

Em termos de saldo, 1.564 pessoas partiram de Belém para regiões localizadas no Norte do país, onde, em média, a disponibilidade de indivíduos com alta escolaridade era menor. Em se tratando de uma melhor redistribuição desta mão de obra pelo território nacional, esta migração pode ser considerada benéfica. A mesma microrregião atraiu 754 indivíduos com alta escolaridade, oriundos de regiões com médias inferiores à sua, elevando a concentração em uma localidade que já se caracterizava como mais provida de população altamente escolarizada. Com relação ao Nordeste, a microrregião Belém enviou, ainda em se tratando de saldo, 217 pessoas para localidades que se mostravam carentes de indivíduos com alta escolaridade, e perdeu apenas sete migrantes para áreas cujas médias eram superiores à sua.

⁸. Ver o anexo B.

No que se refere aos fluxos estabelecidos com o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste, a migração dos altamente escolarizados oriundos da microrregião Belém provocou mais concentração que redistribuição. Apesar de ter recebido 243 pessoas de localidades mais bem providas destes indivíduos que ela própria – tais como São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente –, Belém perdeu mais que o triplo deste contingente para microrregiões com este perfil.

3.1.3 Porto Nacional

Diferentemente do que ocorreu com Belém, o destaque que se faz à microrregião Porto Nacional, no Tocantins, é a significativa atração que ela exerceu sobre aqueles que apresentam alta escolaridade. Com relação ao total de migrantes que esta microrregião recebeu e em se tratando de saldo, percebe-se um decréscimo na última década, o que se deve principalmente à diminuição da migração de indivíduos com baixa escolaridade. Contudo, a absorção dos migrantes de alta escolaridade tem se tornado cada vez maior ao longo dos períodos analisados, passando de apenas 681, captados pelo Censo 1991, a 3.242, em 2000 e, finalmente, 5.817 pessoas em 2010.

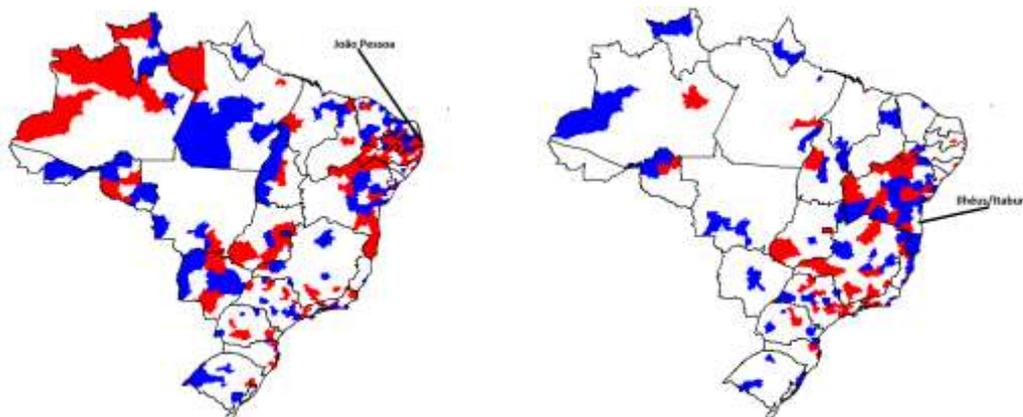
Classificação dos Saldos Migratórios						
Porto Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
Saldo Redistribuidor	-58	-66	-56	-29	-191	5.817
Saldo Concentrador	3.007	917	794	248	1.252	

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Ainda com relação ao saldo, a microrregião brasileira que mais forneceu população de alta escolaridade para a região em análise foi a de Goiânia, em Goiás, cujas trocas populacionais com a microrregião de Porto Nacional, no período de 2005 a 2010, totalizaram 725 pessoas – 1.134 enviadas de Goiânia para Porto Nacional e 409 de Porto Nacional para Goiânia. São, contudo, microrregiões do próprio estado do Tocantins que ocupam desde a segunda até a oitava posição entre aquelas que perderam população altamente escolarizada para a microrregião Porto Nacional, quais sejam: Miracema do Tocantins; Dianópolis; Rio Formoso; Gurupi; Bico do Papagaio; Jalapão; e Araguaína. Ao todo, elas enviaram para lá 3.797 pessoas de alta escolaridade, e de lá receberam apenas 1.131.

No nível das grandes regiões brasileiras, pouca foi a contribuição da microrregião Porto Nacional, enquanto doadora, no sentido redistributivo, de população altamente escolarizada. Para o Norte, o saldo foi de apenas 58 indivíduos; para o Nordeste, 66; para o Sudeste, 56; para o Sul, 29; e, para o Centro-Oeste, 191. Entretanto, como já se sinalizou, esta microrregião atraiu um contingente grande, em termos de saldo, da população com alta escolaridade de todas as macrorregiões do país. Esta atração foi exercida principalmente sobre microrregiões que se mostraram menos providas de altamente escolarizados, especialmente em relação ao próprio Porto Nacional. Do Norte, emigraram 3.007 pessoas; 917, do Nordeste; 794, do Sudeste; 248, do Sul; e 1.252, do Centro-Oeste. Em suma, os fluxos migratórios que tiveram como destino e origem a microrregião Porto Nacional apresentaram tendência concentradora de população nesta microrregião, o que pode ser considerado um aspecto desfavorável, quando se tem em vista uma melhor distribuição dos altamente qualificados pelo território brasileiro.

3.2 Região Nordeste



3.2.1 João Pessoa

A microrregião João Pessoa, na Paraíba, exibe uma tendência migratória relativamente estável entre os censos em análise, apresentando, em 2010, saldo positivo de 14.920 pessoas. Mas o que fez esta microrregião se sobressair foi justamente ter apresentado o maior saldo migratório de pessoas com alta escolaridade da região Nordeste, somando 4.977 migrantes que a escolheram como destino. Em relação à migração de indivíduos com baixa escolaridade, o saldo, apesar de positivo, apresenta tendência de queda, totalizando, em 2010, 3.758 pessoas.

Classificação dos Saldos Migratórios						
João Pessoa	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
Saldo Redistribuidor	-275	-539	555	-73	440	4.977
Saldo Concentrador	303	3.925	276	95	271	

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Entre as microrregiões que mais lhe forneceram indivíduos altamente escolarizados, liderou o Recife, enviando 844 pessoas, seguida de outras localizadas no estado da Paraíba, como a microrregião Campina Grande, que perdeu 540 pessoas, e Patos, de onde saíram 389 pessoas. Por sua vez, os migrantes com alta escolaridade que se desterritorializaram da região em análise foram principalmente para: Curitiba, que ganhou 107 pessoas; Aracaju, 77 pessoas; e Mossoró, para onde foram 72 migrantes.

Sob o ponto de vista da distribuição da mão de obra com alta qualificação pelo território brasileiro, entre 2005 e 2010, a microrregião João Pessoa recebeu uma quantidade de migrantes altamente escolarizados muito superior à que enviou para regiões com médias inferiores à sua (15,6%), denotando um perfil fortemente concentrador. O poder de atração da microrregião da capital paraibana foi exercido principalmente sobre o próprio Nordeste, do qual recebeu 3.925 migrantes advindos de microrregiões menos providas de pessoal com tal nível escolar. Em contrapartida, João Pessoa enviou 539 pessoas para localidades nordestinas com a mesma característica.

Nas regiões Norte e Sul, o comportamento, em termos de saldo, foi semelhante ao do Nordeste, mas em escala menor. João Pessoa enviou para o Norte 275 indivíduos e recebeu outros 303, principalmente da microrregião Belém. Para o Sul partiram 73 migrantes, e de lá vieram 95 pessoas, provenientes majoritariamente de Porto Alegre. Fluxos migratórios deste tipo vêm contribuir para o aumento da concentração territorial de indivíduos com altos níveis de escolaridade no Brasil.

Em relação às regiões Sudeste e Centro-Oeste, a troca de pessoas com nível superior de educação foi favorável, do ponto de vista da dispersão territorial. Aqueles que se deslocaram para João Pessoa partiram de localidades cujas médias educacionais eram superiores às suas. A microrregião do Sudeste que mais enviou migrantes foi o Rio de Janeiro, com 259 pessoas. Contudo, o maior destaque foi o fato de a microrregião Brasília – a grande campeã de atratividade de indivíduos altamente escolarizados do Brasil, que atraiu mais deles até que Florianópolis – ter perdido 313 migrantes para João Pessoa. Um fenômeno surpreendente.

3.2.2 Ilhéus-Itabuna

A microrregião Ilhéus-Itabuna, na Bahia, apresentou, em termos gerais, uma tendência migratória pouco variante, com saldos negativos em todos os censos analisados. No Censo 2010, o saldo negativo foi de 39.186 pessoas com 18 anos ou mais de idade. Entretanto, foi possível observar maiores diferenças a partir das análises sobre os movimentos migratórios subdivididos de acordo com as faixas de escolaridade. Para os migrantes com baixa escolaridade, os saldos, sempre negativos, mostraram a saída de 33.587 pessoas no Censo 1991, evoluindo para 41.757 no Censo 2000, e então arrefecendo para 27.200 indivíduos no Censo 2010.

Classificação dos Saldos Migratórios						
Ilhéus-Itabuna	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
Saldo Redistribuidor	54	-750	193	75	71	-2.058
Saldo Concentrador	-67	-739	-645	-138	-113	

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Para aqueles com média e alta escolaridades, os saldos migratórios exibiram evasões com tendências ascendentes nos censos, de modo que esta microrregião destacou-se justamente por ser aquela, dentro do Nordeste, de onde mais saíram pessoas com nível escolar superior, no período entre 2005 e 2010. Foram 2.058 emigrantes, número muito superior aos constatados nos censos de 1991 e 2000, que mostraram as saídas de 387 e 996 indivíduos, respectivamente.

As principais microrregiões escolhidas por esses emigrantes altamente escolarizados localizavam-se também no estado da Bahia, com a liderança de Salvador, que recebeu 601 pessoas, seguida da microrregião Porto Seguro, 262 pessoas, e de Vitória da Conquista, para onde se dirigiram 194 pessoas. Os migrantes com nível superior de educação que escolheram viver em Ilhéus-Itabuna somaram 666 pessoas. Destes, a maior parte veio de Itapetinga – microrregião baiana –, que forneceu 86 pessoas, além das mineiras Ipatinga, da qual saíram 32 indivíduos, e Governador Valadares, que cedeu 27.

Tendo em vista o papel que a migração pode exercer, no sentido de propiciar uma distribuição mais igualitária dos indivíduos altamente escolarizados pelo território nacional, as trocas migratórias que envolveram a microrregião Ilhéus-Itabuna mostraram-se desfavoráveis, de uma maneira geral. O resultado total do seu saldo concentrador foi superior ao redistribuidor, excetuando-se o ocorrido nas trocas com a região Nordeste, que apresentou uma redistribuição marginal, de apenas onze pessoas. Entre os fluxos de natureza concentradora, as microrregiões do Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste que mais receberam migrantes com grau de escolaridade superior advindos de Ilhéus-Itabuna foram: Manaus, que recebeu 67 pessoas; Belo Horizonte, 102 pessoas; Londrina, para onde foram 76 indivíduos; e Brasília, à qual chegaram 98 migrantes.

3.3 Região Sudeste

3.3.1 Belo Horizonte



Na região Sudeste, a microrregião Belo Horizonte destacou-se por seu caráter absorvedor de população com alta escolaridade, principalmente entre 2005 e 2010, período em que sua taxa de atração foi surpreendentemente elevada, evidenciando um crescimento de 1.375% em comparação ao período 1986-1991. Naquela mesma época, a microrregião atraiu 151.192 indivíduos e enviou apenas 115.490 para o restante do país, o que resultou em seu saldo positivo de 35.702 pessoas, das quais 6.988 apresentavam alta escolaridade. Com relação aos saldos das demais escolaridades, houve um decréscimo significativo de atração daqueles que possuíam até o ensino médio incompleto – de 42.378, em 1991, passaram a 23.573, em 2010 –, mas um incremento na atração dos de média escolaridade – de 4.964 pessoas no primeiro período analisado para 12.693 no último.

Classificação dos Saldos Migratórios

Belo Horizonte	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
Saldo Redistribuidor	-709	-730	-1.222	-330	-304	6.988
Saldo Concentrador	90	834	10.702	322	-1.666	

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Em termos absolutos, a microrregião que mais cedeu população de alta escolaridade para Belo Horizonte, entre 2005 e 2010, foi São Paulo – 1.829 pessoas –, seguida de Divinópolis (1.772) e Rio de Janeiro (1.635). Além disso, dezenove microrregiões mineiras, que se encontravam entre as 25 brasileiras onde houve as maiores evasões de indivíduos altamente escolarizados, “perderam” para Belo Horizonte, juntas, um total de 11.249 pessoas com este nível de formação.

Os fluxos intraestaduais de migração de alta escolaridade que se destinaram à microrregião de Belo Horizonte só se mostraram benéficos em apenas dez das 65 outras microrregiões de Minas Gerais. Nestes casos, as migrações ensejaram um maior espalhamento e uma consequente redistribuição mais igualitária destes indivíduos pelo território. Por sua vez, foram concentradoras as trocas de pessoas com alta escolaridade entre Belo Horizonte e as demais 55 microrregiões do estado.

Os fluxos migratórios gerais pelo território brasileiro de indivíduos com alta escolaridade que chegaram à microrregião Belo Horizonte ou dela partiram mostraram-se redistribuidores, em termos de saldo, apenas no Norte e no Sul, tendo sido concentradores nas demais regiões. Neste aspecto, destacaram-se o próprio Sudeste, que enviou para a região da capital mineira um total de 10.702 pessoas, e o Centro-Oeste, que recebeu de Belo Horizonte

1.666 indivíduos, em áreas cujas médias de escolaridade eram mais altas que a de lá. Estes migrantes destinaram-se principalmente a Brasília, que absorveu 1.287 daquele total.

3.3.2 São Paulo

A microrregião São Paulo, por abarcar a mais importante megalópole brasileira, é o principal ponto, tanto de chegada quanto de saída, dos maiores fluxos de migrantes pelo território. Em termos de saldo, entre 2005 e 2010, constatou-se a evasão de cerca de 254.600 pessoas com 18 anos ou mais de idade.

Classificação dos Saldos Migratórios						
São Paulo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
Saldo Redistribuidor	-676	-1.622	-39.427	-2.929	-1.180	-30.849
Saldo Concentrador	734	3.625	9.120	1.620	-113	

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Ao avaliarem-se os dados de acordo com as escolaridades, observou-se que os saldos foram negativos em todos os censos analisados (1991, 2000 e 2010) para as três faixas consideradas. Entre os migrantes com baixo nível escolar, delineou-se uma tendência oscilante dos saldos, mas que arrefeceu no último censo, totalizando uma perda de 129.356 pessoas. Para os migrantes de média e alta escolaridades, as tendências dos saldos mostraram evolução das perdas populacionais entre os censos, de forma que a evasão daqueles com média escolaridade subiu de 37.822, no Censo 1991, para 94.408, no Censo 2010. Para os migrantes com alto nível escolar, as perdas foram de 20.011 pessoas, no Censo 1991, e de 30.849, no Censo 2010.

Nota-se ainda que os emigrantes com alta escolaridade dirigiram-se majoritariamente para outras microrregiões do próprio estado de São Paulo, como Itapeverica da Serra (6.244 pessoas); Osasco (6.097 pessoas); e Campinas (3.728 pessoas). Encabeçava a lista das que mais lhe enviaram população a microrregião Rio de Janeiro, com 1.805 emigrantes, seguida de Belo Horizonte, que enviou 757 indivíduos, e de Porto Alegre, com 743 pessoas.

O mapa referente a São Paulo representa os saldos das trocas de indivíduos altamente escolarizados entre as diversas microrregiões brasileiras e a de São Paulo. Ele apresenta aspecto “pulverizado” e evidencia a forte interação entre esta microrregião e grande parte do território brasileiro. A pigmentação azul, predominante no mapa, demonstra que a microrregião São Paulo contribuiu para uma maior equalização da distribuição de mão de obra qualificada pelo país, podendo ser considerada doadora de população com alto nível de escolaridade para o Brasil. De todas as 558 microrregiões que compõem a extensão territorial brasileira, cerca de 260 delas serviram de destino para indivíduos advindos da microrregião São Paulo, cuja média de distribuição de pessoas com alto nível escolar era de 19,7%. Apenas com duas microrregiões – Florianópolis e Brasília – a troca não foi favorável do ponto de vista do equilíbrio nacional, visto que possuíam médias ainda maiores.

Logo, em termos gerais, o saldo total redistribuidor ficou composto apenas de evasões e foi muito superior ao saldo total concentrador, principalmente nas relações com as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, o que contribuiu para uma maior distribuição de indivíduos altamente escolarizados pelo território. O Nordeste e o Norte diferenciaram-se desta tendência, uma vez que enviaram a São Paulo mais pessoas que de lá receberam. Vale lembrar que são estas as regiões que mais carecem aumentar suas disponibilidades de pessoal altamente qualificado.

3.3.3 Rio de Janeiro

A microrregião que abrange a capital do Rio de Janeiro apresenta, nos períodos analisados, saldos com evasões populacionais. De acordo com o Censo 2010, desta região saíram, mais que entraram, cerca de 62.800 pessoas com 18 anos ou mais de idade.

Classificação dos Saldos Migratórios						
Rio de Janeiro	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
Saldo Redistribuidor	-876	-2.120	-10.099	-916	-492	-14.221
Saldo Concentrador	152	942	463	249	-1.523	

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

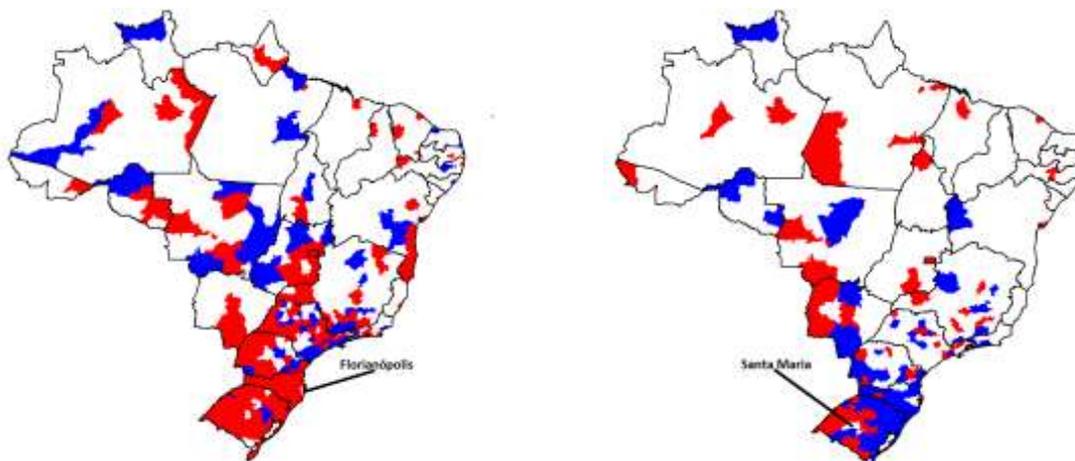
Os dados categorizados por escolaridade revelaram um comportamento pendular dos saldos migratórios daqueles que possuem baixa escolaridade. O Censo 1991 mostrou a desterritorialização de 27.317 pessoas, número que se reduziu e tornou-se positivo no Censo 2000, que contabilizou a entrada de 7.506 indivíduos. Entretanto, esta quantidade voltou a cair e o Censo 2010 acusou a saída de 20.249 pessoas. O comportamento dos saldos dos migrantes com alta escolaridade apresentou oscilação leve, com a evasão de 16.045 indivíduos no Censo 1991 e a saída de 14.221 no Censo 2010.

Ainda se tratando de pessoas com nível escolar superior, verificou-se que a microrregião para a qual o Rio de Janeiro mais enviou estes migrantes, entre 2005 e 2010, foi a Região dos Lagos – também localizada do estado do Rio de Janeiro –, que recebeu 3.713 destas pessoas. O segundo destino preferido foi São Paulo, para onde foram 1.805 indivíduos, seguida da Bacia de São João, situada no estado do Rio de Janeiro, que absorveu 1.704 indivíduos. A análise recíproca mostra que o maior grupo de migrantes altamente escolarizados que se reterritorializaram na região, durante o período em análise, havia saído da microrregião Salvador (478 pessoas), seguida do Vale do Paraíba (435) e de Belo Horizonte (345).

Ao tratarem-se os indicadores relativos à dispersão dos indivíduos com alta escolaridade pelo território, foi possível observar que as trocas migratórias da microrregião Rio de Janeiro – cuja média de distribuição do pessoal com tal característica era 15,9% – trabalharam majoritariamente por um maior equilíbrio nacional da distribuição destas pessoas. De fato, das cinco macrorregiões, quatro foram favorecidas, pois seus saldos redistribuidores foram superiores aos concentradores, principalmente na região Sudeste. Somente a troca com o Centro-Oeste não foi positiva, devido ao fato de que foi a microrregião de Brasília, aquela com a maior média nacional de pessoas com nível escolar superior, a que mais recebeu imigrantes provenientes do Rio de Janeiro (1.686 indivíduos).

No Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, as principais microrregiões que receberam esses imigrantes altamente escolarizados foram: Boa Vista, 132 pessoas; Recife, 402 pessoas; Região dos Lagos, já mencionada; e Litoral Lagunar, no estado do Rio Grande do Sul, com 196 pessoas.

3.4 Região Sul



3.4.1 Florianópolis

Entre as microrregiões do Sul do país que mais receberam migrantes nos cinco anos anteriores ao Censo 2010, destaca-se Florianópolis, com saldo migratório positivo de 38.165 indivíduos, quase o dobro daquele registrado em 1991 (19.360 pessoas). Este incremento deve-se principalmente à atração que a microrregião exerceu sobre migrantes de média e alta escolaridades. Com relação a estes últimos, o saldo apresentado pelo Censo 2010 foi de 11.257 pessoas. Este contingente aumentou consideravelmente desde o Censo 1991, que totalizou apenas 2.713 indivíduos, ou mesmo desde o Censo 2000, que registrou também número muito inferior ao atual: 5.275.

Classificação dos Saldos Migratórios						
Florianópolis	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
Saldo Redistribuidor	-135	-188	-475	-145	-83	11.257
Saldo Concentrador	250	589	1.692	9.240	511	

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Das microrregiões brasileiras, aquelas que mais perderam população para Florianópolis, em termos de saldo, foram: Porto Alegre, de onde emigraram 1.395 pessoas; Blumenau, que apresentou evasão de 840 indivíduos; e São Paulo, com perda de 620. Ainda se tratando de saldo migratório, as três que mais receberam população altamente escolarizada oriunda de Florianópolis, nos cinco anos anteriores ao Censo 2010, foram: Brasília, para onde migraram cerca de cem pessoas; Natal, com ganho de 1 indivíduo; e Macaé, no estado do Rio de Janeiro, a qual recebeu cinquenta migrantes.

Assim como Brasília e Porto Nacional, a microrregião de Florianópolis também se destacou por ser mais concentradora que redistribuidora de população de alta escolaridade pelo território nacional, o que pode ser constatado no mapa desta microrregião. Tal concentração foi verificada em todas as cinco macrorregiões do país, com destaque para Sudeste e Sul. Nesta última, o saldo concentrador ultrapassou nove mil indivíduos, que emigram de localidades cujas médias de população altamente escolarizada eram inferiores à de Florianópolis. Estas pessoas saíram principalmente das microrregiões Porto Alegre – que enviou 1.958 indivíduos, apesar de ter recebido 560; Blumenau – que recebeu 341 indivíduos, mas teve um total de emigrantes para Florianópolis calculado em 1.182; e Tubarão, a qual perdeu, em termos de saldo, 478 pessoas para lá.

3.4.2 Santa Maria

Entre as microrregiões brasileiras, Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, tem o terceiro maior saldo de emigrantes de alta escolaridade, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Entre 2005 e 2010, migraram para esta microrregião 5.435 indivíduos, mas saíram de lá aproximadamente 8.503, gerando um saldo negativo de 3.068 pessoas altamente escolarizadas. Com relação às demais escolaridades, os saldos migratórios também se mostraram negativos no último período analisado, o que provocou, ao todo, uma evasão de 5.851 migrantes. Esta eminente saída de população com alta escolaridade de Santa Maria pode ser explicada, principalmente, pelo fato de que seu município-sede é um centro de formação superior conhecido nacionalmente.

Classificação dos Saldos Migratórios						
Santa Maria	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
Saldo Redistribuidor	-61	-62	-436	-2.722	-74	-3.068
Saldo Concentrador	99	58	33	75	22	

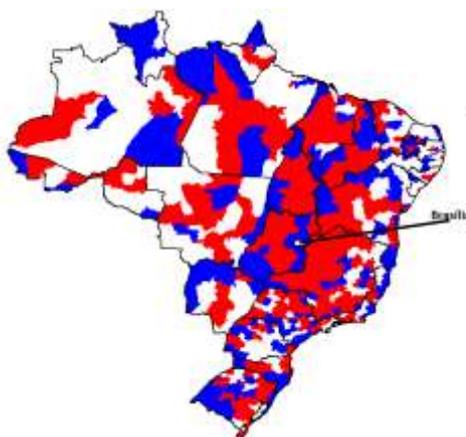
Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

A microrregião que mais absorveu população de alta escolaridade oriunda de Santa Maria foi Porto Alegre, que, entre 2005 e 2010, acolheu 1.248 de seus migrantes. Esta movimentação foi positiva para a redistribuição dos indivíduos de alta escolaridade pelo território, considerando-se que Porto Alegre apresentava média de disponibilidade destas pessoas inferior à de Santa Maria (15,23% contra 16,95%). Em seguida vem a microrregião Florianópolis, com a qual as trocas migratórias de Santa Maria não foram tão benéficas em termos de redistribuição, uma vez que sua média de 22,5% já situava Florianópolis como a segunda do país mais bem provida de indivíduos altamente escolarizados. Em terceiro lugar, está a microrregião Rio de Janeiro, para onde migraram 211 indivíduos, conformando um saldo redistributivo.

Em suma, Santa Maria contribuiu para diminuir a desigualdade na distribuição dos altamente escolarizados pelo território brasileiro. Ao todo, enviou 6.136 indivíduos para outras microrregiões, cujas médias de população com alta escolaridade eram inferiores à sua própria. Além disso, atraiu poucos indivíduos com nível superior completo ou pessoas entre 18 e 24 anos que o estivessem cursando, fatos estes que se mostram coerentes com a característica daquela localidade de ser um centro de formação superior de renome nacional.

3.5 Região Centro-Oeste

3.5.1 Brasília



Além de ser a capital nacional, Brasília se caracteriza também como a capital da atração de indivíduos com alta escolaridade. É um dos destinos mais procurados por todos os tipos de migrantes do território brasileiro e se destaca também por ser a microrregião que mais recebe aqueles que possuem formação superior completa ou que, tendo entre 18 e 24 anos, estão em seu curso. Em termos de saldos totais, ao longo do tempo, esta microrregião perdeu significativamente seu poder de atração entre aqueles que apresentam baixa escolaridade: 34.828 pessoas deste grupo lá chegaram, de acordo com o Censo 1991, contra apenas 561 captadas no Censo 2010. Em contrapartida, absorveu, em média, cerca de dez migrantes com alta escolaridade por dia nos cinco anos anteriores ao Censo 2010.

Classificação dos Saldos Migratórios

Brasília	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
Saldo Redistribuidor	-390	-966	-962	-477	-1.246	17.330
Saldo Concentrador	1.631	5.030	9.732	1.749	3.230	

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Entre as microrregiões que se caracterizaram como as que mais fornecem população altamente escolarizada para Brasília, segundo o Censo 2010, estão muitas das que englobam capitais estaduais ou grandes aglomerações urbanas, tais como: Rio de Janeiro – cujo saldo de trocas, positivo para Brasília, foi de 1.685 indivíduos; Goiânia – saldo positivo para Brasília de 1.584 pessoas; Belo Horizonte (1.287); Uberlândia (823); Fortaleza (772); Salvador (658); São Paulo (619); Aglomeração Urbana de São Luís (597); Teresina (577); Manaus (513); Belém (366); e Porto Alegre (366).

Apesar de ter apresentado caráter eminentemente absorvedor de população altamente escolarizada, a microrregião Brasília também perdeu indivíduos com este nível de escolaridade, principalmente para a microrregião Entorno de Brasília, em Goiás, para a qual enviou 2.734 pessoas, e de lá recebeu apenas 1.812. Nas trocas com João Pessoa, o saldo negativo, para Brasília, foi de 313 migrantes; as trocas com Vitória resultaram em 196 indivíduos altamente escolarizados a menos para Brasília; e com Curitiba, em 125. Brasília também perdeu população com alta escolaridade para a microrregião de Barreiras, na Bahia, em relação à qual o saldo negativo foi de 53 indivíduos com este perfil; para o Litoral Piauiense, responsável por um saldo negativo de 64 pessoas; e para microrregiões de fronteira do território brasileiro, como Boa Vista, que ganhou 88 pessoas altamente escolarizadas oriundas de Brasília, e Baixo Pantanal, que recebeu cinquenta pessoas com tais características.

Em termos dos fluxos migratórios, o comportamento da microrregião Brasília muito se assemelhou ao de Porto Nacional, no sentido de que ela enviou menos pessoas para regiões cujas médias de disponibilidade dos altamente escolarizados são inferiores à sua que de lá as atraiu. Para a região Norte, Brasília perdeu, em termos de saldo, 390 indivíduos, os quais se destinaram a localidades com médias inferiores à sua. Para o Nordeste, foram 966; para o Sudeste, 962; para o Sul, 477; e 1.246 emigraram para microrregiões do próprio Centro-Oeste, cujos índices médios eram inferiores ao de Brasília. Esta migração foi redistributiva para o território nacional como um todo, pois proporcionou um melhor equilíbrio da distribuição dos indivíduos com alta escolaridade pelo país.

Entretanto – e preponderantemente –, o Censo 2010 apontou que a microrregião Brasília atraiu grandes fluxos migratórios oriundos de localidades cujas médias se mostraram inferiores à sua própria, que era a maior do país: 24,15%. Isto significa que, independentemente da microrregião da qual Brasília conseguiu atrair migrantes de alta escolaridade, sua absorção foi desfavorável para uma melhor distribuição dos indivíduos altamente escolarizados pelo território nacional. Caracterizou-se, portanto, como uma migração concentradora de população com alta escolaridade no quadrilátero central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos gerais, a população brasileira tem se espalhado pelo território nacional. A de alta escolaridade, em particular, cuja porcentagem aumentou de 6,1%, em 1991, para 11,9%, em 2010, também tem se dispersado pelo país. Se, por um lado, está havendo maior difusão dos cursos superiores, por outro, a migração também tem contribuído neste processo. Dentro deste enfoque migratório, constatou-se que algumas microrregiões colaboram para uma distribuição mais equitativa das pessoas de alta escolaridade, enquanto outras, em contrapartida, tendem a concentrar mais estes contingentes.

Há argumentos que defendem uma maior concentração territorial dessas pessoas, uma vez que isto pode aumentar a produtividade. No entanto, sob o ponto de vista da diminuição das desigualdades sociais, é desejável que haja uma maior distribuição destes profissionais pelo território, de modo a possibilitar, às populações locais, os benefícios diretos da disponibilidade de médicos, advogados, enfermeiros, professores etc. em suas proximidades.

A migração pode, portanto, funcionar como uma variável sintomática, que sinaliza algumas disfunções localizadas territorialmente, passíveis de intervenção por meio de políticas públicas para corrigi-las.

Investigações mais profundas nessa linha devem continuar. É importante que pesquisas futuras explorem o perfil desses migrantes – indicando, por exemplo, quais são suas áreas de formação superior – e suas condições de inserção profissional e níveis de renda nos locais de destino. Estas informações sobre os migrantes podem ser comparadas com as relativas aos seus conterrâneos que tenham o mesmo perfil, mas que optaram por permanecer em seus locais de origem. Assim, estudos desta natureza poderiam apontar os efeitos que o processo migratório é capaz de proporcionar ao indivíduo que se desloca territorialmente, ao local que o acolhe e, conseqüentemente, ao próprio desenvolvimento do Brasil.

REFERÊNCIAS

DA MATA, Daniel. *et al.* Migração, qualificação e desempenho das cidades brasileiras. In: CARVALHO, Alexandre. *et al.* (Orgs). **Dinâmica dos municípios**. Brasília: Ipea, 2007, p. 289-322. Disponível em: <<http://goo.gl/JfcRRU>>.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007. Disponível em: <<http://tinyurl.com/o4ya2bk>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 1. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mvcobaq>>.

_____. **Censos Demográficos**. 1991, 2000, 2010.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, ago/dez., 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XX**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SOUZA, J.; PEÑALOZA, R. A. S. **Teoria dual das medidas de concentração**. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/jmjrw7>>.

STEINBERGER, M. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. *In:_____*. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15; LGE Editora, 2006. p. 29-82.

ANEXOS:

TABELA A. Imigrantes, emigrantes e saldos migratórios das microrregiões que mais ganharam pessoas de alta escolaridade (1986-2010).

Microrregiões	Período	Baixa Escolaridade			Média Escolaridade			Alta Escolaridade			Total com 18 anos ou mais		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
53001 Brasília	Entre 1986 e 1991	96.557	61.728	34.828	19.152	21.176	-2.024	13.654	12.692	962	129.363	95.597	33.766
	Entre 1995 e 2000	94.369	94.932	-563	36.155	26.528	9.627	23.440	13.308	10.132	153.963	134.768	19.196
	Entre 2005 e 2010	61.940	62.501	-561	47.212	39.859	7.353	42.900	25.570	17.330	152.052	127.930	24.122
41037 Curitiba	Entre 1986 e 1991	97.306	37.093	60.213	22.597	11.883	10.714	13.725	9.719	4.006	133.627	58.695	74.932
	Entre 1995 e 2000	106.713	49.812	56.901	39.716	19.995	19.721	22.311	13.245	9.067	168.740	83.051	85.689
	Entre 2005 e 2010	59.627	43.229	16.398	41.861	27.698	14.163	34.945	22.433	12.512	136.433	93.361	43.073
42016 Florianópolis	Entre 1986 e 1991	20.468	8.129	12.340	8.221	3.914	4.307	6.421	3.707	2.713	35.109	15.750	19.360
	Entre 1995 e 2000	29.454	10.462	18.992	15.363	6.351	9.012	11.287	6.012	5.275	56.105	22.825	33.280
	Entre 2005 e 2010	23.426	10.536	12.890	24.786	10.768	14.018	22.920	11.663	11.257	71.132	32.967	38.165
35032 Campinas	Entre 1986 e 1991	120.949	33.974	86.975	17.193	6.629	10.564	13.956	7.538	6.418	152.098	48.141	103.957
	Entre 1995 e 2000	100.244	51.438	48.807	30.325	14.786	15.539	19.449	12.637	6.812	150.018	78.860	71.158
	Entre 2005 e 2010	63.062	34.655	28.407	40.384	20.558	19.826	27.813	18.409	9.404	131.259	73.623	57.636
42013 Itajaí	Entre 1986 e 1991	18.832	6.257	12.574	3.896	1.741	2.155	2.238	941	1.297	24.966	8.940	16.026
	Entre 1995 e 2000	28.753	11.219	17.534	10.560	3.769	6.791	5.309	2.265	3.044	44.623	17.253	27.370
	Entre 2005 e 2010	34.787	11.026	23.761	20.590	7.492	13.098	13.805	5.522	8.284	69.182	24.040	45.143
35060 Itapeçerica da Serra	Entre 1986 e 1991	51.281	8.903	42.378	6.224	1.260	4.964	3.096	544	2.553	60.601	10.706	49.895
	Entre 1995 e 2000	52.504	19.109	33.395	11.938	4.412	7.527	4.181	1.592	2.589	68.623	25.112	43.511
	Entre 2005 e 2010	37.799	14.226	23.573	20.044	7.351	12.693	10.821	3.087	7.734	68.664	24.664	44.000
31030 Belo Horizonte	Entre 1986 e 1991	120.839	57.142	63.698	24.047	17.474	6.573	14.228	13.755	474	159.115	88.370	70.744
	Entre 1995 e 2000	120.287	63.663	56.624	39.838	24.478	15.360	19.742	16.570	3.171	179.866	104.710	75.156
	Entre 2005 e 2010	70.203	53.240	16.962	45.548	33.797	11.752	35.441	28.453	6.988	151.192	115.490	35.702
32009 Vitória	Entre 1986 e 1991	65.272	20.952	44.320	11.621	5.570	6.052	5.415	3.626	1.789	82.308	30.148	52.161
	Entre 1995 e 2000	49.962	31.566	18.397	16.906	10.231	6.675	7.563	5.091	2.472	74.432	46.887	27.544
	Entre 2005 e 2010	39.026	20.816	18.210	24.526	12.548	11.979	17.070	10.123	6.947	80.622	43.486	37.136
35057 Osasco	Entre 1986 e 1991	73.922	24.086	49.836	9.503	2.762	6.741	4.398	1.258	3.140	87.823	28.106	59.717
	Entre 1995 e 2000	81.149	47.188	33.961	18.345	10.291	8.054	7.955	3.432	4.523	107.449	60.911	46.539
	Entre 2005 e 2010	46.054	28.990	17.064	25.089	16.357	8.732	14.203	7.489	6.714	85.346	52.835	32.510
17006 Porto Nacional	Entre 1986 e 1991	13.095	3.954	9.141	2.029	363	1.666	817	137	681	15.942	4.454	11.488
	Entre 1995 e 2000	25.473	10.555	14.918	9.468	2.710	6.758	4.099	857	3.242	39.040	14.122	24.918
	Entre 2005 e 2010	16.546	7.781	8.766	13.007	6.002	7.005	9.491	3.675	5.817	39.045	17.458	21.587

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1991; 2000; 2010). Elaboração própria.

TABELA B. Imigrantes,

emigrantes e saldos migratórios das microrregiões que mais perderam pessoas de alta escolaridade (1986-2010).

Microrregiões	Período	Baixa Escolaridade			Média Escolaridade			Alta Escolaridade			Total com 18 anos ou mais		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
35061 São Paulo	Entre 1986 e 1991	376.869	511.714	-134.845	55.910	93.732	-37.822	37.216	57.227	-20.011	469.995	662.673	-192.678
	Entre 1995 e 2000	310.416	564.208	-253.792	80.879	166.838	-85.959	49.054	84.968	-35.914	440.348	816.013	-375.665
	Entre 2005 e 2010	188.277	317.634	-129.356	100.034	194.442	-94.408	91.554	122.403	-30.849	379.866	634.479	-254.613
33018 Rio de Janeiro	Entre 1986 e 1991	111.499	138.816	-27.317	28.516	51.665	-23.149	21.190	37.235	-16.045	161.205	227.716	-66.511
	Entre 1995 e 2000	143.557	136.052	7.506	44.630	68.170	-23.540	28.161	41.618	-13.457	216.349	245.839	-29.491
	Entre 2005 e 2010	82.101	102.350	-20.249	56.373	84.712	-28.339	46.417	60.638	-14.221	184.891	247.700	-62.809
43018 Santa Maria	Entre 1986 e 1991	8.900	9.456	-556	3.074	3.610	-536	2.646	4.364	-1.718	14.619	17.430	-2.811
	Entre 1995 e 2000	9.412	8.124	1.289	5.133	4.415	718	3.206	4.732	-1.526	17.751	17.270	481
	Entre 2005 e 2010	5.223	6.390	-1.167	6.011	7.626	-1.616	5.435	8.503	-3.068	16.669	22.520	-5.851
15007 Belém	Entre 1986 e 1991	48.555	31.855	16.700	9.360	11.020	-1.660	3.819	5.316	-1.497	61.734	48.191	13.543
	Entre 1995 e 2000	51.894	43.719	8.175	15.622	17.360	-1.738	5.181	9.052	-3.871	72.697	70.131	2.566
	Entre 2005 e 2010	34.159	37.258	-3.098	19.961	25.939	-5.978	9.877	12.336	-2.459	63.997	75.532	-11.535
35036 Presidente Prudente	Entre 1986 e 1991	19.845	17.341	2.504	3.376	3.804	-428	2.049	2.666	-617	25.269	23.811	1.459
	Entre 1995 e 2000	18.262	14.405	3.857	5.160	5.935	-775	2.321	4.151	-1.830	25.743	24.490	1.252
	Entre 2005 e 2010	13.090	11.480	1.610	6.606	7.150	-545	3.693	5.914	-2.221	23.389	24.544	-1.156
31062 Viçosa	Entre 1986 e 1991	3.838	7.050	-3.212	764	1.499	-735	761	1.803	-1.042	5.364	10.352	-4.989
	Entre 1995 e 2000	5.040	5.893	-853	1.467	1.643	-176	1.744	1.860	-116	8.251	9.396	-1.145
	Entre 2005 e 2010	3.336	4.909	-1.573	1.701	2.881	-1.180	2.053	4.188	-2.135	7.090	11.978	-4.888
29031 Ilhéus-Itabuna	Entre 1986 e 1991	17.340	50.926	-33.587	2.938	4.644	-1.707	1.187	1.574	-387	21.464	57.145	-35.681
	Entre 1995 e 2000	22.891	64.648	-41.757	4.807	9.811	-5.004	1.648	2.643	-996	29.345	77.102	-47.757
	Entre 2005 e 2010	16.278	43.478	-27.200	6.350	16.278	-9.928	3.269	5.327	-2.058	25.897	65.083	-39.186
33011 Vale do Paraíba Fluminense	Entre 1986 e 1991	12.585	11.983	602	2.762	3.456	-694	2.056	2.936	-880	17.403	18.375	-972
	Entre 1995 e 2000	12.451	13.581	-1.130	4.888	5.030	-141	3.155	4.098	-942	20.494	22.708	-2.214
	Entre 2005 e 2010	8.461	8.153	308	7.229	5.838	1.391	4.165	6.007	-1.842	19.855	19.998	-143
31039 Ipatinga	Entre 1986 e 1991	14.265	14.563	-298	2.823	2.546	276	1.361	1.284	77	18.449	18.393	56
	Entre 1995 e 2000	15.663	13.639	2.024	4.522	4.649	-126	1.554	2.426	-873	21.739	20.714	1.025
	Entre 2005 e 2010	11.198	9.212	1.985	6.553	6.082	471	2.479	4.225	-1.746	20.230	19.519	711
43007 Santo Ângelo	Entre 1986 e 1991	6.348	13.385	-7.038	1.321	2.152	-831	798	1.175	-376	8.467	16.712	-8.245
	Entre 1995 e 2000	5.886	11.775	-5.889	1.779	3.297	-1.517	958	1.671	-713	8.624	16.743	-8.119
	Entre 2005 e 2010	4.181	7.061	-2.880	2.023	4.815	-2.793	1.249	2.898	-1.650	7.453	14.775	-7.322

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1991; 2000; 2010). Elaboração própria.

A NOVA GEOGRAFIA DA VULNERABILIDADE SOCIAL DOS IMIGRANTES BRASILEIROS DE CURTO PRAZO*

*Ricardo Alexandrino Garcia*⁹

*Ralfo Matos*¹⁰

*Marly Nogueira*¹¹

RESUMO: O propósito desse artigo é participar desse debate, procurando expor um indicador que avalie a vulnerabilidade social dos imigrantes de data-fixa e mapeie sua distribuição espacial em níveis municipal e intramunicipal. Os microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 serviram de base para a construção de um indicador de vulnerabilidade social das famílias brasileiras, levando-se em consideração as informações sobre o grau de inserção educacional, o grau de inserção econômica local e o grau de inserção habitacional. A identificação com mais precisão de subespaços nos quais haja um significativo número de famílias inseridas no circuito formal da economia pode ser estratégico para determinadas políticas públicas, gestão e planejamento regional, com vistas a ampliar vantagens e sinergias derivadas de ganhos resultantes de arranjos produtivos locais ou investimentos particulares geradores de efeitos multiplicadores em amplos espaços geográficos.

Palavras-chave: vulnerabilidade social; imigrantes; Belo Horizonte; Brasil.

INTRODUÇÃO

Empregado em variadas situações, o conceito de vulnerabilidade tornou-se objeto de vários estudos nos últimos anos, sobretudo no que respeita à criação de indicadores mensuráveis, no esforço de identificar grupos e espaços (lugares e regiões) vulneráveis e suas causas principais. Considerando que a configuração socioespacial constitui a base sobre a qual se debruçam os estudos, destaca-se que ao se tratar de vulnerabilidade, os aspectos da exposição a determinados riscos e a capacidade de resposta da população diante de perigo sejam considerados, pois, de acordo com Busso (2001,2002) “la vulnerabilidad es entendida una situación a la que confluyen la exposición a riesgos de distinta naturaleza y la incapacidad de respuesta y la inhabilidad para adaptarse a su materialización”.

Partindo-se do pressuposto que as famílias e/ou pessoas estão em constante exposição a variados riscos, isto é, é grande a probabilidade de um lugar, comunidade, família ou pessoa sofrer algum dano ou avaria, é importante ressaltar que estes riscos são determinados socioespacialmente e que muitas vezes as manobras de sobrevivência nem sempre conseguem lograr êxito total no sentido de garantir a segurança de pessoas ou grupos, mas também lugares. Assim, o significado do perigo é: a materialização do evento negativo que potencialmente pode gerar alguma perda ou danos.

*Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração - ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG nas dependências da UFMG/FACE/CEDEPLAR – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013

⁹ Professor adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG, alexandrinogarcia@gmail.com;

¹⁰ Professor titular do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG, ralfomatos@gmail.com;

¹¹ Professora associada do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG, marlynogueira.geo@gmail.com

A capacidade de resposta das pessoas ou comunidades atingidas pela perda gerada por um impacto negativo é manifestada, segundo Marandola e Hogan (2006), quando há resiliência, capacidade de retomar a situação inicial anterior ao impacto, ou adaptação, pessoas e comunidades e até lugares criam novas maneiras/estratégias de sobrevivência diante do novo equilíbrio, sem retornar ao seu antigo estado. Complementarmente, os autores referidos afirmam que, quando há incapacidade de reposita isto é, quando a intensidade do impacto foi maior que a capacidade de resposta, tem-se o desastre.

Para a geógrafa Cutter (1996), existem três tipos de abordagem da vulnerabilidade, quais sejam, a probabilidade de exposição a um risco ambiental, biofísico ou tecnológico; as consequências adversas e suas probabilidades, configurando a vulnerabilidade social e uma combinação dos dois anteriores, ou o terceiro tipo. O primeiro tipo define vulnerabilidade como “condição pré-existente”. Logo, os trabalhos enfocam na dimensão biofísica e na probabilidade de algum fenômeno natural poder causar algum dano/risco e o perigo propriamente dito. No segundo tipo, os estudos fazem a análise social, constituindo área de interface com a Demografia, por exemplo. Trata-se da capacidade de resposta da sociedade frente aos riscos e perigos a que são expostos. Para o terceiro tipo, a autora em tela, define a vulnerabilidade do lugar, ou seja, para os estudos desta vulnerabilidade do lugar, com total interface com a Geografia, é necessário fazer a conjunção das vulnerabilidades social e biofísica, razão pela qual a autora defende tal objeto como sendo próprio da Geografia.

Na verdade, sabe-se que os estudos de vulnerabilidade desenvolveram-se expressivamente na Geografia e na Demografia, nos últimos anos. Para Marandola Jr e Hogan (2004), os geógrafos são pioneiros nos estudos de risco e perigo, analisando tais aspectos na perspectiva ambiental. Os estudos concentram-se, na Geografia, na dimensão dos *natural hazard*, sendo que somente quando causa algum dano é que se tem o perigo natural.

Entretanto, a partir dos anos de 1980, os geógrafos trocaram suas análises sobre vulnerabilidade dos estudos centrados na natureza, para os centrados na dimensão ambiental (Marandola Jr e Hogan, 2004). Assim, as dimensões da natureza e do socioambiental são consideradas em conjunto, constituindo uma importante evolução e contribuição da Geografia para a análise da vulnerabilidade social.

Nas últimas décadas, muito se tem discutido sobre as dificuldades de construção de um indicador sintético de vulnerabilidade social no Brasil (Rocha, 1994, 1997, 2000, 2001 e 2003; Barros et al, 2000 e 2002; Hoffmann, 2000; Lavinhas, 2005; Lopes et al, 2003; Salama E Destremau, B 1999; Souza, 2004; Vinhais e Souza, 2006). A elaboração de uma medida simples e convincente não é uma tarefa simples e geralmente suscita inúmeras controvérsias (Nahas, 2003). A questão que se coloca é sobre a possibilidade, alcance e oportunidade de se construir um indicador substantivo, que internalize, portanto, parte das questões teóricas associadas à análise socioeconômica e que seja passível de substituir outros disponíveis em face de sua alta capacidade de reprodutibilidade. Diante da insuficiência do grau de cobertura geográfica de várias das estatísticas sociais, como contar com indicadores-síntese que mostrem a evolução das condições de vida e de desenvolvimento de regiões, estados e municípios em países com altas desigualdades socioespaciais e de extensão física apreciáveis? O *IDH - Índice de Desenvolvimento Humano* (FJP, 2003) -, sem dúvida é uma resposta razoável a essa pergunta, porquanto internaliza variáveis reconhecidas internacionalmente, embora não se livre das muitas discussões, nos mais diferentes fóruns de debate, desde a sua adoção. Não é à toa que esse índice possui variações no tocante a renda per capita e ao grau de pobreza aplicáveis a contextos mais ou menos desenvolvidos.

O propósito desse artigo é participar desse debate, procurando expor um indicador que avalie a vulnerabilidade social dos imigrantes de data-fixa e mapeie sua distribuição espacial em níveis municipal e intramunicipal. Assim sendo, caberia indagar sobre a

pertinência desse exercício se afinal o *IDH* já cumpre parte dos objetivos desse estudo e está tão amplamente disponibilizado aos milhares de municípios brasileiros e gestores públicos?

A resposta mais evidente situa-se no título do trabalho. A ideia é utilizar como unidade de análise a família conforme recenseada pelos levantamentos censitários do IBGE e incorporar a ela parte das inúmeras possibilidades dadas pelas variáveis existentes nos censos brasileiros. O alcance espacial do indicador aqui desenvolvido é também maior do que o do pacote *IDH*, já que se presta a aferir condições de vulnerabilidade social de famílias domiciliadas em áreas urbanas e rurais. Adicionalmente, como será mostrado, o mesmo indicador pode ser decomposto até a área mínima de ponderação do IBGE sem perda de consistência, o que permite proceder a investigações de boa qualidade ao nível do intraurbano. A hipótese de se utilizar a mesma medida para a verificação de diferenciais entre diferentes tipos de população é outra vantagem sobre o *IDH* e outros indicadores assemelhados. Não obstante as rotinas requeridas para rodar os microdados para todo o universo e amostra, uma vez obtido o indicador, pode-se, posteriormente, obter numerosos cruzamentos conforme o interesse da pesquisa. O *IDH* e outros índices obtidos por agrupamento e controle de variáveis mediante modelos multivariáveis, tais como a *análise de componentes principais*, *análise de cluster*, *partições difusas (fuzzy cluster)*, produzem medidas menos flexíveis espacialmente, geralmente restritas ao âmbito das unidades da federação e município.

Os microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 serviram de base para a construção de um indicador de vulnerabilidade social das famílias brasileiras, levando-se em consideração as informações sobre o grau de inserção educacional, o grau de inserção econômica local e o grau de inserção habitacional.

MATERIAL E MÉTODOS

Na construção de um indicador sintético de vulnerabilidade social cuja unidade básica é a família, o ponto de partida foi a definição das dimensões que o comporiam. Com base na literatura sobre desigualdade, pobreza e vulnerabilidade social consultada, chegou-se a três dimensões básicas: educação, renda e habitação. Essas dimensões foram selecionadas tendo-se em vista a possibilidade de construção de um modelo determinístico, facilmente aplicável às informações dos Censos Demográficos brasileiros. Uma vez definidas as três dimensões básicas do indicador, buscou-se uma forma de operacionalizá-las. Para tanto, utilizou-se o conceito de inserção que aqui foi empregado no sentido de potencial realizado. Nesse sentido, procurou-se avaliar o grau de inserção das famílias brasileiras, no que tange aos aspectos educacionais econômicos e habitacionais a que estão sujeitas.

No caso do indicador de inserção educacional, a variável chave foi o número de anos de estudos dos membros da família. O nível de inserção educacional foi calculado com base na relação entre o nível educacional, dado por essa variável, de cada membro da família e o nível de referência, de acordo com a idade. Para aqueles que possuíam idade superior a dezessete anos, o nível educacional de referência foi o de 11 anos de estudos; para os de dezessete, 10 anos, para os de dezesseis, 9 anos; e assim sucessivamente até a idade de oito anos cujo nível de referência foi o de 1 ano de estudo. Obtiveram-se, assim, as razões de escolaridade por meio do quociente entre o nível escolar de referência e o nível do indivíduo, cabendo ressaltar que os valores superiores a unidade foram truncados em 1. O grau de inserção educacional familiar foi calculado com base na média aritmética simples das razões de escolaridade dos membros da família, com idade superior a sete anos.

De modo semelhante, o indicador de inserção econômica local foi obtido pela razão entre a renda familiar per capita das famílias e a renda local de referência. Essa renda local de referência foi obtida com base na renda referente à média ponderada das linhas de pobreza das Regiões brasileiras (Rocha, 2003) e corrigida pela diferencial econômico local (*k*). Esse

diferencial, por sua vez foi calculado com base na relação dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores domésticos residentes no local e a média dos rendimentos desses trabalhadores no país - a escolha dessa ocupação se deveu pelo seu caráter frequente e homogêneo em, praticamente, todo o território nacional. No que tange às unidades geográficas de captação dos rendimentos que serviram de base para o cálculo do k, optou-se por trabalhar com as áreas de ponderação do Censo Demográfico desagregadas, quando possível, em rural e urbana. Foi definido, por último, como limites inferiores e superiores da renda local de referência, os valores de 13% e 300%, respectivamente, do salário mínimo vigente na época do recenseamento.

Três variáveis foram trabalhadas na construção do indicador de inserção habitacional: densidade de moradores por banheiros, densidade de moradores por dormitório e densidade de moradores por televisor. Adotaram-se como critério os seguintes valores de referência para a avaliação da adequabilidade habitacional: número máximo de moradores por dormitório igual a dois, número máximo de moradores por banheiro igual a cinco e número máximo de moradores por televisor igual também a cinco. Com isso, pôde-se aplicar o mesmo procedimento dos demais indicadores de inserção, ou seja, a razão entre os valores de referência e os valores observados nos domicílios brasileiros, sendo os valores superiores à unidade truncados em 1. O indicador de inserção habitacional foi calculado com base na média aritmética simples das três razões das densidades de moradores por dormitório, por banheiros e por televisores.

O índice de vulnerabilidade social familiar (IVSF) foi gerado pelo complemento da média aritmética simples dos três indicadores de inserção obtido para cada família brasileira. Por fim, foi atribuído a cada membro da família o valor correspondente ao valor médio calculado para a sua família. Com isso, esse indicador pode ser manuseado como se fosse uma variável derivada dos microdados dos Censos Demográficos. Além disso, esse modelo foi pensado propositadamente para ser facilmente aplicável aos dados dos demais Censos Demográficos, bem como a outras pesquisas públicas do Brasil. As etapas necessárias à construção do indicador de vulnerabilidade social familiar estão sintetizadas no próximo quadro.

Quadro 1. Procedimentos, critérios e variáveis utilizadas na construção do índice de vulnerabilidade social familiar (*IVSF*).

Indicadores	Variável Chave	Critério	Variável intermediária	Procedimento
Inserção educacional	anos de estudo	anos de estudo de referência, específico por idade (11 8; 2 9 ...; 10 17; 11 18)	razões de Escolaridade (RE): razão entre o valor de referência específico e o valor observado para cada membro da família maior de 7 anos de idade; para toda RE > 1, RE = 1	média aritmética simples das razões de escolaridade de cada membro da família com idade superior a 7 anos
Inserção econômica local	renda familiar per capita	renda local de referência: linha de pobreza corrigida pelo diferencial econômico local (k); os limites inferior e superior desse critério foram definidos, respectivamente, em 13% e 300% do Sal. Min.	diferencial econômico local (k): razão entre a média dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores domésticos locais e a média dos rendimentos da totalidade desses trabalhadores	Razão de Renda (RR): razão entre o valor da renda local de referência e o valor da renda familiar per capita. Para toda RR > 1, RR = 1
Inserção habitacional	densidade de moradores por dormitório	valor de referência: at é 2 moradores por dormitório	razão de dormitório (RD): razão entre o valor de referência e o valor observado no domicílio de residência da família; para toda RD > 1, RD = 1	média aritmética simples das razões de dormitório, banheiros e televisores do domicílio de residência da família
	densidade de moradores por banheiros	valor de referência: at é 5 moradores por dormitório	razão de banheiros (RB): razão entre o valor de referência e o valor observado no domicílio de residência da família; para toda RB > 1, RB = 1	
	densidade de moradores por televisores	valor de referência: at é 5 moradores por dormitório	razão de televisores (RT): razão entre o valor de referência e o valor observado no domicílio de residência da família. para toda RT > 1, RT = 1	
Índice de vulnerabilidade social familiar				1 menos a média aritmética simples dos índices de Inserção educacional, econômico local e de habitação

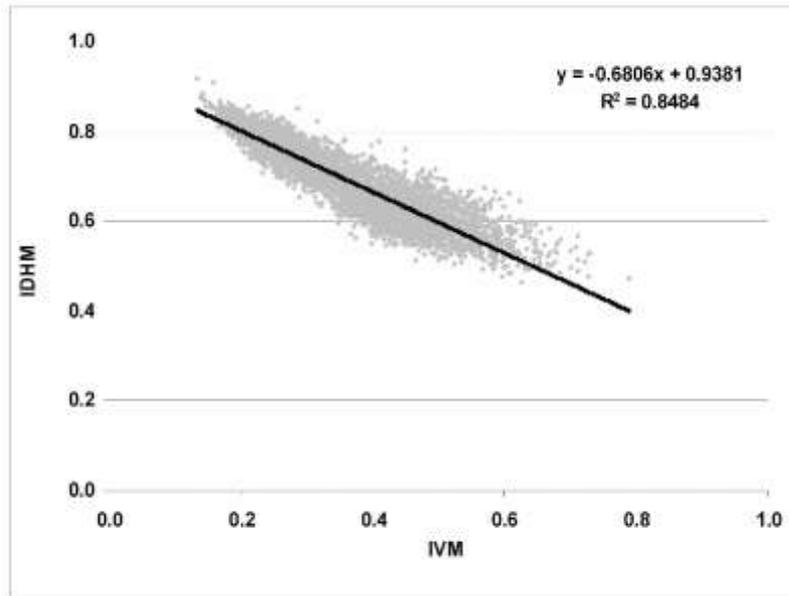
Validação do Modelo

A validação do *IVSF*, aqui proposto, se deu pela comparação entre os valores médios obtidos deste indicador, para cada um dos 5507 municípios brasileiros em 2000, e os respectivos valores municipais do *índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM* (FJP, 2003). À média municipal do *IVSF*, deu-se o nome de *índice de vulnerabilidade municipal (IVM)* e, para que se evitassem possíveis distorções decorrentes dos efeitos de composição familiar, optou-se por extrair essa medida tendo como denominador a população residente, e não o número de famílias do município. Com isso, aumenta-se a participação das famílias menos favorecidas, uma vez que essas tendem a ser mais numerosas.

O Gráfico 1 ilustra a relação observada entre o *IVM* e o *IDHM*. Tal como pode ser percebido na dispersão dos 5507 pontos que representam os valores desses indicadores ao longo dos municípios brasileiros, há uma forte relação inversamente proporcional entre eles. Isso fica evidente no cálculo do seu índice de correlação linear, que foi inferior a -0,92. Já o efeito marginal do índice de vulnerabilidade foi dá ordem de -0,7, o que significa que, em média, a cada 10 pontos de elevação do *IVM*, o *IDHM* cai em 7 pontos. Nota-se ainda que o percentual da variância do *IDHM* explicada pelo *IVM* foi de aproximadamente 85%, conforme o valor do coeficiente de determinação (R^2).

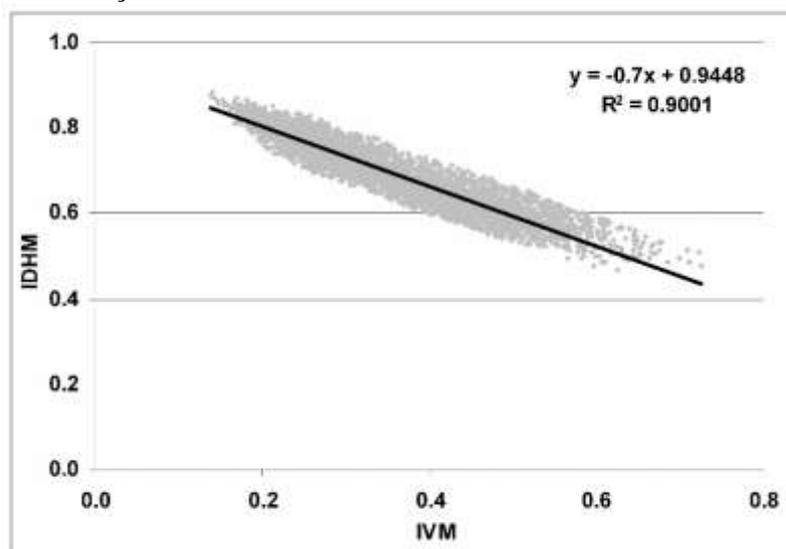
Ao se eliminar 287 *outliers*, ou seja, 287 casos que fogem substancialmente da tendência geral observada, melhorou-se consideravelmente o ajuste entre os dois indicadores. O índice de correlação linear, que era de -0,92 passou para -0,95; o efeito marginal do índice de vulnerabilidade se mantém em -0,7, mas o percentual da variância do *IDHM* explicada pelo *IVM*, era de aproximadamente 85%, passou para 90%, conforme o valor do coeficiente de determinação (R^2), tal como informa o Gráfico 2.

Gráfico 1. Diagrama de dispersão do índice de vulnerabilidade (IVM) municipal versus o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM), equação da regressão linear, coeficiente de determinação e linha de tendência.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 (microdados); FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Gráfico 2. Diagrama de dispersão do índice de vulnerabilidade (IVM) municipal versus o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM), equação da regressão linear, coeficiente de determinação e linha de tendência.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 (microdados); FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

RESULTADOS

O IVSF, como foi visto, se ajusta fortemente ao inverso do IDHM. De tal forma que mapear a distribuição espacial do primeiro seria equivalente a mapear a distribuição espacial do segundo, pelo menos no que tange à escala igual, ou superior, à municipal. Poder-se-ia indagar, então, qual o valor médio municipal de IVSF em função de um determinado atributo como, por exemplo, situação de domicílio ou, ainda, indagar qual o percentual da população municipal que se encontra acima ou abaixo de um determinado valor do IVSF; ambas as operações são impossíveis de serem feitas diretamente com o IDHM.

O Mapa 1 ilustra a distribuição espacial do IVSF médio dos imigrantes municipais residente nas áreas urbanas. Tal como o esperado, os maiores gradientes de vulnerabilidade foram encontrados em municípios da Região Nordeste, bem como na Região Norte. No Sudeste, as áreas rurais mais vulneráveis foram as do nordeste do Estado de Minas Gerais, mas também foi possível identificar, porém numa densidade muito menor, áreas vulneráveis no interior do Estado do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Chama atenção, por outro lado, áreas rurais pouco vulneráveis do eixo que liga São Paulo à Brasília, bem como a região norte do Estado do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina.

Para efeito do mapeamento do percentual da população vulnerável dos municípios brasileiros, foram considerados como vulneráveis todos os indivíduos cujo IVSF fosse superior a 0,25 - algo equivalente a um IDHM inferior a 0,77 segundo a equação do Gráfico 2. Com isso, pôde-se determinar o contingente de população migrante vulnerável e identificar quais municípios detinham os maiores percentuais de vulnerabilidade desse grupo, ou seja, municípios com estoques relativos de migrante com IVSF superior a 0,25.

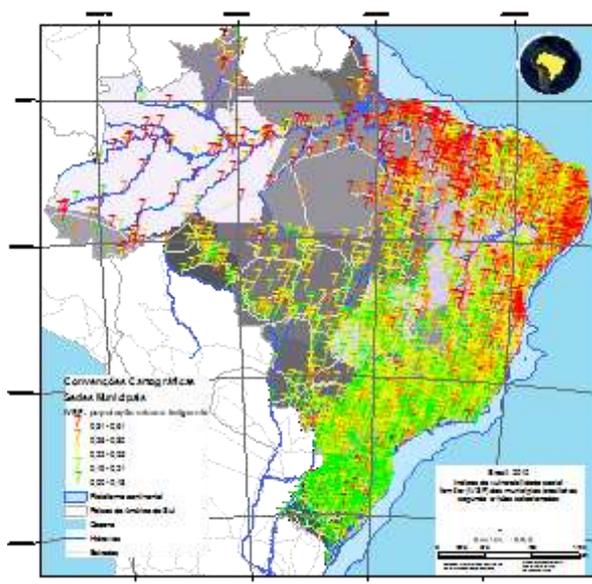
Foram classificados como municípios de alta de vulnerabilidade social todos aqueles que apresentaram percentuais de imigrantes vulneráveis superiores a 75%. O Mapa 2 ilustra a distribuição espacial desses municípios no que tange aos imigrantes residentes em áreas urbanas. No Brasil, a quantidade de municípios com alta incidência de vulnerabilidade social entre os imigrantes urbanos soma 171 ou, aproximadamente, 3% do total de municípios. Nesse cartograma fica evidente que os municípios com os maiores contingentes de população migrante urbana vulnerável encontram-se nas Regiões Norte e Nordeste, embora haja foco de

grades estoques relativos de população imigrante urbana vulnerável em municípios do Sul e Sudeste, principalmente no Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. Interessante notar ainda as localidades de alta incidência de população vulnerável no sudeste do Estado de Minas Gerais, no interior do Estado de São Paulo, do Estado de Paraná, Santa Catarina e mais acentuadamente no Rio Grande do Sul.

É nítido o aumento do número de municípios com elevados percentuais de população imigrante vulnerável, quando se considera os residente em áreas rurais. O Mapa 3 caracteriza a distribuição espacial do gradiente de IVSF médio referente aos imigrantes rurais vulneráveis. A quantidade de municípios em que este índice foi superior à 0,44 foi de 1113 ou, aproximadamente, 20% do total de municípios. Nota-se ainda, que eles encontram-se espalhados de modo similar aos indicadores dos imigrantes urbanos. Em relação àquele cartograma, entretanto, chama atenção o expressivo aumento dos municípios localizados nas Regiões Sul e Sudeste, principalmente, no Estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Por outro lado, percebe-se que a região cujos municípios possuem menores índices de imigrantes rurais vulneráveis localiza-se no norte do Estado de São Paulo, no Triângulo Mineiro, no noroeste do Paraná e na região central do Rio Grande do Sul.

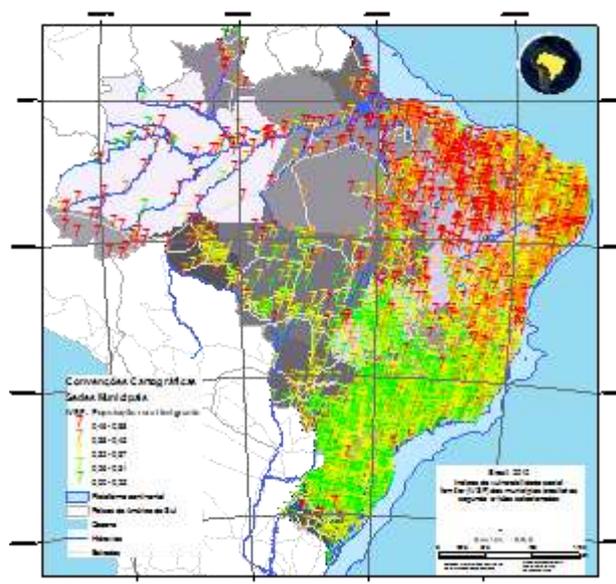
No que tange à distribuição espacial dos municípios cujos percentuais da população rural imigrante vulnerável foi superior a 75%, o Mapa 4 informa que o número dessas localidades foi de apenas 2051, o que corresponde a, aproximadamente, 37% do total de municípios brasileiros. A análise do cartograma revela que esses municípios encontram-se preferencialmente na Região Nordeste, principalmente, em áreas próximas ao litoral dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Observa-se uma distribuição menos concentrada nos Estados da Bahia, Piauí e Maranhão, embora sejam expressivos os números de seus municípios com elevados percentuais de vulnerabilidade. Em sentido contrário, o Estado do Mato Grosso do Sul participa com poucos municípios nesta situação. As demais Regiões também contribuem significativamente com municípios de elevada vulnerabilidade entre os imigrantes rurais.

Mapa 1. Brasil: 2010. Índices de Vulnerabilidade Municipal da População Urbana Imigrante.



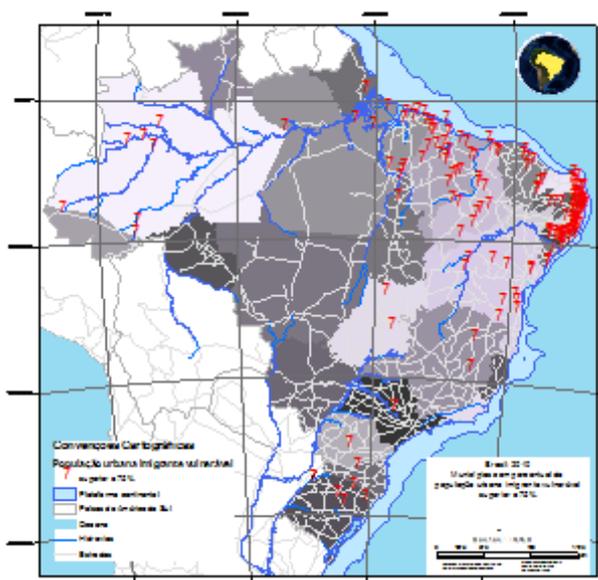
Fonte: Censo Demográfico de 2010 (microdados).

Mapa 3. Brasil: 2010. Índices de Vulnerabilidade Municipal da População Rural Imigrante.



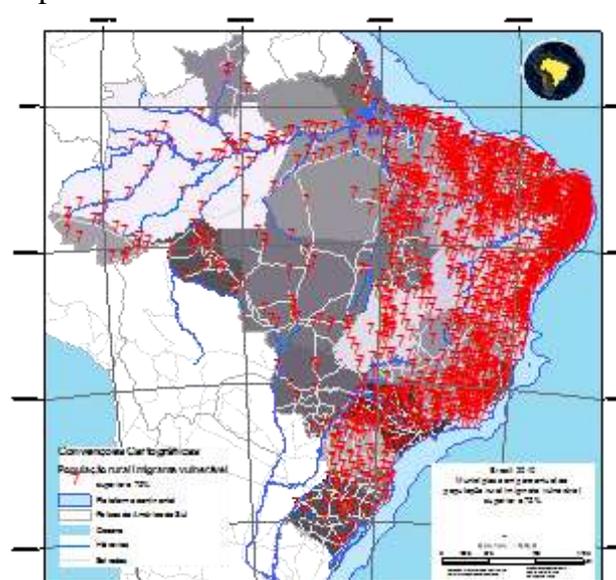
Fonte: Censo Demográfico de 2010 (microdados).

Mapa 2. Brasil: 2010. Municípios com Percentual de População Urbana Imigrante Vulnerável superior a 75%.



Fonte: Censo Demográfico de 2010 (microdados).

Mapa 4. Brasil: 2010. Municípios com Percentual de População Rural Vulnerável superior a 75%.



Fonte: Censo Demográfico de 2010 (microdados)

No caso específico do município de Belo Horizonte, analisar-se-á o comportamento do IVSF segundo algumas características selecionadas. Essa seleção se deu com base no debate recente sobre os determinantes da desigualdade social no Brasil, que consideram relevantes aspectos étnicos, evidenciados pelos conceitos de cor ou raça, bem como a dimensão dos movimentos populacionais no espaço geográfico, ou seja, a migração. Nesse sentido, levantaram-se os IVSF da população belo-horizontina, segundo cor ou raça e status migratório. Essas informações podem ser observadas na Tabela 1.

Belo Horizonte suportava, em 2010, uma população de pouco mais de 2.375.000 habitantes e, segundo as informações da Tabela 1, seu IVFS foi calculado em 0,18, significando que, em média, a população do município apresenta um grau de vulnerabilidade social abaixo do considerado crítico, que foi o de 0,25. Ao se analisar o comportamento desse indicador em função da variável raça ou cor, verificou-se que somente os grupos brancos e amarelos encontravam-se em situação aceitável, estando abaixo do nível crítico, mas em termos comparativos, o grau de vulnerabilidade social da população preta foi duas vezes maior que o da população branca. Outro dado interessante foi verificado quando se analisou o comportamento do indicador de vulnerabilidade social em função das áreas de origem dos imigrantes de data-fixa, ou seja, daqueles que não residiam em Belo Horizonte, em julho de 2005. Os imigrantes provenientes do exterior ou de municípios não mineiros tenderam a apresentar um grau de vulnerabilidade baixo, próximo ao da população branca. Nos demais casos ocorreu justamente o contrário: o grau de vulnerabilidade médio desses grupos se aproximou daquele da população em geral. Exceto pelos casos em que o quesito *raça ou cor* foi ignorado, nenhum outro grupo obteve um grau de vulnerabilidade superior ao da população preta, configurando assim ser este o grupo social mais vulnerável, com base nessas informações (Tab. 1).

Tabela 1 Belo Horizonte: 2010. Índices de vulnerabilidade social familiar, segundo características selecionadas.

	População	IVSF
Raça ou Cor		
Branca	1 101 397	0,13
Preta	243 985	0,23
Amarela	25 606	0,20
Parda	1 000 021	0,22
Indígena	3 958	0,22
Ignorado	184	0,34
Total	2 375 151	0,18
Imigrante de curto prazo		
Retorno	42 895	0,15
Imigrante Intraestadual	81 606	0,14
Imigrante Interestadual	41 329	0,13
Imigrante Internacional	5 397	0,10
Total	171 227	0,14

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (microdados)

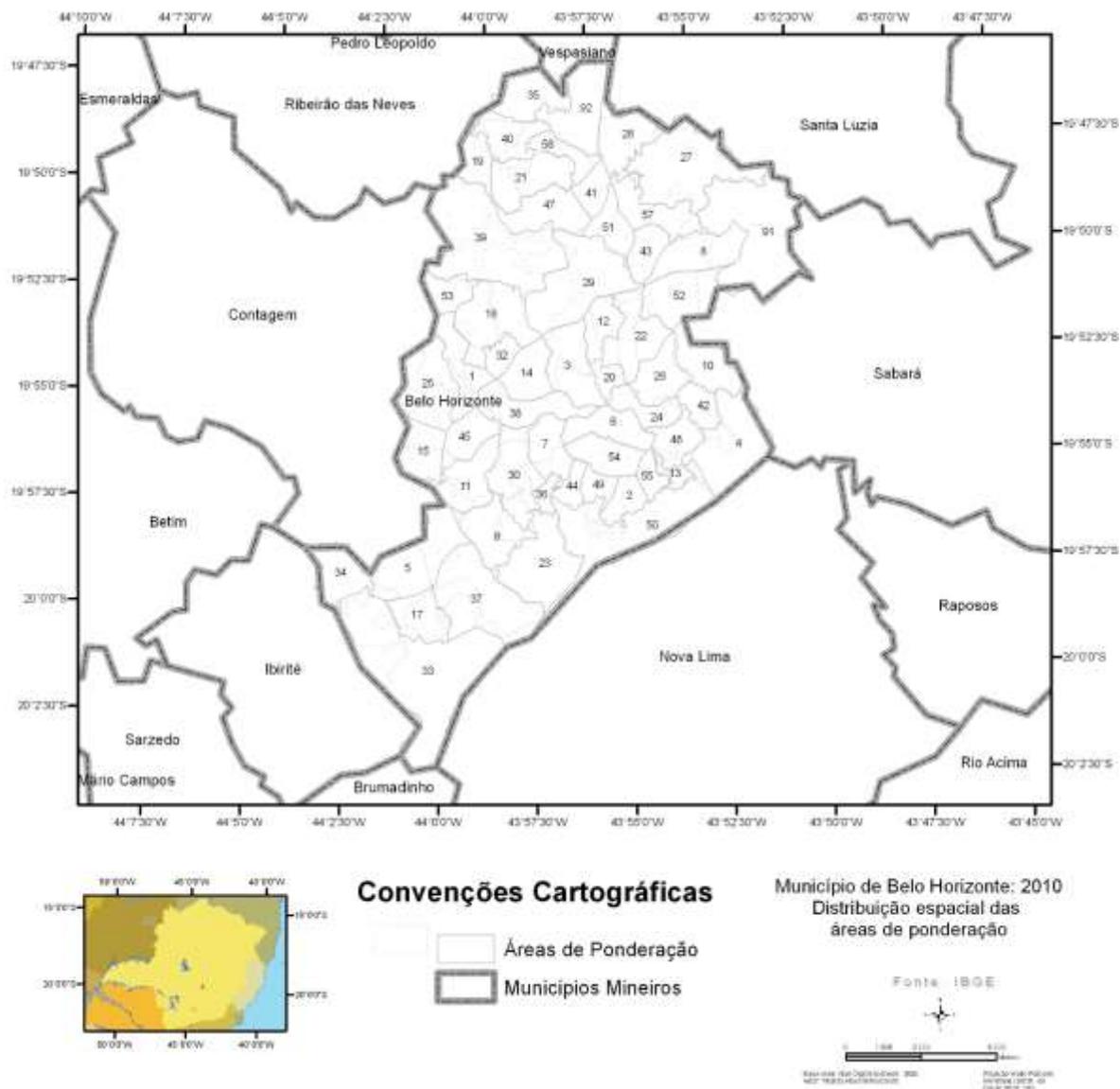
Em termos intramunicipais, análises sobre os parâmetros do IVSF restringem-se às unidades geográficas mínimas disponibilizadas pelo IBGE nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, que são as áreas de ponderação (areap). Essas áreas correspondem aos agregados de setores censitários e conformam, na grande maioria das vezes, um conjunto de

bairros orientados ao planejamento do poder público local. Belo Horizonte dividia-se, em 2000, um total de 58 areap's, mas para efeitos desse estudo, trabalhar-se-á com 56, pois duas foram agregadas a outras duas, para fins de elevação da população residente nessas localidades. Em 2010, essas áreas sofreram algumas modificações de seus contornos, tal como pode ser percebido no Mapa 5, no qual pode ser observada a fragmentação territorial do município da capital mineira em função dessas unidades geográficas.

Os Mapas 6 a 11 trazem o comportamento do IVSF com base neste recorte espacial, segundo as características selecionadas anteriormente. A análise do conjunto dos seis cartogramas permite afirmar que a vulnerabilidade social tende a reproduzir, na escala intramunicipal, aspectos semelhantes ao da escala regional, principalmente no que tange a sua dependência espacial, ou seja, seu comportamento varia em função do espaço geográfico que lhe serve de cenário.

A análise com base no mapeamento dos diferenciais de vulnerabilidade ao longo das áreas de ponderação no município aponta no sentido de existirem espaços diferenciados, nos quais a manifestação da vulnerabilidade é mais ou menos intensa, dependendo de sua localização geográfica. Neste sentido, é notável a manutenção das áreas centrais como as regiões de menor vulnerabilidade, mesmo quando se cruzam informações referentes às dimensões raça/cor ou *status* migratório.

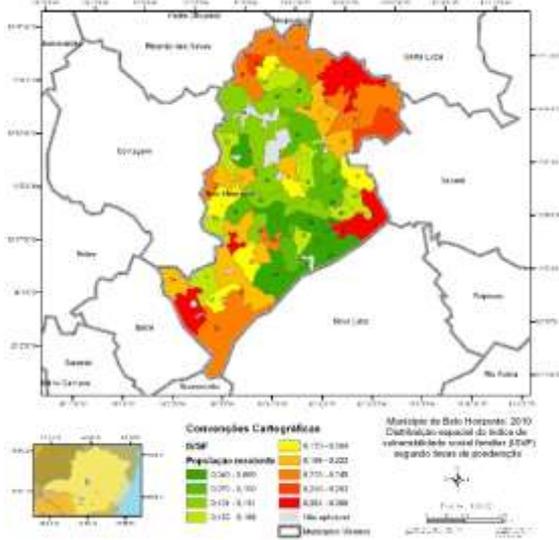
Mapa 5. Belo Horizonte: 2000. Áreas de Ponderação¹².



Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).

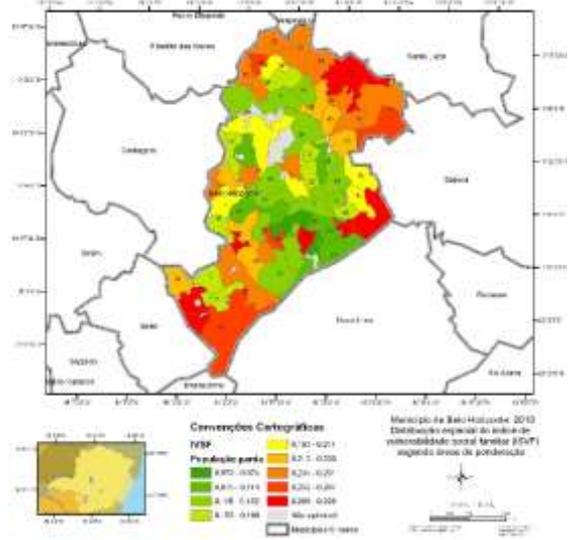
¹² As 56 áreas de ponderação consideradas, com base na nomenclatura do Censo de 2000, foram: Abílio Machado (1), Anchieta/Sion (2), Antônio Carlos/Prado Lopes (3), Taquaril/Baléia (4), Bairro das Indústrias/Barreiro de cima (5), Barro Preto/Centro/Francisco Sales (6), Barroca (7), Belmonte (8), Betânia (9), Santa Inês/Boa Vista/Mariano de Abreu (10), Cabana (11), Cachoeirinha (12), Cafezal (13), Caiçara (14), Camrgos/Santa Maria (15), Cardoso (17), Castelo/Ouro preto (18), Céu Azul (19), Concórdia (20), Copacabana/São João Batista (21), Cristiano Machado (22), Estoril/Buritis/Pilar Oeste (23), Floresta/Santa Tereza (24), Glória (25), Instituto Agrônômico (26), Isidoro Norte/Jardim Felicidade (27), Jaqueline (28), Jaraguá/São Francisco/UFMG (29), Jardim América (30), Jardim Montanhês (32), Jatobá/Barreiro do Sul (33), Lindéia (34), Mantiqueira/Sesc (35), Morro das Pedras (36), Barreiro de Cima/Olhos D'água (37), Padre Eustáquio (38), Graças/Braúnas/Pampulha (39), Piratininga (40), Planalto (41), Pompéia (42), Primeiro de Maio (43), Prudente de Moraes (44), PUC (45), Santa Amélia (47), Santa Efigênia (48), Santo Antônio (49), Mangabeiras/Belvedere/Barragem Santa lúcia (50), São Bernardo (51), São Paulo/Goiania (52), Sarandi/Confisco (53), Savassi (54), Serra (55), Tupi/Floramar (57), Venda Nova (58), Capitão Eduardo/Ribeiro de Abreu (91), Serra verde/Jardim Europa (92).

Mapa 6. Belo Horizonte: 2010. Índices de Vulnerabilidade Social Familiar da População Residente.



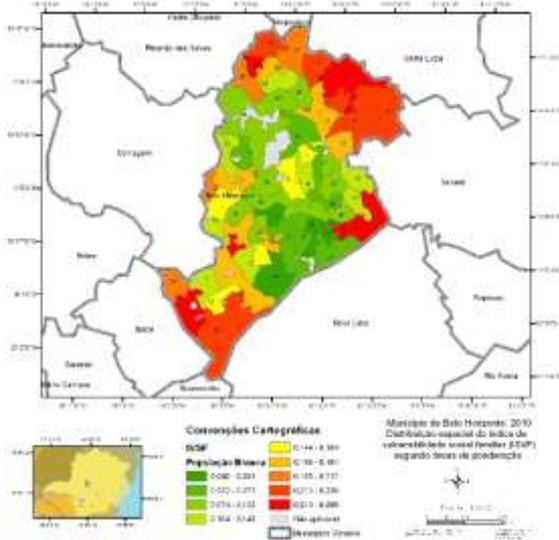
Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).

Mapa 8. Belo Horizonte: 2010. Índices de Vulnerabilidade Social Familiar da População Parda.



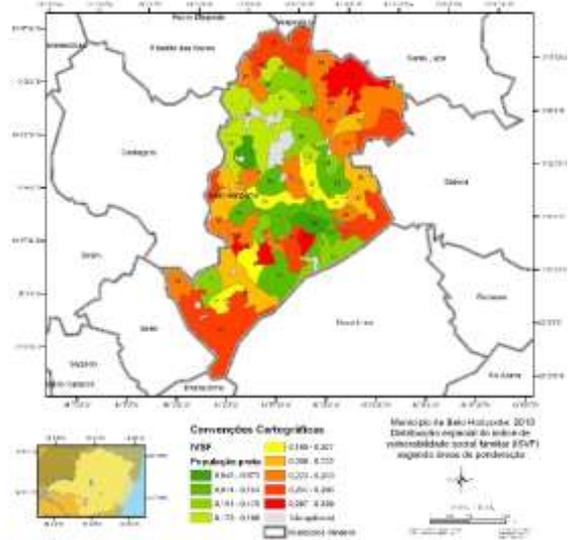
Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).

Mapa 7. Belo Horizonte: 2010. Índices de Vulnerabilidade Social Familiar da População Branca.



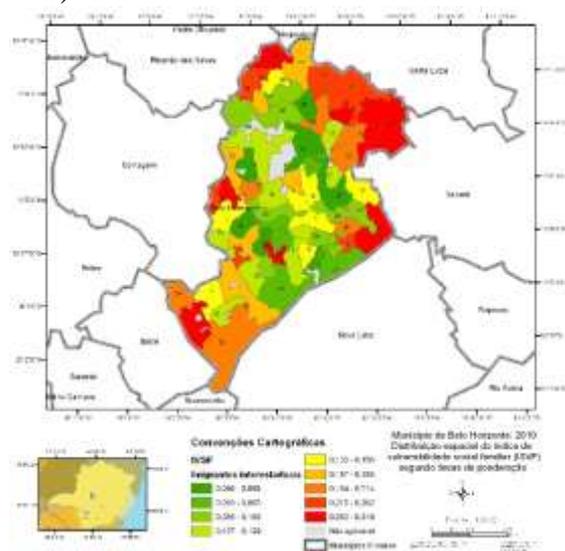
Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).

Mapa 9. Belo Horizonte: 2010. Índices de Vulnerabilidade Social Familiar da População Preta.



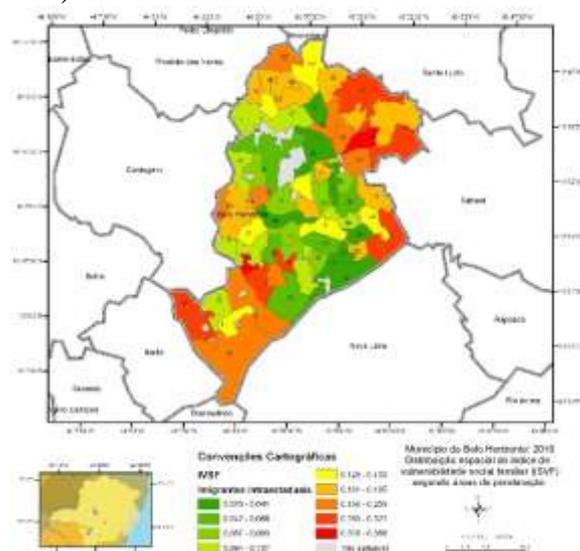
Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).

Mapa 10. Belo Horizonte: 2010. Índices de Vulnerabilidade Social Familiar da População Imigrante Interestadual (data-fixa).



Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).

Mapa 11. Belo Horizonte: 2010. Índices de Vulnerabilidade Social Familiar da População Imigrante Intraestadual (data-fixa).



Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados alcançados e as comparações efetuadas com o IDH mostraram-se convincentes e validaram o indicador aqui trabalhado. Revelou-se este robusto e capaz de apontar diferenciais intermunicipais e intramunicipais no tocante a chamada vulnerabilidade social. Ao que tudo indica o IVSF é sensível às condições de vida e de desenvolvimento das localidades e regiões o que lhe confere a característica de indicador socioespacial de um grupo específico da população brasileira, os imigrantes de data-fixa. Novos testes e exercícios poderão trazer resultados mais detalhados à medida que seu uso explore melhor outras variáveis censitárias relativas à pessoa. Por ora, conviria salientar o alcance espacial (macro e micro) do IVSF, sua flexibilidade em termos de uso, aplicação diretamente associada à instituição família, o que introduz uma série de possibilidades teóricas derivadas da ideia de desenvolvimento humano, como propunha Amartya Sen, em fins do século passado.

Uma última consideração deve ser feita a propósito do uso nesse estudo do termo inserção. Entende-se que é metodologicamente consistente e até politicamente correto a elaboração de medidas de não inserção, ou exclusão, como testemunha a literatura recente sobre o tema. É bem provável que a exclusão em economias de mercado periféricas seja a tônica dominante na contemporaneidade e que as áreas de inclusão não passem de ilhas de prosperidade cercadas por mares de pobreza. Mas, mesmo essa constatação merece comprovação empírica, sobretudo tendo em vista o fato de que a realidade social se apresenta muito dinâmica nos últimos dois decênios. Se o capitalismo cria ciclos de produção de riqueza, mas sucateia empregos e provoca exclusão, também instaura situações de inserção mesmo que de alcance discutível e de impactos intersetoriais mal conhecidos.

A inserção deve, portanto ser especificada. É contingente e pode ser provisória, mas ainda assim é inserção, seja ao emprego formal, seja à moradia e saneamento, seja à rede de educação e saúde, seja à mera condição de consumidor. Parte dela é inserção no padrão de comportamento tido como moderno das sociedades de consumo contemporâneas e pode ser um simples resultado da expansão do salário mínimo, das garantias sociais, dos efeitos do microcrédito ou da bolsa família. Não importa. A avaliação das condições de vida das populações, notadamente nos lugares onde elas vivem e se reproduzem, continua sendo uma prioridade da análise nas ciências sociais aplicadas, mesmo quando tudo indica que a exclusão econômica é maior que a inclusão. Ademais, a identificação com mais precisão de subespaços nos quais haja um significativo número de famílias inseridas no circuito formal da economia pode ser estratégico para determinadas políticas públicas, gestão e planejamento regional, com vistas a ampliar vantagens e sinergias derivadas de ganhos resultantes de arranjos produtivos locais ou investimentos particulares geradores de efeitos multiplicadores em amplos espaços geográficos. É evidente que essas possibilidades de identificação de espaços especiais virtuosos podem ser exploradas a partir da utilização do indicador aqui apresentado.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, R. P., HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 17p. (Texto para discussão; 857) Disponível em: <
http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0857.pdf >.

_____. 2000. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R.(Org.) **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, p.21-47.

_____. 2000. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 15 (42).

BUSSO, Gustavo. Vulnerabilidad social: nociones e implicâncias de políticas para latinoamérica a inícios del siglo XXI. **Seminario Interncional – las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social em América Latina y Caribe**. Naciones Unidas, CEPAL: CELADE, Divisiósn de población: Santiago, 2001. Acessado em 25 de janeiro de 2013.

BUSSO, Gustavo. **Vulnerabilidad sociodemográfica em Nicaragua: un desafio para el crecimiento econômico y la reducción de la pobreza**. Série Población y desarrollo. CEPAL: Santiago, 2002.

CUTTER, S. **Vulnerability to environmental hazards**. Progress in Human Geography 20, 4 – 1996 pp.529-539.

FJP. 2003. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: 1991-2000**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; IPEA, PNUD.

HOFFMANN, R. 2000. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. O. (Ed.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, p.81-107.

IBGE. 2002. Censo Demográfico de 2000 – microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. (Disponível em CD-ROM)

JANNUZZI, P. 2001. **Indicadores Sociais no Brasil; conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea.

LAVINAS, L. 2005. **A Melhor Linha de Pobreza para o Brasil**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ.

LOPES, H. M., MACEDO. P. B. R., MACHADO, A. F. 2003. **Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro**. Texto para Discussão (223). Belo Horizonte: Cedeplar. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20223.pdf>>.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidade e riscos: entre a Geografia e a Demografia. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu (MG). **Anais. ABEP, 2004** (Disponível em CD-ROM)

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. **As dimensões da vulnerabilidade**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan/mar. 2006. Disponível em: [HTTP://www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br). Em 25 janeiro de 2013.

NAHAS, M. I. P. 2003. Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: discussão teórico-metodológica. 29p. Disponível em:<http://www.virtual.pucminas.br/idhs/site/conteudo/pobreza_artigos.htm>.

ROCHA, S. 2003. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 244 p.

_____. 2001. Medindo a pobreza no Brasil: evolução metodológica e requisitos de informação básica. In: LISBOA, M. B., MENEZES-FILHO, N.A. (Orgs.) **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 51-78.

_____. 2000. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, R. O. (Ed.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, p.109-127.

_____. 1997. Do Consumo Observado à Linha de Pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 27(2): p.313-52.

_____. 1994. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SALAMA, P., DESTREMAU, B. 1999. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Garamond,. 160p.

SOUZA, A. P. F. 2004. Por uma Política de Metas de Redução da Pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, 18(4): 20-27.

VINHAIS, H., SOUZA, A. P. 2006. Pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza no Brasil. **Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia**. São Paulo: Anpec. Disponível em: < <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A140.pdf>>.

OS MIGRANTES DA REGIÃO SUL DO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XXI****.

*Rita Rocha**

RESUMO: Este ensaio apresenta algumas características do fenômeno migratório para a Região Sul do Brasil, a partir dos microdados do Censo de 2010. Utilizando os microdados do Censo de 2010, de maneira mais detalhada, se observam características dos emigrantes e imigrantes tais como idade, sexo e principais pontos de origem e destino dos mesmos no território brasileiro, desde a perspectiva regional até a estadual. Por último são apresentadas as conclusões e considerações finais indicando-se algumas temáticas que merecem ser aprofundadas.

Palavras-chave: Mobilidade Espacial da População; Migração Intra-Regional; Migração Inter-Regional, Região Sul.

1 APRESENTAÇÃO

Este ensaio apresenta algumas características do fenômeno migratório para a Região Sul do Brasil, a partir dos microdados do Censo de 2010. Inicialmente são apresentase os objetivos do estudo e algumas considerações sobre a migração/ mobilidade enquanto fenômeno e sobre a fonte de dados utilizada no trabalho: os censos demográficos. Explicitase o conceito de migrante e a metodologia adotada, identificando os dados utilizados e a forma de análise dos resultados. Em seguida são feitas algumas considerações sobre a dinâmica migratória da Região Sul do Brasil nos últimos anos para que se possa analisar o fenômeno enquanto processo histórico, identificando as antigas tendências se mantêm ou se modificam.

Utilizando os microdados do Censo de 2010, de maneira mais detalhada, se observam características dos emigrantes e imigrantes tais como idade, sexo e principais pontos de origem e destino dos mesmos no território brasileiro, desde a perspectiva regional até a estadual. Por último são apresentadas as conclusões e considerações finais indicando-se algumas temáticas que merecem ser aprofundadas.

2 OBJETIVO

O objetivo do estudo é identificar as tendências e características dos movimentos migratórios para a Região Sul do Brasil durante o primeiro decênio de 2000. Analisa-se o fenômeno migratório de maneira processual, ou seja, comparando a evolução dos indicadores de migração ao longo das últimas três décadas.

São analisadas as características sociodemográficas tais como sexo e idade ao migrar e o comportamento dos migrantes quanto aos principais pontos de origem e destino dos mesmos no território brasileiro, buscando relacioná-los a processos maiores que vem configurando a mobilidade interna do Brasil nos últimos anos.

3 ALGUMAS NOTAS SOBRE O FENÔMENO MIGRATÓRIO

**** Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração - ABEP, realizado em Belo Horizonte - MG nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013.

* doutoranda em Demografia pela Unicamp.

A migração, assim como a natalidade e a mortalidade, constitui uma das componentes da dinâmica demográfica. Porém, como um fenômeno essencialmente social, ele é bem mais complexo e difícil de ser mensurado.

O ato de migrar geralmente está relacionado a escolhas pessoais, determinado pelas mais diversas motivações, com destaque para aquelas ligadas à busca por melhores salários e qualidade de vida.

Existe uma ampla diversidade de definições para migração que variam segundo fatores diversos com destaque para as condicionadas pelos quesitos de tempo e espaço. E, ainda, a partir da combinação destas duas nuances, se obtém uma grande variedade de modalidades migratórias.

A Organização das Nações Unidas define migração como a passagem de uma zona a outra definida por uma distância mínima específica, que se faz durante um intervalo de tempo e que implica uma mudança de residência. Já Bilsborrow afirma que para que um movimento seja considerado como migração a mudança tem de transcender aos limites territoriais. Para *Giusti y Calvelo* migração implica uma mudança no espaço de vida, ou seja, de outras relações além da residência tais como local de trabalho e exercício das atividades sociais e de lazer (CUNHA, 2012).

A mobilidade espacial da população constitui um conceito mais amplo. É a ‘habilidade’ de movimentação do indivíduo no espaço. A mobilidade engloba tanto o fenômeno migratório, que considera a mudança de lugar de residência, como também os chamados movimentos pendulares^{****}, que se dão em um espaço temporal diário (CUNHA, 2011).

Quando se fala em migração enquanto processo social, fala-se em um fluxo de pessoas que pode ser curto ou de longa duração e que necessariamente pode possuir vários pontos de origem e destino, que inclusive pode apresentar também pontos intermediários. Nos estudos de migração é comum primeiramente identificar os fluxos, posteriormente verificam-se as causas estruturais que o motivam, para em seguida compreender alguns movimentos associados a este quadro conjuntural. E, dentro do contexto das transformações das estruturas econômicas e sociais, as migrações internas merecem destaque, sobretudo no âmbito regional (SINGER, 1980).

4 FONTE DE DADOS E A MENSURAÇÃO DO FENÔMENO MIGRATÓRIO

O fenômeno migratório constitui um importante componente da mudança populacional, mas é um processo complexo de ser acompanhado em função de seu dinamismo.

O censo demográfico constitui a principal fonte de dados para estimar a migração de maneira direta^{****}. Ele possui cobertura e representatividade demográfica, mas sua periodicidade decenal dificulta o acompanhamento fidedigno das distintas modalidades de migração.

Por um lado há limitação de quesitos quanto à temática migração. Por outro lado, investigar coerentemente o fenômeno requer perguntas com alto grau de especificidade.

Uma das dificuldades identificadas na captação de dados é a descontinuidade das perguntas sobre migração. Algumas vezes há retrocessos de um censo para o outro que impossibilitam o acompanhamento do fenômeno migratório.

^{****} O fenômeno da pendularidade não será abordado neste estudo uma vez que ela se relaciona mais com os movimentos intermunicipais e metropolitanos e não aos interestaduais e inter-regionais, que constituem o foco do trabalho.

^{****} Por outro lado, com métodos de mensuração indireta da migração utilizam-se informações relativas ao crescimento vegetativo, que permitem estimar saldos migratórios.

Outro problema é que as informações se referem ao momento do censo e não de ocorrência do fenômeno, ou seja, os dados sociodemográficos coletados não se referem ao momento da migração e sim ao momento da entrevista. Tabulações especiais podem ser feitas para tentar contornar este fato. Uma delas é a obtenção da idade do indivíduo ao migrar efetuada neste trabalho. Porém, a recuperação da informação, por exemplo, da condição de ocupação do indivíduo no ato da migração, de maneira a perceber sua evolução socioeconômica, fica comprometida.

Outro elemento a considerar é que o censo capta informações apenas dos migrantes sobreviventes.

Existe uma grande variedade de conceitos de migração que devem ser pensados de acordo com as especificidades do recorte espacial e da modalidade migratória que se deseja estudar. E, ainda, que as possibilidades de mensuração do fenômeno muitas vezes condicionam ou mesmo limitam a definição de migrante a ser adotada em exercícios empíricos.

Apesar das limitações apontadas, o censo é a principal fonte de informações para mensurar o fenômeno migratório. Assumindo essas limitações e adotando recursos metodológicos apropriados é possível explorar os dados de maneira a desenvolver trabalhos que contribuam para reconhecer processos de mobilidade, explorando seu caráter temporal e espacial.

5 FORMAS DE ANÁLISE DOS DADOS

São utilizados neste estudo os microdados do Censo Demográfico 2010 referentes à pessoa. O migrante é o indivíduo que declarou residir a menos de 10 anos na Unidade da Federação de residência atual.

Foram utilizados os dados de migração denominados de “última etapa”, que faz referência ao último movimento feito pelo indivíduo no intervalo entre os censos, reconhecendo suas limitações de mensuração quando empregado para cálculo de alguns indicadores tais como o saldo migratório, uma vez que o movimento é feito ao longo dos dez anos.

Para a mensuração da migração interna utiliza-se o pressuposto de existência de uma população fechada, embora se saiba que existam trocas migratórias com o exterior, facilitadas, sobretudo pela condição geográfica da Região Sul, que faz fronteira com outros países.

Foram consideradas duas perguntas principais do questionário. A primeira e principal delas é se a pessoa já havia morado em outra Unidade da Federação. A segunda questiona sobre quantos anos o indivíduo mora na Unidade de Federação de residência atual. Portanto, uma pessoa que declarou ter morado em outro Estado, mas que já possuía tempo de moradia no Estado de residência atual, onde foi entrevistado, superior a 10 anos, não foi incluída no banco de dados. Considera-se que movimentos migratórios ocorridos a mais de 10 anos tenham sido registrados em censos anteriores.

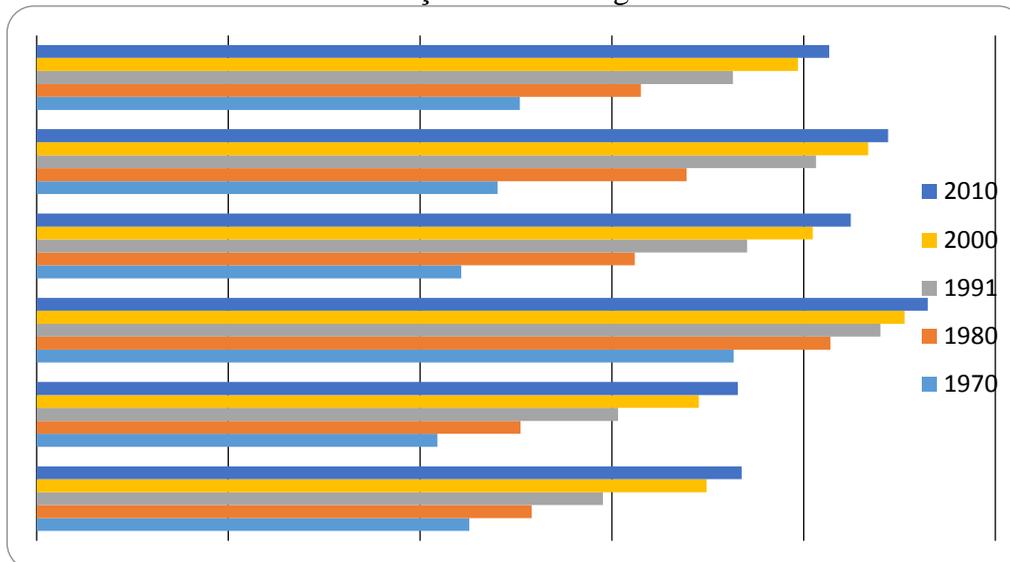
Sobre as características demográficas do migrante foram utilizados os dados sobre sexo e idade ao migrar de maneira a identificar o perfil do indivíduo que teve como origem ou destino a Região Sul do Brasil durante a década de 2000.

6 A DINÂMICA URBANA E MIGRATÓRIA DA REGIÃO SUL

A Região Sul do Brasil, composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, faz fronteira^{§§§§} ao norte com as regiões Sudeste e Centro-Oeste do país, com as quais mantém relação de destaque nas trocas migratórias internas.

Observando o gráfico 01 nota-se que a Região Sul do Brasil, assim como o restante dos países, passou por um rápido processo de urbanização. Ainda em 1991 ela já possuía quase 75% de área urbana e chega a 2010 com aproximadamente 85% de sua população morando em cidades.

Gráfico 1 - Grau de Urbanização Brasil e Regiões Brasileiras: 1970-2010.



Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

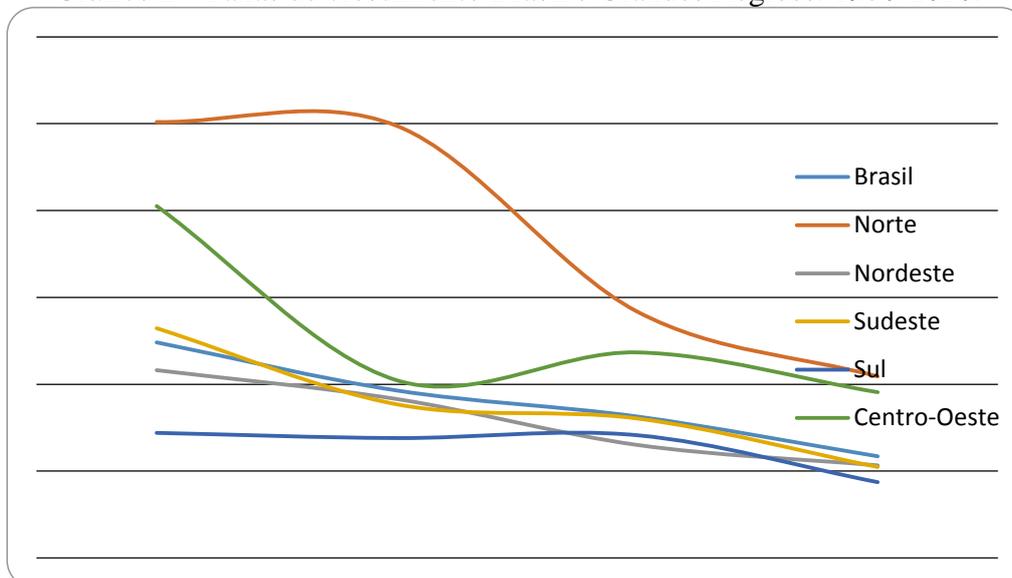
Antes da década de 70, sobretudo no período de 1940-1970, a Região Sul cresceu acima da média nacional, devido à consolidação das fronteiras agrícolas. O Paraná se destacava como estado que mais crescia, mas esse processo se inicia primeiramente pelo Rio Grande do Sul e depois se repete também em Santa Catarina (MAGALHÃES, 1997).

Na década de 70 esse processo de incremento do crescimento populacional no Sul começa a se reverter, o que tem relação direta com o sistema de modernização da agricultura que passa a atuar de forma negativa na retenção de população. Outro fator que pode explicar essa freada de crescimento se relaciona com o esgotamento das terras para expansão, que direciona a ocupação das fronteiras agrícolas, para além dos limites territoriais da Região Sul. Esses movimentos tinham como origem o extremo Sul em direção ao Centro-Oeste do país.

Durante a década de 2000 a tendência de redução do crescimento se mantém. Segundo o Censo de 2010 a população da Região Sul do Brasil é de 27.386.891, correspondendo a 14,4% da população total brasileira. Na última década ela cresceu a uma taxa de 0,87%, bem mais baixa que a média de crescimento do Brasil que é de 1,17% ao ano. Observa-se uma redução do crescimento da população do Sul, já que no período de 1991-2000 essa taxa era de 1,41%, quando ela também crescia a um ritmo mais lento do que a do Brasil 1,63%.

^{§§§§} Embora os Estados da Região Sul façam fronteira com outros países, a migração internacional não será tratada neste estudo, cujo foco é a mobilidade espacial interna da população.

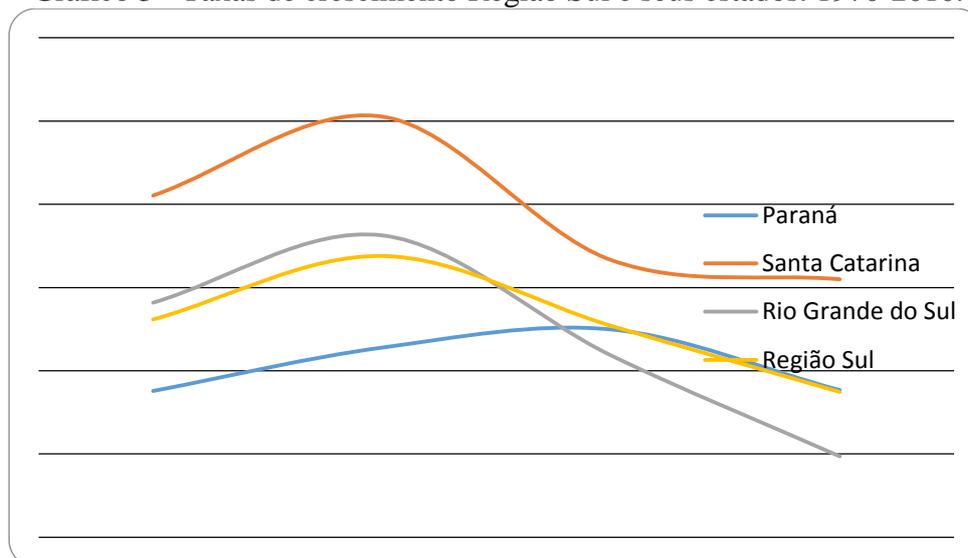
Gráfico 2 - Taxas de crescimento Brasil e Grandes Regiões: 1970-2010.



Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

Decompondo os dados das taxas de crescimento da Região Sul, por estado, observa-se que, todas seguem a tendência brasileira de diminuição do ritmo de crescimento da população. Não fosse a taxa de crescimento atual do estado de Santa Catarina de 1,5%, que chega a ser três vezes maior que a do Rio Grande do Sul, a Região Sul apresentaria uma média ainda menor que a de 0,87%.

Gráfico 3 - Taxas de crescimento Região Sul e seus estados: 1970-2010.



Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

Tabela 2 - Indicadores de Migração Região Sul: 1991, 2000 e 2010.

Indicadores de Migração Região Sul: 1991.				
Indicadores de Migração	Paraná	Santa	R. G.do Sul	R. Sul
Total de imigrantes (I)	606114	331064	237822	1175000
Total de emigrantes (E)	1087598	276411	299035	1663043,96
Migração Líquida (I-E)	-481484	54653	-61213	-488044
Migração Bruta (I+E)	1693712	607475	536857	2838044
Índice de Eficácia Migratória	-0,28	0,09	-0,11	-0,17
Indicadores de Migração Região Sul: 2000.				
Indicadores de Migração	Paraná	Santa	R. G.do Sul	R. Sul
Total de imigrantes (I)	633400	403769	263544	1300713
Total de emigrantes (E)	820925	295498	285844	1402266,622
Migração Líquida (I-E)	-187525	108271	-22300	-101554
Migração Bruta (I+E)	1454325	699267	549388	2702980
Índice de Eficácia Migratória	-0,13	0,15	-0,04	-0,04
Indicadores de Migração Região Sul: 2010.				
Indicadores de Migração	Paraná	Santa	R. G.do Sul	R. Sul
Total de imigrantes (I)	649067	618129	292636	1559832
Total de emigrantes (E)	738089	328653	384031	1450773
Migração Líquida (I-E)	-89022	289476	-91395	109059
Migração Bruta (I+E)	1387156	946782	676667	3010605
Índice de Eficácia Migratória	-0,06	0,31	-0,14	0,04

*Quociente entre (I-E) e (I+E).

Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

Observando a tabela 02 nota-se que os estados do Paraná e Rio Grande do Sul apresentam migração líquida negativa para as três décadas consecutivas. Logo, o número de pessoas que deixam o estado é superior aos que chegam. Diferente de Santa Catarina que possui migração líquida positiva em toda a série temporal considerada, o que explica o crescimento populacional do estado observado no Gráfico 03. Já o Rio Grande do Sul apresenta uma evasão populacional considerável de 2000 para 2010.

Observando o Índice de Eficácia Migratória para a Região Sul nota-se que havia uma tendência de emigração que vem se revertendo ao longo das décadas de 1991, 2000 e 2010 para uma maior retenção de pessoas: -0,11, -0,04 para +0,04. Trabalhos anteriores como os de Cunha e Baerninger (2006) já relatavam a tendência de diminuição da evasão populacional no Sul do país, com destaque para o papel exercido pelo Paraná neste processo.

7 OS MIGRANTES DA REGIÃO SUL

Para efeitos de mensuração do fenômeno migratório é considerado imigrante neste estudo todo indivíduo que declarou morar a menos de 10 anos em um dos três estados da Região Sul.

Com relação aos volumes de imigração, a Região Sul vem desde 1991 mantendo um padrão característico. Na década de 80 os imigrantes somavam um total de 1.175.000 pessoas. Na década de 90, esse número é de 1.300.713. Já na década de 2000 esse número chega a 1.559.832. Quando avaliamos o percentual de imigrantes em relação à população total constata-se respectivamente 5,3%, 5,2% e 5,7%, para os três períodos considerados: Censo de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 3 - Distribuição de imigrantes pela Região Sul por UF (2010).

Distribuição de imigrantes na Região Sul por UF (2010)		
Região Sul	imigração	% imigração
Paraná	649067	41,6
Santa Catarina	618129	39,6
Rio Grande Sul	292636	18,8
total	1559832	100,0

Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

Avaliando os dados do censo de 2010 sobre imigração constata-se que o Estado que mais registra a presença de imigrantes é o Paraná com 649.967(41,6%), em seguida vem Santa Catarina com 618.129 (39,6%) e por último o Rio Grande do Sul: 18,8%.

Sobre a origem dos imigrantes constata-se que é bem forte a migração intra-regional no Sul, sendo que 48,5% dos imigrantes vêm de estados da própria Região. Em segundo temos a Região Sudeste com 32,2%. No Paraná quase 50% dos imigrantes vieram do Sudeste. Esse fluxo é bem menor para Santa Catarina 17% e o Rio Grande do Sul 24,9%. Outra Região que se destaca como origem de imigrantes é a Centro Oeste. Eles eram 10,3% dos imigrantes de todo o estado do Rio Grande do Sul e 12,5% do Paraná.

Tabela 4 - Distribuição de imigrantes da Região Sul e seus estados por Grandes Regiões.

Origem dos imigrantes dos Estados do Sul por Região (2010)								
UF atual	SUL		PARANÁ		SANTA CATARINA		R.G. SUL	
UF anterior	absoluto	% imigração	absoluto	% imigração	absoluto	% imigração	absoluto	% imigração
norte	51781	3,3	27483	4,2	10972	1,8	13326	4,6
nordeste	108923	7,0	42589	6,6	37621	6,1	28713	9,8
sudeste	501947	32,2	323738	49,9	105318	17,0	72891	24,9
sul	757246	48,5	174004	26,8	435741	70,5	147501	50,4
centro oeste	139937	9,0	81252	12,5	28478	4,6	30207	10,3
Total	1559834	100,0	649066	100	618130	100	292638	100

Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

Dos imigrantes do Sul do país que vieram do Sudeste destacam-se os fluxos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Para o Rio Grande do Sul há um fluxo considerável de mineiros também.

No caso dos movimentos dentro da própria Região Sul, os que mais se movimentam em direção aos outros estados são os catarinenses. Dos que saem da Região Centro Oeste do país para o Sul, a grande maioria vem de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Dos que vem do Nordeste destaca-se como origem a Bahia, Pernambuco e Ceará. E dos que vem da Região Norte verifica-se um fluxo considerável de Rondônia, sobretudo para o Paraná, e do Pará, sobretudo para Santa Catarina (Ver Anexo I).

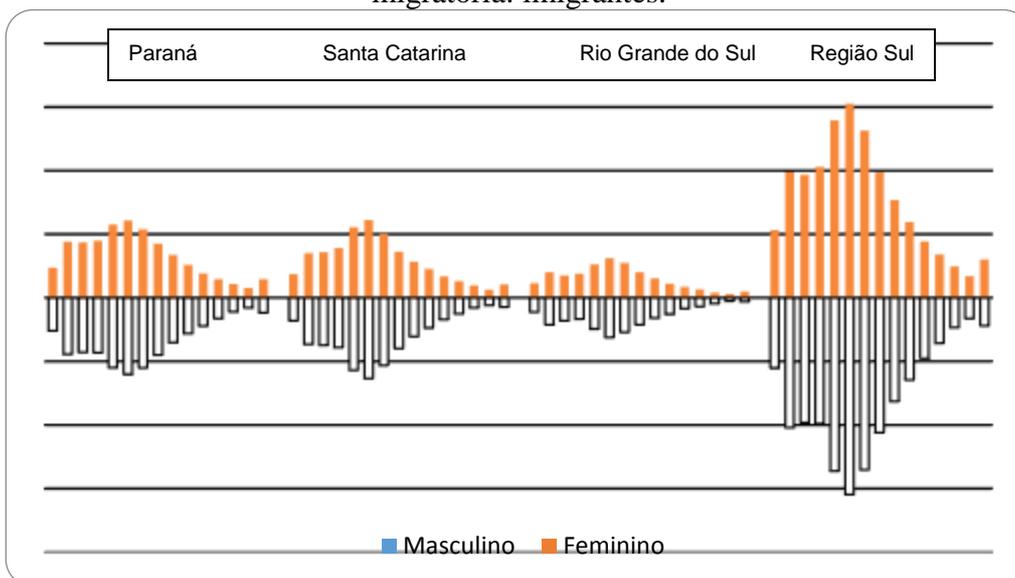
Tabela 5 - Principais origens de imigrantes que tem como destino os estados da Região Sul do Brasil****.

Principais origens de imigrantes para Estados do Sul.		
Destino: Paraná		
	absoluto	(%)
Total de imigrantes no Paraná	649066	100,0
São Paulo	271796	41,9
S. Catarina	123806	19,1
R. G. Sul	50198	7,7
Destino: Santa Catarina		
	absoluto	(%)
Total de imigrantes em SC	618130	100,0
Paraná	247.073	40,0
Rio Grande do Sul	188.668	30,5
São Paulo	79.157	12,8
Destino: Rio Grande do Sul		
	absoluto	(%)
Total de imigrantes no RGS	292638	100,0
S. Catarina	100.148	34,2
Paraná	47.353	16,2
São Paulo	37.946	13,0

Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

Analisando os gráficos 04 e 05 seguintes nota-se que a distribuição etária da população que imigra para os estados do Sul é muito parecida, embora os volumes sejam visivelmente maiores para o Paraná, Santa Catarina e muito menores para o Rio Grande do Sul. Predomina a migração no grupo etário de 15-64 anos que concentra cerca de 75% do total de imigrantes.

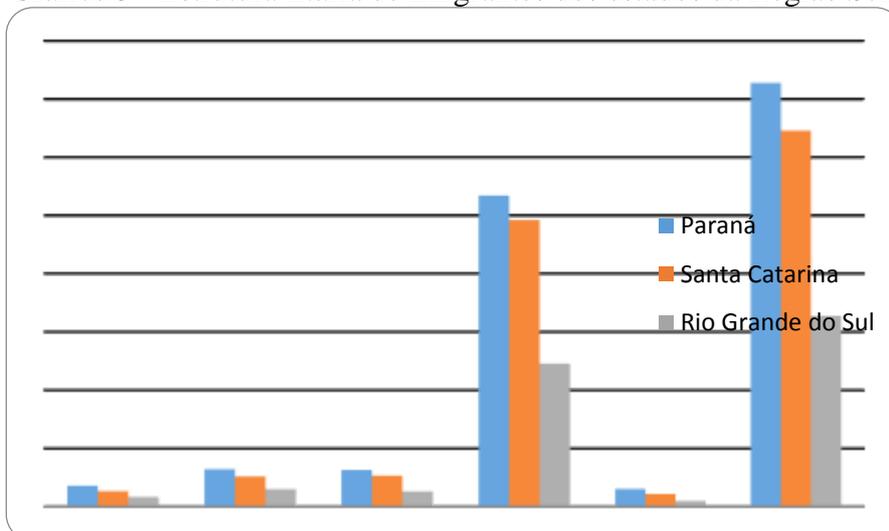
Gráfico 4 - Pirâmide etária população da Região Sul e estados segundo condição migratória: imigrantes.



Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

**** Para ver lista completa de Regiões e Estados, ver Anexo I.

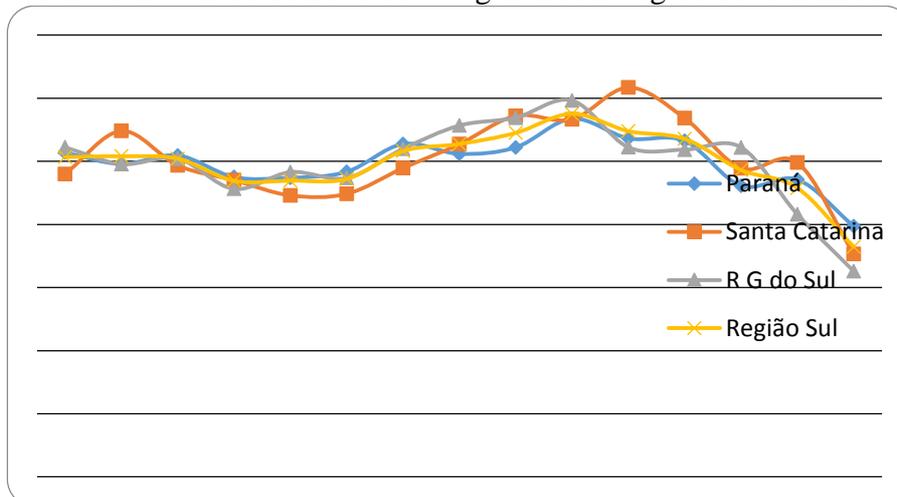
Gráfico 5 - Estrutura Etária de Imigrantes dos estados da Região Sul.



Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

Observando o gráfico de razão de sexo para os imigrantes nota-se um comportamento característico com a diminuição da razão de sexo em função da maior mortalidade nos grupos etários masculinos jovens e uma diminuição progressiva a partir do grupo etário de 50 anos, confirmando a tendência brasileira de maior expectativa de vida feminina.

Gráfico 6 - Razão de Sexo dos Imigrantes da Região Sul e estados.



Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

8 OS EMIGRANTES DA REGIÃO SUL

Para efeitos de mensuração do fenômeno migratório é considerado emigrante neste estudo o indivíduo natural de um dos três estados da Região Sul que, na data da entrevista do censo morava a menos de 10 anos em uma Unidade de Federação diferente da que nasceu.

O Rio Grande do Sul é o primeiro dos três estados a expulsar população, seguido de Santa Catarina e depois do Paraná, que teve uma dinâmica bem diferente dos outros dois estados (MAGALHÃES, 1997).

Na década de 90, 31% dos sulistas que emigravam seguiam para a Região Centro Oeste e 53% para o Sudeste. São Paulo se destacava como principal destino dos emigrantes (MAGALHÃES, 1997).

Estados como Paraná e Minas Gerais passam a partir da década de 80, a diminuir seu fluxo de emigração para São Paulo. Este processo tem relação direta com a desconcentração industrial em direção a estes estados, com a retenção de grande parte da população em suas Regiões Metropolitanas (CUNHA e BAERNINGER, 2006).

Dentre os estados da Região Sul, o que mais perde população durante a década de 2000 é o Paraná 738.089 (50,9%), em seguida Rio Grande do Sul 384.031 (26,5%) e por último Santa Catarina 328.653 (22,7%).

Observa-se uma tendência de desaceleração do processo emigração da Região Sul, ou seja, com o passar do tempo tem diminuído a população que deixa os estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Em termos percentuais, o volume de pessoas que se muda em direção a outros estados varia de 7,5% (1991), 5,6% (2000) e 5,3 (2010). Em valores absolutos temos 1.663.044 (1991), 1.402.267 (2000) e 1.450.773 (2010).

Tabela 6 - Distribuição de emigrantes da Região Sul por estado (2010).

Distribuição de emigrantes dos estados do Sul por Região (2010)		
Sul	emigração	% emigração
Paraná	738089	50,9
Santa Catarina	328653	22,7
Rio Grande Sul	384031	26,5
total	1450773	100,0

Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

Sobre o destino dos emigrantes da Região Sul observa-se que 52,2% se deslocam dentro da própria Região, ou seja, predomina a migração intra-regional entre pessoas que se deslocam entre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O segundo maior destino dos sulistas é a Região Sudeste 26,7% e 13,1% deles se direcionam para os estados do Centro Oeste.

Tabela 7 - Destino de emigrantes da Região Sul por Região (2010).

Destino dos emigrantes dos estados do Sul por Região (2010).								
UF atual	Sul		Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
UF anterior	absoluto	% emigração	absoluto	% emigração	absoluto	% emigração	absoluto	% emigração
norte	52769	3,6	33.786	4,6	7995	2,4	10988	2,9
nordeste	62768	4,3	26.697	3,6	12800	3,9	23271	6,1
sudeste	387579	26,7	265.235	35,9	55607	16,9	66737	17,4
sul	757246	52,2	294426	39,9	223954	68,1	238866	62,2
centro oeste	190411	13,1	117948	16,0	28295	8,6	44168	11,5
Total	1450773	100,0	738.092	100	328651	100	384030	100

Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

Os sulistas que mais se deslocam dentro da Região Sul são os catarinenses 68,1%, o Rio Grande do Sul 62,2% e por último o Paraná onde 39,9% dos destinos são para fora da Região Sul, sendo este último o que mais contribui para os dados de emigração para estados de outras regiões. Possivelmente isso se explique por sua condição geográfica, a fronteira com outras regiões do país (Centro Oeste e Sudeste). Cerca de 83% dos paranaenses que se deslocam dentro da Região Sul tem como destino o estado vizinho de Santa Catarina. Para os gaúchos esse volume chega a 79%.

A maioria dos paranaenses se desloca para as Regiões Sudeste 35,9% e Centro-Oeste 16% do país. Já os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam um fluxo bem

menor e muito similar entre eles para o Sudeste 16,9% e 17,4%, respectivamente. Os paranaenses são os que mais emigram para a Região Centro-Oeste 16%, chegando a apresentar quase o dobro do volume de Santa Catarina para a mesma Região 8,6%. Esse volume é 11,6% para o Rio Grande do Sul. Os volumes de emigração para os estados das Regiões Norte e Nordeste não chegam a 6%.

Dentre os estados da Região Sudeste que mais recebem sulistas está São Paulo, Rio de Janeiro e em seguida Minas Gerais. Sendo que 85% dos paranaenses que se deslocam para o Sudeste vão para São Paulo.

Tabela 8 - Principais destinos de emigrantes dos estados da Região Sul^{****}.

Principais destinos de emigrantes dos estados do Sul.		
Origem: Paraná		
	absoluto	(%)
Total de emigrantes no Paraná	738.092	100,0
S. Catarina	12584	1,7
São Paulo	123806	16,8
R. G. Sul	50198	6,8
Origem: Santa Catarina		
	absoluto	(%)
Total de emigrantes em SC	328651	100,0
Paraná	123.806	37,7
Rio Grande do Sul	100.148	30,5
São Paulo	38.682	11,8
Origem: Rio Grande do Sul		
	absoluto	(%)
Total de emigrantes no RGS	384030	100,0
S. Catarina	188.668	49,1
Paraná	50.198	13,1
São Paulo	37.690	9,8

Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

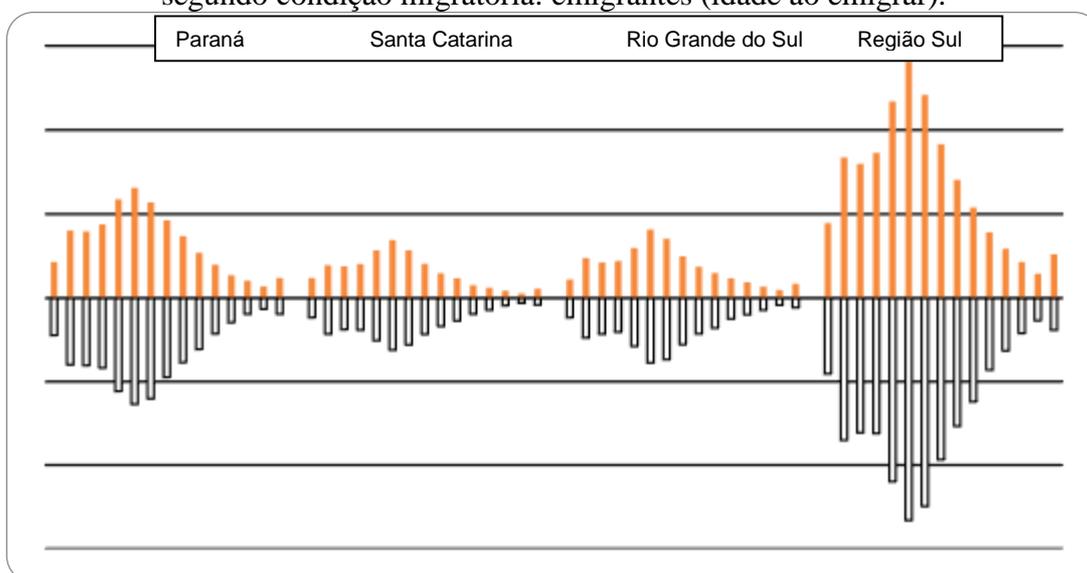
Os sulistas que vão em direção ao Centro Oeste se direcionam para os estados do Mato Grosso e, em segundo, Mato Grosso do Sul. Destaca-se um fluxo considerável de pessoas do Rio Grande do Sul para o Distrito Federal (22,5%).

Com relação aos que se deslocam em direção ao Nordeste, destaca-se a Bahia, Ceará e Pernambuco. No caso da Região Norte, destacam-se como destino os estados de Rondônia, Pará e Tocantins como destino. Observa-se também um fluxo considerável de pessoas que saem do Rio Grande do Sul para o Amazonas.

Observando os três gráficos seguintes nota-se que a distribuição etária da população que deixa os estados do Sul é bem parecida, embora os volumes sejam visivelmente maiores para o Paraná. Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam uma emigração consideravelmente menor. Predomina a emigração no grupo etário de 15-64 anos que concentra cerca de 75% do total de emigrantes.

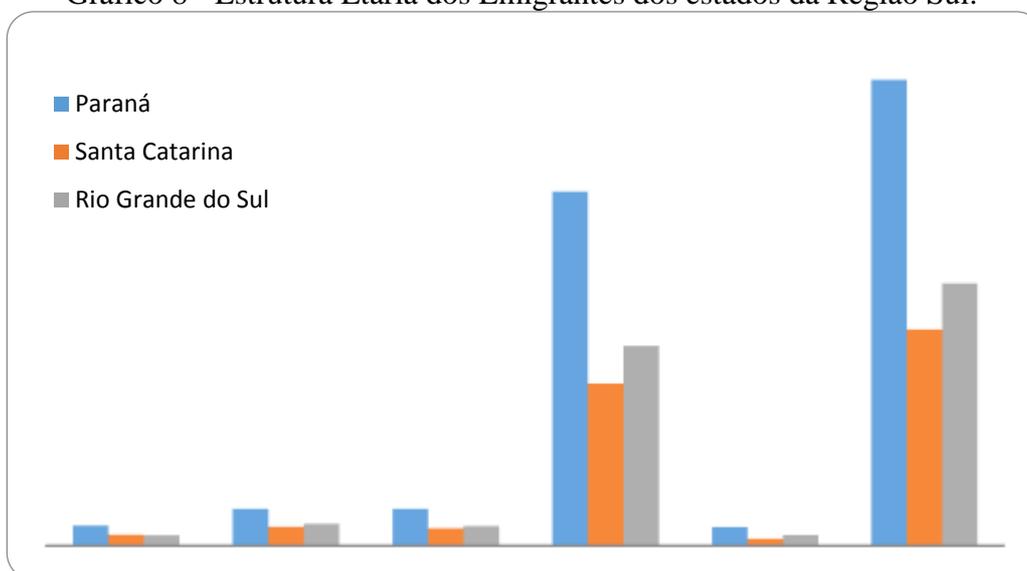
**** Para ver lista completa de Regiões e Estados, ver Anexo II.

Gráfico 7 - Pirâmide etária comparativa de volume da população da Região Sul e estados segundo condição migratória: emigrantes (idade ao emigrar).



Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

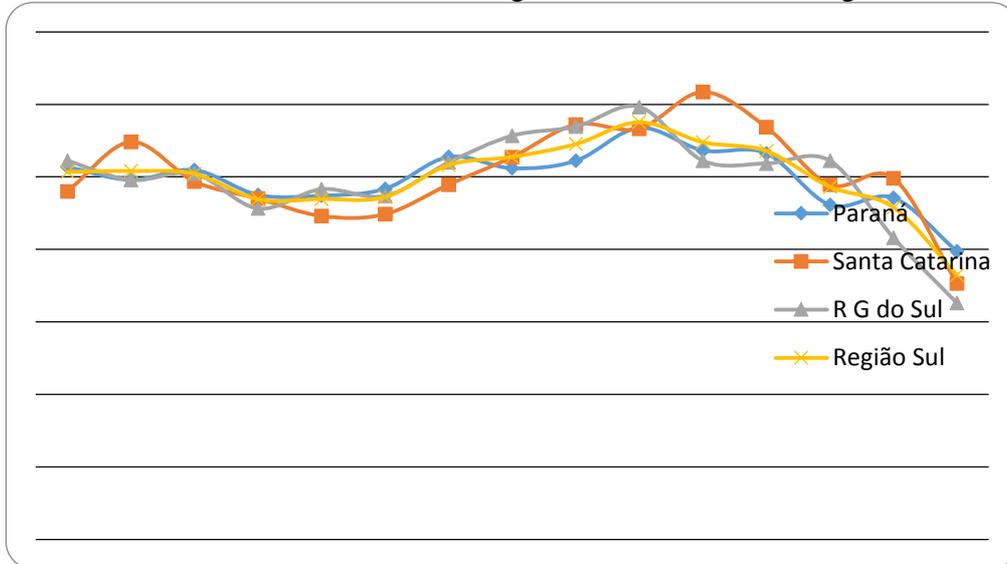
Gráfico 8 - Estrutura Etária dos Emigrantes dos estados da Região Sul.



Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

Observando o gráfico de razão de sexo para os emigrantes nota-se um comportamento característico com a diminuição da razão de sexo em função da maior mortalidade nos grupos etários masculinos jovens e uma diminuição progressiva a partir do grupo etário de 50 anos, confirmando a tendência brasileira de maior expectativa de vida feminina.

Gráfico 9 - Razão de Sexo de Emigrantes dos estados da Região Sul.



9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mensuração do fenômeno migratório requer cuidados especiais com relação à base de dados utilizada e ao conceito de migração a ser adotado. Sendo assim, inicialmente destacaram-se neste estudo algumas particularidades da principal fonte de dados de migração: o censo demográfico. Algumas ressalvas foram feitas também quanto ao conceito de migração utilizado e a forma de utilização dos dados.

Quanto à dinâmica populacional, durante a pesquisa foi constatado que a Região Sul do Brasil cresceu acima da média nacional, sobretudo no período de 1940-1970. Esse crescimento se associa a expansão das fronteiras agrícolas que se iniciam pelo Rio Grande do Sul. A partir da década de 70 esse processo de crescimento inicia um quadro de reversão que, segundo os dados explorados para o censo de 2010, parece se manter até hoje. Porém, o estado de Santa Catarina apresenta um crescimento populacional de quase duas vezes a média da Região Sul.

Deste a década de 80 Santa Catarina apresenta saldos migratórios positivos (MAGALHÃES, 1998). Essa tendência se perpetua. Já naquela época municípios como Joinville Blumenau começam a atrair população. É um estado que merece um estudo mais aprofundado sobre os principais municípios e regiões que contribuem para esse crescimento que, sem dúvida alguma, está diretamente relacionado com o incremento do fluxo de imigrantes que chegam ao estado, que em sua maioria vem da própria região: Paraná e Rio Grande do Sul.

O que os dados demonstram é que a Região Sul do Brasil, que durante bastante tempo manteve fortes relações de trocas migratórias com as regiões Centro Oeste e Sudeste hoje prevalecem as trocas intraregionais com os estados vizinhos. As taxas de crescimento, com exceção de Santa Catarina, são extremamente baixas limitando-se praticamente ao crescimento vegetativo.

Sobre o destino dos emigrantes da Região Sul observa-se que 52,2% se deslocam dentro da própria Região, ou seja, predomina a migração intra-regional entre pessoas que se deslocam entre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O segundo maior destino dos sulistas é a Região Sudeste 26,7% e 13,1% deles se direcionam para os estados do Centro Oeste.

Uma temática que merece ser discutida é o papel das Regiões Metropolitanas neste processo de retenção da população que emigra. Já na década de 80 a Região Metropolitana de Curitiba recebia grande parte da população do campo expulsa por processos de mecanização e pela extensão das grandes propriedades de terras. Trabalhos anteriores como os de Cunha e Baerninger (2006) já relatavam a tendência de diminuição da evasão populacional no Sul do país, com destaque para o papel exercido pelo Paraná neste processo. Lembrando que a cultura do Planejamento urbano e regional no Estado do Paraná, praticada desde a década de 50 e motivada inicialmente pelo fortalecimento industrial do estado, influenciou o seu desenvolvimento e distribuição espacial da população.

O recém-crescimento de cidades médias fora do tradicional eixo de concentração populacional metropolitano, como por exemplo, os polos regionais de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, podem indicar caminhos para entender como os estados do Sul vem gradativamente deixando de perder população para outras regiões brasileiras, com destaque para a diminuição do fluxo em direção à São Paulo.

Sobre a estrutura etária de migrantes da Região Sul observou-se que a migração se caracteriza por um padrão familiar, com destaque para a predominância do grupo de população jovem: 15-59 anos. Com relação à seletividade de sexo segundo à condição migratória (imigrantes e emigrantes) os dados revelam um equilíbrio entre a migração de homens e mulheres em todos os estados.

O desenvolvimento e dinâmica migratória do Sul do Brasil foram profundamente marcados pelo processo de reestruturação produtiva. A Região Sul do Brasil apresentou para o início do século XXI uma diminuição da evasão populacional, o que indica uma maior capacidade de retenção de pessoas. Havia uma tendência de emigração que vem se revertendo ao longo das três últimas décadas. Destaca-se o papel exercido pelos estados do Paraná e Santa Catarina neste processo uma vez que os volumes de imigração são visivelmente maiores para estes estados e muito menores para o Rio Grande do Sul.

Analisando os dados sobre a dinâmica migratória da Região Sul durante a primeira década de 2000, nota-se que houve uma elevação dos volumes de migrações intraregionais. Este fenômeno pode ser entendido segundo interpretações teóricas recentes, que relacionam a diminuição da migração de maior distância ao surgimento de outros arranjos para a migração interna, caracterizado por intensa mobilidade da população em âmbitos locais e regionais, com estabelecimento de processos de rotatividade migratória (BAENINGER, 2011). Estes novos arranjos podem estar associados também ao recém fenômeno conhecido como “*counterurbanization*” ou contra-urbanização (HOSSZÚ, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAERNINGER, Rosana. In CUNHA, José Marcos P. (ORG.) Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. NEPO/UNICAM, Campinas, 2011.

COLLA, Crislaine; RIPPEL, Ricardo; FERRERA DE LIMA, Jandir; ALVES, Lucir Reinaldo. Reestruturação Da Distribuição Populacional E Econômica Do Oeste Do Paraná, Rebatimentos Empregatícios E Migratórios. **Informe Gepec**, v. 15, n. Especial. p. 203-221, 2011.

CUNHA, José Marcos P. (ORG.) Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. NEPO/UNICAM, Campinas, 2011.

_____. Migração: Mensuração e análise. Apresentações de aula da disciplina Mobilidade Espacial da População, Campinas, 2012.

HOSSZÚ, Szilvia. Counterurbanization: A literature study. Danish Institute of Rural Research and Development, IFUL. Working Paper, 2009, N°. 06.

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban; MOURA, Rosa. Urbanização e espacialidades no Sul do Brasil. Encontro Nacional sobre Migração, ABEP, 1997. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao/AnaisENSMigracaoCuritiba1997p493a509.pdf>>

MAGALHÃES, Marisa Valle. Movimentos migratórios na Região Sul: novas tendências. Encontro Nacional sobre Migração, ABEP, 1997. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao/AnaisENSMigracaoCuritiba1997p3a30.pdf>>

SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas, 13(1), p.87-98, 1996.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

ANEXOS

Anexo I: Origem de imigrantes da Região Sul pelos estados das Grandes Regiões do Brasil (2010).

Origem dos imigrantes por Estados da Região Sul do Brasil - 2010							
		UF atual					
		Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
Região anterior	UF anterior	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Sudeste	Minas Gerais	29097	9,0	9.985	9,5	10.331	14,2
	Espírito	2483	0,8	1.619	1,5	2.482	3,4
	Rio de	20362	6,3	14.557	13,8	22.132	30,4
	São Paulo	271796	84,0	79.157	75,2	37.946	52,1
	Total	323738	100,0	105.318	100,0	72.891	100,0
Sul	Paraná			247.073	56,7	47.353	32,1
	S. Catarina	123806	71,2	0	0,0	100.148	67,9
	R. G. Sul	50198	28,8	188.668	43,3	0	0,0
	Total	174004	100,0	435.741	100,0	147.501	100,0
Centro Oeste	M. G. do Sul	33208	40,9	8.559	30,1	7.282	24,1
	Mato Grosso	35761	44,0	11.585	40,7	10.811	35,8
	Goiás	7061	8,7	3.969	13,9	4.951	16,4
	Dist. Federal	5222	6,4	4.365	15,3	7.163	23,7
	Total	81252	100	28.478	100,0	30.207	100,0
Nordeste	Maranhão	3.357	7,9	3.505	9,3	2.317	8,1
	Piauí	1.868	4,4	1.579	4,2	1.791	6,2
	Ceará	5.423	12,7	6.257	16,6	6.012	20,9
	R.G.Norte	1.916	4,5	1.509	4,0	2.187	7,6
	Paraíba	3.264	7,7	3.173	8,4	1.864	6,5
	Pernambuco	7.330	17,2	6.145	16,3	3.806	13,3
	Alagoas	4.041	9,5	2.364	6,3	1.302	4,5
	Sergipe	1.741	4,1	1.068	2,8	802	2,8
	Bahia	13.649	32,0	12.021	32,0	8.632	30,1
Total	42.589	100	37.621	100,0	28.713	100,0	
Norte	Rondônia	13.878	50,5	2.835	25,8	2.211	16,6
	Acre	989	3,6	542	4,9	467	3,5
	Amazonas	2.218	8,1	1.462	13,3	3.293	24,7
	Roraima	699	2,5	382	3,5	884	6,6
	Pará	7.503	27,3	4.614	42,1	4.668	35,0
	Amapá	399	1,5	184	1,7	294	2,2
	Tocantins	1.797	6,5	953	8,7	1.509	11,3
	Total	27.483	100	10.972	100,0	13.326	100,0

Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

Anexo II: Destino de emigrantes da Região Sul pelos estados das Grandes Regiões do Brasil (2010).

Destino dos emigrantes por estados da Região Sul do Brasil - 2010							
		UF anterior					
		Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
Região atual	UF anterior	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Sudeste	Minas Gerais	23989	9,0	7.287	13,1	8.327	12,5
	Espírito	3121	1,2	1.164	2,1	2.348	3,5
	Rio de	12584	4,7	8.474	15,2	18.372	27,5
	São Paulo	225541	85,0	38.682	69,6	37.690	56,5
	Total	265235	100,0	55.607	100,0	66.737	100,0
Sul	Paraná	0	0,0	123.806	55,3	50.198	21,0
	S. Catarina	247073	83,9	0	0,0	188.668	79,0
	R. G. Sul	47353	16,1	100.148	44,7	0	0,0
	Total	294426	100,0	223.954	100,0	238.866	100,0
Centro Oeste	M. G. do Sul	39442	33,4	6.952	24,6	8.213	18,6
	Mato Grosso	60797	51,5	12.247	43,3	18.079	40,9
	Goiás	10403	8,8	4.848	17,1	7.930	18,0
	Dist. Federal	7306	6,2	4.248	15,0	9.946	22,5
	Total	117948	100	28.295	100,0	44.168	100,0
Nordeste	Maranhão	2.660	10,0	1.086	8,5	2.331	10,0
	Piauí	880	3,3	655	5,1	1.028	4,4
	Ceará	4.111	15,4	2.127	16,6	3.676	15,8
	R.G.Norte	1.553	5,8	1.247	9,7	1.576	6,8
	Paraíba	1.535	5,7	1.059	8,3	1.779	7,6
	Pernambuco	3.438	12,9	1.686	13,2	3.556	15,3
	Alagoas	1.286	4,8	737	5,8	709	3,0
	Sergipe	1.084	4,1	450	3,5	896	3,9
	Bahia	10.150	38,0	3.753	29,3	7.720	33,2
	Total	26.697	100	12.800	100,0	23.271	100,0
Norte	Rondônia	17.254	51,1	3.411	42,7	2.032	18,5
	Acre	1.292	3,8	247	3,1	391	3,6
	Amazonas	3.180	9,4	701	8,8	2.710	24,7
	Roraima	1.134	3,4	335	4,2	851	7,7
	Pará	6.589	19,5	2.180	27,3	3.359	30,6
	Amapá	509	1,5	233	2,9	199	1,8
	Tocantins	3.828	11,3	888	11,1	1.446	13,2
	Total	33.786	100	7.995	100,0	10.988	100,0

Fonte: Tabulações especiais da autora com dados do IBGE.

MIGRAÇÃO INTERNA DE MESTRES E DOUTORES NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES^{****}.

Sérgio O. de C. Avellar^{§§§§}

RESUMO: A Migração interna de mestres e doutores no Brasil é um fenômeno recente, mas que tem se intensificado ao longo das últimas décadas. A ampliação da circulação desta mão de obra qualificada entre as diversas regiões do país é consequência, principalmente, da desconcentração do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e também da expansão do ensino superior. A principal atividade econômica (Educação) empregadora deste grupo populacional é vinculada, direta ou indiretamente, à política educacional para o ensino superior. Portanto para se entender esse fenômeno é necessário compreender como ocorreu a expansão desta Política (de Estado) Educacional ao longo do tempo, seja pela ótica da oferta (criação e expansão dos programas/cursos de pós-graduação) e também pela ótica da demanda (contratação de professores para o ensino superior).

Palavras-chave:

Migração interna; Mestres/Doutores; Brain Circulation; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO:

O número de mestres e doutores no Brasil, assim como no restante do mundo, é extremamente diminuto perante o total da população. Ainda assim este grupo desempenha papel relevante para o desenvolvimento econômico dos países, pois estas pessoas são extremamente qualificadas e têm maior probabilidade de contribuir para o avanço do conhecimento e da tecnologia, variáveis reconhecidas pela literatura econômica, como responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento de uma nação no médio e longo prazo.

Para MUKKALA (2005), a migração de trabalhadores qualificados é uma das principais fontes de difusão do conhecimento tecnológico, dado que estas pessoas levam consigo um tipo de conhecimento que só pode ser transmitido via contato direto.

O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) no Brasil, desde a sua gênese, tem como funções: a) formar professores competentes que possam atender à expansão quantitativa do ensino superior com elevada qualidade; b) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; c) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão com o intuito de atender as necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores. De acordo com CUNHA (1974), as funções do SNPG visam suprir dois grandes mercados. O primeiro é o próprio sistema de ensino superior, em grande expansão quantitativa. O segundo, para os pós-graduados, é constituído pelas agências governamentais e empresas privadas. Além deste fluxo de recursos humanos há também a transferência de tecnologia gerada pelos programas/cursos de pós-graduação, o que pode beneficiar consumidores, empresas e governo.

A contratação de mestres e, especialmente, doutores pelo setor privado ainda é um movimento incipiente no Brasil. VIOTTI (2010 e 2012) calculou o emprego de mestres e doutores titulados pelo SNPG por natureza jurídica dos estabelecimentos entre os anos

^{****} Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migrações – ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013.

^{§§§§} Analista de C&T da CAPES e Doutorando em Demografia, Núcleo de Estudos da População-NEPO-UNICAMP, Campinas sergio.avellar@nepo.unicamp.br

de 1996 a 2009 e concluiu que as três esferas da administração pública (Federal, Estadual e Municipal) responderam pelo emprego de 47,1% e 70,2%, respectivamente, enquanto as empresas privadas respondiam por 21,5% e 7,6%.

Por isso a hipótese deste trabalho é que o fluxo migratório deste contingente populacional em direção às regiões Norte e Nordeste tenha se iniciado com a criação e expansão de cursos de pós-graduação autorizados pelo Ministério da Educação, via Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Estes, no primeiro momento, ao se instalarem nestas regiões demandam a contratação de professores com título de doutorado ou mestrado provenientes de outras regiões do país. Em um segundo momento, estes programas/cursos atraem estudantes, da localidade ou de fora, para a realização de seus estudos. Ao concluírem seus cursos (graduação e/ou pós-graduação), estes novos profissionais poderão fixar residência nestas regiões elevando assim a massa crítica local.

Portanto para se entender este processo migratório é necessário discutir o fluxo populacional decorrente de uma Política Educacional de Estado (expansão do SNPG) para as regiões de fronteira (principal), e aquele influenciado pela desconcentração industrial, que levou a instalação de unidades industriais fora das regiões Sul e Sudeste do país ao longo dos anos dos últimos anos (secundário).

OBJETIVOS:

Com o objetivo de suprir esta lacuna na literatura acadêmica nacional, este trabalho procura construir as matrizes migratórias (utilizando o quesito de data fixa no CENSO 1991 a 2010) de mestres e doutores, bem como calcular o índice de eficácia migratória (IEM) de estados e região. Além disto, é apresentado arcabouço teórico que seja capaz de interpretar de forma satisfatória a migração deste grupo populacional.

METODOLOGIA:

Para iniciar este trabalho, procurou-se realizar uma breve revisão bibliográfica sobre a migração de mestres e doutores no Brasil. A literatura brasileira sobre este tema é extremamente reduzida, sendo que a maior parte dos trabalhos dedica-se a analisar a migração internacional deste grupo populacional. A seguir são apresentados alguns trabalhos que analisaram a migração interna de mestres e doutores no Brasil.

SABBADINI&AZZONI (2005) apresentaram um estudo empírico sobre a migração interestadual de mestres e doutores no Brasil na década de 80 e 90 e sua correlação com a assimetria entre o desenvolvimento dos estados e regiões brasileiros. Para isto eles utilizaram os dados dos Censos de 1991 e 2000 e técnicas econométricas, em um modelo gravitacional, para tentar determinar o padrão espacial de distribuição deste grupo populacional e as variáveis relacionadas a esta migração. Como referencial teórico optaram pela teoria do *Brain Drain* (Fuga de Cérebros) para tentar demonstrar que, enquanto alguns estados, especialmente da região Norte, foram beneficiados pelo deslocamento deste pessoal qualificado, outros foram prejudicados pela perda destes trabalhadores.

GUIMARÃES (2002) publicou um artigo no qual visava apresentar a origem, o destino, as motivações gerais e os padrões de retorno dos deslocamentos de longo prazo nacional e internacional de pesquisadores brasileiros durante a década de 90. Algumas das principais conclusões deste trabalho são: i) O pesquisador no Brasil, na década de 90, migrou visando exercer melhor sua profissão, ii) Houve evidências diretas e indiretas de que o fenômeno migratório aumentou durante o período de análise.

Pode se concluir que a literatura nacional sobre a migração interna de mestres e doutores é muito escassa, sendo necessário aprofundamento teórico e a apresentação de

indicadores quantitativos das diversas bases de dados disponíveis (CENSO, RAIS, PNAD etc), com o intuito de auxiliar no aperfeiçoamento da política pública na área de educação superior.

Apesar das contribuições que os trabalhos acima deram para a área de migração, acredito que a mobilidade de mestres e doutores é dependente e condicionada pela expansão do sistema nacional de pós-graduação (oferta) e pela expansão dos postos de trabalho no setor educacional e em empresas públicas e privadas.

A migração interna de mestres e doutores está profundamente associada à criação dos primeiros cursos/programas de pós-graduação na década de 60 do século passado. De acordo com CURY (2005) havia a urgência de se promover a consolidação dos cursos de pós-graduação, tendo em vista a necessidade do país de formar seus próprios cientistas, professores e técnicos que há muito recorriam às universidades estrangeiras.

A migração de mestres e doutores dentro do Brasil (modalidade) pode ser inserida num arcabouço teórico proposto por BAENINGER (2012). Para esta autora, na reconstrução histórica do fenômeno migratório pode-se encontrar elementos que permitem acompanhar o deslançar de processos posteriores. Nas condições sociais contemporâneas, a complexidade, a importância, as novas rotas e direções coexistem com processos migratórios antigos (internos e internacionais), que se redefinem na composição de um movimento mais amplo de transformação social. A reconstrução histórica desse fenômeno, com o aporte teórico histórico-estrutural, e a identificação de tipos ideais na migração são aportes que auxiliam na análise de contextos, etapas, seletividade, subtipos (denominados de modalidade migratória) e comparações em meio aos diversificados movimentos migratórios experimentados pela sociedade brasileira.

Na década de 70 o tipo migratório que prevalecia era o rural-urbano, já a partir da década de 80 um novo tipo migratório passa a prevalecer, o urbano-urbano. Ainda assim a modalidade migratória (migração interna de mestres e doutores) está presente em ambos os períodos.

Essa modalidade migratória vem passando por transformações ao longo do tempo (aumento do seu volume e intensidade), refletindo assim um crescimento e maturação do ensino superior brasileiro (Graduação e Pós-Graduação), além disto as migrações intraregionais passam a ser predominantes nas regiões norte e nordeste, seguindo uma tendência que já prevalecia em outras regiões, especialmente na região Sudeste e Sul do país.

O referencial teórico utilizado para analisar essa modalidade migratória interna de mestres e doutores nos anos 90 e na primeira década do século XXI, é um modelo sociológico desenvolvido por PORTES (1976) para analisar a migração de médicos argentinos para os EUA e a teoria da Circulação de Cérebros (*Brain Circulation*).

Na década de 70, o principal aporte teórico utilizado para analisar a migração de mão de obra qualificada entre países era o *Brain Drain* (Fuga de Cérebros). Entretanto a premissa geral desta teoria não era corroborada pelas diversas estatísticas disponíveis, pois em muitos casos vários países desenvolvidos, inclusive o Reino Unido, apresentavam uma migração deste grupo populacional bem superior ao de países em desenvolvimento, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. Em decorrência da deficiência deste aporte teórico este autor critica a teoria do *Brain Drain* e propõe um modelo alternativo.

A primeira premissa deste modelo reconhece que os desequilíbrios entre regiões é uma importante variável para explicar esta migração, ou seja, quanto maior for o desnível entre áreas geográficas, em termos de condição de trabalho, remuneração, status social e qualidade de vida, maior tende a ser a migração desta mão de obra qualificada.

Porém essa premissa sozinha é incapaz de explicar esse fenômeno demográfico, assim com o objetivo de complementá-la, o autor sugere que deva-se analisar as variáveis educacionais internas de cada país, bem como as políticas públicas que as norteiam,

permitindo ao pesquisador identificar se há um desequilíbrio entre a oferta e a demanda neste mercado de trabalho. Sumariamente a segunda proposição procura explicar a migração analisando o local de origem.

“Professional emigration is a consequence of internal structural imbalances between the supply of professionals produced by the educational system of a society and the internal demand for their services. The greater the excess of supply in quantitative and qualitative terms, the greater the emigration.”

Mesmo com essa segunda proposição, esse modelo não é capaz de explicar por que há essa migração, ou melhor, por que tantos não migram. Para responder a essa questão é necessário associar-se as duas macro premissas anteriores a questões motivacionais de cada indivíduo, ou seja, é necessário incluir o aspecto micro ao modelo. Por uma questão de indisponibilidade de dados (entrevistas qualitativas) o presente trabalho será baseado nas duas primeiras premissas, mas pretende-se inserir esta terceira premissa em trabalhos futuros.

O conceito de circulação de cérebros (*Brain circulation*) é uma teoria de migração internacional desenvolvida ao longo da década de 90, que pretendia fazer uma contraposição à teoria da fuga de cérebros (*Brain Drain*). Para DAUGELIENE (2009), o *Brain Circulation* é o resultado da evolução e alteração das teorias do *Brain Drain* e *Brain Gain*. Os pesquisadores que analisam esse fenômeno através da teoria do *brain circulation*, ressaltam que a migração de mão de obra qualificada está cada vez mais global, sendo esta, caracterizada por deslocamentos frequentes dos profissionais, resultando assim uma constante troca de conhecimento científico entre nações.

A circulação de cérebros é um fenômeno bem vindo em diferentes países, especialmente para aqueles com baixo potencial de desenvolvimento. Porém existem outros fatores (desenvolvimento das instituições, investimento em P&D, ampliação da produtividade etc) que devem ser considerados, além da ampliação da capacidade de indivíduos ou grupos sociais, para que uma região possa entrar em um ciclo de desenvolvimento, conclui DAUGELIENE (2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O Censo 2010 apresentou como novidade, em seu questionário da amostra no campo 635, a variável “Qual a espécie de curso mais elevado que concluiu”, desagregada nos níveis: superior de graduação, mestrado e doutorado. Com isso, é possível calcular. De forma separada, o tamanho da população brasileira de mestres e doutores e sua migração, fato que não era possível até o Censo anterior. Entretanto, este novo dado só nos dá a situação educacional deste grupo populacional na última década (fotografia), não sendo possível comparar este item com as informações disponíveis nos Censos anteriores, ou seja, não é possível construir uma série histórica.

Nos Censos anteriores a 2010 os níveis mestrado e doutorado eram agrupados. A fim de efetuar uma comparação temporal entre os Censos, optou-se por utilizar as variáveis “QUAL É O CURSO MAIS ELEVADO QUE FREQUENTOU, NO QUAL CONCLUIU PELO MENOS UMA SÉRIE?” e “CONCLUIU O CURSO NO QUAL ESTUDOU” de forma conjunta para estimar a população nacional de mestres e doutores ao longo do tempo.

Para a elaboração da matriz migratória e seus demais indicadores, optou-se por utilizar o quesito “data fixa” presente nos censos de 1991 a 2010 por regiões geográficas e estados.

O Sistema Nacional de Pós-Graduação, visando atender as funções a ele atribuídas através dos diversos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), tem apresentado robusta taxa de crescimento anual em seu principal indicador, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Taxa de Crescimento Anual de Indicadores Seleccionados do SNPG - 1991 a 2010

Variaveis/Anos	Tax Cres SNPG	
	1991-2000	2000-2010
cursos	6,1	6,8
Alunos matriculados	6,7	6,7
Alunos titulados	12,6	8,9

Fonte: CAPES, Geocapes e PNPG 2011 a 2020; Elaboração Própria.

O resultado deste esforço de construção e expansão do sistema de formação de pós-graduados, ao longo de mais de cinco décadas, é um crescimento em termos absolutos e relativos da população titulada de mestres e doutores no Brasil. Analisando os dados da Tabela 2 é possível observar que a taxa de crescimento da população de mestres e doutores no Brasil elevou mais que proporcionalmente a população total e de graduados. Essa mesma tendência é observada para todas as regiões do Brasil, exceção feita à região norte no período 2000-2010.

Como salienta GUIMARÃES (2002), a desigualdade é o traço mais característico do nosso país, assumindo, talvez, uma de suas situações mais críticas no terreno científico-tecnológico. Muito embora nenhum país do mundo exiba uma distribuição territorial homogênea de sua capacidade instalada de pesquisa, tudo indica que, no Brasil, com sua histórica e reiterada tradição em concentrar, essa distribuição seja bem mais desigual do que a observada nos países líderes em pesquisa no mundo, pelo menos aqueles com dimensão territorial e diversidade cultural comparáveis à nossa.

Esta afirmativa acima confirma os dados apresentados na Tabela 3. As regiões Sudeste e Sul do país, por concentrarem a maior parte dos programas de pós-graduação (oferta) pertencentes ao SNPG (69,1% em 2010) e ao mesmo tempo, terem um amplo sistema universitário, grande burocracia estatal e um setor industrial que investe em P&D (demanda), conseguem reter em seus limites geográficos a maior parte da população de mestres e doutores brasileiros. Como consequência, os estados destas regiões (excluindo Minas Gerais e Espírito Santo) apresentaram valores superiores à média nacional ao longo destas três décadas.

A taxa de crescimento apresentada na Tabela 2, apesar de demonstrar uma simetria no crescimento da população de mestres e doutores entre todos os Estados, nada nos informa sobre a distribuição absoluta e relativa deles entre as unidades da federação.

A distribuição da população de mestres e doutores no Brasil tem uma correlação positiva elevada com a implantação e expansão do sistema de ensino superior tanto na pós-graduação (oferta) quanto na graduação (demanda). Como este sistema apresenta assimetrias muito acentuadas entre regiões e estados do país, a migração interna desta mão de obra qualificada tende a ser também influenciada ao longo dos anos pela política pública para esse nível educacional.

A migração de mão de obra qualificada (mestres e doutores) no Brasil tem aumentado tanto em termos absolutos quanto relativos. No censo de 1991 (quesito data fixa), 18.128 mestres e doutores mudaram de domicílio, o que representou aproximadamente 12% da população de pós-graduados. Já no censo de 2000 este número elevou-se para 38.264 (12,5% da população total de mestres e doutores). O censo de 2010 apresentou um novo crescimento, os migrantes com alto nível de qualificação atingiram o volume de 101.421 pessoas.

Tabela 2 - Taxa de Crescimento Anual da População Total, População de Graduados e Pós-Graduados (Mestres e Doutores) no Brasil (estados e regiões geográficas) – 1991 a 2010

UF	Tax Cres Pop Total		Tax Cres Grad		Tax Cres Pós Grad	
	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010
AC	3,28	3,09	4,56	12,56	8,33	10,79
AM	3,30	2,39	3,46	11,59	11,06	8,40
AP	5,72	3,84	4,75	14,54	16,47	15,00
PA	2,53	2,27	3,14	8,48	7,38	8,50
RO	2,22	1,38	2,75	12,03	7,19	10,41
RR	4,54	3,72	4,97	12,81	0,52	15,47
TO	2,61	2,00	9,10	15,46	15,74	13,44
NORTE	2,85	2,32	3,77	10,92	8,62	9,57
AL	1,32	1,10	2,29	5,95	11,49	8,57
BA	1,09	0,77	2,18	7,92	9,22	8,63
CE	1,73	1,44	2,57	7,57	9,59	8,46
MA	1,54	1,68	4,29	13,07	8,53	13,76
PB	0,82	1,00	1,84	4,32	9,04	7,66
PE	1,19	1,16	1,58	3,62	8,86	7,41
PI	1,08	1,03	3,58	12,14	6,79	11,33
RN	1,57	1,47	2,89	6,82	7,59	10,29
SE	2,01	1,65	1,90	9,46	13,30	10,14
NORDESTE	1,31	1,18	2,24	6,96	9,15	8,79
ES	1,96	1,41	3,32	7,23	9,69	10,02
MG	1,44	1,01	2,73	6,12	8,26	8,43
RJ	1,30	1,18	0,26	3,55	7,03	5,39
SP	1,78	1,21	1,51	4,99	8,17	7,94
SUDESTE	1,61	1,16	1,30	4,93	7,83	7,29
PR	1,39	0,98	1,83	5,34	9,59	9,05
RS	1,22	0,54	0,35	3,28	8,02	7,86
SC	1,85	1,72	2,70	7,69	6,47	10,29
SUL	1,41	0,97	1,30	4,98	8,20	8,80
DF	2,79	2,54	2,74	5,70	7,32	8,99
GO	2,47	2,04	2,98	9,53	9,63	10,19
MS	0,28	1,84	6,03	6,76	11,26	10,36
MT	3,87	2,15	1,23	9,01	6,59	10,06
CENTRO OESTE	2,37	2,12	3,07	7,67	8,13	9,56
Brasil	1,63	1,30	1,61	5,67	8,10	7,99

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 a 2010; Elaboração Própria.

Tabela 3 - População de Pós-Graduados (Mestres e Doutores) no Brasil (estados e regiões geográficas) por 1.000 habitantes – 1991 a 2010

UF	Pop. Pós-Graduados 1000 hab		
	1991	2000	2010
AC	0,56	0,87	1,66
AM	0,47	0,90	1,51
AP	0,24	0,58	1,45
PA	0,48	0,73	1,24
RO	0,36	0,55	1,20
RR	1,05	0,74	1,94
TO	0,17	0,51	1,32
NORTE	0,45	0,73	1,35
AL	0,29	0,68	1,29
BA	0,39	0,77	1,52
CE	0,46	0,90	1,64
MA	0,17	0,30	0,84
PB	0,70	1,43	2,53
PE	0,58	1,12	1,92
PI	0,31	0,52	1,24
RN	0,63	1,06	2,24
SE	0,35	0,89	1,84
NORDESTE	0,43	0,84	1,62
ES	0,65	1,25	2,60
MG	0,82	1,47	2,79
RJ	2,53	4,16	6,00
SP	1,47	2,55	4,54
SUDESTE	1,49	2,55	4,32
PR	0,86	1,74	3,47
RS	1,15	2,07	3,89
SC	1,19	1,78	3,68
SUL	1,05	1,88	3,68
DF	4,20	6,18	10,71
GO	0,59	1,09	2,18
MS	0,51	1,31	2,70
MT	0,84	1,06	2,07
CENTRO OESTE	1,24	2,02	3,81
Brasil	1,03	1,79	3,19

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 a 2010
Elaboração Própria

Esse crescimento mais que proporcional no número de migrantes com mestrado e doutorado em relação à população de mestres e doutores fez com que a participação percentual destes atingisse a cifra de 16,65% do total da população brasileira de pessoal altamente qualificado.

Analisando a imigração nos três censos (1991, 2000 e 2010), por região geográfica, percebe-se que em valores absolutos todas as regiões apresentaram um crescimento constante

no número de imigrantes ao longo das três últimas décadas. A participação percentual destes imigrantes, sobre a população de mestres e doutores, ampliou-se em todas as regiões ao longo do período analisado, exceção feita à região Nordeste durante a década de 90. A emigração também teve crescimento absoluto em todas as suas regiões do país.

Apesar dessa circulação crescente de entradas e saídas de pessoas altamente qualificadas entre as regiões brasileiras, não se pode dizer que há uma “circulação de cérebros” no contexto nacional, pois as assimetrias no ensino superior brasileiro (graduação e pós-graduação) persistem entre regiões e estados.

Para se confirmar a afirmação acima, primeiramente calculou-se o índice de eficácia migratória (IEM) para os estados brasileiros e suas regiões geográficas ao longo das três últimas décadas. Como a migração de pessoas altamente qualificadas é uma modalidade migratória muito específica, para a elaboração deste trabalho optou-se por readaptar as classificações propostas por BAENINGER (1999).

Como essa modalidade migratória tem como característica uma participação percentual elevada na migração intra-regional, optou-se por calcular também o IEM entre as regiões, ou seja, foi incluído no cálculo deste novo IEM somente a migração inter-regional.

O Índice de Eficácia Migratória (IEM) mede a capacidade de atração, evasão ou rotatividade migratória e é obtido através da relação entre o saldo migratório e o volume total de migrantes (imigrantes mais emigrantes). Esse indicador permite a comparação entre os estados/regiões, independentemente do volume absoluto da imigração e da emigração.

Tabela 4 - Classificação do Índice de Eficácia Migratória (IEM)

Classes IEM	Classificação da Potencialidade de absorção migratória
-0,10 a -0,40	Área de evasão de pessoal qualificado
0,09 a -0,09	Área rotatividade migratória
0,30 a 0,10	Área de absorção de pessoal qualificado

Fonte: Elaboração Própria

Atendendo aos pressupostos do “Brain Circulation”, espera-se que as regiões geográficas que compõem o Brasil venham a ser classificadas como área de rotatividade migratória. Este processo tenderá a ser mais rápido quanto mais intenso for a criação e/ou expansão do sistema nacional de pós-graduação e também a implantação de instituições de ensino superior (IES) nos estados menos desenvolvidos do país, especialmente universidades públicas, pois estas têm um percentual maior de mestres e doutores em seu quadro de docentes vis à vis as IES privadas.

Infelizmente a recomendação de redução das assimetrias entre as regiões brasileira proposta no Plano Nacional de Pós-Graduação tem evoluído de forma lenta. No ano de 2000, as regiões norte, nordeste e centro-oeste tinham 2,1%, 14,2% e 5,4%, respectivamente, dos programas de pós-graduação reconhecidos e recomendados pela CAPES, sendo que cinco estados da região Norte não tinham nenhum programa de pós-graduação instalado e no Nordeste, os estados do Piauí e Sergipe contavam com apenas dois programas de pós-graduação cada, de acordo com os dados disponibilizados pelo GEOCAPES*****.

Em 2010 o número de programas de pós-graduação destas regiões apresentou um crescimento. A participação percentual conjunta destas três regiões passou de 21,8% em 2000 para 31,8% em 2010, e agora todos os estados da federação contam com pelo menos um programa de pós-graduação.

***** GeoCapes é uma ferramenta de dados georreferencial mantida pela CAPES <http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/>

A Tabela 5 apresenta o IEM para todos os estados e regiões brasileiras entre os anos de 1991 e 2010. Analisando os dados das regiões, a partir do ano de 1991, pode-se notar que, exceto o Centro-Oeste, que foi classificado como área de absorção, todas as demais foram classificadas como área de rotatividade migratória, ou seja, independentemente do volume há um equilíbrio entre entradas e saídas de mestres e doutores. Em 2000 a região Norte passa a ser classificada como área de absorção migratória (há um ganho líquido de mestres e doutores nestas regiões), mesma classificação do Centro-Oeste. As demais regiões permaneceram como áreas de rotatividade migratória. Estas mesmas classificações das regiões não se alteraram no Censo de 2010.

Analisando o IEM dos principais estados formadores e contratantes de mestres e doutores, começando por São Paulo, nos censos de 1991 a 2010, nota-se que esse estado foi classificado como área de rotatividade migratória. No censo de 2000, São Paulo passou a ser considerado como área de evasão migratória. Uma hipótese para essa mudança no IEM do estado paulista, pode estar associada à oferta e demanda no mercado de trabalho de pessoal altamente qualificado.

Como já foi ressaltado anteriormente, os principais contratantes deste grupo populacional são instituições de ensino, principalmente as vinculadas ao ensino superior (privadas e especialmente as públicas), administração pública, instituições científicas e tecnológicas e empresas (estatais e privadas).

Para POCHMANN (2008), entre 1990 e 2004, o emprego público, como proporção da PEA, caiu 14,2%, retornando assim ao final deste período à posição relativa que o país possuía na década de 70. A proporção do emprego público em relação à população total caiu 6,1% neste mesmo período.

No mesmo período, paralelamente à menor expansão das vagas no setor público, o mercado de trabalho para pessoas com diploma universitário apresentou uma forte queda. Em 2004 a taxa de desemprego do trabalhador de nível universitário foi 25% superior à de 1995, conclui POCHMANN (2008).

O mercado de trabalho mais restritivo, conforme destacado acima, associado a uma crescente oferta (alunos titulados) de mestres e doutores no principal estado componente do SNPG, pode ter estimulado o aumento da evasão de mestres e doutores, formados em São Paulo, para outros estados da federação em busca de melhores oportunidades de trabalho.

O IEM dos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul apresentaram o mesmo comportamento ao longo do período analisado. Na década de 80, estas unidades da federação eram consideradas como áreas de evasão migratória, nas duas décadas seguintes elas passaram a ser consideradas como áreas de rotatividade migratória.

Esta saída de mestres e doutores do estado do Rio de Janeiro para outras regiões, pode estar associada à transferência da Capital Federal para Brasília, e à perda do dinamismo econômico do estado fluminense. Hipótese levantada por GUIMARÃES (2002) e confirmada pelos dados do Censo 1991.

Analisando somente os dados da Tabela 5, podemos concluir que o Brasil está evoluindo rapidamente para uma classificado como zona de “circulação de cérebros”. Apesar de reconhecermos que as trocas migratórias entre estados e regiões venham se acentuando ao longo deste período, ainda persistem as profundas assimetrias, entre estados e regiões, que tanto caracterizam o desenvolvimento nacional.

Esse aumento na mobilidade de mestres e doutores ocorreu principalmente nas trocas intraregionais. Na década de 80, estas eram responsáveis por 63% do total da migração interna de mestres e doutores. Nos anos 90 esse percentual sobe para 67%, e no Censo de 2010 atinge a cifra de 75%.

Tabela 5 - Imigração, Emigração e Índice de Eficácia Migratória (IEM) dos Estados e regiões brasileiras – 1991 a 2010.

Estados	Imigração	Emigração	Troca	IEM	Imigração	Emigração	Troca	IEM	Imigração	Emigração	Troca	IEM
	1991	1991	1991	1991	2000	2000	2000	2000	2010	2010	2010	2010
AC	41	9	32	0,64	82	102	-20	-0,11	387	159	228	0,42
AM	161	168	-7	-0,02	459	338	121	0,15	1156	1290	-134	-0,05
AP	14	37	-23	-0,45	106	27	79	0,59	237	193	44	0,10
PA	311	406	-95	-0,13	796	752	44	0,03	1967	1528	439	0,13
RO	128	107	21	0,09	286	96	190	0,50	664	457	207	0,18
RR	113	33	80	0,55	92	78	14	0,08	245	244	1	0,00
TO	62	22	40	0,48	253	176	77	0,18	689	515	174	0,14
NORTE	830	783	47	0,03	2.074	1.569	505	0,14	5.345	4.366	979	0,10
AL	118	88	30	0,15	181	106	75	0,26	779	667	112	0,08
BA	549	489	60	0,06	1553	1.272	281	0,10	3788	3767	21	0,00
CE	351	365	-14	-0,02	939	589	350	0,23	2379	2152	227	0,05
MA	190	96	94	0,33	269	233	36	0,07	913	823	90	0,05
PB	325	240	85	0,15	603	884	-281	-0,19	1623	1347	276	0,09
PE	563	760	-197	-0,15	1148	1.110	38	0,02	2927	2761	166	0,03
PI	88	117	-29	-0,14	186	203	-17	-0,04	855	583	272	0,19
RN	244	124	120	0,33	393	384	9	0,01	1372	1309	63	0,02
SE	112	53	59	0,36	267	234	33	0,07	768	356	412	0,37
NORDESTE	2.540	2.331	209	0,04	5.539	5.015	524	0,05	15.404	13.656	1.748	0,06
ES	370	328	42	0,06	683	555	128	0,10	2097	1872	225	0,06
MG	1.924	2111	-187	-0,05	3629	3.974	-345	-0,05	9900	10756	-856	-0,04
RJ	2.114	2891	-777	-0,16	4412	5.215	-803	-0,08	10384	12114	-1730	-0,08
SP	5.007	5186	-179	-0,02	10032	12.202	-2170	-0,10	26483	28735	-2252	-0,04
SUDESTE	9.415	10.516	-1.101	-0,06	18.756	21.946	-3.190	-0,08	48.864	53.679	-4.815	-0,05
PR	1.243	1003	240	0,11	2685	2.034	651	0,14	6900	6898	2	0,00
RS	1.224	1546	-322	-0,12	2776	3.139	-363	-0,06	7103	8408	-1305	-0,08
SC	948	606	342	0,22	1875	1.709	166	0,05	5075	4534	541	0,06
SUL	3.415	3.155	260	0,04	7.336	6.882	454	0,03	19.078	19.822	-744	-0,02
DF	851	678	173	0,11	2207	1.236	971	0,28	6539	4829	1710	0,15
GO	437	355	82	0,10	1116	570	546	0,32	2876	2459	417	0,08
MS	452	164	288	0,47	648	560	88	0,07	1544	1231	313	0,11
MT	188	145	43	0,13	588	486	102	0,09	1771	1434	337	0,11
CENTRO OESTE	1928	1342	586	0,18	4559	2852	1707	0,23	12730	9897	2833	0,13

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 a 2010; Elaboração Própria

Em seu artigo de 2002 GUIMARÃES, conclui que os deslocamentos de longa distância (inter-regional) são realizados majoritariamente por pesquisadores que visam complementar a sua formação acadêmica e profissional, enquanto que as mudanças de curta distância (intra-regional) são efetuadas em sua maioria por cientistas que vão assumir novos postos de trabalhos.

Complementando o argumento anterior RIGOTTI (2006) observa que

“Ao que parece, o Nordeste tem adquirido maior autonomia quando se trata de fluxos de pessoas mais escolarizadas e/ou as regiões que lhe ofereciam trabalhadores qualificados já não desempenham o mesmo papel. Essa tendência à regionalização também foi observada em relação ao Centro-Oeste, que, à semelhança do que ocorreu em relação ao Rio de Janeiro e o Nordeste, também experimentou um enfraquecimento de sua interação com a mesorregião da Área Metropolitana de São Paulo.”

O crescimento da migração intra-regional, associado ao aumento do número de alunos titulados entre os anos de 2000-2010 nas próprias regiões (em especial na região Norte e Centro-Oeste), corroboram o argumento dos autores citados acima. Apesar de serem necessários estudos mais detalhados sobre esse tema, os dados obtidos para a elaboração deste trabalho reforçam a tese de que a mudança de domicílio de curta distância (intra-

regional) tende a ser realizada por mestres e doutores, quando estes vão assumir um novo emprego.

A migração de longa distância, apesar de apresentar redução percentual sobre o total dos migrantes com título de mestres e doutores no Brasil, manteve crescimento em termos absolutos ao longo do tempo. O volume de migrantes vem dobrando de tamanho a cada dez anos. No Censo de 1991 aproximadamente 6,6 mil pessoas mudaram de residência, no Censo de 2010 esse número tinha atingido a cifra de 25,4 mil pessoas. Se aceitarmos a hipótese sugerida por GUIMARAES (2002) de que migrações de longa distância são realizadas, em sua grande maioria, por pesquisadores em busca de complementação de sua formação, poderemos concluir que mesmo tendo ocorrido uma expansão no sistema nacional de pós-graduação em direção às regiões menos desenvolvidas do país (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), ainda assim estas regiões mantêm dependência com relação às regiões Sul e Sudeste para formar seus quadros profissionais mais qualificados.

A Tabela 6 apresenta os fluxos migratórios entre as regiões e seus respectivos IEM. Ao longo das três últimas décadas, a região Sudeste, com relação às demais regiões do país, (exceção a região Norte no Censo de 1991), foi classificada como área de evasão migratória. Como essa região concentrou 60% e 49% dos programas de pós-graduação do país em 2000 e 2010 respectivamente, é esperado que ela mantenha o posto de fornecedora de mão de obra qualificada para as demais regiões do país.

Entretanto dois pontos chamam a atenção, o primeiro é o ritmo de crescimento anual nas trocas (imigração menos emigração) desta região com as demais. Entre o Censo de 2000 e 1991 as trocas entre a região Sudeste e as demais cresceram a uma taxa de 12,5% ao ano; no período seguinte, 2010/2000, essa taxa apresentou crescimento de 4,6%, ou seja, um terço apenas, quando comparada ao período anterior. Essa expansão em um ritmo menor pode ser explicada pela desconcentração do SNPG em direção às demais regiões do país, hipótese confirmada por SABBADINI&AZZONI (2006). Estes autores concluem que os estados com mais programas de pós-graduação tendem a receber menos migrantes altamente qualificados.

O segundo ponto é o IEM entre a região Sudeste e a Norte na década de 80. Segundo o Censo de 1991 esta região fora classificada como área de rotatividade migratória, uma possível explicação para isto pode ser a baixa demanda por profissionais com título de mestrado e doutorado pela região Norte nos anos 80. Em 1998 (ano de início da série disponível no site GEOCAPES/CAPES) existiam apenas 21 programas de pós-graduação (1,6 % do total) reconhecidos e recomendados pela CAPES nesta região, instalados em dois estados apenas (Amazonas e Pará). Provavelmente essa assimetria entre as regiões era bem mais acentuada na década de 80, o que acabou gerando uma demanda restritiva na região Norte por pessoas com o título de mestrado e doutorado

A região Sul, por ser a segunda região com mais programas de pós-graduação no país (21% do total em 2010 segundo a CAPES), tem o papel complementar a formação e o fornecimento de mão de obra qualificada para as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. O IEM da região Sul/Norte na década de 80 identificou essa região como área de rotatividade migratória, nas duas décadas seguintes essa classificação foi alterada para área de evasão migratória.

Tabela 6 - Imigração, Emigração e Índice de Eficácia Migratória (IEM) das regiões brasileiras – 1991 a 2010

		Imigração	Emigração	Trocas	IEM	Imigração	Emigração	Trocas	IEM	Imigração	Emigração	Trocas	IEM
		1991				2000				2010			
Norte	NE	181	77	104	0,40	203	200	3	0,01	543	497	45	0,04
	SE	282	269	13	0,02	714	296	418	0,41	1.332	635	697	0,35
	S	49	68	-19	-0,16	198	99	99	0,33	457	253	205	0,29
	CO	38	89	-51	-0,40	173	188	-15	-0,04	438	407	31	0,04
	Intra regionais	280	280			786	786			2.575	2.575		
Total	830	783	47	0,03	2.074	1.569	505	0,14	5.345	4.366	979	0,10	
Nordeste	N	77	181	-104	-0,40	200	203	-3	-0,01	497	543	-45	-0,04
	SE	955	605	350	0,22	1.738	866	872	0,33	3.358	1.780	1.578	0,31
	S	101	60	41	0,25	167	290	-123	-0,27	754	212	542	0,56
	CO	155	233	-78	-0,20	252	474	-222	-0,31	589	916	-327	-0,22
	Intra regionais	1.252	1.252			3.182	3.182			10.206	10.206		
Total	2.540	2.331	209	0,04	5.539	5.015	524	0,05	15.404	13.656	1.748	0,06	
Sudeste	N	269	282	-13	-0,02	296	714	-418	-0,41	635	1.332	-697	-0,35
	NE	605	955	-350	-0,22	866	1.738	-872	-0,33	1.780	3.358	-1.578	-0,31
	S	717	1.047	-330	-0,19	947	1.700	-753	-0,28	2.344	2.841	-497	-0,10
	CO	460	869	-409	-0,31	1.046	2.193	-1.147	-0,35	2.190	4.231	-2.042	-0,32
	Intra regionais	7.363	7.363			15.601	15.601			41.916	41.916		
Total	9.415	10.516	-1.101	-0,06	18.756	21.946	-3.190	-0,08	48.864	53.679	-4.815	-0,05	
Sul	N	68	49	19	0,16	99	198	-99	-0,33	212	457	-245	-0,37
	NE	60	101	-41	-0,25	290	167	123	0,27	253	754	-502	-0,50
	SE	1.047	717	330	0,19	1.700	947	753	0,28	2.841	2.344	497	0,10
	CO	164	212	-48	-0,13	232	555	-323	-0,41	597	1.092	-495	-0,29
	Intra regionais	2.076	2.076			5.015	5.015			15.175	15.175		
Total	3.415	3.155	260	0,04	7.336	6.882	454	0,03	19.078	19.822	-744	-0,02	
Centro Oeste	N	89	38	51	0,40	188	173	15	0,04	407	438	-31	-0,04
	NE	233	155	78	0,20	474	252	222	0,31	916	589	327	0,22
	SE	869	460	409	0,31	2.193	1.046	1.147	0,35	4.231	2.190	2.042	0,32
	S	212	164	48	0,13	555	232	323	0,41	1.092	597	495	0,29
	Intra regionais	525	525			1.149	1.149			6.083	6.083		
Total	1.928	1.342	586	0,18	4.559	2.852	1.707	0,23	12.730	9.897	2.833	0,13	
Total	Inter-regional	6.632	6.632			12.531	12.531			25.466	25.466		
	Intra-regionais	11.496	11.496			25.733	25.733			75.955	75.955		
	Total	18.128	18.128			38.264	38.264			101.421	101.421		

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 a 2010; Elaboração Própria.

O IEM da região Sul com o Centro-Oeste classifica essa região com área de evasão migratória. GUIMARÃES (2002) questionou se o processo de expansão da fronteira agrícola desde o Rio Grande do Sul, passando pela região Centro-Oeste, chegando ao Norte, teria ficado restrito à migração de trabalhadores rurais ou pequenos proprietários ou, a partir desse componente, teria estabelecido laços sociais mais complexos e permanentes com essas regiões, implicando, entre outros aspectos, na mobilidade de pesquisadores entre elas. Os dados apresentados na Tabela 6 não deixam dúvida que houve o estabelecimento de um fluxo de mestres e doutores para a região Centro-Oeste e Norte proveniente do Sul do país, que vem mostrando ao longo do tempo um aumento expressivo no volume das trocas migratórias.

A região Nordeste (área de evasão), segundo o IEM, forneceu mão de obra qualificada (mestres e doutores) para a região Centro-Oeste ao longo das três décadas analisadas. A interação do Nordeste com a região Norte é um pouco mais dinâmica. Na década de 80 a região Nordeste era a principal ofertante de mestres e doutores para o Norte, superando inclusive as regiões Sudeste e Sul do país. Possivelmente isto está associado à proximidade geográfica entre elas.

Nas duas décadas seguintes o Nordeste passa a ser classificado como área de rotatividade migratória em relação ao Norte do país. Apesar de serem necessárias mais informações para entender essa mudança de classificação entre estas duas regiões (o que foge ao escopo deste trabalho) é possível levantar algumas hipóteses para esse movimento. A primeira delas pode estar associada ao crescimento absoluto e maior diversificação dos programas de pós-graduação na região Nordeste vis à vis a região Norte, este fato associado à menor distância entre essas duas regiões, quando comparado a região Sudeste e Sul do país, pode ter estimulado a maior imigração de nortistas em direção aos estados nordestinos em busca de complementação de sua formação acadêmica. Outra explicação para este movimento pode estar vinculada ao maior dinamismo econômico nordestino nos últimos anos.

As regiões Norte e Centro-Oeste, com relação a todas as demais regiões, foram classificadas como áreas de absorção migratória (exceção feita para a região Norte no Censo 1991) ao longo dos três últimos censos. Vale a pena destacar também que o volume de trocas migratórias destas duas regiões com o restante do país teve uma variação percentual elevada entre as décadas de 80 e 90 (249%), e de apenas 72% entre os Censos de 2000 e 2010.

CONCLUSÕES

As informações trazidas pelos três últimos Censos confirmam que a desconcentração do sistema de formação dos mestres e doutores em direção às regiões menos desenvolvidas do país, promoveu um aumento da migração intra-regional, porém a migração inter-regional cresceu em termos absolutos, o que demonstra que a mobilidade dos mestres e doutores entre os demais estados e regiões mantém a assimetria com a região Sudeste e Sul, sendo estas as principais fornecedoras de mão de obra para o restante do país. Em função deste cenário de assimetria na migração de mestres e doutores no Brasil ao longo das últimas décadas, não é possível afirmar que há no Brasil um movimento de circulação de cérebros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAENINGER, R. A. As fases e faces da migração em São Paulo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012. 146 p.

BAENINGER, R. A. Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes, Brasil: 1980-1996. Texto Nepo, v. 35, 1999.

CUNHA, L. A. CR. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo v.14 n.5 Oct. 1974.

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, Dec. 2005.

DAUGELIENE, R.; MARCINKEVICIENE, Rita. Brain Circulation: Theoretical Considerations. **Inzinerine Ekonomika-Engineering Economics**, v. 3, p. 49-57, 2009.

GUIMARÃES, R. **A diáspora: um estudo exploratório sobre o deslocamento geográfico de pesquisadores brasileiros na década de 90**. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2002.

Mukkala, K. Knowledge spillovers - mobility of highly educated workers within high

technology sector in Finland. In: **ERSA conference papers**, European Regional Science Association, 2005.

Oliveira, L. A. P. e Oliveira, A. T. R. (Org.) Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Estudos e Análises. **Informação demográfica e socioeconômica**, nº 1, Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. Boitempo Editorial, 2008.

RIGOTTI, J. I. R. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 237-254, 2006.

SABBADINI, R.; AZZONI, C. R. Migração interestadual de pessoal altamente educado: evidências sobre a fuga de cérebros. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, v. 34, n. 5, 2006.

VIOTTI, E. B. **Doutores 2010: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2010.

VIOTTI, E. B. **Mestres 2012: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2012.

ANEXO:

unidade da federação 1991

	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	NORTE	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NORDESTE	ES	MG	RJ	SP	SUDESTE	PR	RS	SC	SUL	DF	GO	MS	MT	CENTRO OESTE	Total		
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9		
AM	-	19	-	18	-	9	-	44	7	-	-	8	-	-	-	14	-	29	14	11	48	-	73	-	-	5	5	17	-	-	-	-	17	168	
AP	-	-	-	15	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-	-	-	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37		
PA	-	28	-	97	8	29	-	162	-	6	-	22	-	-	-	-	-	28	-	10	50	66	126	16	21	-	37	33	16	4	-	-	53	406	
RO	-	-	-	-	49	-	-	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	7	20	38	-	-	8	8	-	3	9	-	-	12	107	
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	8	-	9	-	-	9	-	18	-	18	-	-	-	-	-	33		
TO	-	-	-	-	10	-	-	10	-	-	-	-	-	-	5	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	7	22		
NORTE	-	47	-	128	67	38	-	280	7	6	9	30	6	-	5	14	-	77	14	63	106	86	269	16	39	13	68	50	26	15	-	-	89	783	
AL	-	-	-	10	-	-	-	10	21	-	-	-	-	9	-	-	-	36	-	-	-	48	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88		
BA	-	-	-	16	-	-	-	16	-	177	28	-	-	52	-	28	-	285	-	-	92	42	134	-	7	7	28	8	11	-	-	-	47	489	
CE	12	32	14	11	-	38	-	107	-	16	139	-	16	-	16	10	-	197	12	-	-	39	51	-	-	-	-	19	-	-	-	10	565		
MA	-	-	-	8	-	-	-	8	-	8	-	8	-	8	-	-	-	22	-	-	-	40	40	-	-	-	-	-	12	14	-	-	26	96	
PB	-	-	-	-	-	15	-	15	-	10	4	20	54	42	-	-	-	130	-	-	19	46	65	-	-	12	12	18	-	-	-	-	18	240	
PE	-	-	-	25	-	-	-	25	12	44	27	17	76	257	5	5	-	443	-	-	63	123	186	-	-	18	18	80	8	-	-	-	88	780	
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	30	-	-	35	7	-	80	-	-	-	37	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117	
RN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	21	-	53	-	10	5	30	45	-	7	8	15	17	8	-	6	-	31	124	
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	21	-	32	-	-	-	-	-	-	-	8	8	13	-	-	-	-	13	53	
NORDESTE	12	32	14	70	-	53	-	181	33	255	206	75	146	369	36	71	21	1.252	12	70	178	405	605	-	14	46	60	178	38	11	6	-	233	2.331	
ES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	15	145	26	58	36	265	19	-	11	30	11	7	-	-	-	18	328	
MG	-	8	-	4	13	-	15	40	-	17	-	7	21	8	10	29	12	104	53	1.030	132	453	1.668	104	12	31	147	74	24	54	-	-	152	2.111	
RJ	12	43	-	27	30	22	29	163	29	82	47	34	54	30	-	29	49	354	40	298	999	365	1.702	134	111	53	298	319	23	24	8	-	374	2.891	
SP	17	31	-	31	-	-	-	79	25	122	55	28	55	110	12	56	19	482	73	258	343	3.054	3.728	315	69	188	572	61	31	170	63	-	325	5.186	
SUDESTE	29	82	-	62	43	22	44	282	54	236	102	69	130	148	22	114	80	955	311	1.642	1.332	3.908	7.363	372	192	283	1.047	465	85	248	71	-	669	10.516	
PR	-	-	-	31	18	-	-	49	-	-	8	-	-	15	-	11	-	34	-	48	11	217	276	468	20	60	557	58	-	22	7	-	87	1.093	
RS	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-	8	-	-	-	-	-	24	-	27	134	143	304	95	812	214	1.121	31	15	24	27	-	97	1.546	
SC	-	-	-	-	-	-	-	-	21	10	-	-	12	-	-	-	-	43	-	6	22	109	137	51	87	260	398	6	-	22	-	-	28	606	
SUL	-	-	-	31	18	-	-	49	21	26	8	-	20	15	-	11	-	101	-	81	167	469	717	614	919	543	2.076	93	15	68	54	-	212	3.155	
DF	-	-	-	-	-	-	6	6	3	22	26	16	8	11	5	45	-	136	33	114	122	73	342	36	54	35	125	-	67	2	-	-	69	678	
GO	-	-	-	20	-	-	3	23	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4	-	26	8	40	74	-	-	7	7	63	184	-	-	-	247	355	
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	15	26	5	6	-	-	11	-	-	110	17	-	127	164
MT	-	-	-	-	-	-	9	9	-	-	-	-	15	-	-	-	-	15	-	7	-	11	18	-	-	21	21	-	22	-	-	60	82	145	
CENTRO OESTE	-	-	-	20	-	-	18	38	3	26	26	16	23	11	5	45	-	155	33	158	130	139	460	41	60	63	164	63	273	112	77	-	525	1.342	
TOTAL	41	161	14	311	128	113	62	830	118	549	351	190	325	563	88	244	112	2.540	370	1.924	2.114	5.007	9.415	1.243	1.234	948	3.415	851	437	452	188	-	1.928	18.128	

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991; Elaboração Própria.

unidade da federação 2000

	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	NORTE	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NORDESTE	ES	MG	RJ	SP	SUDESTE	PR	RS	SC	SUL	DF	GO	MS	MT	CENTRO OESTE	Total	
AC	41	12	11	-	-	-	-	64	-	-	10	-	-	-	-	-	-	10	-	9	7	12	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102	
AM	-	84	-	18	15	-	-	117	-	11	11	-	-	-	-	17	-	39	-	18	31	34	83	-	29	-	29	64	6	-	-	-	70	338
AP	-	-	17	-	-	-	-	17	-	-	-	10	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27
PA	-	20	46	374	-	-	-	440	-	8	14	31	-	10	11	-	-	74	-	43	39	45	127	19	23	5	47	8	21	-	35	-	64	752
RO	-	-	-	-	36	-	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	11	17	10	-	13	23	12	-	8	-	-	20	96
RR	-	-	-	-	12	5	-	17	-	12	11	-	11	-	-	9	-	43	-	-	11	-	11	-	-	-	-	7	-	-	-	-	7	78
TO	-	-	-	8	-	-	87	95	-	-	7	-	-	17	-	-	-	24	-	10	20	-	30	-	-	-	-	-	21	-	0	-	27	176
NORTE	41	116	74	400	48	20	87	786	-	31	53	41	11	27	11	26	-	200	-	86	108	102	296	29	52	18	99	91	48	8	41	-	188	1.569
AL	-	-	-	-	-	-	-	28	9	12	-	-	-	7	-	10	-	66	-	5	9	10	24	5	-	-	5	11	-	-	-	-	11	106
BA	-	-	-	-	-	6	-	6	9	686	34	-	-	20	8	-	17	774	-	44	30	187	281	51	12	39	102	88	11	10	-	-	109	1.272
CE	-	20	-	11	-	-	-	31	5	41	332	18	11	16	8	5	-	436	-	-	26	33	59	-	11	-	11	42	-	-	10	-	52	589
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	105	-	-	19	11	-	143	-	15	10	26	51	20	-	-	20	19	-	-	-	-	19	213
PB	-	23	-	11	34	8	13	79	26	21	93	9	298	105	-	34	39	625	-	15	39	27	81	31	11	-	42	51	-	-	6	-	57	884
PE	-	9	-	23	8	-	22	62	17	7	42	-	26	501	-	44	4	641	10	23	63	99	195	36	27	21	84	101	23	4	-	-	128	1.110
PI	-	-	-	-	-	14	-	14	-	13	31	-	-	17	-	58	-	119	-	-	-	22	22	8	9	-	17	31	-	-	-	-	31	203
RN	-	-	-	11	-	-	-	11	-	12	19	10	22	9	-	179	-	251	-	-	54	20	74	-	9	-	9	20	8	-	11	-	39	384
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-	-	11	-	-	100	127	9	-	30	40	79	-	-	-	-	-	28	-	-	-	28	214
NORDESTE	-	52	-	56	32	22	41	203	85	813	563	142	385	658	93	283	160	3.182	19	102	281	464	866	151	79	60	290	363	70	14	27	-	474	5.015
ES	-	-	-	10	28	-	-	38	-	22	-	-	-	-	-	-	-	22	244	23	113	56	436	-	9	-	9	39	11	-	-	-	50	555
MG	-	8	11	16	38	9	13	95	34	154	22	-	41	51	-	10	54	366	124	1.994	238	464	2.820	47	27	35	109	277	169	43	95	-	584	3.974
RJ	-	27	3	52	45	16	10	153	23	112	79	-	57	125	11	21	16	444	135	394	2.578	681	3.588	222	174	27	423	459	84	27	37	-	607	5.215
SP	27	161	-	171	21	15	33	428	21	292	139	66	79	184	67	43	15	906	59	699	638	7.361	8.757	685	258	216	1.159	422	279	163	88	-	952	12.202
SUDESTE	27	196	14	249	132	40	56	714	78	580	240	66	177	360	78	74	85	1.738	562	3.110	3.562	8.562	15.601	954	468	278	1.700	1.197	543	233	220	-	2.193	21.946
PR	-	-	-	18	24	-	-	42	12	25	18	-	20	-	-	-	-	75	-	55	97	209	361	1.120	79	191	1.390	92	-	59	15	-	166	2.034
RS	-	47	-	21	-	10	17	95	-	43	-	-	-	8	-	-	12	63	-	68	156	153	377	151	1.821	373	2.345	184	22	26	27	-	259	3.139
SC	14	29	-	8	-	-	16	61	-	10	10	-	-	9	-	-	-	29	38	10	24	137	209	188	180	912	1.280	86	10	8	26	-	130	1.709
SUL	14	76	-	47	24	10	27	198	12	78	28	-	20	17	-	-	12	167	38	133	277	499	947	1.459	2.080	1.476	5.015	362	52	93	88	-	555	6.882
DF	-	8	-	44	9	-	28	89	-	22	40	-	10	55	4	-	10	141	39	110	348	189	686	26	88	21	135	-	147	27	11	-	185	1.236
GO	-	-	10	-	-	-	8	18	6	22	-	10	-	22	-	-	-	60	-	51	-	92	143	15	-	-	15	83	236	-	15	-	334	570
MS	-	11	-	-	18	-	6	35	-	7	9	-	-	9	-	-	-	25	-	14	-	60	74	33	9	9	31	36	13	252	34	-	175	560
MT	-	-	8	-	23	-	-	31	-	-	6	10	-	-	-	10	-	26	25	23	31	64	143	18	-	13	31	35	27	21	172	-	255	486
CENTRO OESTE	-	19	18	44	50	-	42	173	6	51	55	20	10	86	4	10	10	252	64	198	379	405	1.046	92	97	43	232	194	423	300	232	-	1.149	2.852
TOTAL	82	459	106	796	286	92	253	2.074	181	1.553	939	269	603	1.148	186	393	267	5.539	683	3.629	4.412	10.032	18.756	2.685	2.776	1.875	7.336	2.207	1.116	648	588	-	4.559	38.264

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 2000
Elaboração Própria

		unidade da federação 2010																																		
		AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	NORTE	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NORDESTE	ES	MG	RJ	SP	SUDESTE	PR	RS	SC	SUL	DF	GO	MS	MT	CENTRO OESTE	Total		
inf. de residência em 31 de julho de 2010	AC	133	-	-	-	-	-	-	133	-	-	10	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	14	54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	139	
	AM	10	626	12	42	-	36	8	728	-	23	-	30	23	7	-	-	-	82	31	62	123	85	301	31	26	13	70	72	-	6	-	13	92	1.290	
	AP	-	-	90	11	-	-	-	128	-	-	24	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-	-	13	33	-	21	-	21	-	-	-	-	-	193	
	PA	26	26	39	870	-	-	12	3	974	-	21	23	74	-	74	9	-	-	291	-	3	46	84	135	11	19	34	63	96	34	-	-	130	1.528	
	RO	-	24	-	-	250	-	-	-	274	-	-	26	-	-	20	11	-	-	37	-	-	-	-	-	31	37	-	68	26	-	-	17	11	54	457
	RR	-	23	-	12	6	19	-	60	-	32	48	-	-	14	-	-	-	-	94	-	-	18	24	42	-	29	-	18	-	-	-	-	18	284	
	TO	-	-	-	33	-	-	245	278	-	-	-	-	-	14	-	-	13	-	27	-	78	-	34	112	-	-	-	37	41	-	-	14	92	515	
	NORTE	180	698	141	969	253	66	256	2.575	-	76	132	103	51	83	29	24	-	-	497	31	143	187	274	635	73	132	47	253	251	119	17	19	407	4.366	
	AL	-	9	-	-	-	-	5	14	368	15	-	-	10	27	-	-	33	-	454	-	10	28	98	136	-	19	-	19	40	8	-	-	49	667	
	BA	-	28	-	40	33	-	18	162	26	2.119	164	-	31	129	35	22	96	-	2.634	34	157	202	280	673	30	11	33	74	176	24	10	14	224	3.767	
	CE	-	-	-	45	-	-	-	85	-	56	1.183	16	31	74	74	102	40	-	1.574	-	58	3	132	213	-	22	-	22	294	-	-	-	294	2.152	
	MA	-	-	-	89	-	-	16	125	-	-	38	343	36	32	69	-	-	-	518	-	35	41	83	159	-	-	-	25	-	-	-	-	25	823	
	PB	9	30	10	12	-	-	13	75	35	95	20	-	656	138	21	194	21	-	1.191	-	9	18	-	-	27	-	-	8	8	-	-	18	6	24	1.347
	PE	11	-	-	70	14	12	5	112	91	84	59	45	125	1.629	60	20	64	-	2.176	8	39	23	234	295	11	9	23	44	116	-	-	-	116	2.761	
	PI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	26	-	-	-	364	-	-	431	11	9	13	18	71	-	-	14	14	52	-	-	-	52	583	
	RN	-	9	-	21	-	-	-	30	43	14	183	21	163	63	10	573	-	-	1.073	-	7	39	66	112	-	-	-	26	22	24	-	-	72	1.309	
	SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	-	12	-	-	-	123	-	136	-	-	46	48	94	-	32	-	52	61	-	-	-	61	356	
	NORDESTE	21	76	10	278	49	12	98	543	563	2.424	1.697	451	1.060	2.083	633	911	377	-	10.206	23	326	432	968	1.780	41	92	78	212	789	54	52	21	916	13.656	
	ES	-	-	-	-	9	-	4	13	-	100	-	26	-	-	10	3	-	-	141	1.669	157	234	102	1.561	24	37	24	85	30	25	-	-	55	1.872	
	MG	25	70	12	101	65	22	89	364	42	226	67	38	74	75	28	33	53	-	637	308	6.268	554	1.200	8.330	151	42	87	279	513	290	141	159	1.104	16.756	
	RJ	34	97	-	111	15	37	9	302	32	174	94	35	106	289	6	130	24	-	890	212	608	6.840	1.587	9.246	233	270	115	618	777	82	170	20	1.048	12.114	
	SP	51	102	34	239	84	54	88	653	94	451	217	91	74	268	104	150	244	-	1.690	254	1.673	1.080	19.770	22.779	1.100	379	379	1.859	799	496	340	390	2.625	28.735	
	SUDESTE	110	268	47	451	174	113	170	1.332	167	952	378	190	253	631	148	318	321	-	3.558	1.842	8.708	8.708	22.659	41.916	1.508	728	605	2.841	2.119	892	651	570	4.231	53.679	
	PR	25	45	-	48	74	27	10	229	-	51	16	167	97	29	21	24	-	-	345	-	59	64	725	848	4.299	153	492	4.945	208	9	93	167	481	6.898	
	RN	21	7	-	44	14	13	27	124	6	63	67	-	-	66	24	33	24	-	284	72	133	267	494	968	379	5.907	745	6.631	314	42	61	14	431	8.408	
	SC	-	10	29	23	31	-	11	104	22	58	-	19	-	-	-	25	-	-	125	41	84	81	322	528	352	324	2.934	3.599	93	3	29	55	180	4.534	
	SUL	45	63	29	114	118	40	48	457	28	173	83	126	97	95	45	83	24	-	754	113	278	432	1.540	2.344	5.050	5.984	4.161	15.175	615	54	187	236	1.092	19.822	
	DF	22	46	-	78	10	5	46	208	20	97	71	-	75	37	-	21	33	-	345	51	303	419	492	1.267	167	131	93	391	2.310	241	20	22	2.593	4.829	
	GO	-	5	11	31	-	9	83	122	-	11	18	27	9	-	-	-	-	-	65	6	126	117	112	380	11	24	24	60	401	1.381	40	8	1.830	2.499	
	MS	10	-	-	-	23	-	4	17	-	54	-	17	46	-	-	-	-	-	117	-	8	106	190	395	56	11	60	126	23	29	553	17	622	1.231	
	MT	10	-	-	22	33	-	1	72	-	-	-	-	25	-	-	14	23	-	62	-	6	23	208	217	11	-	7	21	51	168	24	859	1.038	1.434	
	CENTRO OESTE	42	51	11	136	67	15	116	438	20	163	89	44	155	37	-	33	46	-	589	58	445	665	1.022	2.190	247	166	184	597	2.784	1.756	637	905	6.083	9.897	
	Total	387	1.356	237	1.967	664	245	689	5.345	779	3.788	2.379	913	1.823	2.927	855	1.372	768	-	15.404	2.007	9.900	10.384	26.483	48.164	6.900	7.103	5.075	19.078	6.539	2.876	1.544	1.771	12.730	101.421	

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 2010
Elaboração Própria

SESSÃO TEMÁTICA 2

**MIGRAÇÃO, INTEGRAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DAS
FRONTEIRAS GEOGRÁFICAS NACIONAIS PERSPECTIVAS NO
BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO**

O MIGRANTE INVISÍVEL DA FRONTEIRA BRASIL-PERU*

Raquel Rangel Cesario¹

Christine Murto²

Palmira Ventosilla³

Manuel Cesario¹

RESUMO: Desde que se estabeleceu uma política de fronteiras abertas entre países do MERCOSUL, iniciada em 2002 através da assinatura do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, Bolívia e Chile, o fluxo de migração transfronteiriça entre os países participantes - Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, Bolívia e Chile - foi facilitado. Desde 2011, o Peru faz parte do Acordo MERCOSUL, que determina que todos os cidadãos dos países membro que não tenham antecedentes criminais podem ingressar no país de seu interesse e trabalhar regularmente, tendo para isso uma permissão temporária de 2 anos. Ao final desse período, caso comprove residência fixa e trabalho lícito, o estrangeiro pode requerer permanência definitiva no país de destino. Conduzimos um Estudo em Profundidade para investigar a dinâmica de migração entre Acre / Brasil e Madre de Dios / Peru, com trabalho de campo de abordagem qualitativa. Foram realizadas cerca de 100 entrevistas, sendo metade delas com informantes-chave dos governos locais, dos setores de imigração, saúde, igrejas, empregadores e comunidade em geral, e outro tanto com migrantes do Brasil e do Peru, para uma compreensão da migração entre os países. Neste artigo discutiremos os resultados preliminares de um estudo qualitativo que explora a emigração de brasileiros para o Departamento peruano de Madre de Dios, e a imigração de peruanos para o Estado do Acre, no Brasil. Migrantes e informantes-chave disponibilizaram ricos dados etnográficos, através de entrevistas em profundidade conduzidas no Brasil e no Peru. Examinamos padrões e determinantes de migração, influência de políticas públicas sobre migração, redes de apoio, situação trabalhista e barreiras para a residência de migrantes nos dois países. A análise preliminar dos padrões e determinantes de migração entre os dois países sugere dois grupos distintos: aqueles que se beneficiaram da política do MERCOSUL e aqueles que continuam à margem da legislação. A migração, em geral, é laboral, mas, mais do que dinheiro, estão em jogo questões como características da legislação trabalhista em ambos os países. Redes sociais, tanto familiares quanto de trabalho, também facilitam o movimento entre Brasil e Peru.

Palavras-chave: Migração; Brasil; Peru; Entrevista em profundidade (IDI).

INTRODUÇÃO

O fluxo de pessoas atravessando a fronteira entre Brasil e Peru na Amazônia Sul-Occidental é tão antigo quanto a colonização daquele território, mas, devido aos obstáculos naturais apresentados pela floresta amazônica e pela Cordilheira do Andes, sua intensidade era naturalmente diminuída, em relação aos dias atuais, e mais concentrada entre pessoas originárias daquela região. Havia então, pode-se dizer, uma migração circular de pequeno alcance, que ainda necessita ser melhor descrita a partir dos dados disponíveis nos Censos Demográficos e demais documentos históricos dos respectivos países. Era comum a ausência do Estado e a manutenção de certa condição de idocumentação entre seus residentes, bem como casamentos e formação de famílias entre estrangeiros, sem a devida regularização da

*Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional sobre Migrações, GT Migração – ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013. 1Universidade de Franca (UNIFRAN), Franca, São Paulo, Brasil - raquelrangelcesario@gmail.com

2 Swiss Tropical and Public Health Institute (SwissTPH), University of Basel, Basel Switzerland

3 Instituto de Medicina Tropical Alexander Von Humboldt, Universidad Peruana Cayetano Heredia, Lima, Peru

dupla nacionalidade a que a prole teria direito (Valcuende, 2009).

Com o decorrer do Século XX e o aumento da globalização e economia mundiais, a região da fronteira trinacional da Amazônia Sul-Occidental, até então esquecida pelo Estado, mas rica em diversidades biológica e cultural, passou a ser vista como ponto de ligação entre o Brasil e os crescentes mercados da Ásia. Paralelamente, um movimento de integração regional da América Latina crescia nas agendas dos países. Tais movimentos levaram à criação do MERCOSUL no fim do Século XX, e à construção de uma estrada ligando o Brasil ao Peru, através do Estado brasileiro do Acre e do Departamento peruano de Madre de Dios.

O Tratado de Assunção estabeleceu o MERCOSUL em 1991 com o objetivo principal de facilitar o livre comércio entre países da América do Sul. O Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, Bolívia e Chile foi assinado em 2002, entretanto, só foi formalmente colocado em prática em 2009 (Brasil, 2009b, OECD 2012), tendo o Peru aderido a este Acordo em 2011 (Baltazar, 2011). O Acordo prevê uma permissão de residência temporária no país receptor por dois anos, após os quais os interessados podem solicitar residência permanente, desde que mantenham-se livres de problemas judiciais e/ou criminais e comprovem meios de subsistência. Entretanto, a burocracia, o custo dos trâmites documentais e o trabalho informal de muitos dos imigrantes, frequentemente, são um desafio à sua regularização (Baltazar, 2011).

No período que transcorreu entre a assinatura do Acordo de Residência pelo MERCOSUL e a adesão do Peru ao Acordo foi construída e inaugurada a Rodovia Interoceânica (chamada Estrada do Pacífico, no Brasil), que liga o mercado brasileiro aos portos peruanos do Oceano Pacífico. Desenvolvida principalmente para facilitar a exportação de grãos do Centro-Oeste brasileiro ao emergente mercado asiático, a estrada conectou ao mundo uma região isolada até o início do Século XXI (Valcuende, 2009). Cruzando a fronteira Brasil-Peru pelas cidades de Assis Brasil e Iñapari, seus 2.200 km de extensão literalmente pavimentaram o caminho para migração entre os dois países, oferecendo às respectivas populações um caminho com variedade de opções de transporte entre as comunidades que conecta.

Migração é, não raro, uma resposta à pobreza, um caminho em busca de melhores condições de vida. Contudo, há um entendimento crescente de que, para além das motivações econômicas, há muitos outros fatores associados à dinâmica do movimento populacional (UNDP 2009). Enquanto novas políticas transnacionais e construção de estradas facilitaram as oportunidades de migração entre Brasil e Peru, os dados nacionais de migração podem não incluir padrões informais de movimento e residência nestes países. Estimativas populacionais são frequentemente incompletas e não capturam adequadamente fluxos migratórios, razão pela qual alguns autores sugerem que mais métodos de validação sejam necessários (Carletto & Brauw, 2008).

Nosso projeto de pesquisa visa explorar a condição de saúde do migrante e a migração como fator de risco para transmissão de doenças tropicais de transmissão vetorial na região. Para tal, desenvolve estudos investigativos em populações de migrantes, levando em conta as mudanças econômicas, sociais, demográficas e epidemiológicas pelas quais passam as populações ao longo da Rodovia Interoceânica, e na fronteira propriamente dita.

Neste artigo discutiremos os resultados preliminares de um estudo qualitativo que explora a emigração de brasileiros para o Departamento peruano de Madre de Dios, e a imigração de peruanos para o Estado do Acre, no Brasil. Migrantes e informantes-chave disponibilizaram ricos dados etnográficos, através de entrevistas em profundidade conduzidas no Brasil e no Peru. Examinamos padrões e determinantes de migração, influência de políticas públicas sobre migração, redes de apoio, situação trabalhista e barreiras para a residência de migrantes nos dois países.

METODOLOGIA

A área de estudo é a fronteira Brasil-Peru na Amazônia Sul-Occidental (Figura 1).

Figura 1 - Mapa do Brasil e Peru, com destaque para os Estados fronteiriços de Acre e Madre de Dios.



O trabalho de campo a que se refere este estudo foi conduzido entre março e julho de 2013, como parte de um estudo etnográfico e epidemiológico maior sobre migração, políticas públicas e risco para Doenças Tropicais Negligenciadas de transmissão vetorial.

Amostragem de conveniência (*proposive sampling*) foi utilizada para encontrar informantes-chave com riqueza de informação, assim como migrantes. Estes foram buscados nas cidades brasileiras de Assis Brasil, Epitaciolândia, Brasiléia e Rio Branco, e nas peruanas de Iñapari, Ibéria, Puerto Maldonado, bem como em outras localidades ao longo da Rodovia Interoceânica, onde se poderiam encontrar trabalhadores dos ramos de extração vegetal e mineral. Cerca de 50 entrevistas foram realizadas com informantes-chave, como representantes dos governos locais, dos serviços de imigração, unidades de saúde, igrejas, empregadores, outros residentes brasileiros e peruanos.

Entrevistas qualitativas em profundidade foram conduzidas com 25 migrantes brasileiros em Madre de Dios/Peru e 21 migrantes peruanos no Acre/Brasil com idade entre 16 e 59 anos. Critérios de inclusão de migrantes requereram residência consecutiva entre três meses e cinco anos, em razão dos objetivos do estudo maior – adoecimento e fatores de risco. Roteiros semi-estruturados especialmente desenvolvidos para este fim foram usados para explorar questões emergentes em migração, determinantes sociais que influenciaram a migração, padrões geográficos e temporais, procura por serviços de saúde e influência de políticas públicas. As entrevistas foram individuais e duraram cerca de 30 minutos cada. Foram gravadas e estão sendo transcritas. Adicionalmente, foram feitas Notas e Diário de Campo, que estão sendo utilizados para a análise preliminar ora apresentada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O advento do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, Bolívia e Chile e a pavimentação da Rodovia Interoceânica brindaram as populações brasileira e peruana, quase simultaneamente, com facilidade logística e legal para o movimento populacional entre suas fronteiras. Essencialmente, a nova política permite a entrada de nacionais ao país vizinho com seu documento nacional de identidade, excluindo a necessidade de passaporte; permite trabalho formal; concede aos estrangeiros direitos civis e sociais; e permite transição para uma condição de residência permanente.

Incursões exploratórias nas cidades de interesse nos permitiram identificar muitos peruanos vivendo há longos anos em Assis Brasil, cidade fronteiriça com o Peru, e também brasileiros na vizinha Iñapari. Conforme relatam Valcuende et al (2009), muitos dos moradores dessas cidades casam-se entre si e formam famílias binacionais. Tarefa mais difícil nos dias atuais é encontrar migrantes recentes nessa região, já que a Rodovia Interoceânica facilita o deslocamento para além da zona fronteiriça.

Os informantes-chave peruanos entrevistados que migraram há mais de cinco anos (portanto fora do nosso critério de inclusão como migrante) observaram que muitos deles entraram no país por outras fronteiras, como por exemplo Tabatinga, no Amazonas, corroborando o relato de Oliveira (2006). Essa realidade tem mudado com o asfaltamento da Rodovia Interoceânica. Dentre os migrantes da nossa amostra, a maioria da migração aconteceu pela fronteira terrestre entre Iñapari e Assis Brasil, confirmando a vocação da Rodovia Interoceânica em ligar comunidades de origem e destino. Mesmo brasileiros provenientes de regiões longínquas como São Paulo e Paraná, que tem como destino a cidade de Puerto Maldonado, ligada a Lima por vários voos diários, têm utilizado esta fronteira terrestre para migrar para Madre de Dios. Viagens aéreas até Rio Branco e de taxis-lotação entre Rio Branco e Puerto Maldonado são os meios mais frequentes de deslocamento, mas duas novas linhas de ônibus foram inauguradas nos últimos anos: entre Rio Branco e Puerto Maldonado, mais utilizado por viajantes interessados em turismo, e entre Lima e São Paulo. Independente da fronteira escolhida, entretanto, a quase totalidade dos migrantes utilizou fronteiras oficiais para entrar no país.

No trabalho de campo com migrantes, encontramos dois grupos distintos: aqueles que se beneficiaram da recente política do MERCOSUL, e aqueles que continuam à margem da legislação. Até o ano de 2011 os peruanos e brasileiros que viviam no outro país estavam sob o regime das respectivas Leis de Estrangeiro. No Brasil, salvo em casos de interesse nacional, o Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 1980) estabelece condições restritivas que burocratizam e dificultam a regularização de estrangeiros que tenham interesse em estabelecer-se no país. Contrapondo-se ao caráter restritivo desta lei, em 2009 o governo brasileiro sancionou a Lei da Anistia (Brasil, 2009a), que possibilitou a regularização e permanência legal por dois anos, passíveis de se transformar em residência definitiva, a todos os imigrantes idocumentados no país, e os peruanos residentes no Acre até aquela data beneficiaram-se dessa Lei. No Peru, a questão é regulada pela *Ley de extranjería*, promulgada pelo Decreto Lei 703, de 1991 (Peru, 1991), alterado pelo Decreto Legislativo 1043/2008 (Peru, 2008). Embora o texto legal peruano tenha caráter menos repressor que o texto brasileiro, escrito no período de governo militar, observou-se no trabalho de campo grande dificuldade dos brasileiros em adequar-se a ele, pelo excesso de burocracia e alto custo financeiro para a maioria dos interessados.

O Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, Bolívia e Chile (Brasil, 2009b), sancionado pelo Brasil também em 2009 e do qual o Peru começou a fazer parte em 2011, mantém um rito burocrático que pode ser difícil e caro para alguns. De outro lado, facilita muito a regularização dos estrangeiros, pois em teoria

desburocratiza todo o processo, e anistia o migrante idocumentado de pagar multas pelo período em que viveu irregularmente no país de destino. Este Acordo vem beneficiando os peruanos que vieram ao Acre após a vigência da Lei de Anistia. Em que pese as condições de reciprocidade inerentes às políticas bilaterais e transnacionais, os peruanos que vivem no Acre contam com maior facilidade para regularizar sua condição de residência. Todos os peruanos da amostra, e também aqueles que não se encaixaram nos critérios de inclusão como migrantes, mas com quem nós conversamos, estão documentados no Brasil. Alguns naturalizados, alguns com Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) permanente, e a maioria com RNE temporário de 02 anos, além de Carteira de Trabalho, CPF, cartão SUS e conta em banco. A existência de um consulado peruano em Rio Branco e a política de atenção oferecida pela Delegacia da Polícia Federal no Acre parecem ser determinantes para essa realidade. Apesar disso, nossas entrevistas com informantes-chave do Setor Saúde e na população em geral mostraram que a existência desses peruanos é desconhecida da sociedade. Mesmo tendo alguns dos seus direitos reconhecidos, eles ainda são invisíveis.

Entre os brasileiros no Peru, a capacidade para estabelecer residência permanente é determinada principalmente pelo nível socioeconômico. Apesar das diferenças entre os grupos, a complexa burocracia administrativa apresenta-se aos brasileiros como um obstáculo quase intransponível à formalização da sua condição de residência e do seu trabalho. De acordo com nossas pesquisas, a maioria dos migrantes brasileiros que mora e trabalha em Madre de Dios há cinco anos ou menos (e também os mais antigos), vive com permissões para turismo, renovadas a cada 30 dias na fronteira terrestre de Iñapari, distante 225 km de Puerto Maldonado. Há ainda aqueles que vivem sem permissão alguma. Muitos não sabem a quem recorrer e não conhecem seus direitos. Outros sabem da existência do Acordo, mas não conhecem os meandros e não têm condições financeiras para custear o processo. Outros ainda tentam regularizar-se e têm seus pedidos negados. Aqueles com um significativo investimento financeiro em uma empresa formal e que viajam com a família (cônjuge e filhos) foram mais propensos a ter documentos de residência e registro legalizado dos seus negócios. Por outro lado, migrantes solteiros e aqueles com pouca habilidade nos negócios ou que são de um nível socioeconômico mais baixo, não dispõem de recursos nem da documentação necessária para regularizar a residência, seja ela temporária ou permanente. Uma população especial, composta por missionários de igrejas evangélicas, foi incapaz de se beneficiar das políticas públicas próprias ao seu meio devido à mudança recente na legislação peruana, que endureceu o requerimento para o registro formal de igrejas, aumentando o número mínimo de membros para cada congregação.

O Acordo do MERCOSUL abarca todos os tipos de migrantes e determina isenção de multas e outras sanções, mas submete o valor das taxas processuais à legislação nacional, que no Peru são caras, e determina que os documentos sejam acreditados no consulado brasileiro mais próximo, que é em Lima. Além disso, o migrante tem necessariamente que viajar a Lima para buscar seu documento de estrangeiro. Tudo isto torna o custo com o processo mais que 100% o valor do salário mínimo peruano, comparado com cerca de 30 a 40% do salário mínimo brasileiro que os peruanos dispõem no Brasil. A possibilidade da instalação de um consulado brasileiro em Puerto Maldonado a partir de 2014 traz esperança aos brasileiros que lá vivem e esperam com isso contar com apoio para viver mais dignamente.

Os peruanos que residem no Acre há até cinco anos vieram de diversos pontos do Peru, sendo a maioria originária de cidades distantes da fronteira, mais frequentemente de Lima. Eles trabalham com comércio ou estudam nos níveis de graduação e pós-graduação. A escolaridade mínima encontrada entre os peruanos é de 2º. Grau completo, corroborando a informação de que os peruanos dão muito valor à educação, oferecida a todos até o segundo

grau, mas que o acesso aos níveis tecnológico, universitário e pós-universitário é estrangulado.

Dentre os brasileiros que residem em Madre de Dios, Peru, a maioria é originária do Acre, estado brasileiro contíguo à fronteira peruana, mas eles vêm também de outros estados da Federação, e até alguns de outros países, como Japão, Espanha e Bolívia. Muitos são originários de famílias que tem longo histórico de trajetória migratória interna no Brasil. Diferente dos peruanos, muitos brasileiros migrantes não tem escolaridade básica completa, alguns tendo relatado o primário incompleto. A principal razão para migração encontrada foi estabelecer um negócio próprio ou uma igreja. Muitos participantes perceberam que produtos e serviços brasileiros (restaurantes, churrasquinhos, salões de beleza) tem um nicho de mercado mais competitivo no Peru, em relação ao Brasil.

De modo geral, dentre as razões para migrar, observou-se que as pessoas estão em busca de trabalho e melhores condições de vida, entretanto, o valor dos ganhos salariais em si não aparece como determinante. Essa percepção de que migrar resulta em maiores ganhos financeiros no local de destino tem sido largamente documentada no debate teórico clássico originalmente proposto por Harris e Todaro (1970) e Saskia Sassen (1988). Porém, a migração entre Acre/Brasil e Madre de Dios/Peru assume outros determinantes, além do laboral. O fluxo de brasileiros para Madre de Dios está marcadamente em contraste com conceitos teóricos sobre diferenciais econômicos entre países do Sul e maior crescimento e estabilidade econômica como direcionador da migração Sul-Sul (Solimano 2008), mas o fluxo de peruanos para o Brasil mostra coerência com a tendência apontada por Solimano. Os peruanos relatam vir para o Acre atraídos pelo crescimento do Brasil e maior estabilidade financeira, por mais e melhores oportunidades de trabalho e estudo e pela proximidade geográfica com seu país de origem. Chegando ao Brasil descobrem melhores jornadas de trabalho, acesso a benefícios trabalhistas e sociais como aposentadoria, e bolsas de estudo para graduação e pós-graduação. Em contraste, os brasileiros que migram para Madre de Dios parecem estar atentos à nichos de mercado ainda pouco explorados e à menor capacidade regulatória da lei, ou à menor capacidade fiscalizatória das leis já estabelecidas, tendo assim maior informalidade no trabalho, o que lhes permite ter acesso ao próprio negócio ou a empregos que não conseguiriam no Brasil, como um salão de cabeleireiro ou venda de churrasquinho na rua, sem o cumprimento de normas e taxas da vigilância sanitária.

Nos casos citados acima, a razão para migrar é o trabalho e o ganho financeiro, já que alguns entrevistados disseram ganhar mais no Peru que no Brasil, fazendo o mesmo trabalho. Entretanto, os que trabalham com comércio pareceram não associar este “ganhar mais” com jornadas de trabalho mais extenuantes e ausência de benefícios trabalhistas, e aqueles que têm seu próprio pequeno negócio tampouco o relacionaram à frouxidão regulatória existente em Madre de Dios. Assim, nos parece que grandes diferenças na estrutura legal e administrativa dos países determinam o movimento migratório, ou pelo menos a permanência dos migrantes no país de destino. Esse tópico ainda carece de uma exploração mais aprofundada, parte do trabalho em curso.

Outros fatores, como familiares e religiosos, também aparecem entre as razões para migração. Razões familiares, como casamento com nacional do outro país, parente já estabelecido no país de destino, decisão do cônjuge em migrar, desilusões amorosas e desentendimentos familiares no país de origem foram relatados em ambos os lados da fronteira. Marcadamente diferentes entre os países foram os missionários brasileiros e os estudantes peruanos de graduação, mestrado e doutorado. Os primeiros deslocaram-se de São Paulo e Paraná para solidificar a sua igreja no Peru, expandir a sua fé ou simplesmente ajudar a quem dele necessita, enquanto que os últimos estão se qualificando, com ajuda do governo brasileiro, em diversas áreas como engenharia, bio-nanotecnologia, desenvolvimento regional, logística, entre outras.

As redes sociais que dão apoio a esses migrantes são variadas. Tanto no Acre quanto em Madre de Dios não existe um bairro onde eles se concentrem para morar, estando também dispersos em diferentes pontos de trabalho. Não existem associações que os acolham e apoiem em suas necessidades. Muitos têm redes familiares com quem contar, principalmente os brasileiros que são provenientes de Assis Brasil, cidade para onde regressam a cada 30 dias para renovar o visto de turista. As renovações mensais do visto na fronteira, de um lado extenuantes por tomarem 8 horas entre Puerto Maldonado e Assis Brasil, servem também para compra de produtos alimentícios brasileiros e uso de serviços de saúde, por alguns. Em Rio Branco, os peruanos mais antigos reúnem-se semanalmente para jogar futebol, mas esse encontro não foi frequentemente relatado pelos migrantes recentes.

Procura por peruanos nas cidades de Brasiléia e Etipaciolândia, distantes 108 Km da fronteira, em direção à Rio Branco, confirmam a suspeita de que os migrantes atuais buscam centros urbanos maiores para estabelecer moradia, seja em Rio Branco ou além, para outros Estados da Federação, como São Paulo. Encontramos alguns poucos peruanos vivendo em Brasiléia há muitos anos, e os mesmos não foram entrevistados. Fomos também informados de que há uma comunidade considerável de peruanos na região de Cruzeiro do Sul, que faz fronteira com o Departamento Peruano de Ucayali. Cruzeiro do Sul é a segunda maior cidade do Acre, localizada em sua zona oeste e distante quase 1000 quilômetros da nossa área de atuação, não estando na nossa área de estudo. Assim, nossa amostra de peruanos foi composta por pessoas vivendo em Assis Brasil e Rio Branco, onde é possível encontrá-los em maior número. Uma característica marcante dos peruanos é que procuram por atividades urbanas. Não houve um caso sequer de peruano, independentemente do tempo de migração, que more ou ocupe-se de atividade laboral rural.

Diferente do exposto acima, existem brasileiros que migram para o Peru em busca de trabalhos rurais, permanentes ou temporários, como parece ser mais frequente. São brasileiros que se aventuram na retirada de madeira e extração de ouro, ou, em menor grau, na extração de castanha. Essa última atividade é mais frequente na vizinha Bolívia, onde a produção é muito maior que a peruana. Essa característica nos obrigou a procurar brasileiros em todas as localidades à margem da Rodovia Interoceânica. No trecho de 225 Km entre Iñapari, na fronteira com o Brasil, e Puerto Maldonado, capital do Departamento de Madre de Dios, concentra-se a exploração madeireira, e além de Puerto Maldonado, na direção de Cusco, está a zona de mineração, onde garimpeiros embrenham-se em áreas de acesso difícil e perigoso em busca de ouro. Tivemos referências de brasileiros trabalhando atualmente nesses ramos, mas devido à sazonalidade do trabalho de exploração madeireira e às restrições legais aos garimpos não pudemos encontrar nenhum. Este é ainda um gargalo do nosso estudo etnográfico, já que esses migrantes constituem-se em uma categoria importante, por representarem um grupo com determinações e padrões de migração específicos, e pelo fato de sua atividade laboral, e conseqüente modo de vida, trazerem grande risco de adoecimento por doenças tropicais.

CONCLUSÕES

O movimento populacional entre peruanos e brasileiros nos Estados do Acre, Brasil e Madre de Dios, Peru, intensificou-se no Século XXI, fazendo da fronteira terrestre Assis Brasil-Iñapari um importante ponto de movimento turístico e migração transnacional. A migração, em geral, é laboral, mas, mais do que dinheiro, estão em jogo questões como características da legislação trabalhista em ambos os países. Redes sociais, tanto familiares quanto de trabalho, também facilitam o movimento entre Brasil e Peru. Enquanto a inauguração da Rodovia Interoceânica ligando os portos do Brasil e do Peru, cruzando as cidades de Iñapari e Assis Brasil, na fronteira da Amazônia Sul-Occidental, facilitou o

movimento entre os países, o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, Bolívia e Chile beneficiou migrantes de forma diferente, a depender da sua nacionalidade e condição socioeconômica.

Em nosso esforço investigativo, essa análise preliminar foi utilizada para desenvolver um estudo quantitativo epidemiológico que avaliará fatores de risco para Doenças Tropicais Negligenciadas de transmissão vetorial. Estamos realizando análises etnográficas mais aprofundadas dos dados já coletados e revisando políticas públicas e outros documentos de níveis internacional até local, que serão seguidos de novo trabalho de campo.

Trabalhar em uma equipe sediada em três diferentes países, com formações e nacionalidades diferentes, de um lado exige muita atenção para evitar ruídos de comunicação, mas de outro traz possibilidades riquíssimas de triangulação dos diversos dados por olhares e saberes multidisciplinares, que enriquecerão a compreensão da realidade dos migrantes invisíveis do Brasil e Peru.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os informantes-chave e migrantes que nos concederam entrevistas, e ao Swiss Network for International Studies, que co-financia este projeto.



Referências

BALTAZAR, T. Acordo de residência entre Brasil e Peru é tema de palestra. **Bolívia Cultural**. 2011. Disponível em: <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=877>. Acesso em 18/07/2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei 6.815, de 19/08/1980. 1980. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6815-19-agosto-1980-366138-norma-actualizada-pl.pdf>>. Acesso em 18/09/2013.

BRASIL (a). Presidência da República. Lei de anistia. Lei 11.961, de 2/07/2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11961.htm>. Acesso em 15/10/2013.

BRASIL (b). Presidência da República. Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, Bolívia e Chile. Decreto 6.975, de 07/10/2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm>. Acesso em 15/10/2013.

CARLETTO, C.; BRAUW, A. Measuring Migration Using Household Survey. **Migration Operational Vehicle**. Operational note 2, World Bank, Washington DC, 2008.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis. **Am Econ Rev**, 1970, 60(1), 126-142.

OECD. Free Movement of Workers and Labour Market Adjustment Recent Experiences from OECD Countries and the European Union, **OECD Publishing**, 2012.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.20, n.57, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15/10/2013.

PERU. Ministério del Interior. Superintendencia Nacional de Migraciones. Ley de Extranjería. Decreto Legislativo no. 703, de 05/11/1991. 1991. Disponível em <http://www.digemin.gob.pe/documentos/normalegal_10.pdf>. Acesso em 18/09/2013.

PERU. Ministério del Interior. Superintendencia Nacional de Migraciones. Decreto Legislativo no. 1.043, de 26/06/2008 Disponível em <http://www.digemin.gob.pe/documentos/normalegal_13.pdf>. Acesso em 18/09/2013.

SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**: a study in international investment and labor flow. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

Solimano, A. International Migration, Risk Management and Social Policy: The Latin America Case. **United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD)**. Geneva, Switzerland, 2008.

UNDP. Overcoming barriers: Human mobility and development. **Human Development Report 2009**. New York: UNDP; 2009.

VALCUENDE, J. M. (Coord.); ARRUDA, R. (Ed.). **História e Memória das Três Fronteiras**: Brasil, Peru e Bolívia. São Paulo: EDUC, 2009.

FRONTEIRAS EM MOVIMENTO - TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS NUMA REGIÃO EMBLEMÁTICA: O OESTE PARANAENSE DE 1970 A 2010²².

Ricardo Rippel²³

RESUMO: O objetivo principal do presente artigo foi o de averiguar como a dinâmica demográfica e a evolução da localização da população rural e urbana (rurbana) nos municípios do Oeste do Paraná ocorreu, de 1970 a 2010. Mediante isto se fez uso de vários indicadores demográficos de distribuição populacional e da migração na região, dados censitários; bem como fez-se uso do método de análise regional através do cálculo dos indicadores de localização (Quociente Locacional e Coeficiente de Localização) e redistribuição (Coeficiente de Redistribuição), medidas que apontam o padrão de localização e de redistribuição da população por domicílio entre os municípios. Viu-se então que os resultados demonstraram que o arquétipo de concentração da população urbana e rural nos municípios no Oeste paranaense não sofreu modificações significativas no período, vez que os municípios que concentravam a população urbana em 1970 continuaram a fazê-lo durante todo o período, mesmo com as grandes transformações econômicas e sociais da área, especialmente entre os municípios que fizeram oscilar o comportamento em questão na região. Cumpre assinalar o fato de que à exceção de Toledo, Santa Terezinha de Itaipu, Medianeira, Guaíra, Foz do Iguaçu e Cascavel os demais concentram municípios da região ainda possuem uma população rural representativa.

Palavra-Chave: Dinâmica Demográfica, Análise Regional, Localização e Territorialidade Desenvolvimento Econômico e Oeste do Paraná.

Frontiers In Motion - Demographic Transformations In Region Flagship: The West Paranaense From 1970 TO 2010.

Abstract: The main objective of this paper was to examine how population dynamics and evolution of the location of rural and urban population in the municipalities of Paraná occurred from 1970 to 2010. Through this attempt we used various demographic indicators of population distribution and migration in the region, these data of census origin, and made use of the method for regional analysis by calculating the location indicators (Locational Quotient Coefficient and Location) and redistribution (redistribution coefficient), measurements indicate that the pattern of localization and redistribution of population per household among the municipalities in the area. Then it was seen that the results showed that the archetype of concentration of population in urban and rural counties in western Paraná did not change significantly during the period, since the municipalities that concentrated urban population in 1970 continued to do so throughout the period even with major economic and social transformations of the area, especially among the municipalities that did sway the conduct in

¹Trabalho Apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração – ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG, nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de outubro de 2013.

²³ Doutor em Demografia - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Desenvolvimento Econômico – Universidade Federal do Paraná - UFPR, Especialista em Teoria Econômica – UFPR, Pós Doutorado em Demografia - Cedeplar – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, Professor adjunto do Colegiado de Economia e do PGDRA- Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC). E-mail: ricardorippel@yahoo.com.br e ricardo.rippel@unioeste.br.

question in the region. It should be noted the fact that except for Toledo, St. Therese of Itaipu, Mediatrix, Guaira , Foz do Iguacu and Cascavel other focus cities in the region still have a representative rural population .

Keyword: Demographic Dynamics, Regional Analysis, Location and Territoriality and Economic Development West of Paraná.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Rippel (2005), o desenvolvimento de uma região encontra-se vinculado ao comportamento da sua população e a sua dinâmica populacional no território em questão, ele vincula-se também à organização dos capitais presentes na área, sendo que se percebe que tais fatores usualmente modificam as condições “ambientais locais”, moldando-as de conformidade com seus objetivos e segundo seu interesse. Assim o deslocamento de pessoas e de investimentos para uma região está relacionado com o comportamento da economia e com o processo de inserção e unificação dos mercados dos territórios, de modo que a análise da inter-relação população, dinâmica demográfica, migração e desenvolvimento são relevantes.

No caso do Oeste do Paraná, ainda o autor sua apresentação como um objeto de pesquisa merece destaque pelo fato da área ter sido a última no Estado a ser ocupada e por conjugar uma situação na qual o seu processo de desenvolvimento se deu diretamente conectado com a dinâmica migratória na área ²⁴. Neste movimento, á guisa de exemplo viu-se que a mesorregião durante a década de 1960 foi o destino de importantes fluxos imigratórios internos, de modo especial oriundos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

E já a partir da década de 1970 passou por importante reestruturação de sua base produtiva, que se deveu à modernização da base técnica de produção e a expansão da agropecuária regional, estadual e nacional, que permitiu a entrada na área no cenário de comercialização de *commodities* e na agroindustrialização. Essa mudança tecnológica e econômica propiciou a ocupação de novas áreas e reestruturação das tradicionais, gerando forte migração rural para os grandes centros urbanos e para outros estados, transformando de modo muito contundente a dinâmica demográfica regional (Rippel et all 2006).

Nesta década iniciou-se ali um importante processo de concentração urbana, e um dos propulsores dessa concentração, foi a vigorosa expansão da fronteira agrícola estadual, esgotada no final dos anos 1970, que denotava o surgimento e a ampliação de centros urbanos que passaram a funcionar estritamente vinculados ao dinamismo da atividade rural e por ele impulsionados (MOURA & MAGALHÃES, 1996). Da mesma forma, na década de 1980, devido à industrialização e a mecanização agrícola, houve significativa perda da população agrícola regional e crescimento das esferas urbanas, sendo que foi a partir desta década que a população urbana ultrapassou a população rural no Estado do Paraná. (OLIVEIRA, 2001).

Analisando esta transformação Rippel et all (2006), sustentam que as mudanças ocorridas no Paraná e no Oeste do Estado relacionam-se diretamente com a dinâmica da população, sendo que tal movimento demográfico e econômico influenciou na formação da estrutura produtiva regional. Rippel et all (2012) argumentam ainda que entender como isto ali ocorreu implica em compreender a localização da população e a forma como ela influi na ocupação do espaço regional, pois a análise regional tenta explicar como atividades econômicas se conglomeram em poucos centros em vez de formarem uma dispersão homogênea, nesta mesma linha de argumentação tenta-se explicar o porquê de a população e a

²⁴. Pois sendo uma região de formação socioeconômica recente, a área inseriu-se no modelo de desenvolvimento nacional de ocupação de fronteiras e no processo de transnacionalização do capital agrícola, de modo especial nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

produção também se aglomerarem em certas regiões da economia, para tanto fazem-se uso de vários indicadores e de medidas de localização das populações, vejamos.

2 MEDIDAS DE LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL

Através do diagnóstico do comportamento econômico e demográfico de uma área é possível identificar as mudanças no padrão de localização e redistribuição da população, isto porque este tipo de análise regional permite a realização de generalizações na interpretação dos seus indicadores. Tais atitudes dependem do problema analisado, da(s) variável(eis) sob análise e da delimitação espacial. No caso do problema estudado neste artigo, parte-se da constatação que a localização espacial da população urbana e rural regional está em mutação, em transformação via de regra constante. Outro fator importante para a investigação regional e espacial é a delimitação da área de estudos, pois os indicadores de análise regional, ao utilizarem o peso relativo da população urbana e rural, anulam o efeito “tamanho” das regiões, por causa disto permitem o cálculo de indicadores confiáveis. (Rippel, 2006)

Cumprir destacar que os primeiros pesquisadores a aplicar e sistematizar os indicadores de análise regional no Brasil foram Lodder (1974) e Haddad (1989). Ambos são importantes referências da aplicação empírica desse instrumental ao caso brasileiro. Tanto que hodiernamente, quando se trata da aplicação dessa análise no Paraná e na Mesorregião Oeste Paranaense, se destacam os trabalhos de são Piacenti et al. (2002), Lima et al. (2004), Rippel (2005) e (2006) e Piffer (2009).

Assim sendo, conforme nosso objetivo maior fez-se necessário apontar que para realização do cálculo das medidas de localização, organizaram-se as informações em questão em uma matriz que relaciona a distribuição domiciliar-espacial e uma variável-base, assim se fez uso da população (POP) distribuída por situação de domicílio (urbana e rural). Nesta matriz, as colunas apontam a distribuição da população entre os municípios, e as linhas demonstram a distribuição da população por situação de domicílio de cada um dos municípios, conforme Figura 1.

Neste sentido, definiram-se as seguintes variáveis:

POP_{ij} = População no domicílio i do município j ;

$\sum_j POP_{ij}$ = População no domicílio i da região;

$\sum_i POP_{ij}$ = População em todos os domicílios do município j ;

$\sum_i \sum_j POP_{ij}$ = População total da região.

FIGURA 1 - MATRIZ DE INFORMAÇÕES

	← Domicílios da população i →		
↑ Município j ↓		↑	
	←	POP_{ij}	→
		↓	
		$\sum_j POP_{ij}$	$\sum_i \sum_j POP_{ij}$

FONTE: Haddad, 1989, Lodder (1974), e Piacenti et. al. (2002).

Assim por meio desta matriz de informações, se consegue descrever as medidas de localização, tais instrumentos de mensuração são de natureza domiciliar, Assim as medidas tratam da localização da população por situação de domicílio entre os municípios, ou seja, neste procedimento identificam-se os padrões de concentração ou dispersão da população, num determinado período. Neste trabalho se fez uso das medidas de localização espacial: a-) o quociente locacional, b-) o coeficiente de localização e c-) do coeficiente de redistribuição. Vejamos cada uma delas para compreender de forma mais ampla sua aplicação e utilidade.

2.1.1 Quociente Locacional – QL

O cálculo do QL – Quociente Locacional, é utilizado para se comparar a participação percentual da população de um município com a participação percentual da região. Neste procedimento aponta-se que o quociente locacional pode ser analisado a partir de domicílios específicos ou no seu conjunto. Ademais o quociente locacional pode ser analisado a partir de domicílios específicos ou no seu conjunto, e é expresso pela equação (1) a seguir:

$$QL = \frac{POP_{ij} / \sum_j POP_{ij}}{\sum_i POP_{ij} / \sum_i \sum_j POP_{ij}}$$

(1)

A importância do município no contexto regional, em relação ao domicílio estudado, é demonstrada quando QL assume valores acima de 1. Nesse caso, quando o QL encontrado pelo cálculo for maior que 1, temos a indicação da representatividade do domicílio em um município específico. O contrário ocorre quando o QL for menor que 1, assim sendo, mediante este procedimento, a partir da análise do QL, poder-se-á visualizar a concentração de cada setor em cada um dos municípios

2.1.2 Coeficiente de Localização – CL

Outro indicador a ser utilizado é o CL – coeficiente de localização, que têm como objetivo e função relacionar a distribuição percentual da população num dado domicílio entre os municípios com a distribuição percentual da população da região. O coeficiente de localização (CL) é medido pela equação (2).

$$CL = \frac{\sum_j \left| \left(\frac{POP_{ij}}{\sum_j POP_{ij}} \right) - \left(\frac{\sum_i POP_{ij}}{\sum_i \sum_j POP_{ij}} \right) \right|}{2}$$

(2)

A partir de seu cálculo verifica-se que se o coeficiente obtido for igual a zero (0), significa que a população do domicílio *i* estará distribuída regionalmente da mesma forma que o conjunto de todos os domicílios, ou seja, estará mais disperso entre os municípios. Porém se o valor que se encontrar for igual a um (1), ficará demonstrado que o domicílio *i* apresenta um padrão de concentração regional mais intenso do que o conjunto de todos os domicílios.

2.1.3 Coeficiente de Redistribuição

Outro indicador utilizado na análise deste tipo de cenário amplo, que detém características demográficas, econômicas e geográficas é o CRed - coeficiente de redistribuição que relaciona a distribuição percentual da população de um mesmo domicílio em dois períodos, ano base 0 e ano 1, com a intenção de verificar se está prevalecendo para o

domicílio algum padrão de concentração ou dispersão espacial ao longo do tempo. A equação que nos fornece este coeficiente poder ser visualizada a seguir.

$$CRed = \frac{\sum_j \left| \left(\frac{POP_{ij}^{t1}}{\sum_j POP_{ij}^{t1}} \right) - \left(\frac{POP_{ij}^{t0}}{\sum_j POP_{ij}^{t0}} \right) \right|}{2} \quad (3)$$

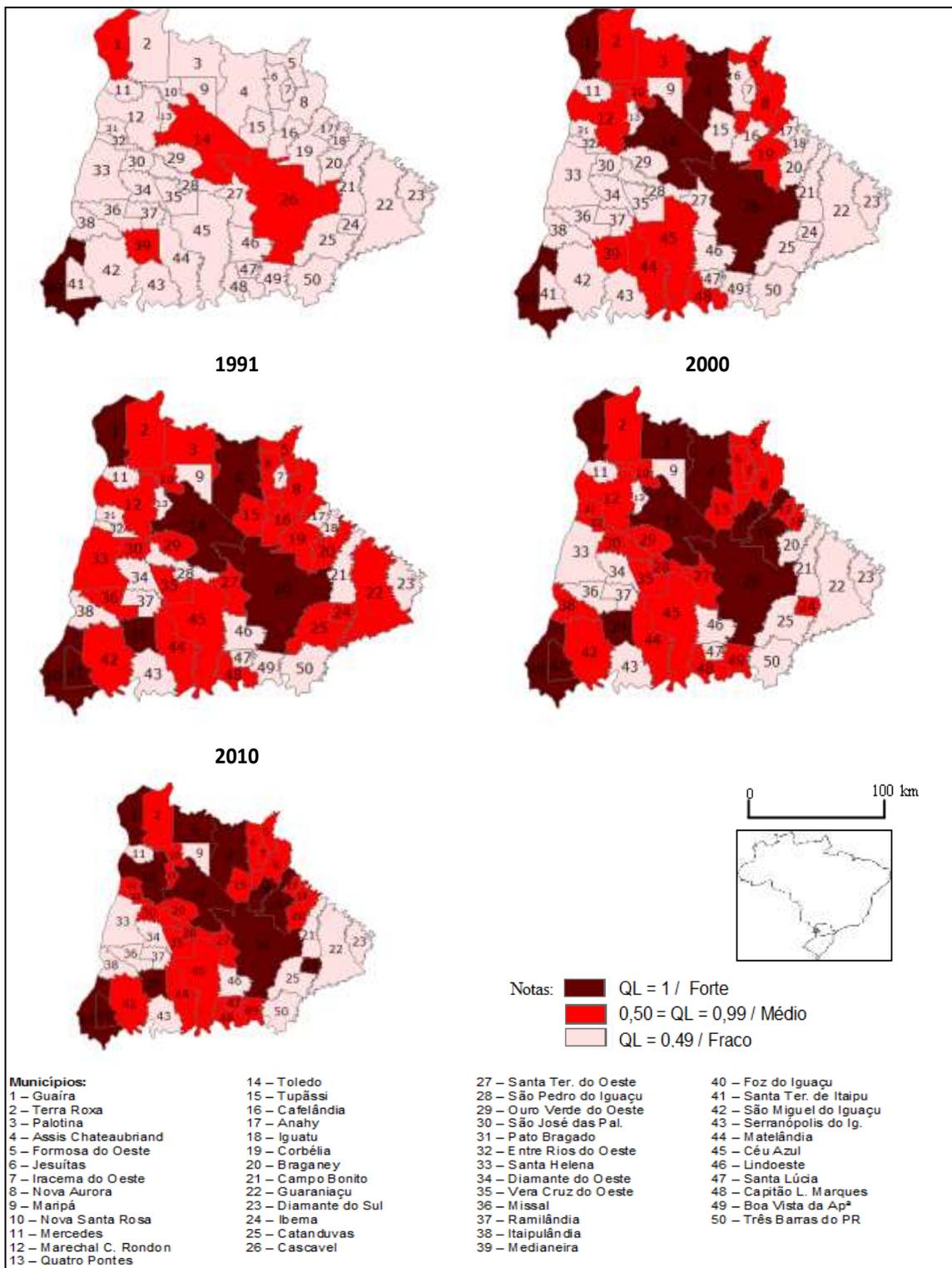
Neste indicador, vemos que coeficientes próximos a zero (0) apontam que não ocorreram mudanças significativas no padrão espacial de localização dos domicílios, já valores próximos a um (1) demonstram que ocorreram mudanças significativas no padrão espacial de localização dos domicílios.

3 O PERFIL DA LOCALIZAÇÃO POPULACIONAL REGIONAL

Nessa seção serão apresentados os resultados da aplicação do modelo de análise regional descrito anteriormente, assim na Figura 1 vemos a evolução do Quociente Locacional (QL) para a população urbana para todos os municípios da região, por ela nota-se que a concentração da população urbana no conjunto da área não sofreu muitas alterações no período analisado. No geral, no Oeste do Paraná, houve uma expansão de sua urbanização e ela foi concentrada, pois os municípios que concentram a maior parte da população urbana em 2010 são os mesmos de 1970, Toledo, Cascavel, Medianeira, Foz do Iguaçu e Guaíra.

Chama a atenção na Figura 1 à posição dos municípios de quociente locacional fraco, a fragmentação da região em vários municípios manteve uma população urbana significativa de médio para forte do centro para o norte da região. Da mesma forma a fronteira leste da área, faixa mais próximo do centro do Paraná, tem indicadores menos significativos no final do século XX, praticamente, foram sempre os mesmos municípios que concentraram a população urbana de 1970 a 2010. A exceção fica por conta de Assis Chateaubriand que tinha uma concentração significativa no período de 1970 a 1991, mas chegou ao ano de 2010 com uma queda na concentração. No entanto, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra, Medianeira e Toledo apresentaram quocientes significativos em todo o período, de 1970 a 2010.

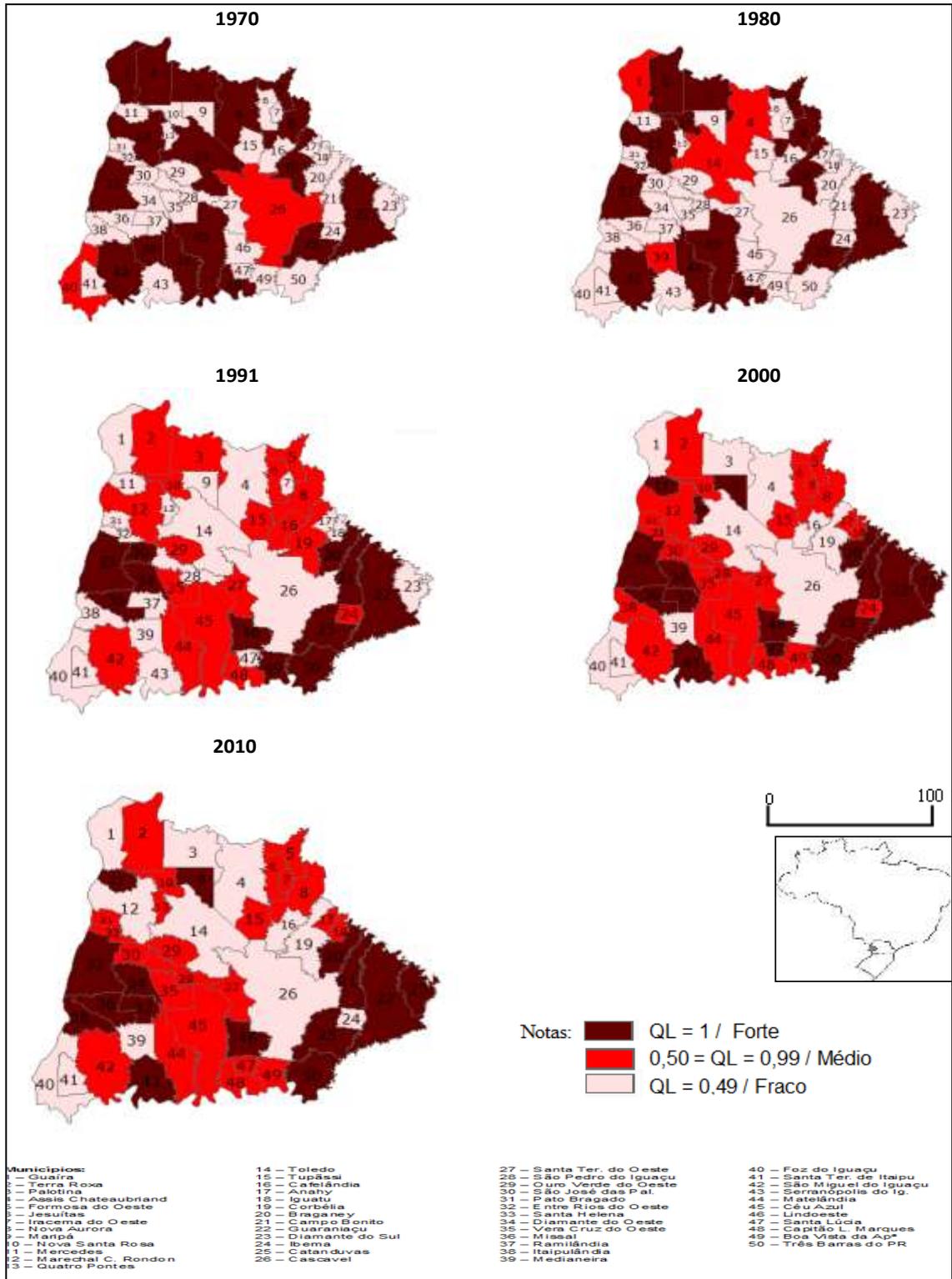
Figura 1 – Quociente Locacional Da População Urbana Dos Municípios Da Mesorregião Oeste Paranaense – 1970/2010



Fonte: Resultados da Pesquisa

A figura demonstra que os demais municípios da mesorregião estão agregando, com tempo mais população urbana e isso se evidencia pela evolução do quociente na maioria deles, mesmo que a área ainda concentre significativa população rural, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2– Quociente Locacional Da População Rural Dos Municípios Da Mesorregião Oeste Paranaense – 1970/2010



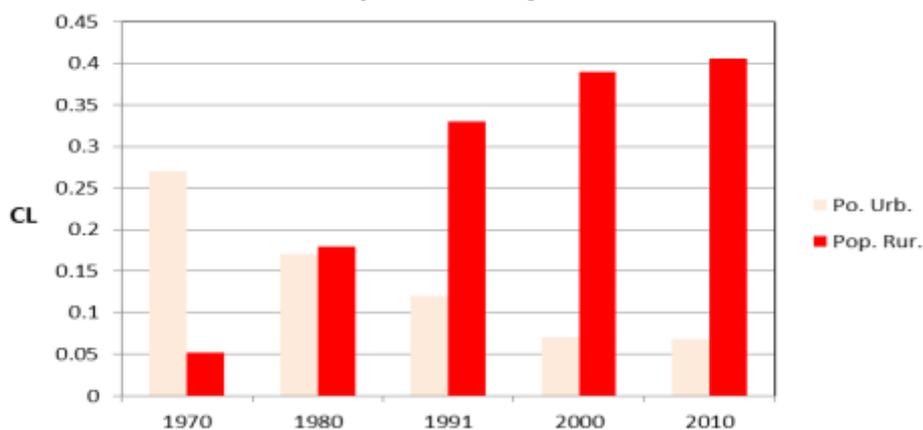
Fonte: Resultados da Pesquisa

Na Figura 2 se vê que a região ainda concentra significativa população rural em seus municípios, e confrontando esta figura com a Figura 1 se nota que a área é menos urbana do que aparenta. Então o que explica essa dicotomia? Segundo Rippel (2013) O primeiro elemento explicativo reside no perfil da ocupação fundiária na região, isto porque a área rural

do local é caracterizada por uma importante presença de pequenas propriedades, de até 50 ha. Tais propriedades representam 87% do total regional e retêm um importante contingente populacional. O segundo elemento refere-se à capacidade que o local tem de atrair imigrantes, isto porque na última década a área ainda recebeu importantes contingentes migratórios²⁵.

O terceiro elemento vincula-se ao número de distritos existentes na região, pois segundo IBGE (2005), existia ali no ano de 2000, 96 distritos, destes, 50 eram as sedes urbanas municipais e os 49 restantes localizavam-se nos arredores destas, sendo que cerca de 25% da população rural da região estava concentrada, nestes distritos. Assim o Gráfico 1 mostra a distribuição regional da população urbana e rural para o período de 1970 a 2010.

Gráfico 1 – Coeficiente de Localização (Cl) - Região Oeste do PR – 1970-2010



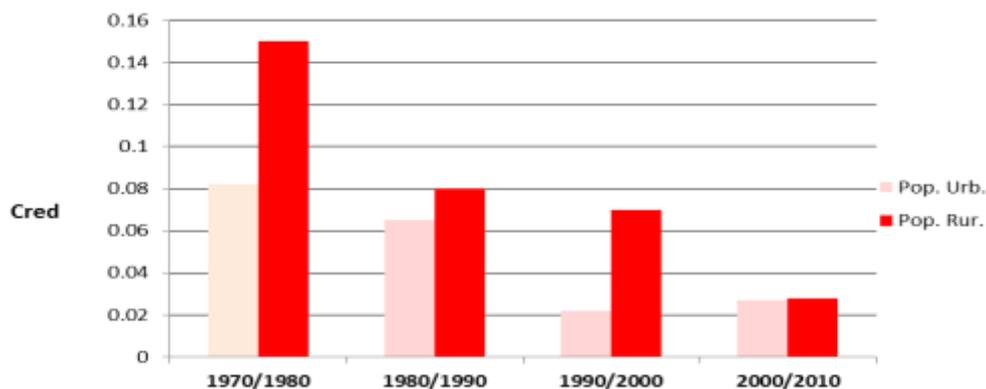
Fonte: Resultados da Pesquisa

No gráfico se pode visualizar a confirmação dos dados apresentados pelos quocientes locacionais, que demonstram que a população rural está mais difusa na região e que houve maior concentração pelos municípios desta população no período de 1970 a 2010. No entanto, os coeficientes de localização da população urbana demonstram também que ali está ocorrendo forte concentração em poucos municípios, e mais pela diminuição deste coeficiente, vê-se que, com o passar dos anos, menos municípios concentraram a maior parte da população urbana da região, mantendo a tendência do movimento analisado por RIPPEL (2005).

Semelhantemente ao coeficiente de localização, o coeficiente de redistribuição objetiva verificar se está prevalecendo algum padrão de concentração ou dispersão espacial da população ao longo do tempo, o que pode ser visualizado pelo Gráfico 2, abaixo que confirma as informações apresentadas ao indicar que não houve mudanças significativas na localização da população urbana e rural no período analisado.

²⁵. Sem contar que Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu, foram municípios que mais atraíram população e que concentraram 54,25% da população regional e mais de 38% dos fluxos migratórios intraregionais, intra-estaduais e inter-estaduais da área. Rippel (2005) e Rippel (2013)

Gráfico 2– Coeficiente de Redistribuição (Dred) - Região Oeste do PR – 1970-2010



Fonte: Resultados da Pesquisa

Este cenário indica que os mesmos municípios que concentravam população urbana no ano de 1970 continuaram a concentrar em 1980, 1991, 2000 e em 2010, comportamento similar que também pode ser visualizado para a população rural regional.

Concentração demográfica e dinâmica Migratória Intra-Regional da região 1970-2000

Depois da apresentação dos indicadores de concentração da área, abordar-se-ão a seguir os movimentos migratórios intra-regionais: aqueles realizados dentro da própria região. A abordagem desenvolvida teve a intenção de ampliar o estudo da questão, respeitadas as limitações das informações censitárias, por meio da análise do panorama intra-regional, o enfoque objetivou compreender melhor o poder de influência das cidades “chaves” nos elementos demográficos migratórios da própria região.

Assim na Tabela 01 estão informações dos municípios com os fluxos migratórios intra-regionais mais expressivos. Observa-se que de 1975-80 na área o total de emigrantes intra-regionais foi de aproximadamente 106.000 pessoas, e o município com o maior fluxo deste tipo foi Cascavel, detentor de uma emigração intra-regional estimada em 14.779 indivíduos - 13,93% do total do movimento. Depois de Cascavel os locais com maiores movimentos de emigração intra-regional de 1975-80, foram Toledo e Santa Helena, sendo que os sete selecionados em conjunto foram responsáveis por aproximadamente 50,63% do total geral, e os outros quarenta e três municípios o restante.

Já de 1986 a 1991, pode-se ver que o total do movimento caiu para 69.000 pessoas, uma redução de 35% no volume. Naquele período o município com a maior participação neste movimento foi novamente Cascavel, com 12,55% do total, seguido por Toledo, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, e Medianeira e os sete municípios em conjunto responderam por 46,84% do total da emigração intra-regional, aos demais correspondem 53,16% do fluxo.

Tabela 01- Principais Movimentos Migratórios Intra-Regionais - Oeste PR de 1975-80, 1986-91, 1995-00 e 2005-10

Município	Emigração Intra-Regional								Imigração Intra-Regional							
	Última Etapa		Data Fixa				Última Etapa		Data Fixa							
	1975-1980		1986-1991		1995-2000		2005-2010		1975-1980		1986-1991		1995-2000		2005-2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CSC	14.779	13,93	8.658	12,55	6.455	12,35	7.138	14,00	20.284	19,11	13.709	19,86	12.090	23,13	10132	19,88
FOZ	5.846	5,51	5.434	7,87	5.934	11,35	7513	14,74	26.081	24,58	9.086	13,17	6.301	12,05	2907	5,70
MCR	4.738	4,46	3.429	4,97	1.573	3,01	2386	4,68	2.933	2,76	2.509	3,64	1.828	3,5	2280	4,47
MAT	6.360	5,99	2.924	4,24	1.415	2,71	1167	2,29	5.543	5,22	1.195	1,73	858	1,64	1243	2,44
MED	6.755	6,37	3.300	4,78	2.332	4,46	1992	3,91	6.290	5,93	2.776	4,02	2.195	4,2	2719	5,33
STH	7.256	6,84	2.103	3,05	1.430	2,74	1518	2,98	2.615	2,46	1.412	2,05	714	1,37	1278	2,51
TOO	7.993	7,53	6.475	9,38	3.963	7,58	3220	6,32	7.824	7,37	7.683	11,13	5.921	11,33	6227	12,22
Total Parcial	53.727	50,63	32.323	46,84	23.102	44,19	24934	48,92	71.570	67,44	38.370	55,60	29.907	57,21	26.786	52,55
Outros Locais	52.396	49,37	36.690	53,16	29.171	55,81	26.034	51,08	34.553	32,56	30.643	44,40	22.366	42,79	24.182	47,45
Total Geral	106.123	100,00	69.013	100,00	52.273	100,00	50968	100,00	106.123	100,00	69.013	100,00	52.273	100,00	50968	100,00

Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 Tabulações Especiais Ricardo Rippel

Legenda: CSC - Cascavel, FOZ - Foz do Iguaçu, MCR - Marechal Cândido Rondon, MAT - Matelândia, MED - Medianeira
STH - Santa Helena e TOO - Toledo.

De 1995-2000, a tendência de queda no fluxo se manteve e o montante de emigrantes intra-regionais se reduziu para 52.273 indivíduos, uma queda de 24,26%; Cascavel mais uma vez deteve a maior participação no movimento, com 12,35% do total, seguido de Foz do Iguaçu, Toledo, Assis Chateaubriand e Medianeira; sendo que os sete totalizaram 44,19%, e o restante da emigração intra-regional foi praticada pelos demais com 55,81% de participação. Já de 2005-2010, houve uma nova queda no volume do movimento, porém menor que as anteriores totalizando aproximados 50.968 emigrantes no período, uma redução pequena da ordem de 2,5%. E, percebe-se ainda que os municípios considerados como os mais representativos, em termos de locais de origem dos fluxos de emigração, mantêm-se presentes, porém neste período Foz do Iguaçu foi o município com a maior participação no processo com 14,74%, seguido por Cascavel, Toledo e Marechal C. Rondon.

O conjunto dos sete totalizou 48,92% do movimento uma elevação de 7,9% em relação ao período anterior, sendo que o restante 51,08% foi praticado pelos demais municípios. Como se pode perceber, durante todos os estes períodos, Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu mantiveram-se presentes como os mais importantes locais de origem dos movimentos de emigração intra-regional. É também evidente quando da análise conjunta da tabela que do primeiro para o último quinquênio, ocorreu na área uma forte redução do montante do movimento, redução que segundo Rippel (2005) ocorreu porque boa parte dos municípios da região desenvolveu uma infra-estrutura econômica e social que lhes possibilitou arrefecer os movimentos, e reter de modo mais eficiente os migrantes.

Já no movimento de imigração intra-regional, o que se observa é que, no transcurso dos quinquênios a situação deste fluxo na região alterou-se razoavelmente em termos de montante, porém não em termos das principais origens dos imigrantes, como se pode ver na Tabela 01. Ali se percebe que, de 1975-1980 no movimento, o município mais representativo foi Foz do Iguaçu, que absorveu 24,58% do total, valor de aproximadamente 26.000 imigrantes²⁶. Sucedem-no, Cascavel, Toledo, Medianeira, Matelândia, sendo que os sete em conjunto totalizam 67,44% da imigração intra-regional naquele espaço de tempo, ou seja, foram os principais locais de destino desta migração na região.

²⁶. Segundo Rippel (2005), este comportamento de elevada absorção de imigrantes por parte de Foz do Iguaçu no período, deve-se ao fato de que naquele momento histórico ocorria o início das obras de hidrelétrica binacional de Itaipu, obra que segundo o autor gerou para o local um grande fluxo de imigração.

De 1986 a 1991 ocorre uma importante redução no movimento que apresentou uma queda de 34,97% no total, que caiu de 106123 para 69013 imigrantes dentro da área, redução igualmente apontada na emigração intra-regional, que obviamente tem o mesmo volume dado que neste caso os deslocamentos ocorrem dentro da própria região Oeste do Paraná. Uma análise mais apurada permite apontar que o município mais representativo na absorção de indivíduos dentro da própria região foi Cascavel, com 19,86% do movimento, seguido por Foz do Iguaçu, Toledo, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, sendo que o grupo dos sete municípios respondeu por 55,60% da imigração interna da área no período.

No quinquênio seguinte, 1995-2000, ocorreu nova queda no total de migrantes dentro internos da região, da ordem de 24,26% pois o fluxo arrefeceu. Apesar disto os municípios apontados como principais destinos do fluxo, do período anterior, mantêm-se presentes. Cascavel novamente foi o mais representativo absorvendo 23,13% do volume. Sendo que os seguintes municípios lhe sucedem no restante do panorama: Foz do Iguaçu, Toledo, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, e o grupo que comandou o processo de absorção dos imigrantes intra-regionais, em conjunto, respondendo por 57,21% do movimento.

De 2005 a 2010, uma queda pequena no montante de imigrantes dentro da região. Da ordem de 2,5%, pois o montante reduziu-se de 52273 para 50968 imigrantes internos á área. Apesar disto os municípios apontados como principais destinos do fluxo, do período anterior, mantêm-se presentes. Cascavel novamente foi o mais representativo absorvendo 19,88% do volume total do fluxo. Sendo que os seguintes municípios lhe sucedem no restante do panorama: Foz do Iguaçu, Toledo, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, e o grupo que comandou o processo de absorção dos imigrantes intra-regionais, em conjunto, foi responsáveis por 52,55% do movimento.

Assim, o cenário apresentado pela região com referência aos movimentos migratórios intra-regionais, apontam que durante os três quinquênios Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu mantiveram-se como sendo os locais de maior destaque no cenário de migração intra-regional. Esses locais em todos os quatro períodos analisados, e que foram estruturados ao longo de 40 anos identificados por quatro censos demográficos brasileiros, foram os locais de movimentos migratórios internos mais importantes da região, constituindo-se nos principais municípios receptores e repulsores da imigração intra-regional.

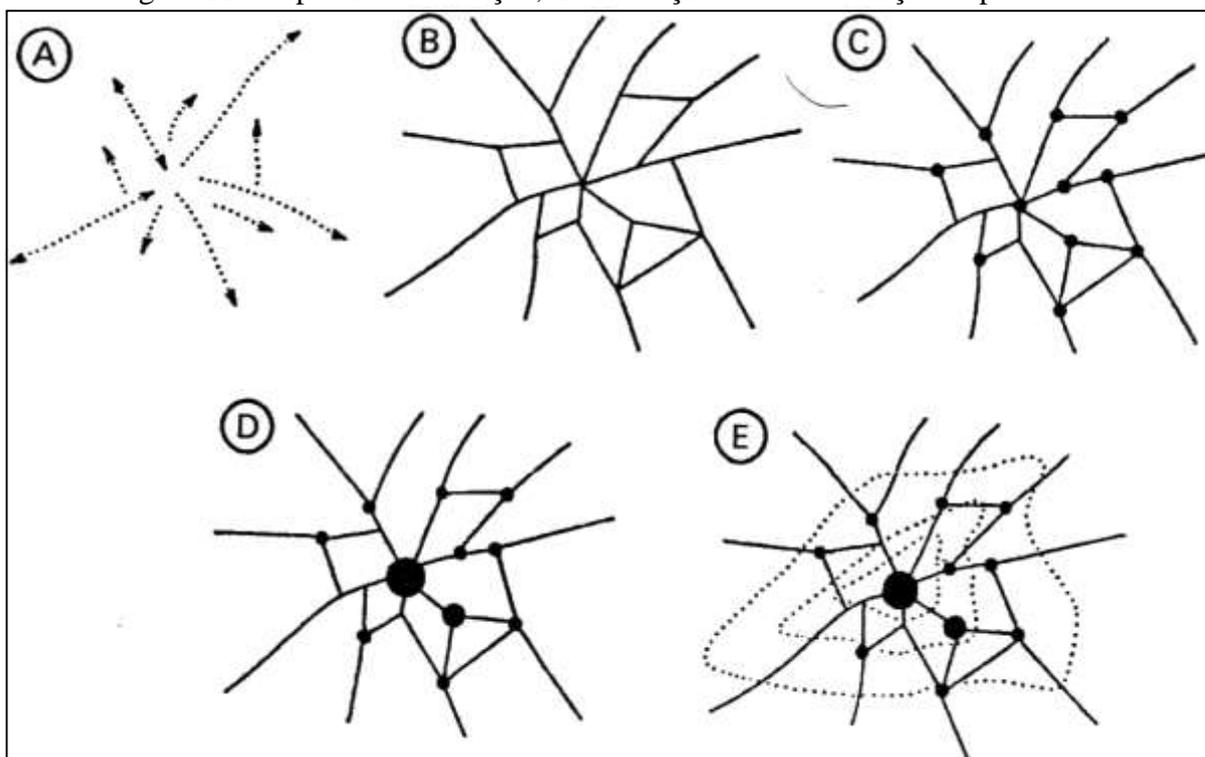
Assim visualiza-se nesta exposição, a elevada circulação de indivíduos que algumas cidades da região apresentaram no período. Cabe, porém ressaltar que se percebe de modo evidente que alguns municípios mais do que outros vivenciaram intensas trocas migratórias, em função dos fluxos migratórios que partiram ou se direcionaram para eles. Mediante o exposto até o presente momento e o que se pode perceber pela análise, faz-se necessário, segundo nosso entendimento, compreender de forma mais concisa por que motivo, ao longo dos quatro quinquênios o Oeste do Paraná assumiu um perfil em termos de migração intra-regional no qual os municípios que comandaram o processo resumem-se a três. Porque esta região, principalmente em termos da organização do espaço, da área encontra-se estruturada no em torno destes três locais.

Desta realidade surgiu a necessidade de planilhar o que aconteceu ali de modo mais completo. Assim, recorrendo a Haggett (1973), percebe-se que a evolução do espaço regional é usualmente polarizada pelo espaço urbano. A partir desta constatação, o autor estrutura e fundamenta sua análise por meio de um conjunto de etapas de compreensão do processo, etapas que são apresentadas por ele num esquema que exhibe como a evolução de polarização e urbanização de uma região ocorre, assim vemos, a Figura 03.

Pela Figura 03 e mediante as argumentações do autor, vê-se que a organização de uma região polarizada e urbanizada é mantida através de fluxos constantes de indivíduos, de mercadorias, de dinheiro e de informações. Quando há um excesso de fluxos para o interior do sistema, ocorre o desenvolvimento das cidades e a expansão urbana, e a diminuição dos

movimentos provoca contrações de cidades. Desta forma, o processo de polarização e urbanização regional se inicia através dos movimentos e fluxos (A); esses movimentos formam uma rede (B), que acarreta na formação de nós e/ou pólos (C). E é na etapa posterior que se dá a configuração da hierarquia das cidades (D). A última etapa configura uma região, com pólos e hierarquias já definidos (E). Sendo que a formação das regiões urbanas e polarizadas ocorre nas três últimas etapas, através da intensidade de fluxos e refluxos.

Figura 03: Etapas de Polarização, Urbanização e Movimentação Populacional



Fonte: Elaboração do Autor a partir de Haggett, 1973.

Segundo Rippel (2005), espelhando-se na figura e em sua interpretação para o Oeste do Paraná, nota-se que na área ocorreu um processo muito similar ao exposto. Isto porque, o esquema “A” de certo modo retrata a expansão extensiva da ocupação do Oeste paranaense por parte da população, notadamente migrante. O pressuposto é o de que este esquema mais o “B” indicam o processo de evolução da área. O primeiro representa a chegada dos colonos que se espalham pela região mediante a aquisição de propriedades notadamente rurais. Com o transcorrer do tempo, seja por questões de relacionamentos pessoais antecedentes (redes sociais anteriores), seja pela proximidade da atividade econômica ou ainda em função da interferência das empresas colonizadoras da região, formaram-se diversos núcleos urbanos na área, na forma de distritos e vilas, todos eles pertencentes a um único município, Foz do Iguaçu, tal qual exposto pelo autor.

Assim o esquema “B” apontaria então o estabelecimento das rotas de comunicação e transporte entre estes pequenos núcleos populacionais e a sede do município, que serviram para a circulação de pessoas, transporte de mercadorias e de produtos, etc. Já a etapa “C”, indica o estabelecimento de núcleos urbanos mais estruturados, que servem de apoio às necessidades dos indivíduos, principalmente daqueles alocados em áreas rurais mais distantes. Tal comportamento é condizente com o processo de colonização ocorrido no Oeste do Paraná, que levou ao surgimento de cidades que se hierarquizaram fazendo surgir na etapa “D”, os pólos regionais (Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo). Desta maneira, a etapa “E” apresentaria

então a maturação desse processo, quando se vê o surgimento de um pólo econômico demográfico regional central, que, via de regra, influi em todo o comportamento da região, que, no caso do Oeste do Paraná, vem a ser Cascavel. (Rippel, 2005)

Analisando cenário semelhante Silva, Rippel e Lima (2000) afirmam que o surgimento de um pólo é uma consequência do processo de desenvolvimento, sendo que neste caso, o desenvolvimento é caracterizado como um fenômeno desequilibrado, de forma que forças poderosas induzem à concentração espacial do crescimento econômico e da dinâmica demográfica, em torno de pontos (núcleos urbanos) onde este processo se inicia. Esse fato transparece na configuração histórica do território do Oeste do Paraná²⁷, com o movimento de consolidação de alguns municípios como pólos econômicos e demográficos da região.

Essa realidade segundo Rippel (2005) fez aflorar na área uma característica, a de que tais municípios constituem-se em locais de circularidade migratória, mediante isto, com a intenção de analisar melhor o movimento, aplicou-se análise da migração intra-regional regional o cálculo dos Índices de Eficácia Migratória²⁸, na Tabela 02 a seguir. Pois a análise pura e simples dos dados da emigração e da imigração intra-regional não se constitui em elemento suficiente para a compreensão ampla da dinâmica populacional do território vez que Ravenstain (1980) aponta que para cada corrente migratória importante sempre se produz uma contra-corrente compensadora.

Na análise do IEM de modo específico, reportamo-nos a Cunha (1997) que argumenta que o uso deste instrumento permite evidenciar outra dimensão das características migratórias de uma região, qual seja: a eficácia desta no processo migratório a que se encontra exposta.

Tabela Movimentos Migratórios Intra-Regionais do Oeste do Paraná Migração Líquida, Migração Bruta e Índice de Eficácia Migratória. Do Tipo Última Etapa. Períodos de 1975-1980 e 1986-1991

Município	Migração Líquida (I-E)				Migração Bruta (I+E)				Índice de Eficácia Migratória			
	Última Etapa	Data Fixa			Última Etapa	Data Fixa			Última Etapa	Data Fixa		
	1975-80	1986-91	1995-00	2005-10	1975-80	1986-91	1995-00	2005-10	1975-80	1986-91	1995-00	2005-10
CSC	5.505	5.051	5.635	2.994	35.063	22.367	18.545	17.270	0,16	0,23	0,3	0,17
FOZ	20.235	3.652	367	-4.606	31.927	14.520	12.235	10.420	0,63	0,25	0,03	-0,44
MCR	-1.805	-920	255	-106	7.671	5.938	3.401	4.666	-0,24	-0,15	0,07	-0,02
MAT	-817	-1.729	-557	76	11.903	4.119	2.273	2.410	-0,07	-0,42	-0,25	0,03
MED	-465	-524	-137	727	13.045	6.076	4.527	4.711	-0,04	-0,09	-0,03	0,15
STH	-4.641	-691	-716	-240	9.871	3.515	2.144	2.796	-0,47	-0,2	-0,33	-0,09
TOO	-169	1.208	1.958	3.007	15.817	14.158	9.884	9.447	-0,01	0,09	0,2	0,32
Total Parcial	17.843	6.047	6.805	1.852	125.297	70.693	53.009	51.720	0,14	0,09	0,13	0,04

²⁷ Uma região deve ser entendida como a área de influência de um polo. Nesse sentido, as regiões se organizam em torno de uma cidade central, que polariza em torno de si a economia e a população, orientando sua área de influência. Esse domínio se dá nas relações comerciais, administrativas, sociais, demográficas e políticas, assim o espaço organizado em torno de uma cidade é uma região (ANDRADE, 1987).

²⁸ Este índice, cuja conceituação e metodologia de cálculo encontra-se explanada no manual de métodos de medição da migração interna da ONU/DAES (1980); segundo Cunha (1997, 100), é calculado a partir do quociente entre a migração líquida (I-E) e a migração bruta (I+E); é determinado pelo seguinte quociente:

$$IEM = \frac{\text{Migração Líquida do Local " X " no período " y "}}{\text{Migração Bruta do Local " X " no período " y "}}$$

Outros Locais	-17.843	-6.047	-6.805	-1.852	86.949	67.333	51.537	50.216	-0,21	-0,09	-0,13	-0,04
Total Geral	0	0	0	0	212.246	138.026	104.546	101.936	0	0	0	0

Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Tabulações Especiais do autor

Legenda: CSC – Cascavel, FOZ – Foz do Iguaçu, MCR – Marechal Cândido Rondon, MAT – Matelândia, MED – Medianeira, STH – Santa Helena e TOO – Toledo.

Particularmente, dos valores teóricos possíveis, um deles, o zero indicaria a circularidade migratória. De modo que este índice, ainda segundo autor este indicador permite identificar quão eficaz é o local analisado no ato de reter migrantes²⁹. Assim na tabela vê-se que a migração líquida regional nos quatro períodos oscilou muito, com municípios apresentando saldos negativos e outros positivos, vê-se igualmente, que foi no primeiro deles que a área apresentou sua maior perda, pois o volume de emigrantes a mais do que imigrantes atingiu estimados 17.843 indivíduos. Nos quinquênios seguintes, a tendência foi mantida, porém em patamares bem menores.

De 1975 a 1980 os municípios de Marechal Cândido Rondon e Santa Helena foram locais que nos quais o IEM apontou o fenômeno da repulsão migratória, porém em níveis reduzidos. Neste período Foz do Iguaçu foi o único município da região com um índice de absorção importante, fato que ocorreu basicamente em função do início das obras da hidrelétrica de Itaipu, fato que tornou o município local de expressivo fluxo de imigração intra-regional. Rippel (2005). Os demais apresentaram índices de áreas de circularidade migratória, alternando valores positivos e negativo, pois recebiam e repeliam indivíduos em graus de intensidade muito próximos. Este também é o resultado obtido pela região como um todo, pelos demais municípios da área e pelo conjunto dos selecionados³⁰.

No período seguinte, 1986-1991, os dados na tabela indicam que se manteve o caráter de circulação de indivíduos por parte de alguns municípios, notadamente em função do valor de suas trocas migratórias, ademais alguns deles, mais do que outros, vivenciaram trocas e movimentos mais intensos. Conforme os dados no quinquênio Matelândia era um local classificado como sendo lugar de repulsão migratória, já Cascavel e Foz do Iguaçu eram municípios de absorção de migrantes; os demais comportaram-se como áreas de circulação de migrantes, recebiam e repeliam indivíduos em graus de intensidade muito próximos.

De 1995 a 2000, Matelândia e Santa Helena foram lugares que apresentaram repulsão migratória; Cascavel apresentou um comportamento de absorção de migrantes e as demais cidades da área foram locais de circulação de migrantes intra-regionais. No último dos

²⁹ Há que se ressaltar que este índice é mais um a colaborar para a interpretação dos fenômenos relativos a migração, porém ele sozinho não permite classificar as características migratórias das áreas sob análise, para isto outros indicadores são utilizados. E, como ele não mede atratividade ou repulsão populacional sozinho, utilizamos mesmo com os já apresentados: saldos migratórios, e as taxas migratórias, de modo se torne mais um elemento a reforçar as características de atração ou repulsão da região. Neste sentido, mesmo no caso de IEM ser calculado próximo a zero (circulação), ou seja, nem mesmo caracteriza uma área com circulação *per se*, já que por exemplo uma zona com saldo próximo a zero (numerado do IEM) e migração bruta muito pequena (denominador do IEM) não poderia ser considerada de circulação por envolver um número muito pequeno de migrantes. Assim o IEM deve apontar para a eficácia, mas isso não implica que a migração seja ou não importante. Nesse cenário, valores próximos a 1 indicariam áreas de elevada atração migratória (ou seja, somente imigração) e valores próximas a -1, áreas de alta evasão populacional (somente emigração). A obtenção de valores próximos a zero revelaria as áreas com circulação migratória (imigração em níveis semelhantes à emigração).

³⁰ Com a região como um todo, encontramos novamente 0,00 e não poderia ser diferente, pois, como tratamos de migração dentro do específico território de uma região, tanto os emigrantes quanto os imigrantes intraregionais, quando tratados no total, devem ser equivalentes, pois os indivíduos circulam dentro da própria região.

períodos 2005-2010 ocorreu uma interessante alteração no processo, Toledo passou a apresentar um cenário de absorção mais destacado em detrimento de uma redução do movimento direcionado para Cascavel e de perdas importantes de Foz do Iguaçu, os demais mantiveram seu perfil de circularidade migratória intra-regional. No caso de Toledo, Rippel (2013) sustenta que tal comportamento deve-se em grande parte a consolidação do pólo industrial químico e frigorífico de local bem como a elevada expansão do setor de serviços especialmente o de ensino superior no municípios.

4 CONCLUSÃO

O objetivo desse artigo foi analisar a evolução da localização da população urbana e rural na região Oeste Paranaense no período de 1970 a 2010. Os dados de modo geral apontaram que não houve mudanças significativas no padrão de concentração da população urbana e rural entre os municípios desta região, pois os municípios que concentravam a população urbana no ano de 1970 continuaram concentrando durante todo o período de análise, apesar de haverem oscilações entre os mesmos. Ademais a região rapidamente se converteu numa área em que transformações na sua economia e no seu sistema produtivo deflagraram um processo de esvaziamento das áreas rurais, acompanhado da exacerbação dos movimentos de urbanização, e neste processo desenvolveram-se de modo heterogêneo e com diferentes intensidades dinâmicas diferenciadas de crescimento populacional que provocaram reordenamentos contínuos da distribuição espacial da população da área.

Destaca-se no processo o fato de que no âmbito intra-regional, passaram a prevalecer, ao longo de todo o período, os deslocamentos inter-municipais, notando-se um aumento substantivo da participação percentual das cidades de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu no conjunto das trocas migratórias na região. No último quinquênio percebeu-se que Cascavel e Toledo se sobressaíram com relação ao saldo líquido migratório em detrimento de Foz do Iguaçu que está se tornando um espaço de maior repulsa de pessoas do que de absorção de imigrantes. Assim evidencia-se uma característica interessante desta região é que ainda há uma presença significativa da população rural na maioria dos municípios, com exceção de dos três maiores Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e de Medianeira que concentraram com mais intensidade a população urbana.

Ademais o conjunto de informações nos permite perceber o efetivo caráter de circulação de indivíduos migrantes que o Oeste do Paraná desenvolveu ao longo dos quinquênios período no qual alguns municípios da região historicamente apresentaram um comportamento de cidades-pólo. Comportamento este que é condizente com a argumentação e a exposição de Haggett (1973), da qual fez-se uso, e que nos permite apontar que a evolução do espaço regional do Oeste do Paraná foi polarizada em termos migratórios pelos espaços urbanos da área.

De modo que Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu foram locais que concentraram os movimentos ao longo do período e de certo modo a própria região em conjunto, apresentou um comportamento de circularidade migratória. Senso que na paisagem intra-regional, o que se percebeu, é que no período, em termos dos fluxos migratórios da área, seja no movimento de emigração ou no de imigração os três municípios comandaram o processo, não por acaso são os que histórica e atualmente detém as maiores populações e economias da região.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRERA DE LIMA, J. **La diffusion spatiale du développement économique regional: l'analyse de la diffusion au sud du Brésil dans le XX^e siècle.** Thèse de Doctorat. DSH – Université du Quebec à Chicoutimi, 2004. (Disponível em: <www.unioeste.br/pos>.)

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-cultural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HADDAD, J. H. (Org.). **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETIENE, 1989.

HAGGETT, P. **L'analyse spatiale en géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 1973.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Agropecuário e IBGE cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 17 de Jan. de 2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Banco de dados agregados**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>, Acesso em: 18 mar. 2005.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Base de dados. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em 17 de Jan. de 2013.

KLEINKE, M. de L. U.; DESCHAMPS, M. V.; MOURA, R. Movimento Migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IparDES, n. 95, jan./abr. 1999, p. 27-50.

LODDER, C. A. **Padrões locacionais e desenvolvimento regional**. **Revista Brasileira de Economia**. v. 28, n. 1, Jan./Mar. 1974.

MACCARI, N. S. K. **Migração e memórias: a colonização do Oeste Paranaense**. Dissertação (Mestrado em História), UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram**. Tese (Doutorado em Demografia), Cedeplar/UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 2003.

_____. O Paraná e as migrações – 1940 a 1991, Dissertação (Mestrado em Demografia), Cedeplar/UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, (MG), 1996.

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. **Textos para Discussão 329**, Brasília: IPEA, 1994. 43p.

_____. **Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna**. Brasília, DF: ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza, 1992b.

_____. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: NADALIN, S. O. et al. (Orgs.). **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: FSEADE, 1990. p.16-26.

_____. Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil. In: PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, **Anais...** Campos do Jordão (SP), 1978.

_____.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, ABEP, v. 1, n. 2, p. 99-143, jan./dez.1984.

MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. *Journal of Political Economy*, v. LXVI, n. 4, p. 281-302, 1958.

MOURA, R.; MAGALHÃES, M. V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 88, set./out. 1996.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NORTH, D. C. **Teoria da Localização e Crescimento Regional**. in: SCHAWARTZMAN (org) *Economia Regional: textos escolhidos*, CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1977a.

_____. **A agricultura no crescimento econômico regional**. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 1977b.

_____. **Location theory and regional economic growth**. *Journal of Political Economy*, LXIII, June, 1955.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. 113 p. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios).

PADIS, P. C. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios de origem rural: tempos e espaços**. In: ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÃO, 2, Ouro Preto, 1999, Anais... Ouro Preto (MG): ABEP, nov. 1999.

PERROUX, F. Nota sobre a noção de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia regional: texto escolhidos**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 1977.

PIACENTI, C. A. et al. Análise regional dos municípios limieiros ao lago da Usina Hidroelétrica de Itaipu. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 2, 2002, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ABER, 2002. 1 CD-ROM.

PIFFER, M. Apontamentos sobre a base econômica da região Oeste do Paraná. In: CASSIMIRO FILHO, F. & SHIKIDA, P. F. A. (Orgs.) **Agronegócio e Desenvolvimento regional**. p. 57-84. EDUNIOESTE: Cascavel, 1999.

PERIS, A. F. (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional região Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

PIFFER, M. **A Dinâmica do Oeste Paranaense: sua inserção na economia nacional**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 1997.

RAVENSTEIN, E. G. **As leis da migração**. In: MOURA, H. A. de, *Migração interna: textos selecionados*. v. 1, Fortaleza: BNB/ETENE, p. 19-88, 1980.

REDWOOD III, J. “**Ocupação da fronteira, Estado e expansão capitalista: algumas reflexões com base no caso brasileiro contemporâneo**”. In: *PIMES Texto para discussão*. nº 74. Recife: UFPE/PIMES, abril de 1979.

RENNER, C. H.; PATARRA, N. L. Migrações. In: SZMRECSÁNYI, T.; SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F. (Orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

RIPPEL, R. **Os Encadeamentos produtivos de um complexo agro-industrial: Um estudo da Frigobrás-Sadia de Toledo e das empresas comunitárias**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba (PR), 1995.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**, Tese de Doutorado em Demografia, Instituto De Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP - Universidade Estadual De Campinas, Campinas – SP, 2005.

_____.; FERRERA DE LIMA, J. Efeitos em Cadeia de um complexo agroindustrial: O caso da SADIA-Frigobrás em Toledo (PR). In: SHIKIDA, P. F. A.; CASIMIRO FILHO, F. (Org.). **Desenvolvimento regional e agroindústria**. Toledo (PR): Edunioeste, 1999. p. 31-56.

_____.; FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIACENTI, C. A. Apontamentos a respeito da distribuição da população no Oeste do Paraná (1970/2000). In.: JORNADA CIENTÍFICA DA UNIOESTE, 3, 2005, Marechal Cândido Rondon, **Anais...** Marechal Cândido Rondon: Unioeste - PRPPG - Campus de Marechal Cândido Rondon/PR, 2005a.

_____.; FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIACENTI, C. A. Notas sobre a localização da população urbana e rural no Oeste paranaense. In.: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial, 43, 2005, Ribeirão Preto, **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005b.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento no Oeste do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. 2005. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, novembro de 2005.

RIPPEL, R.; LIMA, J.F.de; ALVES, L.R. & PIACENTI, C. - **Notas sobre a localização da população urbana e rural no Oeste paranaense: Uma análise de 1970 a 2000**; Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006, e nos anais.

SACHS, I.- *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir* – São Paulo: Vértices, 1986.

SINGER, P. SZMRECSÁNYI, T. Perspectiva atual do problema. In: SANTOS, J. L. F.;

SANDRONI, P. H. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seler, 1999.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

_____. **Dinâmica populacional e desenvolvimento:** o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: USP, 1968.
SZMRECSÄNYI, T. População e Desenvolvimento Econômico. In SZMRECSÄNYI, T.; SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F. (Orgs.). **Dinâmica da população:** teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

TRINTIN, J. G. **A Economia Paranaense:** 1985-1998. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE/ITAIPU. **Caracterização econômico demográfica da região do extremo Oeste do Estado do Paraná,** 2002. (Projeto Concluído).

WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, Mensus e Colonos:** História do Oeste Paranaense. Curitiba: Editora Vicentina, 1988.

_____. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização.** Curitiba: Lítero Técnica, 1985.

_____. **História do Paraná.** 5 ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1982.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. **A demografia da desigualdade no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 330p. (IPEA, Série PNPE, 27).

ZAAR, M. H. **A produção do espaço agrário:** da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu. Cascavel: Edunioeste (Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná), 1999.

ZELINSKY, W. The impasse in migration theory: a sketch map for potencial escapees. In: **Population movements:** their forms and functions in urbanization and development. Paris, France: IUSSP, 1983.

DINÂMICA MIGRATÓRIA DO ESTADO DE RORAIMA COM BASE NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970, 1980, 1991, 2000 E 2010³¹

*Alexandre Magno Alves Diniz***
*Elisângela Gonçalves Lacerda****

RESUMO: Roraima configura-se no estado brasileiro menos populoso, contudo, nas últimas décadas vem passando por profundas transformações, reflexo do intenso crescimento populacional que tem vivenciado. Esse crescimento tem se dado por meio de um substantivo processo migratório que, inicialmente, ocorreu de maneira interestadual e posteriormente intraestadual. Dentre os eventos que contribuíram para esse fenômeno está a criação de projetos de colonização incapazes de fixar a população no campo, em função de uma série de problemas estruturais. Com base nos fatores expostos, o estudo tem por objetivo promover um resgate histórico da migração no estado de Roraima, contribuindo para a elucidação da dinâmica populacional em curso no Estado. Assim, buscar-se-á revelar as nuances dos processos migratórios atuais e seus reflexos na configuração da rede urbana do Estado. Para tanto, serão utilizados dados dos Censos Demográficos de 1970 a 2010. Os resultados demonstram que ao longo das últimas décadas os fluxos migratórios do Estado sofreram relevantes alterações no que diz respeito à sua intensidade, origem e destino. A dinâmica migratória observada apresenta uma forte relação com a construção e configuração do espaço roraimense, o que possibilita lançar luz sobre uma série de problemas enfrentados pela população desta Unidade da Federação na atualidade.

Palavras-chave: dados censitários; população; migração; fluxos migratórios.

1 INTRODUÇÃO

As migrações internas no Brasil desempenharam um papel preponderante na configuração urbana que o país apresenta atualmente. Os desequilíbrios socioeconômicos existentes entre as cinco regiões brasileiras impulsionaram uma considerável parcela da população a migrar. Nesse contexto, a região amazônica é tida como a última fronteira de expansão da migração, em especial o Estado de Roraima. Apesar de sua ocupação remontar ao século XVIII, somente nas últimas décadas do século XX o estado passou a ser foco de interesse por parte dos migrantes em busca de novas oportunidades.

Roraima, assim como outros estados inseridos na região Norte, recebeu uma série de incentivos governamentais, com o intuito de se promover sua efetiva ocupação. Porém, as políticas oficiais de colonização demonstraram ser inconsistentes e incapazes de proporcionar meios para efetivar a fixação da população. Dessa forma, o que se observa é um ciclo contínuo de migração, que inicialmente ocorreu de maneira interestadual e posteriormente passou a ser intraestadual. Nesse contexto, a existência de diversos atores acabou promovendo o surgimento de uma série de conflitos e dificuldades de melhoria na qualidade de vida da população. Os dados do Censo de 2010 apontam que Roraima foi a única unidade federativa na qual o número de domicílios extremamente pobres teve aumento na última década (eram 14.178, em 2000 e passou a ser 15.626, em 2010). Fenômeno este que pode estar relacionado

³¹ Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração - ABEP, realizado em Belo Horizonte- MG nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar - Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013.

**Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial (PUC Minas).

***Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial (PUC Minas).

com a dificuldade encontrada pela população para se fixar e se tornar economicamente produtiva.

Doravante, a região Amazônica permanece sendo vista pelos camponeses como sendo uma fonte concreta de oportunidades, reflexo disso é o fato de que as taxas de imigração permanecem expressivas, apesar da intensificação dos conflitos regionais. “*O encontro das frentes econômicas (marcada pela presença de grandes fazendeiros) e demográfica caracterizada por pequenos produtores, organizados a partir de práticas agrícolas de subsistência, tende a promover a expulsão dos últimos*” (DINIZ, 2003, p.02). Ao serem expulsos das terras que ocupam, os pequenos produtores tendem a abrir uma nova frente de expansão, via migração intraestadual e o desmatamento de novas frentes de ocupação.

A partir dos dados de migração dos Censos Demográficos é possível se conhecer o histórico e a atualidade desses processos, bem como a relação dos mesmos com a dinâmica populacional da região. O trabalho tem por objetivo fazer um resgate histórico da migração no Estado de Roraima a partir dos dados censitários de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, de modo a se identificar os principais fluxos de migração interestadual e intraestadual e quais são os seus impactos na configuração demográfica de Roraima. Para a construção deste trabalho foram utilizados os microdados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, correspondentes aos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Com o uso do software SPSS foi possível levantar o número de imigrantes residentes no Estado de Roraima. Para a identificação dos imigrantes inter e intraestaduais, trabalhou-se com os dados sobre migração disponível nos Censos, empregando-se uma periodização quinquenal nos seguintes termos: 1965-1970, 1975-1980, 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.

Trabalhou-se com as informações do tipo “data fixa” disponíveis nos Censos de 1991, 2000 e 2010. Como o Censo de 1970 e 1980 não possuem dados de migração do tipo “data fixa”, buscou-se uma alternativa compatível, aplicando-se um filtro, no qual foram selecionados aqueles indivíduos que tinham, em 1970 e 1980, tempo de residência inferior a cinco anos nos municípios de Roraima e idade igual ou superior a 5 anos.

No processo de compilação e tratamento dessas informações, desprezaram-se imigrantes com origem e destinos desconhecidos ou não declarados, fato que não inviabiliza as análises que seguem, tendo em vista a sua diminuta proporção. A partir dos dados tratados foram construídos mapas de fluxos com o auxílio do software ArcGis. Com o intuito de se visualizar espacialmente a origem dos imigrantes presentes na área de interesse. Assim, elaborou-se uma evolução espaço-temporal dos fluxos migratórios nas últimas décadas com destino a Roraima.

O texto inicialmente traz uma breve reflexão acerca das migrações internas no Brasil, posteriormente será feita uma contextualização sobre a ocupação da região onde hoje se encontra o Estado de Roraima e o papel que o mesmo desempenha no cenário das migrações nacionais. O tópico seguinte expõe os e analisa os resultados encontrados. O texto é concluído com a apresentação de algumas considerações tecidas à luz dos resultados obtidos, seguida das referências utilizadas para a sua construção.

2 MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL

A migração é um fenômeno com crescente destaque no cenário brasileiro, sendo esta de caráter interno ou internacional. Isso se deve ao fato de que as migrações desempenharam um papel de considerável relevância na urbanização brasileira, conseqüentemente, a problemática urbana que o país tem vivenciado está em certa medida associada à migração (BARCELLOS, 1995). Por certo que, a migração não é um fator isolado, ela ocorre com base nos desequilíbrios regionais que o Brasil apresenta, de modo que certas áreas funcionam

como fornecedoras e outras como receptoras de migrantes em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

A migração interna no Brasil guarda associação estreita com vários fatores históricos e com a intervenção governamental, por exemplo, o deslocamento da capital federal para o interior do país, em 1960, foi um marco na expansão de frentes pioneiras de colonização em direção ao Centro-Oeste e para a Amazônia. Para que houvesse esse deslocamento populacional maciço em direção às frentes pioneiras foi necessária a criação de uma infraestrutura pautada principalmente na implantação de rodovias federais que interligassem a Amazônia ao restante do país (Belém - Brasília e Cuiabá - Porto Velho). Soma-se a isso, a criação de órgãos voltados para o apoio financeiro e fiscal à política governamental, dentre eles cabe destacar a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA (BARBOSA, 2003).

Na crença de que a migração funciona como mecanismo de equilíbrio para as disparidades regionais do país, tem suas bases fundamentadas na concepção das vertentes contemporâneas da teoria econômica neoclássica. Esta concebe os movimentos migratórios como uma realidade correspondente à *"mobilidade geográfica dos trabalhadores, a qual emerge dos desequilíbrios espaciais dos chamados fatores de produção - terra, capital e recursos naturais"* (SALIM, 1992, p. 122). De acordo com essa concepção, as migrações cumprem um papel positivo no que se refere à harmonização dos desequilíbrios existentes (BARCELLOS, 1995).

Para melhor compreensão da dinâmica migratória interna vivenciada pelo Brasil é relevante fazer um retrospecto histórico acerca dos fatores que a influenciaram. Em decorrência do considerável desenvolvimento econômico vivenciado pela região Sul e Sudeste durante a década de 30 tem-se o eixo Rio/São Paulo e os estados sulinos como principais destinos migratórios, em contrapartida, o restante das regiões destacavam-se como fornecedoras de migrantes. Durante a década de 1940 esse quadro basicamente se mantém inalterado, contudo, cabe ressaltar que o estado do Paraná, refletindo a forte atração exercida pela cultura do café sobre as migrações rurais-rurais, destaca-se como polo de atração para os movimentos inter-regionais.

Durante a década de 50 registram-se as maiores taxas de migração interna da história do país, de acordo com os mesmos movimentos que se desenhavam nas décadas anteriores: Rio e São Paulo figuravam como os dois maiores centros de atração dos migrantes originários, principalmente, dos Estados do Nordeste e Leste. De outro lado, Estados como Paraná e Goiás aumentam sua capacidade de atração dos migrantes para as áreas de fronteira agrícola. Na década de 60 há uma inflexão da tendência observada nos 30 anos anteriores, quando as taxas de emigração passaram a apresentar declínio no Nordeste, mantendo os incrementos no Leste. Os efeitos da queda nos movimentos são sentidos em São Paulo e, principalmente, no Rio de Janeiro e Paraná. Enquanto isso, Goiás e Mato Grosso continuaram a ostentar as altas taxas imigratórias da década anterior (GRAHAM e HOLANDA FILHO, 1973, p.741).

A expansão da fronteira agrícola foi acompanhada por um forte crescimento urbano. Dessa forma, alguns Estados, como o Amazonas e o Pará, tiveram sua ocupação consideravelmente associada à urbanização. Já na década de 1970, aproximadamente, 40% da população desses Estados residiam em cidades. Nesse contexto, Mato Grosso e Goiás apresentaram um crescimento urbano mais expressivo e consolidado, fomentando o surgimento de novas cidades consideradas de porte grande e médio (BRAGA, 2006).

Braga (2006), ao refletir sobre os fluxos migratórios brasileiros, chega a relevantes conclusões, conforme o autor, o Brasil, seguindo os mesmos passos de outros países voltados para uma economia capitalista, possui um substantivo fator de relação entre os movimentos

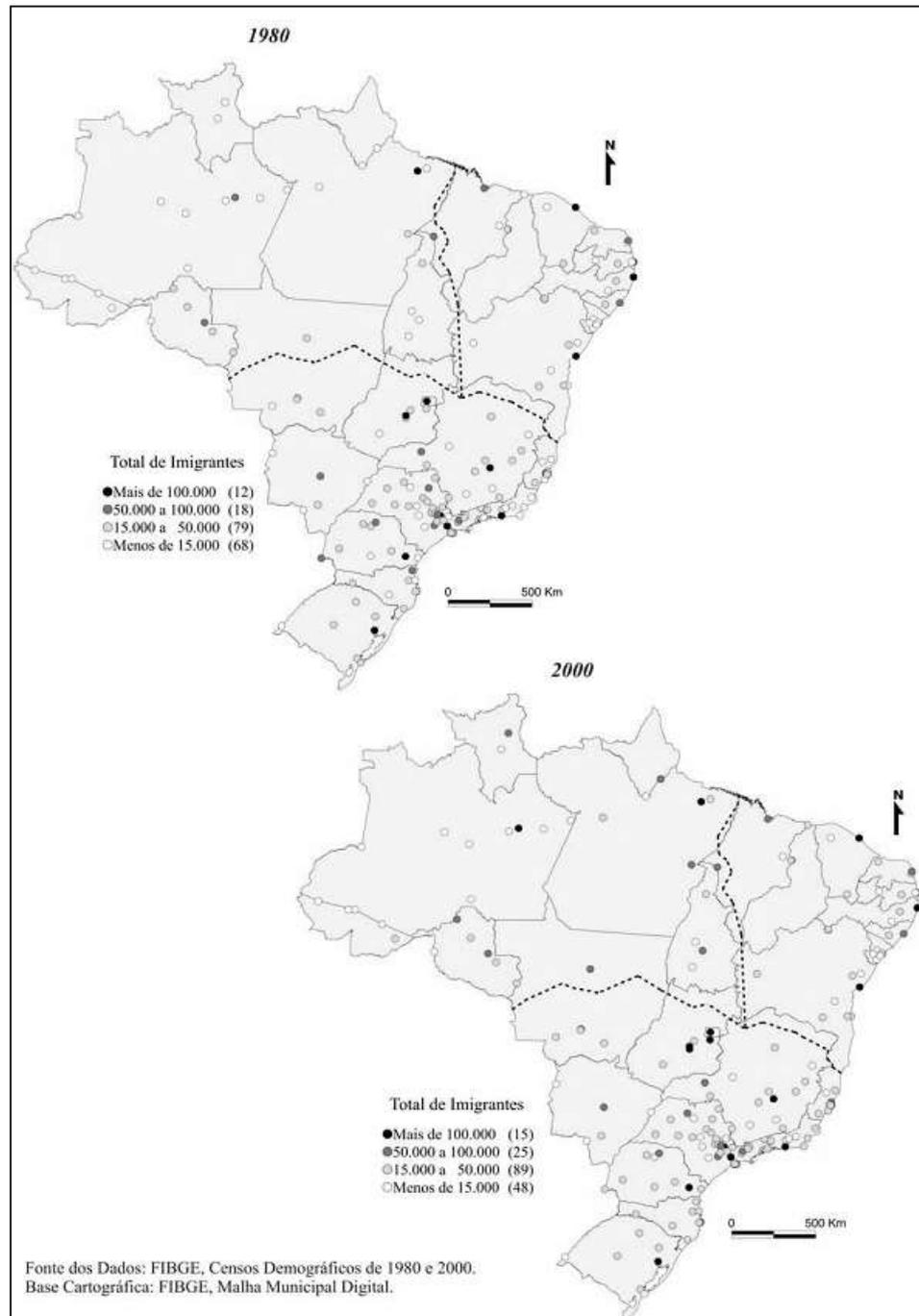
migratórios e as oportunidades criadas pelo desenvolvimento industrial e pelo consequente crescimento urbano. Assim, a compreensão da dinâmica migratória do país, necessariamente, deve estar atrelada a uma reflexão sobre a rede de cidades brasileiras. Ainda de acordo com o autor:

Tendo em conta que a mobilidade geográfica da população não representa um problema em sistemas urbanos mais desconcentrados é passível admitir que os movimentos migratórios, no geral, podem atuar positivamente na mobilidade social dos indivíduos que estão em busca de melhores condições de vida (BRAGA, 2006, p.02).

O processo migratório com destino à região amazônica, com vistas à ocupação da fronteira, foge aos padrões clássicos de migração, ou seja, as migrações não apresentam majoritariamente origem ou destino no meio rural, ao contrário do que caracterizou a migração em períodos anteriores, que ocorreram, por exemplo, no Estado do Paraná. Martine (1994) credita esse fenômeno ao fato de que o contingente de migrantes que se dirigiram para a Amazônia foi significativamente superior a capacidade de absorção apresentada pelos projetos de colonização, bem como nas atividades agrícolas existentes na área. Isso culminou com a criação de um excedente migratório que não sendo absorvido pelo meio rural passou a se direcionar para a periferia de todas as grandes e médias cidades desta região (MARTINE, 1994).

Nas décadas finais do século XX a rede de localidades centrais no Brasil recebeu um contingente considerável de migrantes, conforme ilustra a figura 1. Nesse período, Boa Vista, que em 1980 apresentava menos de 15 mil migrantes, ultrapassa os 50 mil em 2000. Como a região Sudeste não só era como permanece sendo, a região mais dinâmica do ponto de vista econômico, esta foi a que mais atraiu imigrantes em busca de novas oportunidades na década de 1980. Todavia, com a abertura de novas frentes de ocupação, especificamente no Centro-Oeste e Norte, observa-se que em 2000 já existe um número maior de cidades com mais de 100 mil imigrantes.

FIGURA 1 - População Total de Imigrantes na Rede de Localidades Centrais no Brasil



Fonte: BRAGA, 2006

Apesar de estar inserida no contexto das migrações internas brasileiras, a região amazônica apresenta um processo de ocupação e, conseqüentemente, um contexto migratório distinto do restante do país. Por conseguinte, conhecer o processo histórico de ocupação da região Norte é tarefa salutar na busca por se compreender a dinâmica migratória que o Estado de Roraima apresenta atualmente.

3 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA

A região Amazônica teve seu processo de colonização iniciado no século XVII, quando a Coroa portuguesa criou os Estados do Maranhão e Grão-Pará, tratava-se de uma área administrativamente separada do Brasil, ligada diretamente a Lisboa, que também incluía os Estados do Ceará e Piauí. Essa separação, que a princípio seria apenas administrativa, acabou por influenciar de maneira preponderante o desenvolvimento econômico da região (MAGALHÃES, 2009).

A população que ocupava a região nesse período era composta por uma pequena parcela de brancos, funcionários da Colônia, e por grupos indígenas de várias etnias. A agricultura era incipiente e se localizava no Maranhão e em áreas do entorno do delta do rio Amazonas, enquanto que no Grão-Pará predominava a atividade extrativista. A exploração da região Amazônica seguiu um caminho distinto das demais regiões do país, em função das suas particularidades naturais. Ao se deparar com vários produtos naturais de grande valor no mercado, as chamadas “drogas do sertão”, tudo que os colonos tiveram que fazer foi explorá-las, com investimentos de baixo valor (MAGALHÃES, 2009).

No processo de extração dos recursos naturais os portugueses fizeram uso da mão de obra indígena, pois esses já conheciam a região e se adaptaram de maneira satisfatória. Dessa forma, não houve necessidade da utilização de escravos. Na metade final do século XVII as expedições passaram a adentrar o vale do rio Amazonas. A existência de conflitos entre religiosos e colonizadores era constante. As missões religiosas também utilizavam a mão de obra indígena na construção de habitações, além do cultivo e coleta de alimentos, tanto para a subsistência quanto para exportação (MAGALHÃES, 2009).

A assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, concedeu a Portugal uma considerável extensão de terras na região Norte. Nesse período foram adotadas três medidas, com o intuito de tirar a região da estagnação econômica na qual se encontrava desde o descobrimento, sendo estas: a criação da Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão Pará; substituição da mão de obra indígena pela africana e fim das incursões missionárias, que culminou com a expulsão dos jesuítas. Magalhães (2009) considera que esse foi o início do “ciclo agrícola” na Amazônia, com a implantação de culturas de arroz e de produtos naturais da região. Além disso, houve incentivo para a atividade pecuária em Marajó e no Vale do Rio Branco (atual Estado de Roraima). Essas medidas eram um reflexo da preocupação da Coroa portuguesa em relação ao domínio dessas terras, uma vez que a posse só seria garantida por meio da ocupação.

Apesar dessas medidas, o extremo norte da região, onde hoje se encontra o Estado de Roraima, foi invadido pelos espanhóis em 1778, que lá fundaram o povoado de Santa Rosa e São João Batista. O governo do Grão-Pará organizou então uma investida contra os espanhóis que não ofereceram resistência. A partir de então, foram criados vários povoados às margens do rio Uraricoera, Tacutu e Branco, inspirados por motivações geopolíticas. Fato que deu início à efetiva colonização dessa longínqua parte do território brasileiro (MAGALHÃES, 2009).

O processo de ocupação da Amazônia passou por um novo e áureo período na metade do século XIX. Com a descoberta do processo de vulcanização, que deu à borracha maior flexibilidade e estabilidade térmica, as atenções voltaram-se para a Amazônia, onde existiam milhares de seringueiras produtoras do látex, matéria prima fundamental no processo de produção da borracha. Nesse período, uma considerável parcela dos produtores rurais da região deixou suas atividades para explorar de maneira intensa os seringais (LEROY, 1991).

Os primeiros fluxos de imigrantes a buscarem a região Norte como destino foram os nordestinos, toda uma conjuntura contribuiu para isso. A produção de cana de açúcar e algodão, que até então fundamentava a economia no Nordeste, entrou em decadência em

função da competição com outras áreas produtoras. Portanto, a população rural nordestina, constituída em sua maioria por camponeses livres que dependiam dessa produção, estava completamente vulnerável. Somou-se a isso a ocorrência de uma forte seca em 1877/1878, que deixou uma substancial parcela da população nordestina ainda mais fragilizada. Esse foi um importante marco no processo de povoamento da Amazônia, que até os dias atuais exerce profunda influência nas questões econômicas, culturais e sociais da região (LEROY, 1991).

Dessa forma, as primeiras levas de imigrantes que adentraram o território de Roraima foram atraídas pela atividade pecuarista que era desenvolvida nas savanas da região. Outra atividade de destaque era a mineração, que também atraiu populações para os campos do Rio Branco. Por fim, tem-se a atração exercida pela elevação do status de Território Federal para o de Estado (em 1988), o que gerou uma considerável necessidade de mão de obra voltada para os serviços burocráticos, principalmente na capital Boa Vista. A busca por cargos públicos tem impulsionado uma série de indivíduos a se deslocarem com destino a essa área (BARROS, 1996).

No contexto amazônico, Roraima pode ser definida como uma das áreas secundarizadas no processo de ocupação recente. Até a década de 1940, era uma área de povoamento rarefeito e desigualmente distribuído. Sua economia, incipiente e frágil, estava assentada na atividade pecuária, no extrativismo vegetal e mineral (garimpos). Em termos fundiários, predominavam as áreas indígenas, oficiais ou não, as terras devolutas e o latifúndio pecuarista (Souza, 2008, p.109).

A atração exercida por Roraima entre migrantes de variados estados do país esta substancialmente associada a um forte empenho político, pois o interesse do poder público estadual em conquistar cargos eletivos necessitava de base eleitoral para se sustentar. Dessa forma, o governo notou que o meio mais eficaz de atingir seus objetivos seria via estímulo à migração, com iniciativas voltadas para a oferta de terras e incentivo da atividade mineradora, aproveitando pressões fundiárias em outros estados do país. A população migrante seria alocada nas colônias agrícolas e na periferia de Boa Vista, essa atuação desastrosa do poder público acabou por promover uma ocupação precária tanto nas colônias agrícolas quanto na periferia urbana de Boa Vista (BARBOSA, 2003).

Nos períodos mais recentes, dois elementos históricos da ocupação de Roraima sobressaem-se como atrativos para a migração: a facilidade de acesso a terra, propiciada em grande parte por projetos e programas de colonização e assentamento e a ocorrência de garimpos (SOUZA, 2009, p.41).

A recente implantação de programas de assentamento voltados para pequenos proprietários foi um recurso utilizado pelo poder público na tentativa de impedir a posse ilegal e a ocupação de áreas de floresta. Apesar das medidas adotadas pelo governo após os anos de 1980 nota-se uma intensificação de fluxos migratórios para Roraima de forma espontânea. *“Nos anos 1980 ocorre uma verdadeira corrida para Roraima, ocasionada basicamente pelos estímulos à ocupação das terras e pelos inúmeros garimpos de ouro surgidos na área yanomami”* (SOUZA, 2008, p.110).

Barbosa (2003) utilizando informações do Centro de Recepção e Triagem de Migrantes verificou que, em 1981, 60,7% (2.500 pessoas) da população de migrantes analisados destinavam-se à zona rural. Enquanto 4% dirigiam-se para áreas de garimpo e 96% para as novas fronteiras agrícolas que estavam sendo abertas. O maior fluxo dirigia-se ao trecho sudeste da BR-210, onde hoje estão localizados os municípios de São João da Baliza e São Luiz do Anauá, com um total de 1.339 pessoas (53,6%).

Os êxitos significativos que as iniciativas governamentais para povoamento da região passaram a obter estão intimamente relacionados com a redução do isolamento em que vivia a

região. A implantação de algumas rodovias, como a BR 174 - rodovia Manaus/Boa Vista/fronteira venezuelana e da BR 210 - Perimetral Norte foram de suma importância na captação de novos imigrantes. A implantação desses eixos rodoviários se deu a partir de um plano desenvolvimentista de modernização da Amazônia e culminou no incentivo a vinda de migrantes. Entretanto, essas iniciativas não foram capazes de estimular e diversificar as atividades econômicas dessa região (SOUZA, 2008).

O expressivo crescimento populacional de Roraima, vivenciado a partir do grande contingente de imigrantes que tem recebido ao longo das últimas décadas é um dos fatores que influenciaram de forma significativa sua configuração política. Conforme se observa na FIGURA 2, no período compreendido entre 1955 e 1995 foram criados novos municípios, o que alterou de maneira expressiva a rede urbana do estado.

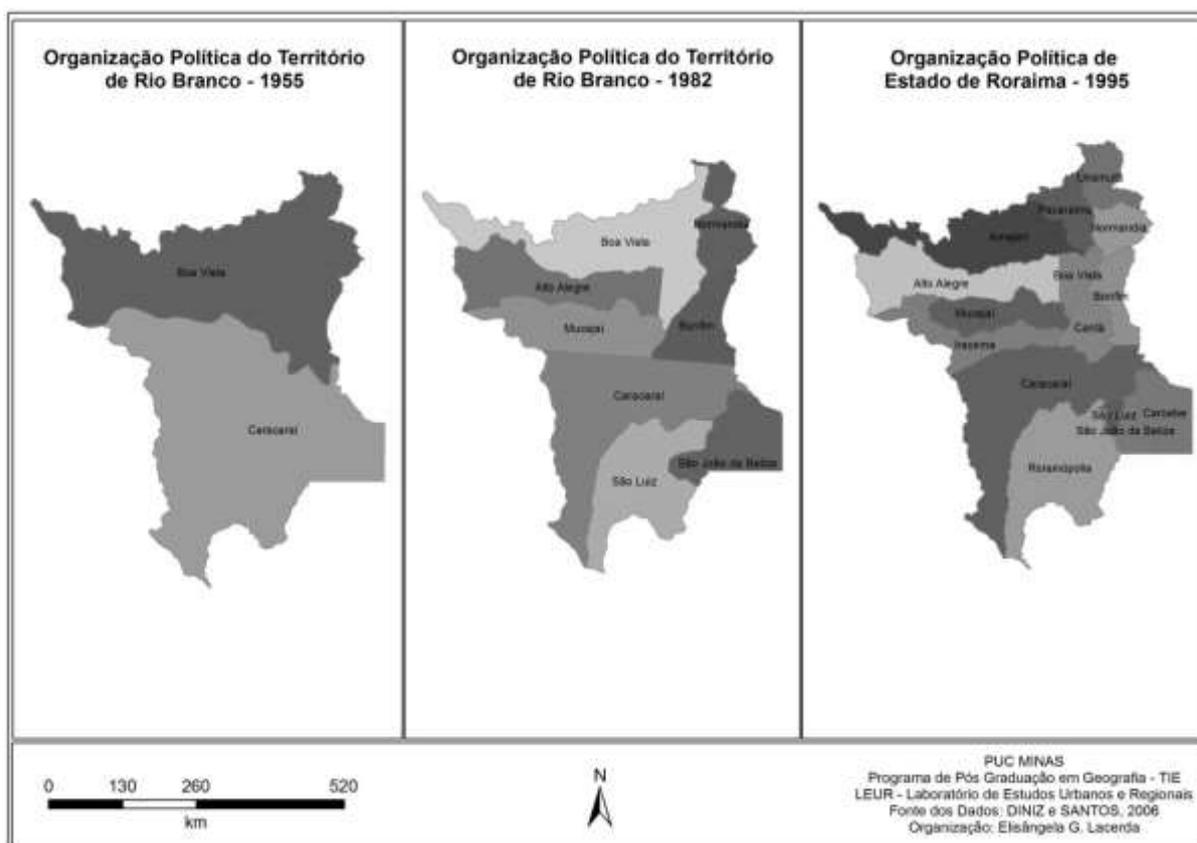


FIGURA 2 - Organização Política do Território de Rio Branco e do Estado de Roraima (1955, 1982 e 1995)

Fonte: Adaptado de DINIZ, 2008

Com o atual redirecionamento das frentes pioneiras de colonização, atualmente, Roraima figura como a unidade federada mais atrativa aos migrantes. Dentre os fatores responsáveis por essa atração cabe destacar a baixa densidade demográfica que apresenta - 2,01 hab/km² (IBGE, 2010) e um grande interesse político em atender uma população descapitalizada à procura de terra (BARBOSA, 2003). Para Souza (2008) Roraima configura-se na derradeira frente de expansão da fronteira, sendo um espaço instigante, no qual indígenas, garimpeiros, aventureiros, militares, empresários, colonos e migrantes provenientes de todas as áreas do país estão em contato direto e lutam por oportunidades.

Com relação ao estado de procedência dos migrantes residentes em Roraima Souza (2009) aponta que:

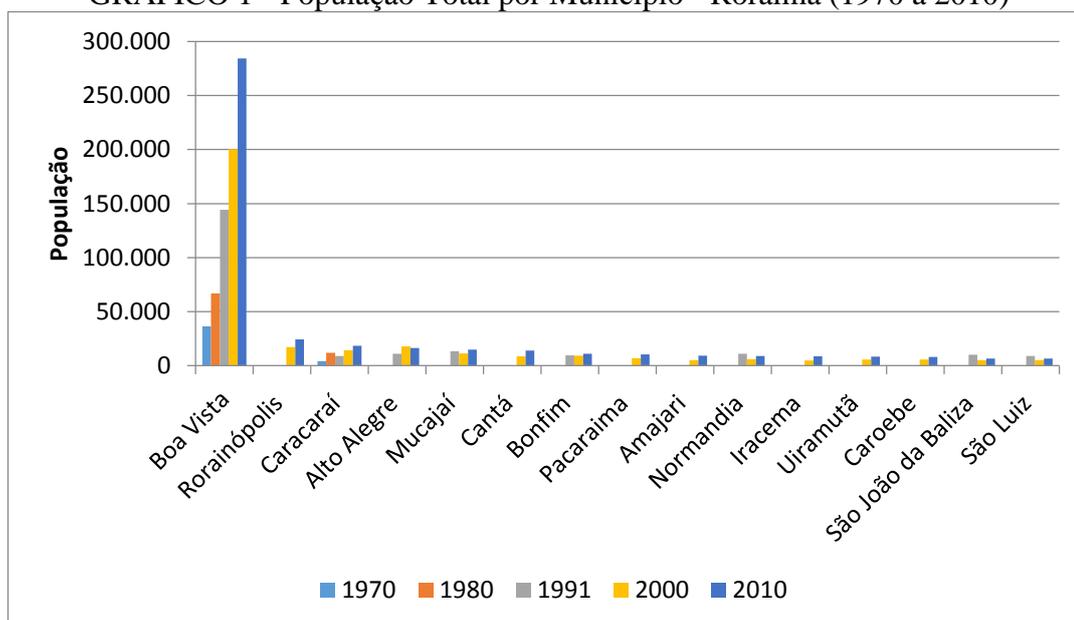
Se no início do século XX falava-se em predominância cearense, hoje se verifica a presença expressiva de maranhenses. É importante destacar também que, ao longo do século XX, Roraima recebeu muitos migrantes intra-regionais, ou seja, aqueles originários ou provenientes dos vários estados amazônicos, sendo possível destacar os vindos do Amazonas e do Pará, assim como se observa um incremento da migração de indígenas para as cidades (SOUZA, 2009, p).

Apesar de ser menos expressivo o fluxo de migrantes com origem nas regiões Sul e Sudeste, esse tem crescido significativamente nos últimos anos, com o deslocamento de indivíduos atraídos pelos cargos públicos ou pela aquisição de um terreno via reforma agrária.

4 A POPULAÇÃO DE RORAIMA E SEUS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Ao se observar a rede urbana de Roraima nota-se claramente um profundo desequilíbrio, uma vez que, apenas Boa Vista se destaca como polo da rede, por apresentar uma maior infraestrutura urbana e, conseqüentemente, uma população superior a dos demais municípios. Conforme demonstram os dados apresentados no GRÁFICO 1, enquanto a população de Boa Vista já está próxima dos 300 mil, os demais municípios do Estado possuem uma população consideravelmente inferior a 50 mil habitantes. Boa Vista, no caso, não só apresenta um expressivo contingente populacional, como também tem apresentado um crescimento relevante ao longo das últimas décadas.

GRÁFICO 1 - População Total por Município - Roraima (1970 a 2010)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Desde a segunda metade do século XX, Boa Vista saiu dos 36.464 habitantes em 1970, para atingir 284.313 habitantes em 2010. Esse crescimento tem-se dado em função do processo de migração que se intensificou no Estado. Já nos demais municípios, é possível perceber que não houve um crescimento tão significativo, alguns, inclusive, apresentaram decréscimo no número de habitantes. É o caso de: Alto Alegre, cuja população se reduziu entre 2000 e 2010; São João da Baliza e São Luiz, com decréscimo populacional desde a década de 1990.

A taxa de urbanização dos municípios roraimenses também apresentou mudanças significativas na última década. Entre 2000 e 2010, alguns municípios apresentaram elevação na sua taxa de urbanização: Caracarái, Rorainópolis, Alto Alegre, Cantá, Bonfim, Pacaraima,

Normandia, Uiramutã, Caroebe e São Luiz. Em contrapartida, outros tiveram declínio em sua taxa de urbanização, como demonstram os dados destacados na TABELA 1, dentre eles está o município de Boa Vista. Dentre os municípios que perderam população urbana, destacam-se Iracema e São João da Baliza.

TABELA 1 - Taxa de Urbanização dos Municípios de Roraima (2000 e 2010)

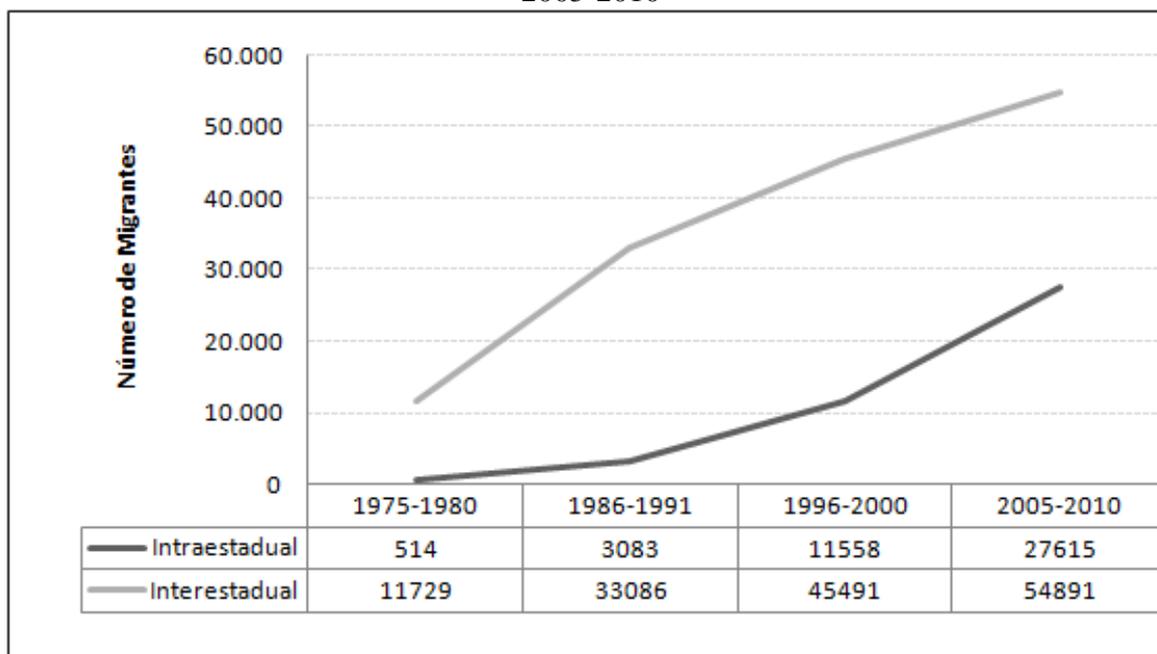
Município	Taxa de urbanização (%) - 2000	Taxa de urbanização (%) - 2010
Boa Vista	98,27	97,71
Rorainópolis	41,31	43,96
Caracaráí	57,65	59,30
Alto Alegre	29,01	29,06
Mucajaí	62,5	60,40
Cantá	13,48	16,24
Bonfim	32,17	33,91
Pacaraima	39,48	43,27
Amajari	15,09	13,07
Normandia	24,44	25,85
Iracema	67,52	46,90
Uiramutã	9,05	13,59
Caroebe	34,73	40,97
São João da Baliza	76,25	70,25
São Luiz	64,9	66,00
Roraima	76,15	76,55

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000 e 2010

Um dos fatores que possivelmente contribuiu para que tais alterações ocorressem, foi a instalação de projetos de assentamento coordenados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e pelo Instituto de Terras de Roraima - INTERAIMA. Dentre os 66 projetos de assentamento existentes no Estado, 36 foram criados a partir de 2000, sendo que a maioria deles se encontra nos municípios de Cantá, Caracaráí e Rorainópolis. Alguns desses assentamentos apresentam um relevante percentual de evasão, chegando a superar os 30%, principalmente aqueles localizados nos municípios de Iracema, Caracaráí e Rorainópolis. A criação desses assentamentos promove um impacto significativo na dinâmica migratória do Estado. Isso ocorre porque, inicialmente as pessoas que residem de maneira precária nas cidades são atraídas pela alta oferta de terras nos assentamentos, passando a se deslocar para a área rural. Posteriormente, muitas dessas pessoas abandonam seus lotes nos assentamentos, em função da pouca infraestrutura que apresentam. A seguir essas pessoas têm duas opções: ou voltam para a cidade ou buscam terras em assentamentos de outros municípios, criando assim um ciclo migratório vicioso.

Ao analisar comparativamente o volume das migrações intraestaduais e interestaduais no Estado de Roraima (GRÁFICO 2) nota-se que àquelas de natureza interestadual são mais expressivas, apesar de terem crescido, tal crescimento, atualmente, não é tão acentuado quanto já foi outrora. Nesse cenário, as migrações intraestaduais, principalmente a partir da década de 1980, têm apresentado um crescimento significativo. Caso tal tendência permaneça, pode-se projetar que dentro de algumas décadas as migrações intraestaduais superem as interestaduais.

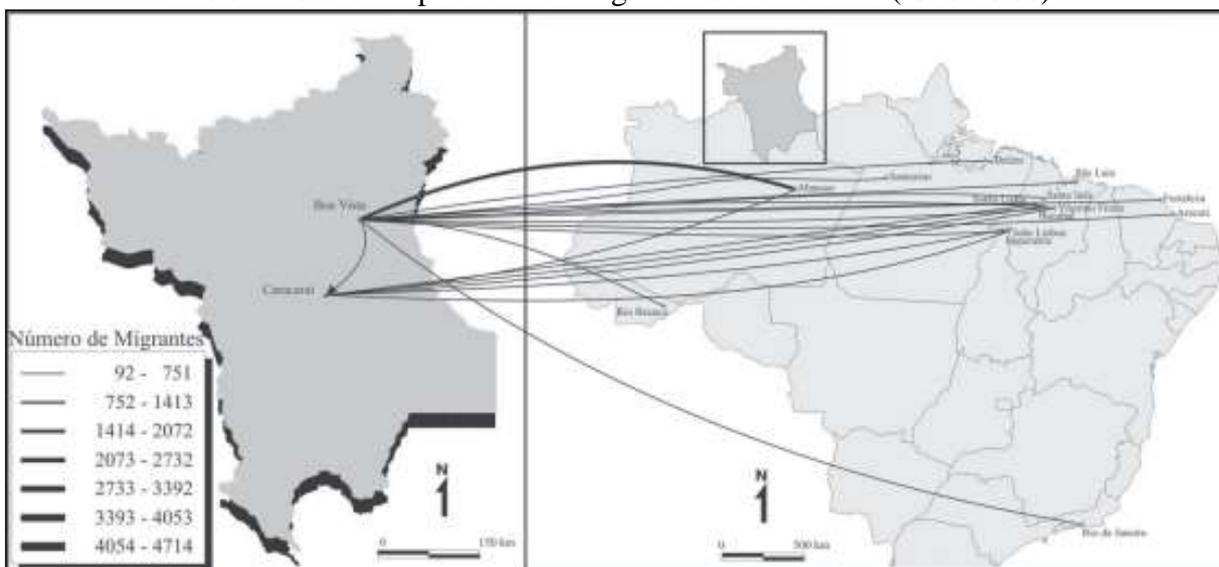
GRÁFICO 2 - Volume das imigrações em Roraima: 1975-1980, 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Ao mapear os dados referentes aos migrantes “data fixa” no Estado de Roraima nos Censos Demográficos de 1970 a 2010 é possível se verificar a evolução dos mesmos. Na década de 1970 a quase totalidade dos fluxos migratórios com destino a Roraima eram provenientes dos Estados do Norte (Amazonas, Pará e Acre) e Nordeste (Maranhão e Ceará), com uma única exceção de um pequeno fluxo originário do Rio de Janeiro. A maioria dos fluxos era de natureza interestadual, havendo apenas um pequeno contingente de pessoas que migraram de Boa Vista com destino à Caracaraí - ver FIGURA 3. Apesar de os fluxos serem diversificados, nota-se uma maior intensidade no fluxo proveniente de Manaus (2.073 a 2.732 migrantes).

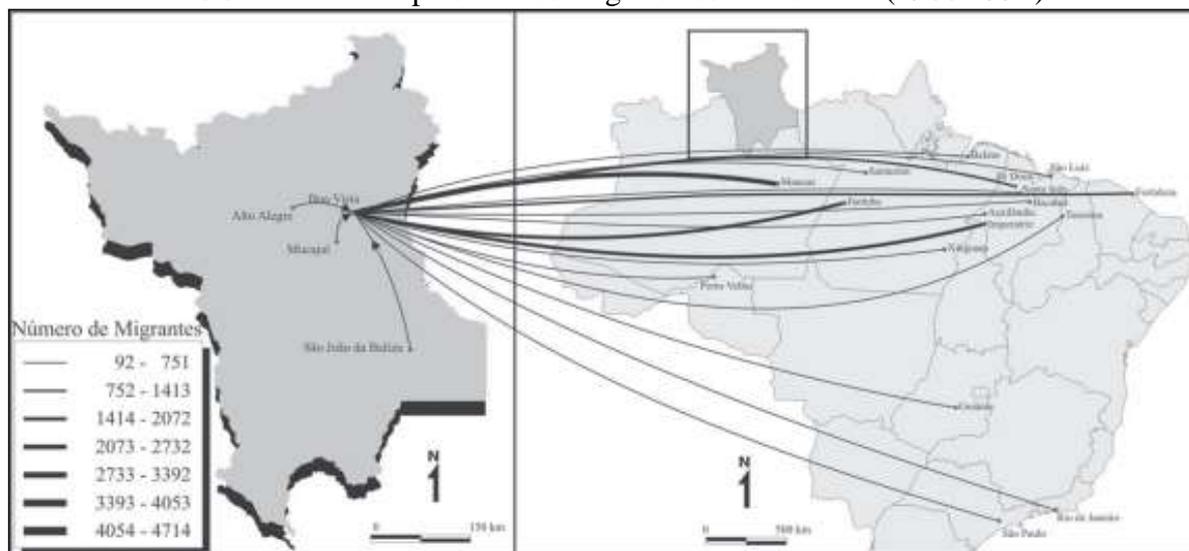
FIGURA 3 - Principais Fluxos Migratórios de Roraima (1975-1980)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1980

Na década de 1980 há uma intensificação dos fluxos já estabelecidos, com destaque para aqueles provenientes das cidades de Manaus (Amazonas), Itaituba (Pará) e Imperatriz (Maranhão). A intensificação desses fluxos estaria associada ao crescimento das áreas de garimpo, desencadeado pela descoberta de ouro e diamantes em sua porção setentrional em meados da década de 1980. No contexto desse intenso movimento de chegada de pessoas não se observa que uma considerável parcela dos fluxos migratórios têm sua origem a partir de outras áreas de garimpo ativas ou declinantes na Amazônia, como é o caso de Itaituba, Santarém e Porto Velho. Os fluxos com origem em outras regiões, que não apenas o Norte e o Nordeste começam a se destacar, é o caso dos municípios de Goiânia (Goiás), São Paulo (São Paulo) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro).

FIGURA 4 - Principais Fluxos Migratórios de Roraima (1986-1991)

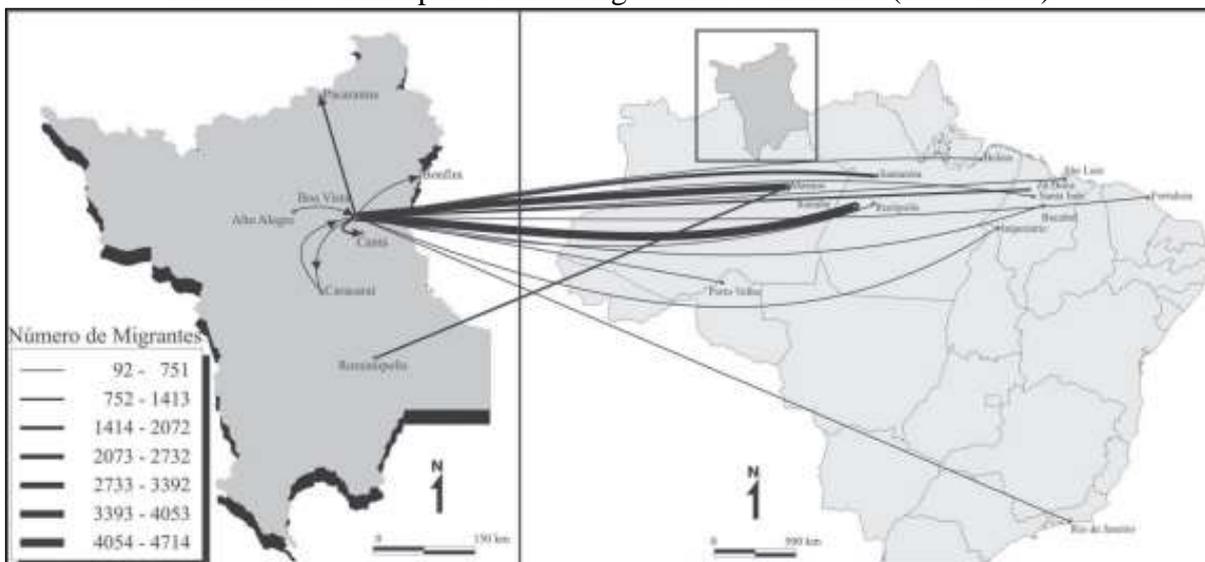


Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1991

A década de 1990 é mais um período de relevantes alterações no cenário migratório de Roraima. A partir de 1992 uma série de projetos de assentamento é criada e este passa a ser mais um fator de atratividade para migrantes de várias partes do país que estão em busca de oportunidades. Nesse período a diversidade dos fluxos se reduz e em contrapartida os fluxos que se mantiveram obtiveram uma considerável intensificação. Alguns dos fluxos já existentes nas décadas de 1970 e 1980 permanecem, como aqueles oriundos nas capitais da região Norte (Manaus, Belém e Porto Velho) e Nordeste (São Luís e Fortaleza), no interior do Estado do Maranhão (Zé Doca, Santa Inês, Bacabal e Imperatriz) e no interior do Estado do Pará (Santarém e Itaituba).

Outra modificação que merece destaque em relação aos principais fluxos migratórios do final dos anos 1990 é o fato de que, pela primeira vez, os fluxos intermunicipais de Roraima rivalizam com os interestaduais. Dentro do território roraimense os principais fluxos intraestaduais têm sua origem no município de Boa Vista e são com destino a Cantá, Pacaraima, Caracaraí e Bonfim. Tais movimentos, além de estar associado com uma maior oferta de terras, em função da reforma agrária, também são influenciados pela criação de cargos públicos para atender a demanda do recém-criado estado de Roraima.

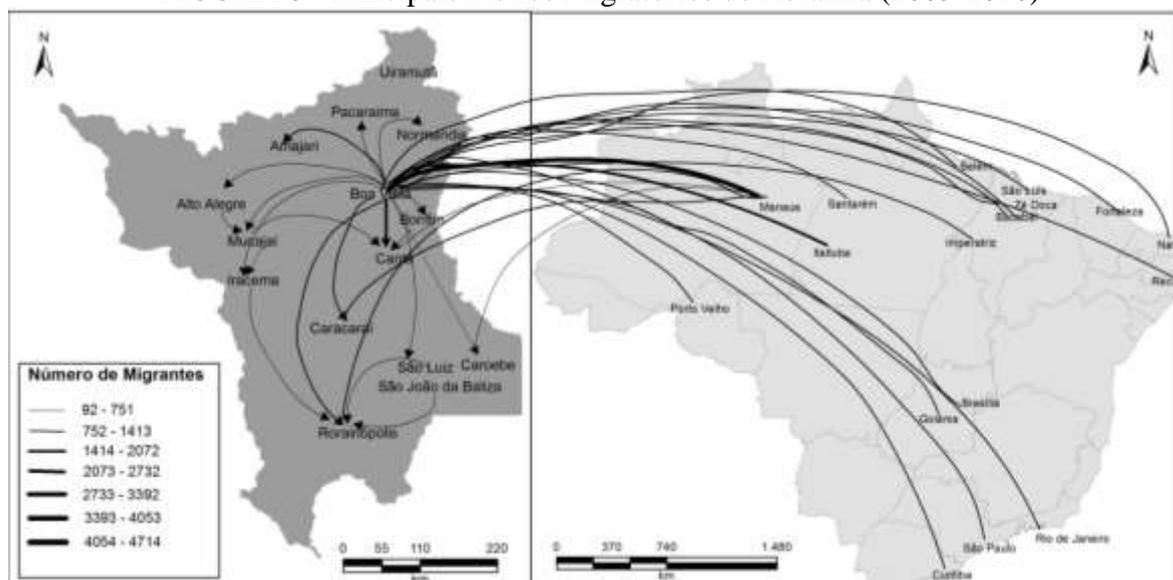
FIGURA 5 - Principais Fluxos Migratórios de Roraima (1995-2000)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

Os dados referentes aos fluxos migratórios do Estado de Roraima na primeira década do século XXI apresentam um claro padrão de arrefecimentos das migrações interestaduais. Em contrapartida, as migrações intraestaduais passam a demonstrar fluxos diversos, tendo como principal origem a cidade de Boa Vista, com destino a praticamente todos os demais municípios do Estado, com destaque para Caracaraí, Rorainópolis, Cantá e Amajari. O único município que não apresenta fluxo migratório é Uiramutã, uma vez que toda a sua área é constituída por reserva indígena, o que impede a entrada de imigrantes não índios.

FIGURA 6 - Principais Fluxos Migratórios de Roraima (2005-2010)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010

Cabe pontuar que, conforme já ilustrado no GRÁFICO 2, apesar de ter não apresentar um crescimento tão significativo, como já foi em décadas passadas, os fluxos migratórios interestaduais ainda são intensos, contudo eles se pulverizaram, ou seja, a origem dos mesmos se tornou mais diversificada na última década, especialmente no que diz respeito aos Estados do Sudeste e Centro Oeste. A considerável variedade de fluxos intraestaduais

observados em Roraima está associado à uma série de fatores que, conforme já foi discutido, vão desde a criação de assentamentos rurais, passando pela exploração dos recursos naturais, até a criação de cargos públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Roraima configura-se em uma das áreas menos povoadas do Brasil e frente aos intensos incentivos governamentais para sua ocupação vários fluxos migratórios foram surgindo ao longo das últimas décadas. A colonização desse Estado foi tida pelo poder político como uma opção para reduzir a pressão por uma efetiva Reforma Agrária no país. Outro fator que contribuiu de maneira significativa na configuração dos fluxos migratórios deste Estado foi a descoberta de importantes recursos naturais, como ouro e diamante, que fomentou a criação de um elevado número de garimpos, em sua maioria, ilegais.

A migração desenvolveu um papel preponderante na configuração territorial, política e cultural de Roraima. Entre as décadas de 1970 e 1980 o estado recebeu uma considerável leva de imigrantes provenientes das regiões Norte e Nordeste do país, especialmente dos estados do Ceará, Maranhão, Amazonas e Pará. Nesses Estados verifica-se que houve a formação de redes migratórias que foram se expandindo, pois os municípios de origem dos fluxos são relativamente próximos e ocupam uma mesma região.

No cenário roraimense Boa Vista desempenha um papel de destaque do ponto de vista migratório. Em um primeiro momento observa-se que o município é o principal a atrair migrantes de outros Estados, para então redistribuí-los para os demais municípios de Roraima. A isso se deve o fato de que, inclusive, o município tenha reduzido a sua taxa de urbanização, em função da perda de população urbana para outros municípios do Estado, ou mesmo para os projetos de assentamento que foram implantados em seu território.

O crescimento da população do Estado ocasionou a necessidade de se criar novos municípios, apesar de os mesmos apresentarem profundas mudanças entre si. Boa Vista, apesar da expansão e desenvolvimento de outras frentes de ocupação no Estado, permanece como núcleo central fortemente desenvolvido e centralizador de serviços, o que gera a existência de uma rede urbana significativamente desequilibrada. Outro fator que merece menção é o isolamento geográfico de Roraima com relação ao restante do país, apesar da construção da BR-174.

A corrida que muitos imigrantes empreenderam com destino a Roraima, infelizmente, não foi acompanhada de uma infraestrutura adequada para atendê-los. Assim, nota-se a existência de uma série de problemas, tais como a ocupação irregular de áreas destinadas à Reforma Agrária, a existência de garimpos irregulares, além da extração ilegal de madeira. O contingente de funcionários públicos, apesar de serem significativos, não é capaz de fiscalizar de maneira adequada o uso e ocupação do território roraimense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, R. I. Ocupação Humana em Roraima II. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. **Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi**, v.9, n. 2, p. 177-197, 1993.

BARCELLOS, T. M. de. Migrações Internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 296-309, 1995.

BARROS, N. C. de. **Mobilidade Populacional, Fronteira e Dinâmica das Paisagens na Amazônia:** o caso de Roraima, Brasil. Trabalho apresentado no Seminário Populações Amazônicas: tendências e perspectivas, promovido pela FUNDAJ - Manaus, 1996.

BRAGA, F. G. **Migração Interna e Urbanização no Brasil Contemporâneo:** Um estudo da Rede de Localidades Centrais do Brasil (1980/2000). Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG - Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

DINIZ, A. M. A. Migração e Evolução da Fronteira Agrícola. **Geografia**, Rio Claro, v.28, n. 3, p. 368-378, set./dez., 2003.

DINIZ, A. M. A. Fluxos Migratórios e Formação da Rede Urbana de Roraima. **Geografia**, Rio Claro, v. 33, n. 2, p. 269-287, mai./ago. 2008.

DINIZ, A. M. A. e SANTOS, R. O. dos. *Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima*. **Rev. Geografia**, Rio Claro, SP, v.33, n.2, p.269-287, ago. 2008.

GRAHAM, D. H. e HOLANDA FILHO, S. B. de. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H. (org.). **Migração Interna: Textos Selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. v.2. p. 733-778. 1980. [1973].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico e Contagem da População**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=202&z=cd&o=10&i=P>>. Acesso em: 26 de nov. de 2011.

LEROY, J.-P.. **Uma Chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

MAGALHÃES, M. das G. S. D. Visão Histórica dos Aspectos políticos e econômicos da Amazônia: uma síntese. In: ARANTES, E. C. et al. **Amazônia:** espaço, cultura e visões de mundo. Boa Vista: UFRR, 2009, 183 p.

MARTINE, G. **A redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 1980**. IPEA - Texto para Discussão n° 329. Brasília - DF. Janeiro de 1994.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE. **O Estado de Roraima**. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista2-mat5.pdf>>. Acesso em: 14 de mar. de 2012.

SALIM, C. A. **Migração:** o fato e a controvérsia teórica. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 8, São Paulo. Anais...São Paulo: ABEP. v.3, 1992.

SILVA, P. R. de F. A Amazônia e sua Rede Urbana: o Estado de Roraima em Foco. **Rev. da Cada de Geografia de Sobral**, v. 10, n.1, p.9-21, 2008.

SOUZA, C. M. de. Migração e Memória: (re) territorialização e inserção social entre gaúchos residentes em Roraima. **Espaço e Tempo**, n. 33, p. 105-120, 2008.

SOUZA, C. M. de. Boa Vista/RR e as migrações: mudanças, permanências, múltiplos significados. **Revista Acta Geográfica**, Ano III, n. 5, p. 39-62, jan./jun. de 2009.

SESSÃO TEMÁTICA 3

RETORNO, PENDULARIDADE, CIRCULARIDADE E REDES NOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: A “DESPOLARIZAÇÃO” DA ECONOMIA NACIONAL, A ESPACIALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS. QUAL O PAPEL DAS RMS NO PROCESSO?

EFEITOS DA MOBILIDADE INTERMUNICIPAL SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: UMA ANÁLISE CONTRAFACTUAL

*Igor Vieira Procópio³²
Suzana Quinet Bastos³³
Ricardo da Silva Freguglia³⁴*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da migração intermunicipal sobre o padrão de distribuição de renda dos níveis da hierarquia urbana brasileira. Utilizando os dados do Censo do IBGE (2000) e do REGIC/IBGE (2008) foi realizado um exercício contrafactual para estimar como seria a distribuição de renda caso não houvesse ocorrido migração no período de 1995/2000. O principal resultado obtido indica uma redução do nível de desigualdade - queda de aproximadamente 1% no índice de Theil - em função da migração. Adicionalmente, os resultados mostram que a migração provocou uma transferência de parte da renda das metrópoles para os demais níveis da hierarquia urbana. Verifica-se, portanto, que a migração intermunicipal contribuiu para a redução da desigualdade entre os níveis da hierarquia urbana brasileira.

Palavras-chave: migração, hierarquia urbana, seletividade dos migrantes.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com altas taxas de migração interna. De acordo com Fiess e Verner (2003), o Brasil é um país de migrantes, pois mais de 40% da população brasileira mora em locais diferentes do local de nascimento. Santos e Ferreira (2007), usando dados da PNAD 2003, mostram que aproximadamente 38% da população migraram entre estados no Brasil.

Existe uma estreita relação entre a migração interna, principalmente de trabalhadores, e a desigualdade de renda entre as regiões. Por um lado, a migração é influenciada pela desigualdade entre as regiões, pois, a migração ocorre geralmente de regiões com menores salários e menores ofertas de emprego para regiões com melhores oportunidades no mercado de trabalho (Myrdal 1972, Borjas, 1994 e De Hass, 2008). Por outro lado, a migração também tem impacto na distribuição regional da renda. A mobilidade do fator trabalho provoca alterações na distribuição de renda entre as regiões alterando o salário médio dos trabalhadores (Lucas, 1998).

Neste sentido, historicamente as metrópoles seriam os principais locais de atração de migrantes, devido a maior concentração econômica nestas regiões (Martine, 1994). No entanto, as metrópoles brasileiras podem ter chegado a um ponto de saturação, onde começam a existir deseconomias de escala, e problemas congestionamentos no trânsito, violência urbana, alto custo de vida. Com isso, empresas passam a migrar ou instalar novas unidades em cidades relativamente menores do que as metrópoles, o que também provoca uma migração de trabalhadores para estas cidades.

³² ECONS/UFJF - e-mail: igor.procopio@ufjf.edu.br

³³ PPGEA/UFJF – e-mail: quinet.bastos@ufjf.edu.br

³⁴ PPGEA/UFJF – e-mail: ricfreg@gmail.com

Em relação ao efeito da migração sobre as desigualdades regionais, pode-se identificar duas correntes antagônicas na análise desse processo. A primeira, de cunho neoclássico, que entende que os fatores de produção migram de locais onde são abundantes e mal remunerados para locais onde são escassos e bem remunerados. Este processo ocorre até que haja um ajustamento dos preços dos fatores de produção e consequentemente cessem os incentivos para a migração. O efeito final deste processo é a eliminação das disparidades na remuneração entre as regiões.

Por outro lado, teorias que criticam os pressupostos neoclássicos entendem que não existem razões para que ocorra um equilíbrio automático entre as regiões. Ao contrário, existindo diferenças regionais em determinado período, as forças de mercado tendem a ampliar tais diferenças (divergência de renda ou desenvolvimento desequilibrado). Neste sentido, a migração, ocorrendo na direção de regiões mais atrasadas, com menores salários e oportunidades de emprego, para regiões mais desenvolvidas, contribui para um aumento das disparidades regionais.

O entendimento que a migração contribui para o aumento das desigualdades regionais tem por base um fato estilizado na literatura sobre migração, a autosseleção do migrante. O migrante é positivamente selecionado na população, isto é, ele é considerado uma pessoa mais habilidosa, mais esforçada, mais determinada que o não migrante (Borjas, 1994; Chiswick, 1978; De Hass, 2008), ou seja, o migrante é uma pessoa que, possuindo determinadas características observáveis iguais às dos não migrantes, tende a obter um salário maior. Esta maior habilidade dos migrantes é denominada de viés de seleção positivo, ou seja, os migrantes são positivamente selecionados.

Em relação ao Brasil, alguns trabalhos analisam a migração interestadual, tanto em relação ao perfil do migrante quanto em relação ao impacto da migração na distribuição de renda (Cançado, 1999; Menezes e Ferreira Júnior, 2003; Santos e Ferreira, 2007; Santos Júnior *et al.*, 2005). No entanto, em relação à migração entre municípios de diferentes níveis hierárquicos, ainda existem poucos estudos, e este trabalho busca contribuir para a literatura de migração neste sentido.

OBJETIVO

O objetivo é avaliar as características deste novo fluxo migratório (em direção às cidades médias), tanto em relação ao perfil dos migrantes quanto em relação ao impacto na distribuição de renda e desigualdades regionais.

METODOLOGIA

Para analisar as características do novo fluxo migratório, em direção às cidades médias, utiliza-se o Censo Demográfico do ano de 2000 e classificação da estrutura urbana definida pelo REGIC 2007. A migração considerada como objeto de análise deste artigo é aquela ocorrida entre os municípios brasileiros e no período de 1995 a 2000. Com isso, o migrante é definido como o indivíduo que migrou de município entre 1995 e 2000, sendo o local de origem aquele em que a pessoa morava em 1995 e o local de destino aquele em que ela residia em 2000.

Dois procedimentos são adotados. O primeiro procedimento busca analisar o perfil dos migrantes, tanto em relação às suas características observáveis, quanto em relação às suas características não observáveis, sendo este baseado em Chiswick (1978) e Santos Júnior *et al.* (2005). Utiliza-se um modelo de regressão em que o salário do trabalhador é a variável independente e controla-se pelas características individuais que são determinantes do salário, inclui-se uma variável *dummy* para indicar o *status* quanto à migração. Esta variável *dummy*

capta as características não observáveis que diferenciam a produtividade entre os migrantes e os não migrantes. Se o coeficiente da variável *dummy* for significativo e positivo, indica que o migrante é um indivíduo com características não observáveis - motivação, ambição, empreendedorismo, aptidão - que o torna mais produtivo em relação ao não migrante. Para controlar por possíveis problemas de seleção amostral, utiliza-se o procedimento de Heckman (1979) com a equação de seleção definida de acordo com Kassouf (1994).

O segundo procedimento busca investigar o impacto do novo fluxo migratório no padrão de distribuição da renda do salário no Brasil. Para este objetivo é realizada uma simulação, a exemplo de Santos e Ferreira (2007). Foram construídos “novos municípios” como se não houvesse migração no período 1995/2000, ou seja, as pessoas que migraram no período foram “levadas de volta” aos municípios que residiam em 1995.

Para realizar a comparação entre a distribuição de salários observada em 2000 com a distribuição de salários que existiria caso não tivesse ocorrido migração no período, imputa-se um salário às pessoas que migraram através da construção de uma distribuição contrafactual. Após a construção da distribuição contrafactual, o próximo passo é comparar as duas distribuições. Para tal, é utilizado o índice Theil-T que tem de possibilitar a decomposição da desigualdade em fatores entre e intra grupos.

RESULTADOS

Os resultados mostram que na média os migrantes ganham mais do que os não migrantes, no entanto, este resultado varia quando se controla pelos níveis hierárquicos de destino e origem. De forma geral, quanto maior o nível hierárquico de destino, menor a vantagem do migrante, por outro lado, quanto maior o nível hierárquico de origem maior a vantagem do migrante. O fato do diferencial salarial entre migrantes e não migrantes se alterar em função dos níveis hierárquicos de origem dos migrantes justifica o uso da classificação da estrutura urbana brasileira na análise do viés de seleção dos migrantes.

Com relação ao impacto da migração na distribuição de renda, os resultados da simulação indicam que a migração no período 1995/2000 contribui para uma redução das desigualdades entre os indivíduos e principalmente para uma redução da desigualdade entre os diferentes níveis hierárquicos da estrutura urbana brasileira.

CONCLUSÕES

O trabalho buscou analisar as características do novo fluxo migratório brasileiro, que tem nas cidades médias o principal local de atração de trabalhadores. Os resultados do Censo Demográfico de 2000 confirmam que as cidades médias possuem o maior saldo líquido migratório, tanto em termos relativos quanto absolutos.

Em relação ao perfil dos migrantes, o diferencial de salários entre migrantes e não migrantes mostrou ser sensível à inclusão dos controles de nível hierárquico de destino e origem, o que reforça a necessidade da inclusão da hierarquia da estrutura urbana brasileira na análise da migração interna no Brasil.

A análise contrafactual mostrou que a migração intermunicipal ocorrida no período de 1995/2000 contribui para redução da desigualdade da renda do trabalho entre os indivíduos e também para a redução da desigualdade entre os níveis da hierarquia urbana brasileira. Portanto, os resultados vão ao encontro das teorias que percebem a migração como fator favorável ao desenvolvimento regional.

Portanto, o trabalho mostrou que as regiões metropolitanas estão tendo uma perda relativa de importância tanto em termos populacionais quanto em termos econômicos. A diminuição da importância em termos populacionais é demonstrada pelo fluxo migratório

mais expressivo para as cidades médias em relação à migração em direção às metrópoles. Já no que tange aos aspectos econômicos, os resultados da simulação indicam que a migração provocou uma transferência de parte da renda das metrópoles para os demais níveis da hierarquia urbana. Os resultados da simulação mostram que se não tivesse ocorrido migração no período analisado, a concentração de salários nas regiões metropolitanas seria maior do que a concentração real observada

REFERÊNCIAS

Borjas, G.J. The economics of immigration. **Journal of Economic Literature**, 1994, 32, 1667-1717.

Cançado, R. Migrações e convergência no Brasil: 1960-91. **Revista Brasileira de Economia**, 1999, 53, n. 2.

Chiswick, B. The effect of americanization on the earnings of foreign-born men. **Journal of Political Economy**, vol. 86, p. 897-921, Oct. 1978.

De Haas, H. **Migration and Development: A Theoretical Perspective**. Oxford: International Migration Institute, University of Oxford 2008

Fiess, N. E Verner, D. **Migration and human capital in Brazil during the 1990's**. World Bank Policy Research Working Paper, 2003, n. 3093.

Heckman, J.J. Sample Selections Bias as a Specification Error. *Econometrica*, 1979, 47, n.1.
Kassouf, A. L. The Wage Rate Estimation Using The Heckman Procedure. **Revista de Econometria**, 1994, vol.14, n.1, p.89-107.

Lucas, R.E. Internal migration in developing countries. In: **Handbook of population and family economics**. Rosenzweig, M. R. e Stark, Ed. Elsevier Science Publishers. Amsterdam; 1997.

Martine, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, Texto para discussão, 1994, n.329.

Menezes, T., Ferreira-Júnior, D. **Migração e convergência de renda**. Nereus, Texto para Discussão, 2003, 13.

Myrdal, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.
Santos, C.; Ferreira, P. C. Migração e Distribuição Regional De Renda No Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 2007, vol.37, n.3, p.405-426.

Santos Júnior, E. R.; Ferreira, P. C.; Menezes-Filho, N. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, 2005, vol. 35, n. 3, p. 299-331.

REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA MIGRAÇÃO NAS FAMILIAS VALADARENSES³⁵

Alice Izabel da Veiga³⁶

Cristiane Augusta de Sousa³⁷

Maria da Consolação Gomes de Castro³⁸

Rafael Silva Guilherme³⁹

RESUMO: Neste estudo apresentamos algumas reflexões sobre a migração internacional como parte de um contexto histórico que provoca mudanças na dinâmica familiar. Tem como objetivo analisar a migração internacional de retorno na microrregião de Governador Valadares, identificando as dificuldades encontradas pelos brasileiros que retornaram de Portugal tendo como questão básica, saber como a mudança de país ou o fato de um membro da família migrar para outro país, afeta a dinâmica familiar e comunitária no processo de reinserção ou readaptação em sua família e cidade de origem. A metodologia utilizada é a qualitativa e os procedimentos metodológicos foram a técnica bola de neve e a entrevista em profundidade. Percebe-se que dentre os impactos provocados no núcleo familiar e comunitário, o sentimento de estranhamento e o desconhecimento no retorno pelos familiares provocam, na maioria das vezes, um distanciamento entre os membros da família o que leva à necessidade de adaptação a essa nova realidade.

Palavras-chave: Migração internacional; Migração de Retorno; Família.

1 INTRODUÇÃO

A opção por essa temática se deve à oportunidade de participar de um projeto de pesquisa voltado para área de migração internacional de retorno, a partir da parceria entre o Curso de Serviço Social e o Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC Minas, por meio do Grupo de Estudos em Distribuição Espacial da População (GEDEP), em projeto do CNPq (nº 477167/2010-1), e pelo Projeto aprovado pelo FIP/PUC Minas, nº 7471/2012 e pela FAPEMIG nº CHE-APQ 01073-12, intitulado: “Migração de retorno: assumindo o fracasso e o reconhecimento das conquistas, tendo em vista a reinserção do migrante na família e na comunidade”, sob a coordenação de uma professora do Curso de Serviço Social.

A pesquisa teve como objetivo refletir sobre a migração internacional de retorno na microrregião de Governador Valadares, identificando as dificuldades encontradas pelos brasileiros que retornaram de Portugal tendo como questão central compreender como a mudança de país ou o fato de um membro da família migrar para outro país afeta a dinâmica familiar e comunitária. Buscamos ainda conhecer e analisar o processo de reinserção ou readaptação do migrante à sua família e cidade, objetivando contribuir para que, localmente, possam ser estabelecidas políticas públicas que permitam a reinserção destes imigrantes, vitoriosos ou não, nas suas comunidades de origem.

³⁵ “Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional sobre Migrações, GT Migração – ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG nas dependências da UFMG/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013”.

³⁶ Graduado em Serviço Social pela PUC MINAS. E-mail: alicerveiga1@hotmail.com

³⁷ Graduando em Serviço Social pela PUC MINAS. E-mail: augusta.cristiane@gmail.com

³⁸ Professora do Curso de Serviço Social da PUC MINAS, membro do GEDEP/PPGG. E-mail: consolacastro@gmail.com.

³⁹ Pós Graduado em Elaboração em Projetos Sociais, graduando em Comunicação Assistiva LIBRAS/Braille, Graduado em Serviço Social pela PUC MINAS. E-mail: rafaelsguilherme@gmail.com

Momentos de ansiedade e de dificuldades marcam o migrante e sua família, sobretudo, pela incerteza do que vai encontrar lá fora, apesar de na maioria das vezes, poder contar com uma rede de familiares e amigos que favorecem a integração no país de destino. A sua estabilidade não se dá de forma rápida, podendo perdurar até o retorno sem conseguir se acostumar com a cultura local. A saudade e incerteza da volta do membro migrante, embora ocorra o contato telefônico, virtual e por meio do envio de remessas, o afeto e o sentimento de pertencimento não são substituídos.

No caso da migração internacional de retorno, percebe-se que outro sentimento envolve o migrante retornado, o de não pertencimento. Com a vivência em outro país, novos hábitos e costumes são adquiridos, ocorre uma aculturação, o que pode provocar um sentimento de estranhamento ao retornar a terra de origem. O retorno é acompanhado de muitas fantasias, como a de encontrar tudo qual como era antes, porém vivemos em um contexto histórico dialético, e muitas mudanças ocorrem no cenário que aqui permaneceu, principalmente nas pessoas, os filhos crescem e amadurecem, a esposa (o) envelhece e não tem mais os mesmos valores, enfim todas as pessoas de seu ciclo familiar e comunitário apresentaram mudanças cronológicas e biológicas, assim como culturais. E não é diferente com o migrante, pois também passou por estes processos, valores e costumes são deixados para trás, ao mesmo tempo em que novos hábitos, maneirismos, valores e culturas são acrescentados. Não podem ser esquecidas ainda, as transformações sociais, históricas e econômicas ocorridas na comunidade.

Visando compreender como ocorrem estes impactos no núcleo familiar, esta pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: a primeira voltada para pesquisa teórica a cerca da migração internacional de retorno, principalmente na região de Governador Valadares; na segunda foram realizadas vinte entrevistas com migrantes retornados de Portugal, nas cidades de Governador Valadares e Frei Inocência – situadas a leste de Minas Gerais.

O estudo demonstrou que o retorno para a terra natal apresenta-se para alguns mais difícil do que a decisão de emigrar. O estranhamento no reencontro com a família e em relação aos costumes, a sensação de não se reconhecer pertencente ao seu local de origem, torna-se angustiante para alguns emigrantes que retornam. O espaço geográfico e social, as pessoas idealizadas durante os anos de emigração já não são os mesmos.

2 METODOLOGIA

Considerando o universo pesquisado, optamos pela pesquisa de natureza qualitativa, pois a mesma fundamenta-se na via subjetiva, capaz de resgatar o modo de perceber o cotidiano dos sujeitos envolvidos; a fonte de dados é o ambiente natural, a investigação é descritiva, os dados coletados são em forma de palavras ou imagens.

Os instrumentais utilizados no exercício investigativo qualitativo foram a técnica bola de neve e entrevistas em profundidade. Vale destacar que a entrevista em profundidade tem um caráter subjetivo, o que torna necessário que toda interpretação deva levar em consideração a perspectiva do sujeito analisado.

Os levantamentos foram realizados, em duas etapas, como dito anteriormente: a primeira consistiu na busca ativa dos migrantes retornados, por meio da técnica bola de neve; a segunda versou sobre a realização de 20 entrevistas em profundidade com imigrantes, nas quais se buscou levantar, principalmente, as razões do retorno, qual a situação encontrada no Brasil, especialmente, na família e na comunidade, que tipo de apoio procurou (ONG, Bancos, Prefeitura), o atendimento ao pleito e se o que estava planejado, quando da partida de Portugal, foi executado e qual o resultado. Vale destacar que foram pesquisadas famílias nas quais alguns membros emigraram e retornaram de Portugal.

A microrregião de Governador Valadares foi escolhida para realização do trabalho de campo e essa escolha se deu a partir dos estudos teóricos que reforçam a cultura migratória dessa região e porque conforme, os dados do Censo Demográfico de 2010, trata-se de uma região do Leste de Minas que apresenta forte impacto da migração tendo por destino Portugal ao se comparar com as outras regiões do Brasil.

Localizada na Mesorregião do Vale do Rio Doce, ocupa 27% da área deste vale, sendo uma das maiores microrregiões do estado de Minas Gerais. É composta de 25 municípios, sendo o maior deles o de Governador Valadares, situado no entroncamento de três importantes rodovias, a BR 116, a BR 259 e a BR 381, que facilitam o acesso a três grandes centros urbanos como Belo Horizonte, Vitória e Rio de Janeiro. Além destas rodovias, a Estrada de Ferro Vitória Minas também cruza a microrregião, o que facilita o fluxo de importações e exportações do país.

A migração está intrínseca na história da Microrregião de Governador Valadares. Com a conclusão, na década de 30, da Estrada de Ferro Vitória a Minas ocorre a intensa ocupação desta região por trabalhadores da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

Um *boom* de crescimento demográfico e de desenvolvimento da economia regional iniciou-se a partir da década de 40, centrado na exploração de seus recursos naturais, como a madeira, as pedras semipreciosas e a mica que era exportada para os Estados Unidos, durante a segunda guerra mundial, para alimentar a indústria bélica. E perdurou até a década de 1960, quando as atividades extrativistas, devido ao esgotamento dos recursos naturais, começaram a decair, ocorrendo gradativamente a migração do capital madeireiro para outras regiões do Espírito Santo e Bahia, o que decretou o fim dos investimentos estrangeiros na exploração e no beneficiamento da mica (ESPÍNDOLA, 1998).

Hoje, devido à sua localização estratégica já descrita anteriormente, a Microrregião de Governador Valadares é um importante centro comercial, mas seu potencial de desenvolvimento ainda não foi aproveitado de forma sustentável. O histórico de atividades econômicas exploratórias do meio ambiente faz com que a Microrregião de Governador Valadares seja classificada, hoje, entre as regiões mineiras com os mais baixos índices de desenvolvimento.

Todo este histórico de desenvolvimento não sustentável da microrregião de Governador Valadares constitui-se fator de expulsão de sua população. Governador Valadares, ao contrário das cidades que ela influencia diretamente, manteve o crescimento demográfico, mas a um ritmo menor do que o crescimento vegetativo, devido à migração de sua população, tanto para outras regiões do país, quanto para outros países. Porém, em todo processo migratório os fatores de expulsão não são os únicos a determinarem os fluxos migratórios, mas também a formação de redes sociais que possibilitam a definição da direção dos fluxos sejam eles internos ou internacionais. No caso de Governador Valadares, existe um histórico de formação de redes sociais entre esta região e os Estados Unidos.

O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 foi um marco de mudança definitivo para a história da migração para os Estados Unidos. Mesmo não sendo os brasileiros o grupo alvo de toda a gama de medidas de segurança tomadas pelas autoridades americanas foi a partir deste momento, que a questão da migração passa a ser tratada como uma ameaça direta à segurança interna dos Estados Unidos. Várias foram as medidas tomadas pelas autoridades americanas para coibir a migração, e a que mais repercutiu para os brasileiros foi a quase exigência para que o governo mexicano passasse a solicitar o visto de entrada para os portadores de passaporte brasileiro.

Se, de um lado, assistiu-se a um crescente rigor na legislação em relação aos imigrantes internacionais, aspectos econômicos como a crise de 2008 e suas consequências sobre o emprego e a cotação do dólar funcionaram como fator de desestímulo à permanência dos brasileiros.

Diante das dificuldades de migração para os Estados Unidos, o fluxo de brasileiros para a Europa, principalmente Portugal, aumentou após 2001. Portugal foi o principal destino de brasileiros na Europa, devido à ligação histórico colonial com o Brasil, o que propicia aos brasileiros alguns direitos a mais que outros imigrantes, além de compartilharem o mesmo idioma, o que facilitava a integração do imigrante.

Os que escolheram Portugal como destino alternativo, porém em 2008, também se depararam com a crise mundial que atingiu fortemente a Península Ibérica e ainda permanece até os dias atuais. Como consequência, um fluxo intensificado de retorno de brasileiros vindos de Portugal se fez notar, inclusive com o apoio de um programa de retorno voluntário implantado naquele país, pela Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Agora, a Microrregião de Governador Valadares se encontra com um crescente fluxo de migração internacional de retorno, tanto dos Estados Unidos, quanto de Portugal. Migrantes internacionais desta região, que deixaram a região em idade ativa e que foram gradualmente levando familiares em um processo de reunificação familiar em seus destinos, ou que constituíram famílias fora do Brasil, retornam para suas cidades de origem, acompanhados de crianças e adolescentes. Aqueles que retornaram antes do início da crise econômica de 2008, chegaram financeiramente bem e investiram em suas localidades. A migração de retorno atual, porém, traz um desafio para a rede socioassistencial dos municípios da região, pois muitas destas famílias retornam em situação de vulnerabilidade social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O processo migratório

Para Bulla, Mendes e Prates (2009) migrar está relacionado ao ato de trocar de país, estado, região etc., seja por motivos econômicos, sociais ou políticos, não apenas em busca de um salário que lhes faculte comer, vestir, abrigar-se, mas também, que lhe permita obter maior conhecimento e autonomia, e conseguir, assim, construir sua própria vida dignamente e exercer a cidadania participando livre, consciente e criticamente das decisões da sociedade.

A migração não parece, portanto, ser um fenômeno natural e espontâneo, mas sim provocado por estruturas muitas vezes injustas, relacionados à dimensão econômica, política, social e cultural. A crescente demanda por mão de obra fomenta a competitividade e trabalho altamente flexível que gere força produtiva, o que faz com que o projeto migratório se ajuste a esta economia global.

Na pesquisa realizada com 20 migrantes na microrregião de Governador Valadares, 18 apontam como objetivo da migração conseguir uma melhor qualidade de vida, acumular capital para adquirir o imóvel ou reformá-lo e abrir um empreendimento.

Estes migrantes evidenciam a situação de expulsão vivenciada pelos que deixam o país em busca de melhores condições de vida e trabalho, pelas desigualdades sociais, a discriminação, falta de acesso a recursos e bens públicos. Norteados, assim, a expulsão de sujeitos em idade produtiva como mostra a pesquisa na qual a variação desses é de 21 a 58 anos de idade e até mesmo de mão de obra qualificada, que podem contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

Mesmo aqueles que dizem que vão a busca de aventura, intrinsecamente manifesta o desejo de melhorar de vida como é o caso de C. que questionada quanto ao objetivo da migração relata que não tem um objetivo assim não, gosta de aventura, mas que essa foi uma das mais loucas de sua vida, em Portugal se casou e teve duas filhas. Mais adiante no item que menciona se os objetivos foram alcançados ou não, quais os impedimentos, a entrevistada relata: *“Porque eu fui com o objetivo de melhorar financeiramente para ajudar os meus pais.*

Mas, isso não aconteceu. Porque eu peguei um período de crise em Portugal, não tive como ganhar dinheiro.” (C.- Governador Valadares).

Outro objetivo mencionado ao longo da pesquisa foi o desejo de estudar, mas lá chegando se deparam com outra realidade, os estudos em Portugal se diferenciam do Brasil. Não deixando também de transparecer o desejo de acumular capital. *“O nosso objetivo não era ficar lá, nosso objetivo era simplesmente ganhar um dinheiro a mais, conseguir uma condição melhor e em seguida voltar.”* (T. Frei Inocêncio). E ainda relata:

Primeiro foi porque eu fui estudar, mas o estudo deles era muito avançado pra mim, e porque eu também tenho livro até hoje que eu trouxe de lá. Aqui nós temos ônibus que levam os alunos para a escola. Lá não, a gente paga o transporte. Os livros aqui são pagos pelo governo, lá os livros são pagos pelo aluno, até mesmo as regras na escola não são as mesmas. A carga horária é diferenciada. O método de ensino deles é muito diferenciado. Eu não tinha muito sucesso na educação, mas pelo menos eu aprendi muito. Eu não senti nenhum tipo de discriminação, mas a maioria do tempo eu ficava isolado na escola. Não tinha muito contato. Não tinha muitos migrantes brasileiros não. Eu estudei durante dois anos lá (T. Frei Inocêncio).

Na perspectiva de encontrarem lá fora melhores condições de vida econômica, alguns migrantes abrem mão, ainda que temporariamente, da família. Outros, ao contrário vão em busca de reunificar a família como é o caso de T. que foi para Portugal para viver com a mãe que lá já se encontrava e E, que foi ao encontro da filha que iria se casar, evidenciando que não há um rompimento dos laços familiares.

Os laços familiares são preservados a partir de contatos telefônicos, virtuais ou por envio de remessas que mantém vivo nos migrantes, o sonho de que os objetivos sejam alcançados. Este dado revela que os emigrantes utilizam desses meios para manter uma relação estreita com a família e com sua cidade natal, afinal, é através deles que se inteiram e participam do cotidiano das famílias e até mesmo da cidade. Estes contatos também é base de fortalecimento da rede migratória, com informações de empregos, moradia e economia, entre outros dados relevantes para que se continue a cultura migratória nas cidades de origem.

Constatamos, por meio da pesquisa, que as decisões dos moradores de Governador Valadares e Frei Inocêncio, cidades onde a pesquisa de campo foi realizada, em ir para Portugal têm ligações intensas de movimentação entre as redes sociais que se compõem de familiares e de amigos. Entre os entrevistados, todos possuíam conhecidos, amigos ou parentes que viviam em Portugal, e tinham contato com essas pessoas antes mesmo da migração. Como relatam alguns entrevistados: [...] *“A minha irmã já morava em Portugal, ela foi alguns meses antes de mim. E através dela ficar me chamando que eu fui.”* (M.A). *“Quando eu fui para lá eu ainda era menor de idade de idade, então fui acompanhada pela comissária de bordo, e lá eles me entregaram para a tia do meu companheiro, então foi tranquilo”* (M).

As redes sociais são peças importantes para o grande contingente de brasileiros imigrados, porque pode fazer a recepção aos novos imigrantes, oferecendo-lhes hospedagem, apoio financeiro e até mesmo, os indicando para empregos. Além de proporcionarem um apoio psicológico, amenizando os sentimentos negativos gerados pela distancia física dos familiares e contribuindo para uma permanência mais longa no país de destino, a fim de alcançar os objetivos propostos. O papel da rede social se destaca, sobretudo, quanto a questão da moradia, pois a grande maioria contam com o apoio de familiares e amigos que já estabeleceram moradia no país, na divisão do aluguel, visto que a pesquisa demonstra que nenhum dos entrevistados adquiriu moradia própria em Portugal. Na expectativa do retorno dividem aluguel com conhecidos ou outros brasileiros e, posteriormente, chegam a alugar outra casa.

Quando a rede de amigos e família não funciona como apoio à moradia, os migrantes procuravam por indicações no trabalho, nas ruas, e nos lugares que oferecem aluguéis para imigrantes, tendo de se organizar sozinho como relata uma entrevistada.

Quando cheguei a Portugal não conhecia ninguém, quando cheguei no aeroporto tive de me virar sozinha, aí conheci um brasileiro que me indicou uma senhora que alugava quartos para imigrantes, morei lá por volta de uns três meses, depois consegui emprego em uma quinta e fiquei morando lá em uma casinha que meu patrão alugou para mim por um valor mais em conta (MC. Governador Valadares)

A entrada em Portugal, segundo informações dos entrevistados, se deu por meio do visto de turista e após o término de sua validade permaneceram de forma irregular. Apenas dois entrevistados relataram ter tido autorização de residência concedida para trabalho.

A situação de irregularidade levou os migrantes a vivenciarem experiências de vulnerabilidade, exploração, condições de trabalho precárias, jornadas extenuantes, como relata um entrevistado. *“Eu trabalhava muito durante a semana. A minha carga horária de serviço era muito grande. Eu me levantava às 10 da manhã aí eu trabalhava até às 3 da manhã do outro dia. Então vivia somente em função do trabalho”*. (T - Frei Inocêncio).

3.2 O regresso

Pode-se entender por retornado aquela pessoa que havia emigrado e volta ao seu lugar/país de origem, por não adaptação ao local de destino, após acumulo de capital, ou por terem se desapontado, sendo o retorno programado. Além desses fatores outro elemento presente na decisão do regresso são as questões familiares.

O antropólogo Gmelch (1980), ao realizar uma revisão da literatura sobre migração de retorno, relata que os estudos abordam a imigração internacional em que migrantes cruzam países e fronteiras culturais. Alguns estudiosos indicam as condições econômicas negativas no país receptor da imigração, como fator determinante do retorno. No entanto, a maioria das pesquisas aponta para o desejo de se estar junto da família e dos amigos, ou seja, questões não relacionadas aos fatores econômicos.

Para Gmelch (1980) o desejo de voltar, geralmente ressurgiu, quando o migrante, ao passar as férias no país de origem, com espaço aberto, o clima favorável, ritmo de vida mais tranquilo e o calor das pessoas levam o migrante a pensar seriamente sobre a possibilidade de uma nova vida em sua terra natal. O adoecimento de membros mais íntimos da família como pais, filhos, obrigam o migrante a retornar e, muitas vezes, é ele que assume o cuidado, especialmente, dos pais ou o negócio da família.

Outro elemento a se considerar nas discussões sobre os motivos do retorno é o sentimento de lealdade ou patriotismo para com o país de origem, *“o amor à terra natal”* (DEBIAGGI, 2004, p. 144). Ainda conforme Gmelch (1980), para os migrantes que retornam, os ganhos sociais e culturais sobrepõem-se aos ganhos econômicos conseguidos no exterior e aos custos decorrentes desta decisão, tais como o custo financeiro da volta e o declínio do poder.

A pesquisa realizada aponta três fatores preponderantes para o regresso dos emigrantes: a crise econômica, a desilusão da não conquista dos objetivos e a necessidade de voltar ao país de origem para reencontrar sua cultura, origens, família e amigos. *“Voltei por causa da crise, por causa das dificuldades financeiras, porque eu não estava trabalhando, meu marido já estava [...] tinha trabalho e ao mesmo tempo não tinha. Então, a gente decidiu retornar”*. (M.C - Governador Valadares). *“Eu desempreguei, eu lá com esses dois netos, a mãe deles foi para a França e eu estava lá sozinha com essas crianças, num lugar*

desempregada com duas crianças. Aqui pelo menos estou perto da família". (E.M - Governador Valadares).

3.3 Família e Migração

Cada família delinea a versão de sua história, de suas crenças, de seus valores, suas concepções, expectativas, implicadas na dinâmica das relações culturais da época em que vivem, o que provoca a orientação das relações entre seus membros, inclusive das práticas sociais referentes a ela.

A família é a instituição na qual as relações de gênero mais se evidenciam, por meio dos processos de socialização primária e secundária⁴⁰ e das formas de organização do cotidiano, no qual as crianças irão desenvolver a identidade psicossocial, assim como as representações do masculino e do feminino, as atribuições de papéis, de autoridade, e em que vínculos homens e mulheres constituirão o núcleo ativo da construção da identidade de gênero. (COELHO, 2005).

Coelho (2005) ainda afirma que "a família é o primeiro grupo em que os conhecimentos, os modelos afetivos de ser, viver e sentir são transmitidos e vivenciados pelo sujeito nas diferentes formas em que ele experimenta e significa as relações familiares". (p.171). A família constitui uma das mediações entre o homem e a sociedade, não interioriza só os aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como também projeta em outros grupos, os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo.

A partir do movimento organização-desorganização-organização das relações familiares dentro do contexto social é que vem ocorrendo diversas mudanças no ciclo de vida familiar. Para Bilac (2003), a família não é mais vista como organizada por normas "dadas", mas sim, como fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros e, nesse sentido, sua duração no tempo, depende da duração desses acordos.

Nas últimas décadas, um dos projetos intrínsecos das famílias contemporâneas é o projeto de migrar em busca de melhores condições econômicas, que possibilitem comprar a casa própria, o carro e abrir o próprio negócio na terra de origem quando retornar. Corroborando, Sarti (2003) afirma que "o retorno está implícito no projeto de migração".

Obcecados pelo sonho de encontrar lá fora melhores condições de vida para a família, os indivíduos abrem mão desta, para ir em busca de seus ideais, o que imporá mudanças significativas à organização familiar, criando novos desafios e novas dificuldades para o exercício de suas funções primordiais de proteção, pertencimento, construção de afetos, educação e socialização.

Contudo, as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura social permite ressignificar as relações parentais, que se tornam mais fluídas, abrindo espaço para negociações entre as gerações, em que ambos os pais tem autoridade e os filhos reconhecimento de suas individualidades" (COELHO, 2005. p. 203/204), o que possibilita uma melhor negociação na hora de migrar.

Com a decisão de um dos membros de migrar, a família passa por um processo de reestruturação, o que altera sua dinâmica para acomodar-se à situação, visto que quando um dos pais migra, o outro permanece para cuidar dos filhos na cidade de origem, assumindo sozinho, a administração da casa, das finanças, além de desempenhar os papéis do outro,

⁴⁰ A socialização primária é entendida como interiorização da realidade a partir da relação entre a criança e os outros significativos, através de inúmeros mecanismos emocionais, absorvendo os papéis e as atitudes destes "outros", desenvolvendo o processo de construção da identidade. O mundo interiorizado na primeira infância é fortemente mantido na consciência, e, no decorrer da vida, novas interiorizações ocorrem: é a chamada socialização secundária que facilita a adaptação dos indivíduos a novos papéis. (VITALE in: CARVALHO, 2005).

como relata um dos entrevistados. “*Minha esposa durante o período que estive fora foi pai e mãe dos meus filhos*” (E. Governador Valadares)

E, quando migra o casal, geralmente, os filhos permanecem sob os cuidados dos avós ou de parentes próximos. Deste modo, além da brusca ruptura, muitas vezes, os filhos têm de mudar de casa, de bairro, o que contribui para reforçar o sentimento de insegurança e não pertencimento, como demonstra o relato a seguir.

Antes de minha mãe ir, eu morava com ela, depois que ela foi para Portugal eu passei a morar com minha irmã, depois morei com meu pai, com minha avó. Como eu era menor de idade, meu pai ficou responsável por mim. Ninguém pegou a minha guarda (T. Frei Inocência).

Ocorrendo a migração do pai, a mãe permanece cuidando dos filhos, normalmente em casa cedida pelos pais ou pelo sogro, de forma a tentar garantir a respeitabilidade durante a ausência do marido. No entanto, muitos são os comentários maldosos da vizinhança, sendo o mais comum deles, que a esposa estaria traindo o marido ou vice e versa. Essa maledicência contribui para a separação de diversos casais, ao longo do período de migração. Na pesquisa em questão, nenhum caso que diz respeito a esta conduta foi encontrado, mas Santos Junior afirma que,

[...] em casos onde o marido emigrou, suas mulheres são submetidas a monitoramento por parte dos familiares do marido. As mulheres dos emigrantes queixam-se do fato de que ausência do marido gera desconfiança, no tocante a fidelidade conjugal e para se livrarem de tal desconforto acabam emigrando também. Na percepção dos entrevistados (...) o núcleo familiar só funciona efetivamente com a presença do marido, caso contrário é visto como ameaçador (SANTOS JUNIOR, 2008, p.12).

Portanto, a emigração gera um sentimento de angústia, frequentemente compartilhado entre os que partem e os que ficam. Os que partem sofrem pressão pela consciência de ser uma força de trabalho temporária e pela expectativa do retorno, passando a conduzir sua vida no exterior, acreditando que o tempo parou para os que aqui permanecem.

As remessas enviadas para os membros da família que permaneceram no Brasil garantem que o projeto inicial permaneça vivo, sendo, portanto, um meio de garantir a união familiar. Estas remessas são utilizadas muitas vezes para suprir a falta do pai ou da mãe na vida do filho, podendo torná-lo egoísta, por se acostumar a ter tudo o que o dinheiro possa comprar.

Almeida e Siqueira, (2010) observa que,

[..] contudo, percebemos com a ausência temporária dos pais (ou que pretende ser temporária), devido à emigração, que os filhos reivindicam mais que um espaço de sobrevivência e proteção. Ficam felizes com os agrados e presentes dados pelos pais, bem como o padrão de vida oferecido por eles. Entretanto, sentem falta da presença materna e/ou paterna, da aproximação, da vida cotidiana da família unida (ALMEIDA e SIQUEIRA, 2010; p.6).

Machado (2010) citando Canales (2005) pontua que, além das questões econômicas, o vínculo que mantém estas pessoas unidas em família e na comunidade, constrói-se por meio de uma série de símbolos culturais que são compartilhados por via do contato entre as duas nações, o que permite a reprodução de relações culturais, identidades simbólicas e coletivas.

Hoje, essa distância física entre os membros da família, é encurtada pela facilidade do transporte e pelas novas tecnologias de comunicação que permitem à família ficar interligada por meio da internet, dos e-mails, telefones, fax, visitas periódicas aos parentes em

reuniões familiares, mecanismos que, sem dúvida, facilitam o contato e dão suporte emocional aos membros distantes, mas não lhes garante um relacionamento afetivo saudável.

Santos Junior (2008) corrobora Siqueira (2006) em relação ao fato de que o projeto de emigrar é familiar, pois o emigrante conta com o apoio tanto financeiro quanto afetivo dos que ficam, porque este projeto de viagem passa pela ideia do retorno em melhores condições de vida para si e sua família. Contudo, os ideais de antes da partida podem ser redefinidos e o tempo de emigração prolongado, às vezes, indefinidamente. O prolongamento da ausência compromete as relações afetivas, pois durante o processo ocorrem mudanças em relação às expectativas e aos projetos de vida, tanto daqueles que partiram, como daqueles que ficaram.

3.4 Impactos do processo migratório nas famílias

Em relação às alterações familiares ocorridas durante o processo migratório, vale destacar que cada família vivencia o processo migratório e reajustamento a uma nova cultura de formas diferenciadas, essas alterações trazem impactos de longo prazo nos arranjos e adaptações familiares durante e após o processo migratório. Nos casos dos entrevistados nessa pesquisa, entre as alterações mais apontadas estão: reintegração familiar, com a chegada de esposa e filhos; casos de nascimentos de filhos ou netos, ocorridos com quatro migrantes e casos de divórcio, vivenciados por dois migrantes. Nos demais casos, os migrantes viveram sozinhos e longe de pais, noivos, cônjuges e filhos até o retorno à cidade de origem.

“Eu já namorava aqui com os pais dos meus filhos, ele foi primeiro para Portugal, depois eu fui. A gente já foi pra lá, a gente já teve os dois pequenos.” (M. Governador Valadares)

“Eu saí daqui eu já tinha uma companheira, e um filho que nasceu aqui. Aí quando o meu filho fez 6 meses eles foram para lá. A gente ficou morando um tempo juntos lá, e aí nos separamos lá. Agora ele mora com a mãe em Sabará- MG.” (E.P. Frei Inocênciao)

Diante disso, percebe-se que no processo migratório podem ocorrer mudanças nas composições familiares, pois, quando a família se desloca para outro país, as mudanças culturais, sociais, econômicas e a forma subjetiva com que cada sujeito vai vivenciar esse processo, podem influenciar nesta transposição, fazendo com que em alguns casos ocorram as modificações familiares. Vale destacar que a pressão social e emocional exercida pela família estendida (pais, irmãos, avós, amigos mais próximos etc), em muitos casos, contribui para perenizar certos relacionamentos que longe deste núcleo e pressões tendem a se romper.

Foi possível verificar que no projeto migratório ocorreram alterações como o crescimento da família e aumento da vulnerabilidade, conforme relata a entrevistada que reside com a irmã, o cunhado, a sobrinha, o sobrinho, dois netos e filha.

Eu e os meus dois netos, aliás, eu é que estou morando agora, atualmente, eu moro com minha irmã, porque a situação ficou tão apertada também, o aluguel eu não estava conseguindo pagar. E agora estou morando aqui com minha irmã. Moram 8 pessoas na casa (E. Governador Valadares).

Destaca-se também, como fator determinante verificado na pesquisa, a necessidade de voltar ao país de origem, para reencontrar com sua cultura, origens, família e amigos. Nesses casos, as vantagens de estar perto da família, dos amigos, de se reencontrar socialmente e culturalmente, estar de volta às origens, sobrepõem-se muitas vezes ao sucesso ou fracasso econômico vivenciados no projeto de migração.

Sobre as dificuldades na adaptação do retorno, o estudo dos relatos aponta que ao retornar, alguns entrevistados mencionam que “apesar da saudade e da vontade de voltar ao

país, o retorno não ocorreu da forma que imaginavam”, como afirma os estudos de Debiaggi, (2004, p.144). O retorno para a terra natal apresenta-se para alguns mais difícil do que a decisão de emigrar. O estranhamento no reencontro com a família e em relação aos costumes, a sensação de não se reconhecer pertencente ao seu local de origem, torna-se angustiante para alguns emigrantes que retornam. O espaço geográfico e social, as pessoas idealizadas durante os anos de emigração já não são os mesmos.

[...] mesmo assim, o que você demora, custa a se adaptar é isso, só com tempo o jeito de falar só nos primeiros dias né, a gente fala casa de banho aqui tem casa de banho ó, minha esposa mesmo quando a gente foi comprar o jogo de cozinha ela falou mesmo, ó tem que comprar o panelheiro e tal, eu morri de rir. (R. Governador Valadares).

[...] mais eu acredito que foi importante pra mim enquanto pessoa conheci novos países conheci outras gentes, e agente lá passa a dar mais valor a família, aos seus parentes a coisa que você não via aqui, eu, por exemplo, quando voltei passando quatro anos e meio sem vim ao Brasil, eu achei bonito esses morros com essas arvores aqui, eu falei olha que coisa linda, quer dizer você começa a ver o seu país diferente, se começa a ver gente o Brasil não é tão ruim assim [...] (T. Governador Valadares).

Quanto aos impactos da migração nas famílias valadarenses percebe-se que entre as mudanças práticas e os impactos no dia a dia da família, com o processo migratório, alguns entrevistados citam o retorno como um fator positivo. Para estes, o restabelecimento dos vínculos familiares facilitou a ressocialização dessas pessoas no país de origem, minimizando os impactos no processo de aculturação, como o estranhamento da nova realidade.

Para as crianças foi melhor, lá não tinha quase convivência com ninguém a não ser o pai e a mãe e agora já tem. Para nós também, porque já estava com saudade da família, já queria vim visitar... Então, agora a gente tá todo mundo perto um do outro, essas coisas... A mudança para melhor foi com relação à família. A família está tendo uma convivência familiar melhor. Na questão de melhoria financeira por enquanto não teve nenhuma melhora (M. Governador Valadares).

3.5 Apoio Recebido

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo XIII, o direito à migração estabelece que toda a pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado, isto é, o direito de deixar qualquer país e retornar. Entretanto, a população migrante encontra, no país de destino, dificuldades jurídicas para o exercício de seus direitos e no país de origem, faltam apoios jurídicos e políticos que possibilitem uma readaptação no seio familiar e comunitário.

Analisando dentro de uma visão temporal, percebe-se que quanto maior o tempo de permanência no exterior, maior a dificuldade de adaptação e inserção no mercado de trabalho, pois perde a qualificação profissional, visto que em Portugal a grande maioria exerce trabalhos subalternos, em construção civil ou como garçons, portanto, os entrevistados que regressaram estão desempregados ou trabalham como autônomos. Este fator contribui, na maioria das vezes, para o aumento da vulnerabilidade familiar, que já tem sua composição alterada.

E para sanar esta situação não é esperado apoio do governo no que compete à assistência social, assistência jurídica, saúde, entre outras. Um programa dentro da assistência social citado por alguns entrevistados é o Bolsa Família, porém este não é específico para migrantes, mas sim para famílias que dele necessitam e se enquadram em suas exigências.

Ainda não procurei a Assistência Social sabe, porque agora que eu comecei a mexer no documento deles para procurar a Assistência Social, porque é preciso deles serem cadastrados no SUS para depois eu ir lá ver a Bolsa Família. Eu não esperava muita coisa não, sabe?! Esperava melhorias aqui para a cidade, mas vi que já não tem essas coisas. Fora isso não esperava mais nada (M. Governador Valadares)

Os entrevistados contaram mesmo, para o regresso, com o apoio familiar no quesito financeiro e principalmente psicológico, emocional, como relatam os depoimentos a seguir.

Incentivo eu tive da família mesmo. Mas dinheiro eu não recebi de ninguém. Nós compramos a passagem e estamos pagando até hoje. (M. Governador Valadares).
Eles me receberam de braços abertos. (E.P. Frei Inocência).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o impacto da migração na família e na comunidade, ainda em andamento, com financiamento da Fapemig, demonstra que a grande motivação para a migração são as questões econômicas, capazes de satisfazerem o desejo de construir a casa própria, terem melhores condições de vida no país de origem ou abrir o próprio negócio em seu retorno. Nota-se, porém, uma grande influência das redes sociais que propiciam a facilidade de melhores empregos e moradias no país de destino, aqui no caso, Portugal.

Pela pesquisa percebe-se, que o processo migratório pode ser fator de mudanças no ciclo familiar, visto que a partir do momento que um membro da família embarca para a migração internacional, este se submete a um novo processo de socialização. Durante sua permanência no país de destino passa a interiorizar outra linguagem, costumes e valores, reconstruindo sua identidade e transmitindo-a para os familiares que permaneceram no país de origem através das remessas e presentes, enviados tentando suprir a não presença destes.

Quando ocorre o retorno ao país de origem, outra reconstrução se faz necessária. Alguns autores citados ao longo desse trabalho consideram o retorno como uma nova migração, porém mais difícil que a primeira. Isto ocorre porque o migrante tem em mente que ao retornar vai encontrar sua terra natal e sua família como o deixou, porém o tempo não para e muitas mudanças vão acontecendo.

Diante da pesquisa realizada observam-se diversas mudanças no núcleo familiar. Têm-se as famílias que se consolidaram em Portugal, através da migração em busca da reunificação familiar, as que se distanciaram com o retorno de um dos membros, os que moravam com família extensa antes da migração e pós-retorno construíram sua independência, assim como, as que eram dependentes e por fracassar seus objetivos tiveram de buscar apoio na família extensa.

Dentre outros aspectos, o impacto principal provocado no núcleo familiar e comunitário é o sentimento de estranhamento, pois muitos familiares o desconhecem no retorno, devido aos maneirismos adquiridos ao longo do período migratório, provocando um distanciamento entre os mesmos. Este processo de estranhamento também ocorre com o próprio retornado que não reconhece mais as pessoas, a terra de origem aqui deixada anos atrás, ao retornarem não levam em consideração a dinâmica sócio histórica atual e sim, a imaginária.

Outro ponto relevante referente ao impacto da migração são as mudanças nos arranjos familiares, pois o retorno pode provocar estranhamento nas relações familiares, uma vez que pais não reconhecem seus filhos; filhos que estranham seus pais; esposos que não se relacionam com suas esposas; famílias que se separam; pessoas que ao retornarem se sentem excluídos pela comunidade e pela própria família; imigrantes que ao retornarem comparam os locais de ida e de retorno causando vários problemas nesse processo.

Enfim, podemos concluir que o projeto de retorno às vezes se diferencia do projeto migratório, sendo o último influenciado por questões econômicas e o primeiro por questões, na maioria das vezes, familiares. Pois, mesmo mediante a estes inúmeros impactos os migrantes retornados não manifestam o desejo de uma nova migração, mas buscam formas de se readaptarem a comunidade e ao núcleo familiar que é formador de sua socialização primária, base principal da formação de sua identidade.

Dado a complexidade da temática em questão, novos estudos estão sendo desenvolvidos, no GEDEP/PUC Minas, visando aperfeiçoar e/ou aprofundar os aspectos aqui abordados sobre os impactos da migração na dinâmica familiar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Erika Christina Gomes de e SIQUEIRA, Sueli. A Influência da Emigração Internacional na Vida Escolar dos Filhos de Emigrantes Valadarenses. **In Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Mai de 2010. Disponível em:

<http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A027.pdf>

BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.) et.al. **A família Contemporânea em debate**. 5ªed. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2003.p. 29-38.

BULLA, Leonia Capaverde; MENDES; Jussara Maria Rosa; PRATES; Jane Cruz. Não sei se ter uma casa chique vale o preço pago. In: CISEPA - Centro de Investigaciones Sociológicas Económicas Políticas y Antropológicas (Org.). **Más Allá de las remesas - Família de migrantes em América Latina**. Lima: Pontificia Universidad Católica Del Peru, 2009.

COELHO, Sônia Vieira. Abordagens Psicológicas da Família. In. AUN, Juliana Gontijo.; VASCONCELOS, Maria José. E.; COELHO, Sônia Vieira. Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais. Vol. 1 **Fundamentos Teóricos e Epistemológicos**. Belo Horizonte: Oficina de Arte e Prosa, 2005.p. 143-234.

CRUZ, Tuíla Botega. **MIGRAÇÃO DE RETORNO E MOBILIDADE SOCIAL**.

Monografia submetida ao curso de Ciências Sociais, habilitação em Sociologia da Universidade de Brasília para obtenção do grau de Bacharel em Sociologia. 2011. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2103/1/2011_TuilaBotegaCruz.pdf> Acesso em: 25 de Abr de 2013

DEBIAGGI, S. Homens e mulheres mudando em novos espaços: famílias brasileiras retornam dos EUA para o Brasil. In: **Psicologia, e/imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação socioeconômica urbana: Governador Valadares. In **Varia História** nº19, Nov/98, p.148-163. UFMG – FAFICH: Belo Horizonte, 1998. Disponível em:

<<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/19p148.pdf>>

GMELCH, George e ZENNER, Walter P. **Urban life: readings in the anthropology of the city**. Long Grove, Il., Waveland, 2002. – Part 3: Urban Fieldwork: anthropologists. América Latina, Outubro 2009, n.º 5, Lisboa:ACIDI.

MACHADO, Igor (2009), “**O ponto de vista das famílias: etnografia sobre os emigrantes internacionais valadarenses (Brasil)**”, in PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria (org.), Revista Migrações- Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina, Outubro 2009, n.º 5, Lisboa: AICID

RIVERO, Catarina. Terapia Familiar e Comunitária: Abordagem Sistêmica. REAPN – Portalegre. 2006; <<http://catarina.rivero.googlepages.com>>, acessado em 28 de fev. 2013.

SANTOS JUNIOR, José Soares ; SIQUEIRA, Sueli . A afetividade na vida da família do emigrante. In: 6º Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da UNIVALE, 2008, Governador Valadares - MG. Anais do 6º Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da UNIVALE. Governador Valadares - MG: Editora UNIVALE, 2008. v. 1. p. 193

SARTI, Cynthia A., **Família e individualidade: um problema moderno**. In. CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.) et.al. A família Contemporânea em debate. 5ªed. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2003.p. 29-38.

SILVA, Vini Rabassa da; MEDEIROS, Mara Rosange Acosta; FERREIRA, Simaia de Figueiredo. O bom era que nossos filhos não precisassem sair daqui. In: **Más Allá de lãs remessas**- Família de migrantes em América Latina. CISEPA- Centro de Investigaciones Sociológicas Económicas Políticas y Antropológicas. Pontificia Universidad Católica Del Peru. PERU.2009. p.155

SIQUEIRA, Sueli. **Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares – Sonhos e Frustrações no retorno**. Belo Horizonte. 2006

EVOLUÇÃO RECENTE DA MIGRAÇÃO DE RETORNO AO PARANÁ*

*Marisa Valle Magalhães***
*Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra****
*Paulo Roberto Delgado*****
*Thiago de Angelis******

RESUMO: No contexto das migrações internas no Brasil na segunda metade do século XX, o Paraná, assim como outras UFs, se destacou como importante área de esvaziamento populacional, notadamente nas décadas de 1970 e 1980. Mas, no mesmo período, o Estado adquiriu importância também em virtude do expressivo aumento nos volumes e proporções de imigração de retorno dos naturais da UF. Nos anos 1990 em diante observou-se um enorme arrefecimento da emigração interestadual, de tal sorte que os saldos migratórios da UF, embora ainda negativos, passaram a tender a zero. Resta saber se, nesse processo, os movimentos de retorno sofreram mudanças. Assim, o presente estudo foi proposto para investigar as tendências mais recentes da migração de retorno dos naturais do Paraná a fim de compreender sua evolução ao longo do tempo e algumas de suas especificidades: importância do retorno para a UF, em particular para as Regiões Metropolitanas do Estado; retorno para município de nascimento ou não; regiões brasileiras de origem; diferenciais na estrutura por sexo e idades dos retornados entre as áreas estudadas e em comparação às estruturas apresentadas pela população residente, pelo conjunto da população imigrante e pela natural que nunca migrou. Em termos gerais, a imigração de retorno de paranaenses no contexto da imigração total do Estado vem declinando nos últimos vinte anos, mas ainda constitui um fenômeno expressivo, com especificidades regionais e demográficas.

Palavras-chave: migração; migração de retorno de naturais; Paraná; regiões metropolitanas.

1 INTRODUÇÃO

Num país como o Brasil cuja história se erigiu em grande medida por meio das migrações internas, o retorno ao local de nascimento com certeza sempre esteve presente, “como um elemento constitutivo da condição do imigrante” (SAYAD, 2000). As determinações subjacentes a esses processos são complexas e intrincadas, orbitando entre fatores de base econômica, social, cultural, de atração e de expulsão, de ordem individual e familiar, objetiva e subjetiva. No entanto, acredita-se que a identificação e mensuração dessa categoria migratória, e de suas características específicas, abre caminho para uma melhor compreensão do seu papel no conjunto da dinâmica demográfica de uma dada região.

O fenômeno da migração de retorno adquiriu importância, no Paraná, nas últimas décadas do Século XX. Nos anos 1970 e 1980, o Estado expulsou expressivos volumes de população para fora de suas fronteiras, constituindo uma das principais áreas, senão a principal área de esvaziamento populacional do país naquele período. Mas ao mesmo tempo em que o Paraná era ponto de origem de emigração, tornava-se crescentemente a opção de destino para os que escolhiam retornar.

* Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração - ABEP, realizado em Belo Horizonte-MG nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar - Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013.

** Pesquisadora do IPARDES.

*** Pesquisador do IPARDES.

**** Pesquisador do IPARDES.

***** Bolsista PROREDES/IPEA.

Na verdade, inúmeros estudos⁴¹ registram que, nas últimas décadas, além do Paraná, outras áreas tradicionalmente expulsoras de população, Minas Gerais e estados do Nordeste do Brasil, também passaram a receber significativos fluxos migratórios de retorno, seja porque os que haviam emigrado obtiveram êxito e retornaram para se estabelecer em melhores condições em suas regiões de origem, seja porque a emigração redundou em fracasso, provocando um retorno em busca das redes sociais e de parentesco de proteção ou, ainda, mas não menos importante, porque as principais transformações na estrutura produtiva hegemônica do país se desenvolveram, nesse período, com um perfil desconcentrador, abarcando, em maior ou menor grau, essas áreas, dentre as quais o Paraná.⁴²

No bojo desse processo, nos anos 1990 e primeiro decênio do século XXI a emigração paranaense para outros estados sofreu forte arrefecimento, confirmando o aumento do poder de retenção populacional do Paraná. Ao que tudo indica, em paralelo à queda da emigração declinam também os volumes da imigração de retorno, embora essas tendências dificilmente ocorram de forma linear.

É evidente que as trocas migratórias entre o Paraná e outros estados representa uma instância de análise agregada, que encobre as especificidades regionais do Estado quanto às suas participações nesses processos. Além disso, os constantes movimentos intraestaduais também ocorrem sob uma lógica de disparidades regionais, desempenhando papel crucial na configuração espacial da população no território.

Nas cinco últimas décadas o desenvolvimento paranaense fundamentou-se numa intensa modernização da base produtiva que impulsionou rapidamente a urbanização em todas as regiões. Porém, ao mesmo tempo, foi marcadamente concentradora em alguns polos regionais. Nesse contexto, destacam-se três importantes espacialidades. O arranjo urbano-regional de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, os arranjos singulares que articulam aglomerações e centros no Norte Central, polarizado por Maringá e Londrina, e no Oeste, polarizado por Cascavel/Toledo e por Foz do Iguaçu, neste caso, incluindo uma aglomeração internacional (IPARDES, 2006; MOURA, 2009). Essas espacialidades vêm concentrando o crescimento populacional do Estado, especialmente em decorrência dos movimentos migratórios.

Estabelecendo um recorte nesse cenário, o estudo que ora se apresenta focaliza o fenômeno da migração de retorno dos naturais do Paraná no contexto da intensa dinâmica imigratória interestadual do Estado, nas últimas décadas, buscando compreender sua importância, não apenas em termos de volume, como também em relação a algumas de suas características, como regiões ou unidades da federação de origem dos fluxos, de destino no âmbito de algumas regiões do Estado, de composição por sexo e idades desses imigrantes e respectivos diferenciais em relação ao conjunto da população residente, aos imigrantes interestaduais em geral e da população natural não migrante. A análise será direcionada ao conjunto do Estado e a suas regiões metropolitanas – Curitiba, Londrina e Maringá.

A principal fonte de dados utilizada neste estudo é o Censo Demográfico brasileiro, em particular as pesquisas de 1991, 2000 e 2010. Além dos resultados referentes ao tamanho populacional e a algumas de suas características – sexo e idades –, explorou-se o arquivo de

⁴¹ Tem se multiplicado, no Brasil, o número de estudos que abordam o tema das migrações de retorno. Ver, entre outros, BAENINGER (2008); BAPTISTA, CAMPOS & RIGOTTI (2012); CUNHA (2006); SIQUEIRA, MAGALHÃES & NETO (2008).

⁴² LIMA, SIMÕES & OLIVEIRA (2012, p. 9-10) qualificam melhor esse processo e consideram que a desconcentração industrial a partir dos anos 1980 viabilizou a redução das perdas migratórias de estados como Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, bem como favoreceu a expansão da agroindústria no Centro-Oeste brasileiro, estimulando saldos migratórios positivos na região. Ainda segundo os autores, o baixo desempenho econômico dos mercados dinâmicos do Sudeste e o surgimento de polos regionais no Nordeste (fruticultura irrigada, indústria petroquímica, fortalecimento de indústrias tradicionais, entre outros) deram impulso à migração de retorno e à intensificação de certos fluxos intra-regionais de população.

microdados de cada censo para obter os dados relacionados ao bloco da migração de data fixa associados a outros quesitos mais gerais da migração, tais como, se o indivíduo nasceu no Paraná e no próprio município de residência, e se no caso de ser natural daquele município já morou em outro ou nunca migrou.

O conceito de migrante de data fixa, investigado nos três últimos censos brasileiros, relaciona-se ao resultado do quesito censitário que indaga ao recenseado o local – UF e município – onde ele residia exatamente cinco anos antes da data do censo. Se o indivíduo residia no mesmo local⁴³ em que estava sendo recenseado, não é contabilizado como um imigrante ou emigrante de data fixa. Embora essa informação, por si só, não permita identificar se houve ou não etapa migratória intermediária no transcorrer dos cinco anos anteriores, possibilita a mensuração dos fluxos de entrada e de saída ocorridos no período na área em estudo e fornece o cálculo do resultado líquido migratório de data fixa.⁴⁴

Outra observação importante refere-se ao fato de que os censos brasileiros só permitem a identificação do retorno dos naturais da UF (ou do município, dependendo da unidade de análise), não possibilitando a mensuração do retorno de não naturais aos seus antigos locais de residência.⁴⁵ Provavelmente essa é uma lacuna importante no caso do Paraná, pois muitos dos gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros que povoaram o Estado em meados do século passado engrossaram os fluxos emigratórios para fora da UF nas décadas 1970 e 1980 e, ao reemigrarem, o fazem de novo para o Paraná e não para seus estados de nascimento. Esses não são contabilizados.

Além disso, a imigração de retorno de naturais, considerada um efeito direto do fenômeno do retorno, gera efeitos demográficos indiretos de duas ordens. Um primeiro relaciona-se à imigração de não naturais do Estado associada ao retorno dos naturais. Compreende filhos, cônjuges, parentes, agregados, que não nasceram no Paraná mas que acompanham o(s) migrante(s) retornado(s). O outro efeito decorre dos nascimentos que ocorrem dentro do período analisado, após o retorno à UF. Tais efeitos podem ser mensurados e conferem maior importância ainda ao peso dos movimentos de retorno como parcela do conjunto da imigração de uma dada UF.⁴⁶

Neste artigo, a análise da migração de retorno ao Paraná estará baseada nos quesitos de data fixa, computados apenas seus efeitos diretos. Com isso, o estudo estará avaliando o patamar mínimo da importância desse fenômeno no cenário das migrações do Estado e servindo, ao mesmo tempo, como um incentivo a investigações mais aprofundadas.

Além desta Introdução, o texto esclarece de forma resumida as características dos dados que fundamentaram a análise, apresenta os resultados alcançados e, por fim, tece algumas considerações finais.

2 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA MIGRAÇÃO DE RETORNO AO PARANÁ

Por várias décadas consecutivas prevaleceram, no Paraná, intensos fluxos migratórios de mais longa distância. Na fase de expansão da fronteira agrícola interna, entre

⁴³ No presente estudo, os imigrantes interestaduais totais e de retorno são aqueles que, cinco anos antes da data do censo, apontaram outra UF brasileira como local de residência.

⁴⁴ A migração de retorno à UF nesses censos também pode ser investigada por meio da combinação do quesito que indaga o nome da última UF de residência, o tempo de residência ininterrupto na UF atual e o nome da UF de nascimento. Se o objetivo for estudar o retorno no período intercensitário, será considerado apenas o tempo de residência inferior a dez anos.

⁴⁵ Exceto quando se pretende calcular a categoria migratória dos retornados plenos. Nesse caso, conjuga-se a informação de data fixa com a de última etapa migratória no período inferior a cinco anos, para identificar os que residiam na área em estudo na data fixa, saíram e retornaram antes da data da pesquisa censitária.

⁴⁶ Alguns estudos utilizam procedimentos metodológicos apropriados para esse tipo de mensuração: RIBEIRO (1997), MAGALHÃES (2003), GARCIA & RIBEIRO (2004).

1940 a 1960, grande parte do povoamento do território estadual se efetivou com o afluxo de paulistas, mineiros, gaúchos e catarinenses. Nos dois decênios seguintes, em que a modernização acelerada da agricultura paranaense se estabeleceu como sinônimo de industrialização do campo, o meio rural se esvaziou e inúmeras áreas do Estado passaram a constituir pontos de origem de expressivos fluxos emigratórios para outras regiões brasileiras, com destaque para São Paulo, estados do Centro-Oeste e do Norte do país.

Ao longo desse processo as migrações internas – intra-estadual – também foram intensas. O êxodo rural acelerou o movimento de urbanização em todo o território paranaense e impulsionou a concentração espacial da população, em especial na Região Metropolitana de Curitiba e, em menor escala, nas RMs de Londrina e de Maringá, no norte do Estado.

Na etapa mais recente o quadro migratório do Paraná se alterou, não tanto em função do volume de imigrantes interestaduais que recebeu, mas sim com relação à emigração para fora de suas fronteiras (tabela 1). Se nos anos 1980 as trocas líquidas interestaduais de data fixa eram fortemente negativas para o Estado, no final dos anos 2000 o saldo era praticamente nulo. O volume de deslocamentos internos declinou, entre os quinquênios de 1986-1991 e 2005-2010, porém ainda se mantém bastante expressivo.

TABELA 1
FLUXOS MIGRATÓRIOS DE DATA FIXA - PARANÁ - 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010

TIPO DE FLUXO	MIGRAÇÃO DE DATA FIXA		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Intermunicipal (intra-estadual)	769.309	783.350	599.811
Interestadual			
Imigrantes	269.078	297.311	272.183
Emigrantes	475.190	336.998	293.693
Trocas líquidas	-205.482	-39.687	-21.510
Internacional			
Imigrantes	7.380	32.011	39.119
Emigrantes	-	-	-

FONTE: IBGE - Censos Demográficos (microdados)
Elaboração IPARDES

Internamente ao Estado, em todo o período a imigração interestadual de data fixa tem se direcionado de forma bastante concentrada para as regiões metropolitanas, em especial para a RMC (tabela 2). Na segunda metade dos anos 1980, 45% dos imigrantes buscaram como destino alguma das três RMs, e vinte anos depois, esse percentual já alcançava quase 53%. A Região Metropolitana de Curitiba, no quinquênio mais recente, absorveu mais de 1/3 da imigração interestadual de data fixa, confirmando seu elevado poder de atração migratória e de concentração populacional no Estado. Ainda que a Região Metropolitana de Maringá venha aumentando seu grau de absorção dos fluxos imigratórios com origem fora do Paraná, esse percentual ainda situa-se abaixo de 10%.

TABELA 2
IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA TOTAL E DE RETORNO À UF -
PARANÁ E REGIÕES METROPOLITANAS - 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010

REGIÃO	IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA					
	Total			Retorno à UF		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
RM Curitiba	73.923	97.820	94.526	19.964	22.853	19.031
RM Londrina	26.987	30.037	23.613	10.568	10.102	6.738
RM Maringá	20.951	25.739	24.908	8.314	8.636	7.041
Demais regiões	147.217	143.714	129.136	54.697	53.063	46.233
PARANÁ	269.078	297.311	272.183	93.542	94.654	79.043

FONTE: IBGE - Censos Demográficos (microdados)

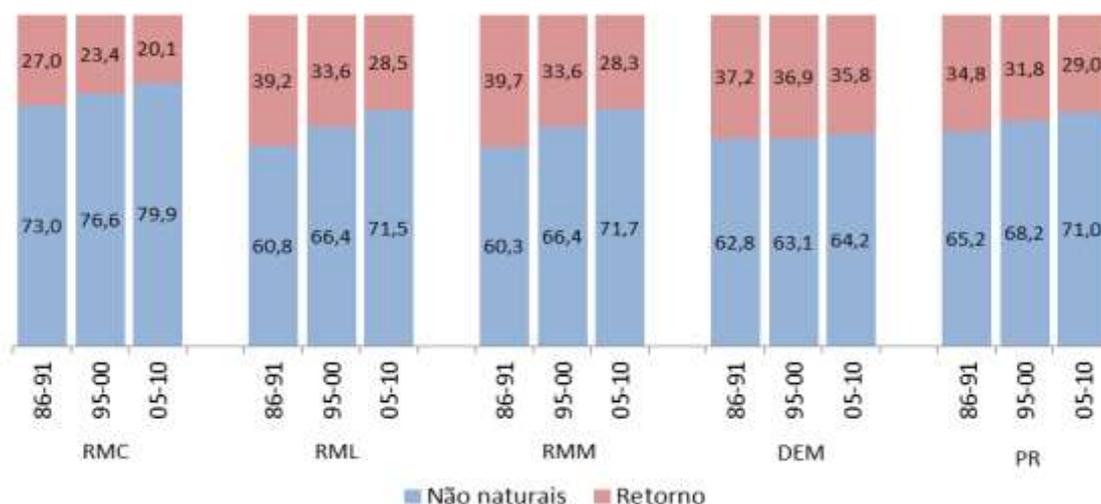
Elaboração IPARDES

No conjunto da imigração interestadual do Estado, a proporção dos que retornam à UF vem decrescendo ao longo do tempo (gráfico 1), ainda que, dentre esses, o percentual dos que retornam a seus municípios de nascimento se eleva. No segundo quinquênio dos anos 1980, 35% da imigração para o Paraná era constituída de naturais do Estado e, desse conjunto, um terço se dirigiu ao próprio município de naturalidade. No período 2005-2010 o percentual do retorno à UF, em relação à imigração total, havia reduzido para 29%, mas destes, 42% retornaram ao município de nascimento.

Mesmo que em ritmo decrescente, constata-se que o retorno de paranaenses representa um fenômeno expressivo no contexto da imigração para o Paraná. Se agregados os efeitos indiretos desse tipo de fluxo, sua importância cresce mais ainda. MAGALHÃES (2003, p. 129), trabalhando com a categoria de migração de última etapa, aponta que, da década de 70 para a de 80, o volume de migração de retorno de naturais ao Estado saltou de 73 mil, o que representava 13,6% do conjunto de imigrantes interestaduais da década, para quase 250 mil imigrantes, isto é, 40,1% do movimento imigratório interestadual do período. Somando-se a esses volumes as estimativas dos efeitos indiretos do retorno, os percentuais elevavam-se, respectivamente, para 27,8% e 57,7% (MAGALHÃES, 2003, p. 141).⁴⁷ É sempre importante lembrar que esses números não contemplam o movimento daqueles não paranaenses que moravam no Estado, saíram e, posteriormente, a ele retornaram, nem seus efeitos indiretos.

⁴⁷ Em um estudo para Minas Gerais, RIBEIRO & CARVALHO (1999, p. 102-103) apontam que, no decênio 1981/1991, 387 mil mineiros retornaram ao Estado, perfazendo 47,6% do total de imigrantes interestaduais de última etapa para Minas Gerais. Ao estimarem os efeitos indiretos do retorno, o número elevava-se para 542 mil migrantes de retorno no período, alcançando 66,7% do total do fluxo imigratório interestadual de última etapa do Estado.

GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA TOTAIS E DE RETORNO – PARANÁ E REGIÕES METROPOLITANAS – 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010



FONTE: IBGE - Censos Demográficos (microdados)

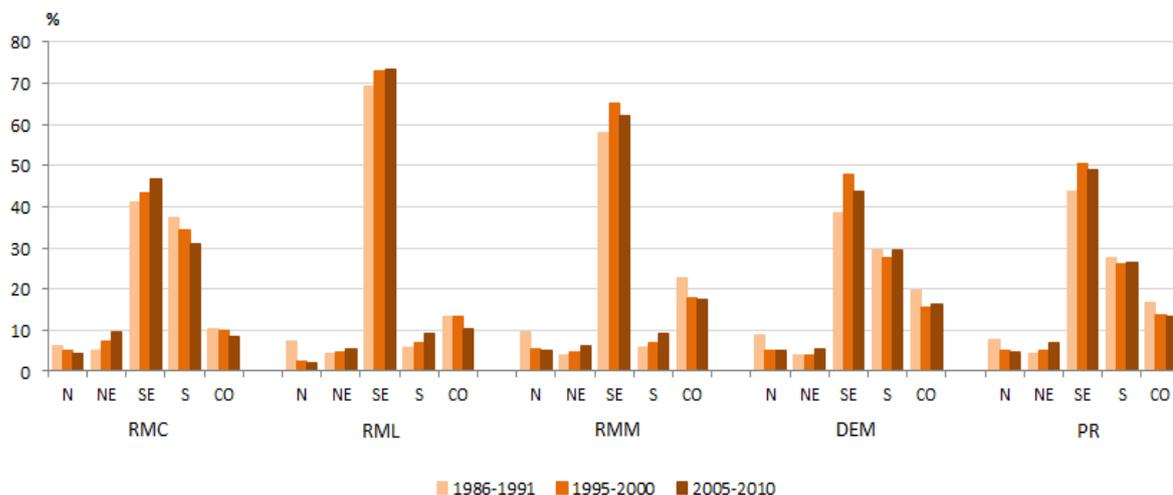
Elaboração: IPARDES

NOTA: RMC – Região Metropolitana de Curitiba; RML – Região Metropolitana de Londrina; RMM – Região Metropolitana de Maringá; DEM – Demais regiões.

A RM de Curitiba, por ser a região mais dinâmica e a que atrai o maior número de imigrantes interestaduais, é a que apresenta a menor proporção de retornados à UF – 20% em 2010 –, na comparação com as outras RMs paranaenses e com o conjunto das demais regiões do Estado. As RMs de Londrina e de Maringá evidenciam, entre si, os mesmos percentuais e a mesma tendência ao longo do período. No final da década de 1980, dos imigrantes do Estado que se dirigiram para cada uma dessas RMs, 40% estavam retornando à sua UF de nascimento. Vinte anos depois, os percentuais de ambas haviam declinado para 28%. As proporções mais elevadas de retorno associam-se às demais regiões paranaenses e pouco se alteram no período em análise. De fato, em décadas anteriores as áreas não metropolitanas constituíram os principais pontos de origem dos emigrantes do Estado, em particular as porções norte, oeste e sudoeste do território paranaense.

Considerando o conjunto do Estado, mais de 70% dos imigrantes interestaduais e dos imigrantes de retorno têm como origem as regiões Sudeste e Sul do país, a grande maioria proveniente dos estados de São Paulo e Santa Catarina (gráficos 2 e 3 e tabela A1). De certa forma, essa situação já prevalecia nos anos 1980. No entanto, duas mudanças podem ser destacadas. Cresce o volume de imigrantes procedentes do Sudeste, elevando-se de 117 mil, no período 1986-1991, para 133 mil, no quinquênio mais recente. Além disso, ocorre um aumento expressivo no número de retornados provenientes do Sul. Na comparação entre o segundo quinquênio da década de 1980 e o segundo dos anos 2000, praticamente dobrou a proporção de imigrantes que retornaram ao Paraná partindo dos estados meridionais, principalmente de Santa Catarina. A proporção do retorno procedente de São Paulo permanece a mais elevada, dentre as UFs brasileiras, porém se mantém relativamente estável no transcorrer do período, tanto em termos absolutos como relativos.

GRÁFICO 2
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA
TOTAIS SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM – PARANÁ E REGIÕES
METROPOLITANAS - 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010

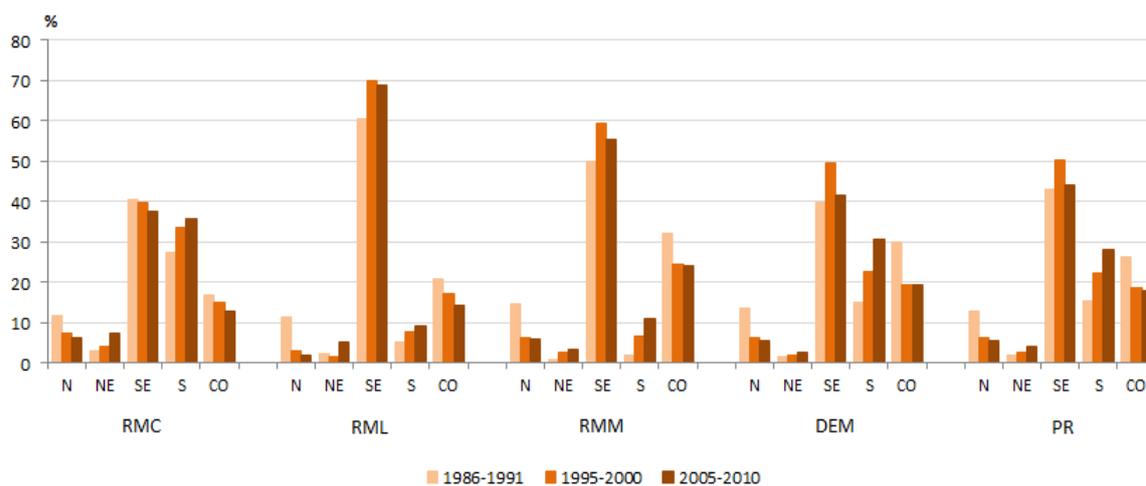


FONTE: IBGE – Censos Demográficos (microdados)

Elaboração IPARDES

NOTA: RMC – Região Metropolitana de Curitiba; RML – Região Metropolitana de Londrina; RMM – Região Metropolitana de Maringá; DEM - Demais regiões.

GRÁFICO 3
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA
FIXA DE RETORNO SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM – PARANÁ E
REGIÕES METROPOLITANAS – 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (microdados)

Elaboração IPARDES

NOTA: RMC – Região Metropolitana de Curitiba; RML – Região Metropolitana de Londrina; RMM – Região Metropolitana de Maringá; DEM – Demais regiões.

Também no caso da Região Metropolitana de Curitiba cresce de forma significativa o número de imigrantes totais com origem no Sudeste, cuja maioria provém de São Paulo (ver tabela A1). Isso não ocorre na Região Metropolitana de Londrina nem nas demais regiões do Estado, e na RM de Maringá o aumento é mínimo. Além disso, se nos anos 1980, na RMC, retornavam mais paranaenses de São Paulo do que de Santa Catarina, no quinquênio mais recente os números se igualam.

Nas outras duas regiões metropolitanas, os fluxos de retorno de São Paulo prevalecem amplamente sobre aqueles que retornam do estado vizinho, ao sul. Com toda a certeza isso decorre do fato de que, em décadas anteriores, proporções significativas dos fluxos de emigração dessas áreas dirigiram-se para o Estado de São Paulo, tanto para sua região metropolitana quanto para regiões do interior. Vale notar, porém, que em ambas crescem as proporções de retorno do Sul.

Na Região Metropolitana de Maringá não é desprezível a proporção dos que retornam do Centro-Oeste do país. A mesma observação vale para o conjunto das demais regiões do Paraná. De fato, na fase em que o Estado forneceu enormes contingentes de população para fora de suas fronteiras, uma expressiva parcela, partindo principalmente das áreas noroeste e oeste do Estado, direcionou-se para as áreas brasileiras de expansão da fronteira agrícola daquele período – Centro-Oeste e Norte –, em especial para a primeira. Da mesma forma, o movimento de retorno de paranaenses provenientes de Santa Catarina para outras regiões do Estado representa um refluxo de correntes emigratórias que partiram das regiões sudoeste e sul do Paraná para aquele Estado, em décadas anteriores.

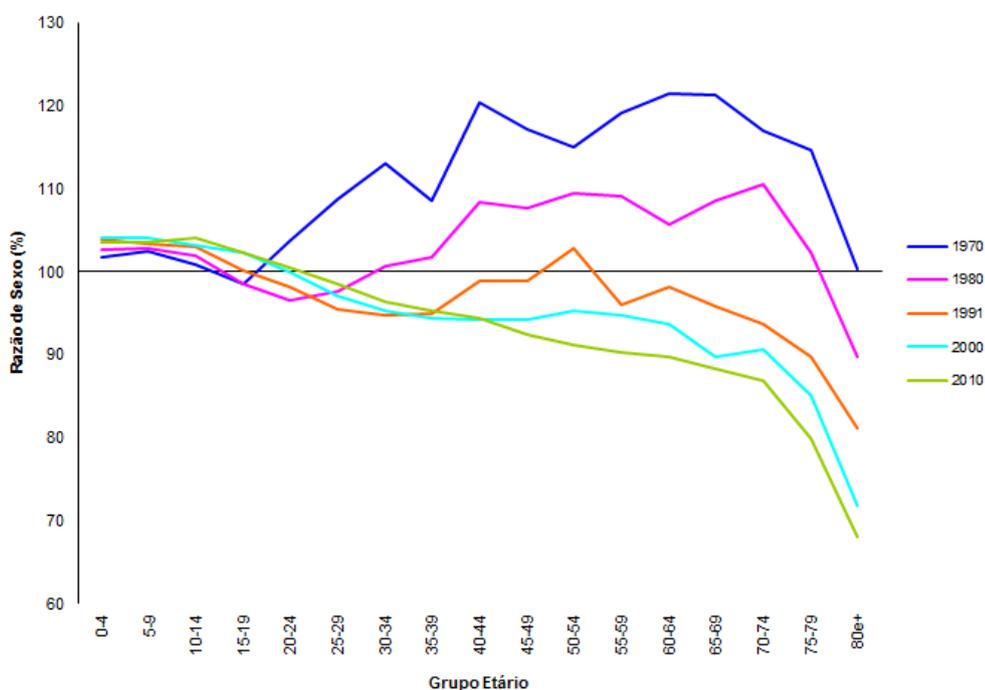
Por fim, merece ser apontado o crescimento, ao longo do período em estudo, tanto da imigração interestadual total procedente do Nordeste brasileiro quanto da categoria de retorno, ainda que os volumes sejam baixos. Para o conjunto do Paraná, o peso da imigração de data fixa com origem nos estados do Nordeste sobe de 4,3% para quase 7%, e o do retorno eleva-se de 2% para 4%. De forma crescente esses fluxos buscam as áreas metropolitanas do Estado, com destaque absoluto para a Região Metropolitana de Curitiba.

2.1 CARACTERÍSTICAS DA IMIGRAÇÃO DE RETORNO POR SEXO E IDADES

É por demais conhecida uma das principais particularidades do fenômeno migratório: o caráter de seletividade dos migrantes, em especial no que diz respeito à sua composição por sexo e por idades. Não há uma lei geral que rege e determina essa seletividade, estando ela sempre condicionada ao momento histórico e aos elementos econômicos, sociais, culturais, territoriais, entre outros, que impulsionam os indivíduos em suas decisões de efetuar a migração.

O Paraná, em sua etapa de expansão da fronteira agrícola, contou com o aporte de volumosos fluxos imigratórios para o acelerado povoamento das áreas rurais e para a formação de inúmeros núcleos urbanos dispersos por todo o território estadual que provocaram mudanças significativas na composição etária e por sexo da população residente. Havia parcelas expressivas de famílias que imigravam em conjunto e que passaram a compor os milhares de unidades agrícolas formadas principalmente a partir de grandes empreendimentos privados de colonização, implantados no Estado, naquele período. Entretanto, parte significativa dessa imigração era não familiar, constituída por indivíduos que decidiam se aventurar nessa empreitada de desbravamento de terras. A estrutura das razões etárias de sexo da população residente no Paraná em 1970, momento em que o povoamento já estava praticamente completado e a forte emigração ainda era incipiente, é bastante reveladora dos impactos do processo imigratório precedente (gráfico 4).

GRÁFICO 4
RAZÕES DE SEXO⁽¹⁾ DA POPULAÇÃO DO PARANÁ - 1970/2010



FONTE: IBGE - Censos Demográficos
Elaboração IPARDES

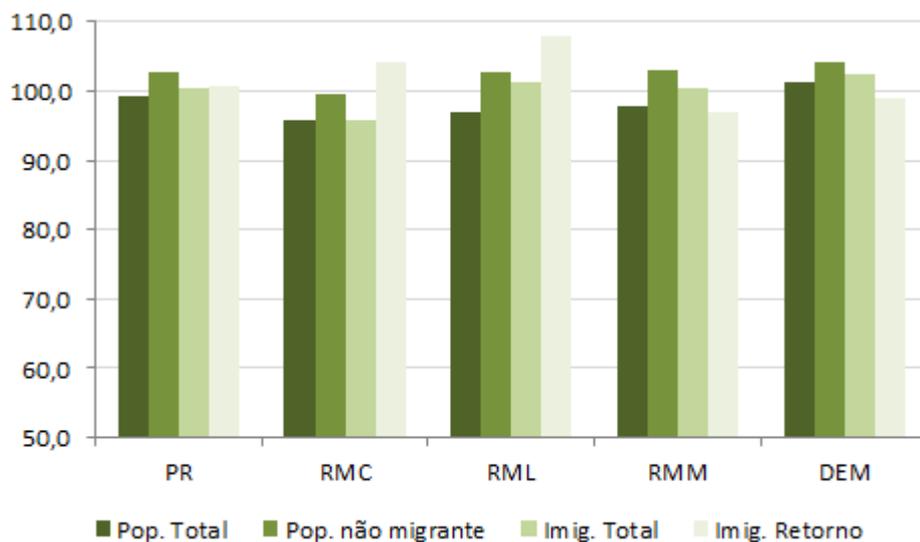
(1) A razão de sexo indica o número de homens para cada cem mulheres, observado na população.

Até a década de 1980 era nítida a enorme predominância masculina em praticamente todos os grupos etários, mormente nas idades mais ativas. Não por acaso o Paraná, em 1970, abrigava 64% da população nas áreas rurais que, tradicionalmente, concentram maiores volumes de população masculina.

Nas décadas seguintes o Estado se urbanizou rapidamente e o quadro das migrações interestaduais sofreu drástica alteração, invertendo a condição de receptor para expulsor. Sem dúvida, ao longo desse processo a seletividade migratória também teve seu papel e a rápida “feminização” da estrutura etária paranaense pode ser explicada, em parte, em função desses efeitos. É preciso ter em mente que nas últimas décadas do século passado a entrada das mulheres no mercado de trabalho cresceu e se expandiu intensivamente, abrindo um amplo leque de oportunidades e incentivos para a migração feminina descolada dos deslocamentos familiares. Nesse sentido, de modo geral os diferenciais por sexo nos fluxos migratórios passam a apresentar determinações mais complexas e tendências mais sutis.

Os gráficos 5 e 6 apresentam os índices de razão de sexo dos migrantes de retorno ao Paraná para os quinquênios 1986-1991 e 2005-2010, desagregados segundo as regiões em análise, permitindo sua comparação com os índices evidenciados pelo conjunto da população residente, pela população natural que nunca migrou e pelo conjunto dos imigrantes interestaduais do período.

GRÁFICO 5
RAZÃO DE SEXO DA POPULAÇÃO TOTAL, DOS NÃO MIGRANTES,
DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS TOTAIS E DOS RETORNADOS –
PARANÁ E REGIÕES METROPOLITANAS – 1986-1991

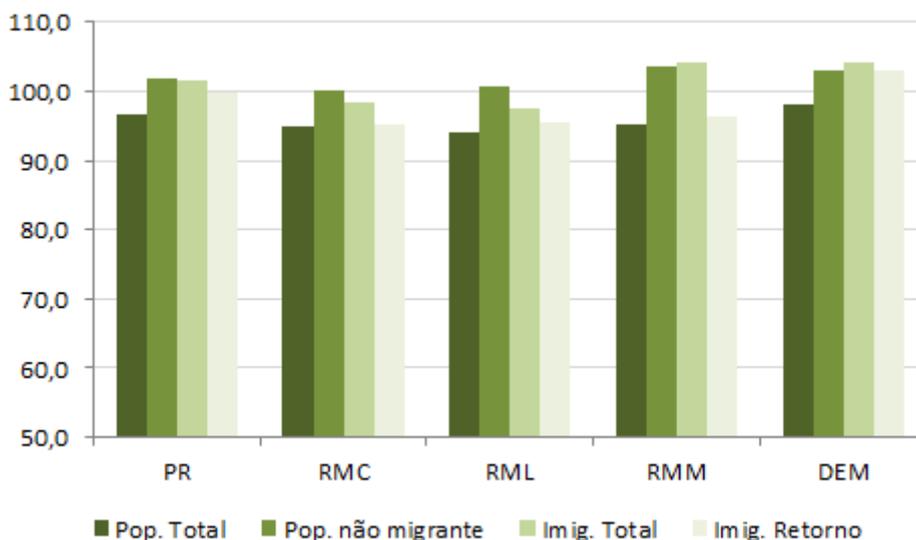


FONTE: IBGE - Censos Demográficos (microdados)

Elaboração IPARDES

NOTA: RMC - Região Metropolitana de Curitiba; RML - Região Metropolitana de Londrina; RMM - Região Metropolitana de Maringá; DEM - Demais regiões.

GRÁFICO 6
RAZÃO DE SEXO DA POPULAÇÃO TOTAL, DOS NÃO MIGRANTES,
DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS TOTAIS E DOS RETORNADOS
–
PARANÁ E REGIÕES METROPOLITANAS – 2005-2010



FONTE: IBGE - Censos Demográficos (microdados)

Elaboração IPARDES

NOTA: RMC - Região Metropolitana de Curitiba; RML - Região Metropolitana de Londrina; RMM - Região Metropolitana de Maringá; DEM - Demais regiões

No final dos anos 1980, os fluxos de imigrantes interestaduais recebidos pela RM de Curitiba tinham o predomínio de mulheres, porém os retornados ao Paraná que se dirigiram para essa região eram predominantemente masculinos. Na RM de Londrina também o número de imigrantes de retorno do sexo masculino suplantou o de mulheres, ocorrendo o inverso na RM de Maringá. De modo geral, a RMC, naquele período, exceto no caso dos retornados, apresentava razões de sexo mais baixas (predomínio de mulheres) para os demais grupos populacionais em análise do que as outras RMs e o restante do Estado. Por outro lado, as três RMs abrigavam populações femininas mais numerosas, ao passo que nas demais regiões do Paraná havia um ligeiro predomínio de homens.

No quinquênio mais recente ocorreram algumas mudanças. A RM de Curitiba foi a que evidenciou a razão de sexo mais baixa entre os retornados ao Estado, significando um afluxo maior de mulheres desse segmento. Esse predomínio também aparece nas outras RMs, fato que não ocorre no restante do Estado, onde a entrada de imigrantes de retorno foi preponderantemente masculina, assim como a do conjunto de imigrantes interestaduais dessas áreas não metropolitanas. Um aspecto que sobressai, no entanto, é que esse predomínio masculino também aparece no caso dos fluxos de imigrantes interestaduais da RM de Maringá, sinalizando um quadro intrincado e díspar da composição por sexo dos imigrantes, em particular, e da população em geral, sob o enfoque comparativo.

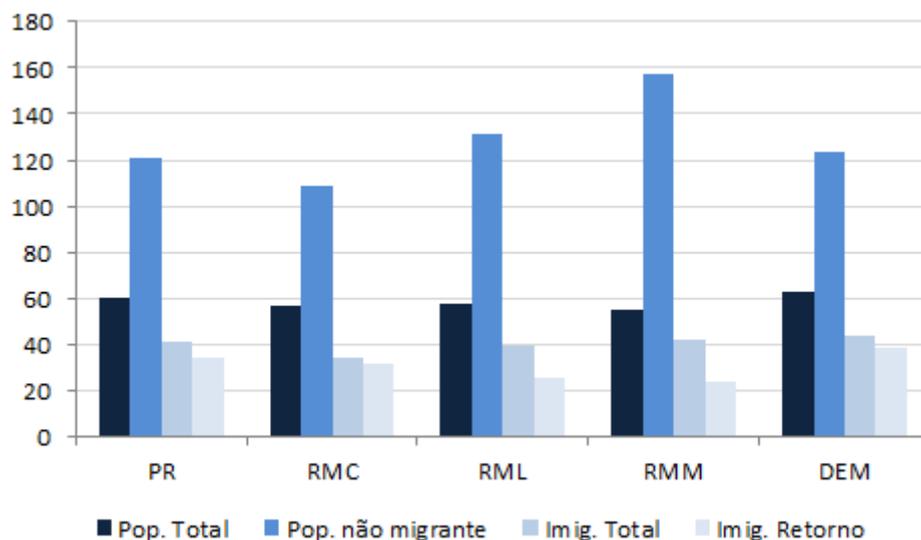
Se as tendências de seletividade por sexo da imigração interestadual para as distintas regiões do Paraná são díspares, o mesmo não ocorre no que diz respeito aos diferenciais etários. Há uma relativa homogeneidade e coerência nas características etárias de cada segmento populacional, e diferenciais inter-regionais pouco significativos. O indicador escolhido para esse tipo de análise foi a razão de dependência⁴⁸ pois, ao mesmo tempo que sua composição contempla todos os segmentos etários de uma população, ele minimiza problemas de distorção relacionados ao tamanho de amostras para dados muito desagregados, como é o caso da migração de retorno para áreas menores do que a UF.

Comparando apenas os quinquênios inicial e final do período, uma primeira evidência que ressalta é a drástica redução de todos os índices entre o final dos anos 1980 e o final dos anos 2000 (gráficos 7 e 8). Subjacente a esse fato opera o processo de envelhecimento etário que vem marcando a população brasileira, bem como a paranaense, nas últimas décadas, fruto do intenso e acelerado declínio da fecundidade em todo o país. Paulatinamente, decrescem as proporções de crianças e jovens e aumentam as de idosos, porém os segmentos etários intermediários passam a ter um peso maior na população, provocando um declínio expressivo, embora temporário, na razão de dependência da população brasileira.⁴⁹

⁴⁸ A razão de dependência resulta do quociente entre os segmentos populacionais mais dependentes (crianças e idosos) e os segmentos em idade ativa (de 15 a 64 anos de idade).

⁴⁹ Uma análise minuciosa desse processo no Brasil encontra-se em RIOS-NETO, MARTINE & ALVES (2009).

GRÁFICO 7
RAZÃO DE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO TOTAL, DOS NÃO MIGRANTES,
DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS TOTAIS E DOS RETORNADOS –
PARANÁ E REGIÕES METROPOLITANAS – 1986-1991

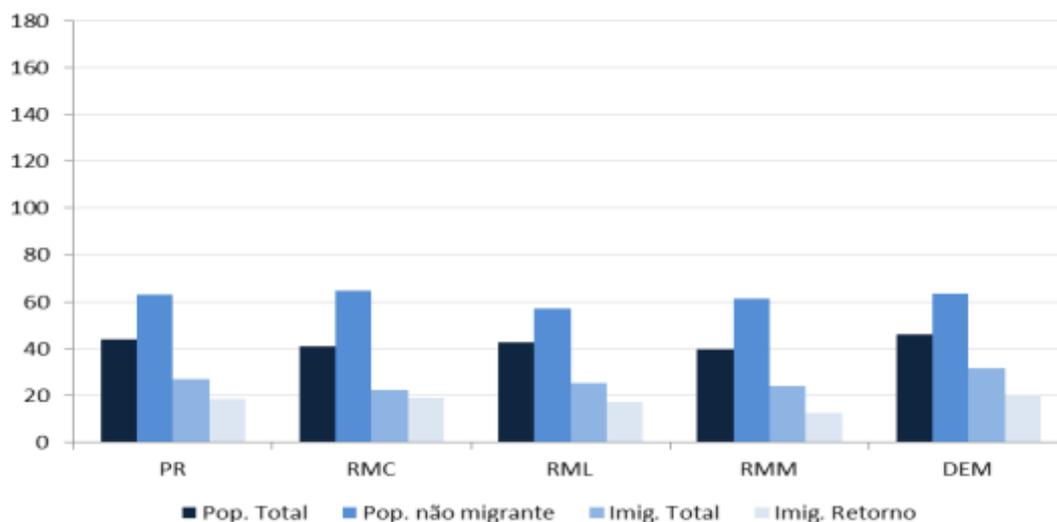


FONTE: IBGE - Censos Demográficos (microdados)

Elaboração IPARDES

NOTA: RMC - Região Metropolitana de Curitiba; RML - Região Metropolitana de Londrina; RMM - Região Metropolitana de Maringá; DEM - Demais regiões

GRÁFICO 8
RAZÃO DE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO TOTAL, DOS NÃO
MIGRANTES, DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS TOTAIS E DOS
RETORNADOS - PARANÁ E REGIÕES METROPOLITANAS - 2005-2010



FONTE: IBGE - Censos Demográficos (microdados)

Elaboração IPARDES

NOTA: RMC - Região Metropolitana de Curitiba; RML - Região Metropolitana de Londrina; RMM - Região Metropolitana de Maringá; DEM - Demais regiões

Do ponto de vista das categorias populacionais em análise, observa-se que para todas, independentemente do recorte regional, os grupos dos imigrantes de retorno são os que apresentam razões de dependência mais baixas, indicando proporções mais elevadas de população em idade ativa do que de crianças e idosos.

Também os imigrantes interestaduais de data fixa demonstram razões de dependência baixas, embora superiores às dos retornados. Em ambos os casos, a seletividade migratória por idade aparece com bastante nitidez, uma vez que, quase sempre, os grupos que mais migram pertencem às faixas intermediárias da pirâmide etária, já que um dos principais fatores que impulsiona a migração relaciona-se à busca de melhores condições de emprego e de aquisição de renda.

O contraponto que chama a atenção diz respeito ao fato de que todas as razões de dependência relacionadas aos segmentos populacionais que nunca migraram são bem mais elevadas do que as dos imigrantes, em geral mais do que o dobro, ou o triplo. Em outros termos, a população não migrante evidencia claramente estruturas etárias mais envelhecidas do que as dos migrantes, fator que transparece nos níveis dos índices apresentados pelas populações residentes em cada uma das regiões do estudo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há várias décadas as trocas migratórias entre o Paraná e outras regiões do país vêm desempenhando um papel importante no ritmo de crescimento populacional do Estado e em sua configuração demográfica. No período anterior a 1970 predominavam amplamente os fluxos de imigração interestadual sobre os de emigração, conferindo ao Paraná um papel de área de elevada atração populacional no país. Nas três últimas décadas do século XX essa dinâmica se inverteu fortemente, e o Estado passou a representar uma das principais áreas brasileiras de expulsão migratória. No período mais recente o resultado das trocas ainda se mostra negativo, porém quase nulo, não em função de aumentos nos fluxos de entrada de população, mas sim em decorrência de forte redução nos fluxos de saída.

Entretanto, os rebatimentos desses processos sob o prisma das distintas regiões do Estado são heterogêneos e complexos. Na etapa de grandes perdas populacionais do Paraná, a Região Metropolitana de Curitiba foi a que mais cresceu dentre todas as RMs brasileiras, passando a constituir um espaço de grande concentração e adensamento populacional no Estado, atraindo parcelas expressivas da imigração interestadual e das migrações internas. Outras espacialidades também despontaram, como as regiões metropolitanas de Londrina e de Maringá, configurando aglomerações urbanas importantes no âmbito regional.

Sob esse pano de fundo, o presente estudo abordou o tema da imigração interestadual para o Paraná, com destaque para suas regiões metropolitanas como locais de destino, procurando focalizar a relevância dos movimentos de retorno dos paranaenses nesse contexto e realçar algumas de suas características. Optou-se por empreender a análise a partir dos dados de migração de data fixa pesquisados pelos censos demográficos brasileiros de 1991, 2000 e 2010.

O número de imigrantes de data fixa que o Paraná recebeu nos três quinquênios em análise pouco se alterou ao longo do tempo, alcançando patamares um pouco abaixo de 300 mil pessoas, a cada quinquênio. Internamente ao Estado, as regiões metropolitanas constituem os principais destinos preferenciais dos imigrantes, alcançando 53% desses fluxos, no período 2005-2010.

No conjunto da imigração interestadual do Estado, a proporção dos que retornam à UF vem decrescendo nas últimas décadas, mas ainda representa quase 30% dos imigrantes no final dos anos 2000. Na Região Metropolitana de Curitiba, que concentra mais de um terço dos imigrantes de data fixa do Estado, essa proporção é menor – 20%. Nas áreas não

metropolitanas do Paraná, por outro lado, 36% dos imigrantes recebidos no quinquênio 2005-2010 eram naturais do Estado que estavam retornando.

No mesmo período, mais de 70% dos imigrantes interestaduais e do subconjunto dos de retorno tiveram como origem as regiões Sudeste e Sul do país, a grande maioria procedente dos estados de São Paulo e Santa Catarina. Entre o final dos anos 1980 e o quinquênio mais recente duas mudanças se destacaram. Cresce, entre o primeiro e o último quinquênio em estudo, o volume de imigrantes vindos do Sudeste brasileiro, em particular de São Paulo. Além disso, aumenta de forma expressiva – 60% – o volume de retorno ao Paraná com origem em Santa Catarina. Esse resultado é particularmente intrigante, uma vez que a emigração de data fixa do Paraná para Santa Catarina também cresceu de modo considerável – 46% – entre os períodos 1986-1991 e 2005-2010 (dados não apresentados).

Com relação às regiões do Estado, surgem algumas constatações. Na Região Metropolitana de Curitiba cresce de forma significativa o número de imigrantes com origem no Sudeste, cuja maioria provém de São Paulo. Isso não ocorre na Região Metropolitana de Londrina nem nas demais regiões do Paraná, e na RM de Maringá o aumento é mínimo. Ademais, se nos anos 1980, na RMC, retornavam mais paranaenses de São Paulo do que de Santa Catarina, no quinquênio mais recente os números se igualam. Nas outras duas regiões metropolitanas, os fluxos de retorno de São Paulo prevalecem amplamente sobre aqueles que retornam do estado vizinho, ao sul. Na Região Metropolitana de Maringá não é desprezível a proporção dos que retornam do Centro-Oeste do país. A mesma observação vale para o conjunto das demais regiões do Estado. E, finalmente, merece ser mencionada a tendência de crescimento, ao longo do período em estudo, tanto da imigração interestadual total procedente do Nordeste brasileiro quanto da categoria de retorno, ainda que os volumes sejam baixos.

A investigação da seletividade por sexo e por idade dos imigrantes totais e de retorno evidenciou alguns resultados interessantes. Os índices de razão de sexo calculados para cada grupo de imigrantes, considerando todas as regiões e os quinquênios em foco, apresentaram alguns diferenciais de nível, porém de baixa amplitude, e tendências mais erráticas. Em termos sintéticos, no período 1986-1991 os imigrantes de retorno que se dirigiram para as RMs de Curitiba e de Londrina eram predominantemente do sexo masculino, ao contrário dos que foram para a RM de Maringá e para as demais regiões do Estado. No quinquênio mais recente, 2005-2010, nas três regiões metropolitanas o retorno de mulheres foi maior, e no restante do estado prevaleceram os homens.

No que tange à análise das características etárias dos imigrantes, por outro lado, a seletividade por idade aparece de forma bem mais nítida. Há uma relativa homogeneidade e coerência nas características etárias de cada segmento populacional comparado – população residente, população não migrante, imigrantes totais e de retorno –, e pequenos diferenciais inter-regionais. Por meio do indicador razão de dependência, constata-se que para todas as regiões os grupos de imigrantes de retorno são os que apresentam razões de dependência mais baixas, independente do período que se focaliza, indicando proporções mais elevadas de população em idade ativa do que de crianças e idosos. Também os imigrantes interestaduais de data fixa demonstram razões de dependência baixas, embora superiores às dos retornados. O contraponto que chama a atenção diz respeito ao fato de que todas as razões de dependência relacionadas aos segmentos populacionais que nunca migraram são bem mais elevadas do que as dos imigrantes, em geral mais do que o dobro, ou o triplo, sinalizando estruturas etárias mais envelhecidas, no caso dos não migrantes, do que as dos migrantes.

Sem dúvida, desvendar algumas características subjacentes ao processo da migração de retorno para o Paraná e suas regiões metropolitanas, suas especificidades e diferenciais ao longo do tempo, incrementa o conhecimento das tendências recentes da dinâmica demográfica do Paraná e fortalece as bases para a definição de hipóteses prospectivas do crescimento populacional do Estado. Em outros termos, é possível que a migração de retorno permaneça

sendo um condicionante fundamental para a dinâmica de crescimento demográfico futuro de distintas regiões paranaenses, funcionando como um elemento de diferenciação regional.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu, **Anais...**, Belo Horizonte: ABEP, 2008.
- BAPTISTA, Emerson A; CAMPOS, Jarvis; RIGOTTI, José Irineu R. Migração de retorno no Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Águas de Lindóia, **Anais...**, Campinas: ABEP, 2012.
- CUNHA, José Marcos; BAENINGER, Rosana. **Cenários da Migração no Brasil nos anos 90. Cadernos do CRH**, Salvador-BA, v.18, n.43, 2005.
- CUNHA, José Marcos P. da. A Migração no Brasil no começo do Século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. **Parcerias Estratégicas**, Brasília: CGEE, n.22, 2006
- GARCIA, Ricardo A.; RIBEIRO, Adriana de M. Movimentos migratórios em Minas Gerais: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno – 1970/1980, 1981/1991 e 1990/2000. In: XI SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2004, Diamantina, **Anais...**, Belo Horizonte, 2004.
- IPARDES. **Os Vários Paranás. Identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a política de desenvolvimento regional**. Curitiba, 2006.
- LIMA, Ana Carolina da C.; SIMÕES, Rodrigo; OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de. Caracterização dos padrões migratórios brasileiros no período 1980-2010. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Águas de Lindóia, **Anais...**, Campinas: ABEP, 2012.
- MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram**. 2003. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. 2009. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- RIBEIRO, José T. L. **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no Nordeste brasileiro, 1970/1980 e 1981/1991**. 1997. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.
- RIBEIRO, José T. L.; CARVALHO, José Alberto M. de. A imigração para Minas Gerais no período de 1981/1991, com especial enfoque na migração de retorno. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, v.16, n. 12, p.99-109, jan./dez. 1999.
- RIOS-NETO, Eduardo L. G.; MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio D. **Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas**. Belo Horizonte: ABEP: UNFPA: CNPD, 2009. 196p. (Demografia em debate; v.3).

SAYAD, Abdelmalek. O RETORNO: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo: CEM, ano XIII, número especial, jan. 2000.

SIQUEIRA, Liédje B. O. de; MAGALHÃES, André M.; NETO, Raul da M. S. Perfil do Migrante de Retorno no Brasil: evidências a partir do Censo de 2000. In: XVI Encontro Nacional de Estudos de População, 2008, Caxambu, **Anais...**, Campinas: ABEP, 2008.

TABELA A1 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA TOTAL E DE RETORNO À UF SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS DE DESTINO - PARANÁ - 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010

continua

REGIÃO	REGIÃO/UF DE ORIGEM	IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA						DISTRIBUIÇÃO RELATIVA (%)					
		Total			Retorno à UF			Total			Retorno à UF		
		1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
RMCuritiba	Norte	4.504	5.030	3.973	2.351	1.671	1.200	6,1	5,1	4,2	11,8	7,3	6,3
	Nordeste	3.873	7.112	8.995	608	955	1.402	5,2	7,3	9,5	3,0	4,2	7,4
	Sudeste	30.270	42.402	44.249	8.121	9.084	7.177	40,9	43,3	46,8	40,7	39,8	37,7
	Sul	27.653	33.577	29.249	5.503	7.687	6.832	37,4	34,3	30,9	27,6	33,6	35,9
	Centro-Oeste	7.624	9.699	8.060	3.381	3.456	2.420	10,3	9,9	8,5	16,9	15,1	12,7
	Total	73.923	97.820	94.526	19.964	22.853	19.031	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	SP	22.167	34.028	34.466	6.596	7.784	5.809	30,0	34,8	36,5	33,0	34,1	30,5
	SC	19.543	24.543	20.568	4.557	6.412	5.699	26,4	25,1	21,8	22,8	28,1	29,9
	UF's	32.214	39.249	39.493	8.812	8.656	7.523	43,6	40,1	41,8	44,1	37,9	39,5
	Total	73.923	97.820	94.526	19.964	22.853	19.031	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RMLondrina	Norte	1.982	715	470	1.196	320	133	7,3	2,4	2,0	11,3	3,2	2,0
	Nordeste	1.187	1.365	1.248	231	174	363	4,4	4,5	5,3	2,2	1,7	5,4
	Sudeste	18.632	21.880	17.304	6.377	7.063	4.646	69,0	72,8	73,3	60,3	69,9	69,0
	Sul	1.591	2.128	2.148	557	796	626	5,9	7,1	9,1	5,3	7,9	9,3
	Centro-Oeste	3.595	3.950	2.444	2.207	1.748	970	13,3	13,2	10,3	20,9	17,3	14,4
	Total	26.987	30.037	23.613	10.568	10.102	6.738	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	SP	16.594	20.123	15.756	5.940	6.562	4.177	61,5	67,0	66,7	56,2	65,0	62,0
	SC	1.078	1.275	1.211	513	503	510	4,0	4,2	5,1	4,9	5,0	7,6
	UF's	9.315	8.639	6.646	4.115	3.037	2.051	34,5	28,8	28,1	38,9	30,1	30,4
	Total	26.987	30.037	23.613	10.568	10.102	6.738	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RMMaringá	Norte	1.984	1.389	1.293	1.230	561	432	9,5	5,4	5,2	14,8	6,5	6,1
	Nordeste	841	1.244	1.540	87	237	243	4,0	4,8	6,2	1,0	2,7	3,4
	Sudeste	12.164	16.791	15.479	4.161	5.129	3.899	58,1	65,2	62,1	50,0	59,4	55,4
	Sul	1.230	1.746	2.271	177	580	779	5,9	6,8	9,1	2,1	6,7	11,1
	Centro-Oeste	4.731	4.569	4.325	2.659	2.128	1.688	22,6	17,8	17,4	32,0	24,6	24,0
	Total	20.951	25.739	24.908	8.314	8.636	7.041	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

TABELA A1 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA TOTAL E DE RETORNO À UF SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS DE DESTINO - PARANÁ - 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010

conclusão

REGIÃO	REGIÃO/UF DE ORIGEM	IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA						DISTRIBUIÇÃO RELATIVA (%)					
		Total			Retorno à UF			Total			Retorno à UF		
		1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Demais regiões	SP	10.632	15.397	13.702	3.784	4.699	3.396	50,7	59,8	55,0	45,5	54,4	48,2
	SC	418	1.050	1.524	139	390	677	2,0	4,1	6,1	1,7	4,5	9,6
	UF's	9.901	9.292	9.681	4.390	3.547	2.967	47,3	36,1	38,9	52,8	41,1	42,1
	Total	20.951	25.739	24.908	8.314	8.636	7.041	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Norte	12.709	7.400	6.513	7.435	3.310	2.605	8,6	5,1	5,0	13,6	6,2	5,6
	Nordeste	5.627	5.563	6.854	936	1.075	1.194	3,8	3,9	5,3	1,7	2,0	2,6
	Sudeste	56.705	68.795	56.462	21.735	26.283	19.257	38,5	47,9	43,7	39,7	49,5	41,7
	Sul	43.230	39.511	38.233	8.205	12.135	14.117	29,4	27,5	29,6	15,0	22,9	30,5
	Centro-Oeste	28.946	22.445	21.074	16.385	10.259	9.060	19,7	15,6	16,3	30,0	19,3	19,6
	Total	147.217	143.714	129.136	54.697	53.063	46.233	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
PARANÁ	SP	48.568	61.546	48.758	19.438	24.618	17.252	33,0	42,8	37,8	35,5	46,4	37,3
	SC	26.290	26.425	26.744	6.291	9.269	11.461	17,9	18,4	20,7	11,5	17,5	24,8
	UF's	72.360	55.743	53.633	28.968	19.176	17.520	49,2	38,8	41,5	53,0	36,1	37,9
	Total	147.217	143.714	129.136	54.697	53.063	46.233	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Norte	21.179	14.533	12.249	12.211	5.863	4.370	7,9	4,9	4,5	13,1	6,2	5,5
	Nordeste	11.528	15.284	18.637	1.862	2.442	3.201	4,3	5,1	6,8	2,0	2,6	4,1
	Sudeste	117.771	149.868	133.494	40.394	47.559	34.979	43,8	50,4	49,0	43,2	50,2	44,3
	Sul	73.705	76.962	71.901	14.442	21.198	22.355	27,4	25,9	26,4	15,4	22,4	28,3
	Centro-Oeste	44.895	40.664	35.903	24.633	17.592	14.138	16,7	13,7	13,2	26,3	18,6	17,9
	Total	269.078	297.311	272.183	93.542	94.654	79.043	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	SP	97.961	131.094	112.683	35.758	43.663	30.634	36,4	44,1	41,4	38,2	46,1	38,8
	SC	47.328	53.293	50.047	11.500	16.573	18.348	17,6	17,9	18,4	12,3	17,5	23,2
	UF's	123.789	112.924	109.453	46.284	34.417	30.062	46,0	38,0	40,2	49,5	36,4	38,0
	Total	269.078	297.311	272.183	93.542	94.654	79.043	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censos Demográficos (microdados)

Elaboração IPARDES

PADRÃO DE VIDA, QUALIDADE DE VIDA E STATUS MIGRATÓRIO NA REDE DE CIDADES DO BRASIL ATUAL

Ralfo Matos⁵⁰

Rodrigo Nunes Ferreira⁵¹

Ricardo Alexandrino Garcia⁵²

RESUMO: O texto examina a rede urbana brasileira atual estabelecendo diferenciais espaciais por classe de tamanho dos municípios vis-à-vis a discussão de padrão de vida e qualidade de vida com base nos dados demográficos dos censos de 2000 e 2010. Em termos metodológicos, os dados de população total e urbana e os dados econômicos sobre Emprego Formal, VAF e Massa de Rendimentos dão um retrato do atual padrão de vida em cada classe de tamanho. Para a análise da questão “qualidade de vida” utilizou-se o Índice de Inserção Sócio familiar (ISF) para as mesmas classes de tamanho. Os resultados foram analisados e contrapostos à influência dos fluxos migratórios. Verificou-se que há uma relação entre as localidades que atraíram mais ou menos migrantes e os dados de qualidade de vida, após selecionadas as classes de municípios com mais de um milhão de habitantes e a de municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes (os de cidades médias com dinâmicas em termos de atração de migrantes e oferta relativa de empregos). A distribuição dos resultados em quatro quadrantes relativos a variação do ISF e atratividade de migrantes procedentes de grandes centros urbanos deu origem ao mapa apresentado ao final do trabalho, o qual exprime as principais conclusões: a) o Norte e o Nordeste, a despeito da baixa qualidade de vida atraem muitos migrantes de grandes cidades, b) as regiões Sul, Centro Oeste e Sudeste, onde a qualidade de vida é significativamente superior, a atratividade de migrantes é mais complexa e pulverizada geograficamente.

Palavras-chave: redistribuição espacial da população, rede urbana e migração, geografia da inserção social e econômica, interiorização da urbanização.

INTRODUÇÃO

Manchete recente da Folha de S. Paulo de 07/04/2013 dizia que “cidades do interior terão mais shoppings que capitais”. A reportagem apoiava-se em projeções da Associação das Empresas de Shopping Centers que previa que até o final de 2013 estarão instalados em 261 cidades do interior do país mais da metade desse tipo de estabelecimento (51%), superando o total de 244 shoppings operando em capitais. Isso é inusitado por que há 20 anos 85% dos shoppings estavam nas capitais. O processo de interiorização dos shoppings ocorre há mais de 10 anos, mas tem sido impulsionado recentemente graças ao crescimento da renda familiar em cidades médias e dos altos preços de terrenos nos maiores centros urbanos, onde a verticalização imobiliária, como recurso de aproveitamento de terrenos, já vem sendo utilizados há muito tempo. As grandes redes de shopping centers descobriram o filão que representa as cidades não metropolitanas, sobretudo em razão do que afigura ser uma expansão consistente da renda média familiar em centenas de cidades do interior, particularmente as de porte médio. Na citada reportagem, o depoimento de Claudio Sallum,

⁵⁰ Professor do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC) da UFMG - ralfomatos@terra.com.br

⁵¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGC/UFMG - rodrigonunesferreira@gmail.com

⁵² Professor do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC) da UFMG - alexandrinogarcial@gmail.com

sócio de uma empresa de gestão de shopping centers, explicita esta visão: *"Com a expansão da renda, os 132 milhões de pessoas que vivem fora das regiões metropolitanas também passaram a ser um público em potencial para o setor"*.

A questão do terreno fácil é um atrativo, mas não suficiente. Os prefeitos de municípios do interior concederiam diversas facilidades aos empresários que quisessem implantar esses centros de compras em suas cidades. Afinal são investimentos que oferecem centenas de empregos e introduzem aumentos na arrecadação tributária. Municípios com cidades intermediárias equipadas e dinâmicas são certamente alvo dos novos empreendimentos, particularmente os com mais de 100 mil habitantes, a exemplo de Pouso Alegre (MG), Três Lagoas (MS), Londrina (PR), Araxá, entre outros.

Pode-se arguir sobre os riscos de tais investimentos em cidades do interior, provavelmente em face da experiência mal sucedida que alguns shoppings tiveram nas capitais, diante da concorrência, burocracia e impostos corrosivos. Sobre a hipótese de uma oferta maior que a demanda real, Claudio Sallum responde: *"todas as decisões de investimento são precedidas de estudos profundos sobre o perfil demográfico e de consumo da região."*

“PERFIL DEMOGRÁFICO E DE CONSUMO” DIANTE DA TRANSIÇÃO URBANA BRASILEIRA

O padrão demográfico que o país vem ostentando na atualidade favorece diretamente a mudança de hábitos de consumo, embora isso por si só não signifique necessariamente que as condições de vida melhoraram definitiva e generalizadamente, não obstante a importância dos dados “favoráveis” de fecundidade e mortalidade, e conseqüente envelhecimento da população brasileira.

Em termos de natalidade, o número de filhos por mulher tem diminuído sistematicamente desde pelo menos 1970. A taxa de fecundidade, entre 2000 e 2010, continuou declinando, foi de 2,4 para 1,9 filhos por mulher, abaixo portanto do nível de reposição. Essa queda ocorre em todas as faixas etárias e é mais expressiva entre as mulheres que vivem em cidades. No tocante à mortalidade, as mortes infantis vêm diminuindo significativamente nos últimos 20 anos, mesmo que ainda existam disparidades regionais e deficiência de serviços de atenção à saúde em muitas áreas urbanas de grande tamanho do país. Dados do UNICEF afirmam que a redução da taxa de mortalidade de crianças de até cinco anos de idade entre 1990 e 2011 foi de 73% (de 58 mortos por mil nascidos vivos em 1990 para 16 em 2011), bem acima da redução média mundial no mesmo período (41%), mas ainda distante das taxas de um dígito que prevalecem em vários países do mundo (UNICEF, 2012).

A urbanização no Brasil nas últimas três a quatro décadas, acompanhada de mudanças nas atividades ocupacionais associadas ao avanço do setor terciário, introduziu alterações no padrão de consumo e nos estilos de vida de milhões de brasileiros. Nesse processo, o país assistiu a consolidação de paisagens artificiais resultantes da construção de grandes infraestruturas e de grandes edificações que exigiram muito cimento, aço, petróleo, além de um alto consumo energético. Paralelamente, o tamanho do Estado aumentou como nunca se cogitara antes, e hoje, mesmo após a forte privatização do período 1994-2002, a administração e a máquina pública permanecem fortes, atuantes, mas nem sempre eficiente como a maioria dos cidadãos espera.

A propósito da desconcentração demográfica, que vasculariza a transição urbana e a interiorização da urbanização no país, convém observar que ela não é determinada pela dispersão industrial, a despeito da importância do setor e de níveis de proximidade existentes entre os dois fenômenos em algumas regiões. Isso porque a redistribuição do setor de serviços

pode seguir lógica própria, não exclusivamente resultante do padrão locacional da indústria nacional. Contudo, em quase todas as circunstâncias espaciais, a desconcentração industrial *estrito senso* se dá pelos interstícios dos espaços urbanos estruturados em rede, da mesma forma que a expansão do terciário. Inegavelmente, é forte o papel exercido pela metrópole de São Paulo nos setores mais dinâmicos da economia, mas o país se torna bem mais complexo do que a noção de *campo aglomerativo* sob a influência de São Paulo que Azonni (1986) preceituava. Os nódulos das teias mais densas da rede urbana vêm recebendo fluxos de pessoas e capitais que interagem e se distribuem - como num processo de percolação - por amplas extensões territoriais do país. *In extremis*, poderíamos afirmar que o processo de desconcentração espacial econômico-demográfico só pode ser consistente, contínuo e durável se apoiar-se na existência de uma rede de localidades centrais relativamente densa, não suscetível de instabilidades socioeconômicas e ambientais disruptivas.

A interiorização da urbanização instiga a análise da redistribuição do emprego e renda no Brasil contemporâneo. Trabalhos com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) permitem enxergar a distribuição dos empregos formais nos municípios brasileiros, e vários deles têm sido realizados nos últimos 10 anos procurando demonstrar mudanças no mercado de trabalho do Brasil não metropolitano, beneficiando milhares de trabalhadores em cidades médias dinâmicas, a maioria deles no setor de serviços (Matos, 2005, 2010; Ferreira e Matos, 2006, 2010; Lobo e Matos, 2010)⁵³.

POPULAÇÃO E GRUPOS DE MUNICÍPIO POR CLASSES DE TAMANHO

A aceleração da urbanização brasileira anteriormente referida, a despeito das questões conceituais sobre definição de área urbana⁵⁴, foi marcante a partir dos anos de 1960/70, mas se arrefeceu mais recentemente. Os dados da Tabela 1 deixam evidente que no ano 2000 o país já completara sua transição urbana exibindo cerca de 81% de seus habitantes residindo em áreas urbanas. Em 2010 essa proporção chegou a 84,4%, o que indicaria um provável esgotamento da transição urbana. São os municípios de menor tamanho os que mais se urbanizam, já que os municípios com mais de 500 mil habitantes estão com mais de 98% de suas áreas “urbanizadas” em 2010. Por outro lado, não soa plausível imaginar um país com a extensão territorial do Brasil possuir, no longo prazo, 98% de seus habitantes residindo exclusivamente em áreas urbanas; daí o esgotamento da transição urbana suprarreferida.

⁵³Poucos discordam da relevância da dispersão do emprego no país, e mesmo a Presidência da República observa essas tendências quando acompanha as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Jornais como Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo notificam esse fato como se fosse a grande novidade do momento, geralmente apoiados em institutos e centros de pesquisa instalados nesse estado, a exemplo do Instituto Data Popular e do IPC Marketing (consultoria especializada em avaliar potencial de consumo). A conclusão que chegam é que diminuiu muito a quantidade de pobres e melhorou substancialmente a condição social da população em razão do maior acesso a uma série de bens de consumo. Renato Meirelles, sócio do *Data Popular*, declara ao *Estado de São Paulo* que houve uma forte redução do contingente de pobres. Chega a dizer que as “participações das classes E e D na estrutura social encolheram por causa da forte migração que houve entre 1998 e 2011”. Nossos estudos apontam essas tendências com base em dados do Censo e da RAIS desde meados da década passada.

⁵⁴ Se as definições de urbano do IBGE são antigas (1938), mas sempre aplicadas a cada levantamento censitário, o viés de superestimação do que seja urbano pelo menos se mantém homogeneamente distribuído ao longo do tempo.

Tabela 1 - População residente nos municípios brasileiros por classes de tamanho, situação domiciliar e Grau de Urbanização (GU) em 2000 e 2010						
Classes de Tamanho dos Municípios	2000			2010		
	Total	Urbana	GU (%)	Total	Urbana	GU (%)
20 mil ou menos	30.685.417	16.602.959	54,1	32.660.247	19.604.815	60,0
Mais de 20 mil a 50 mil	28.050.792	18.412.712	65,6	31.344.671	22.025.085	70,3
Mais de 50 mil a 100 mil	19.417.997	15.087.983	77,7	22.314.204	18.071.038	81,0
Mais de 100 mil a 500 mil	41.419.169	38.668.875	93,4	48.565.171	45.875.881	94,5
Mais de 500 mil a 1 milhão	13.997.051	13.800.453	98,6	15.711.100	15.479.291	98,5
Mais de 1 milhão	36.228.744	35.380.977	97,7	40.160.406	39.869.694	99,3
Brasil	169.799.170	137.953.959	81,2	190.755.799	160.925.804	84,4
Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (dados amostrais)						

O peso demográfico dos municípios de menor tamanho vem aumentando nos últimos 50 anos, sobretudo na classe que reúne municípios com mais de 100 mil habitantes. A reorganização dos dados (Tabela 2) indica que as classes de tamanho que reúnem os municípios com até 100 mil habitantes mantiveram-se praticamente com o mesmo peso entre 2000 e 2010, da mesma forma que as classes de municípios com mais de 500 mil habitantes. A mudança mais significativa diz respeito aos municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes. Neles a participação da população total aumentou mais que a da população urbana, de 24,4% para 25,5% no primeiro caso e de 28,0% para 28,5% no segundo caso. Em dez anos, essa classe de tamanho de municípios que reúne a maioria das cidades médias do país ganhou 7.146.002 residentes, bem mais que a soma dos ganhos obtidos pelos grupos de municípios das classes *Mais de 500 a um milhão* e *Mais de 1 milhão* que juntos alcançaram 5.645.711 novos habitantes.

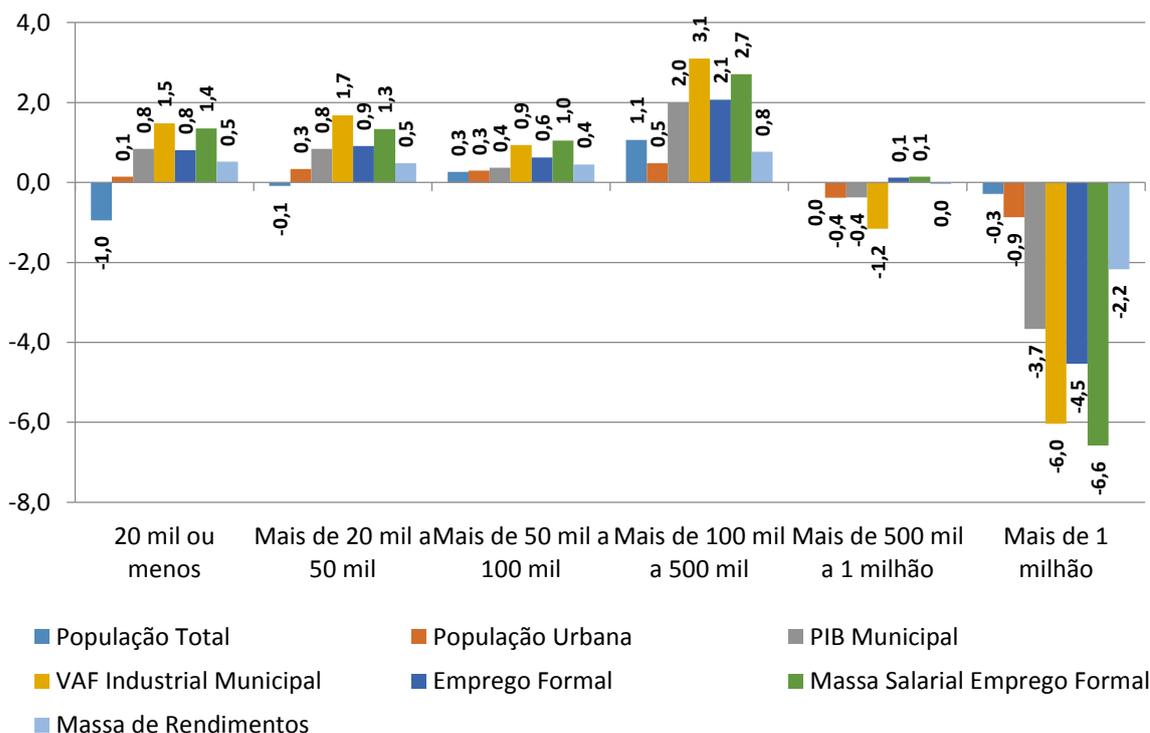
O exame de outros dados, como os mostrados no Gráfico 1, deixa mais enfática a participação da classe dos municípios com população variando entre 100 e 500 mil habitantes. Impressiona a constatação que nos municípios com menos de 500 mil habitantes a variação do emprego formal e da massa salarial é francamente positiva entre 2000 e 2010 em visível contraste com a situação dos municípios com mais de um milhão de habitantes. O Brasil vive o declínio das áreas metropolitanas ou a “desmetropolização” ou apenas o arrefecimento do crescimento, agora relativizado pela expansão de dezenas de cidades médias dinâmicas? A variação positiva do PIB e do VAF a favor dos municípios de porte intermediário devem estar refletindo muito mais que investimentos especificamente governamentais (não tão numerosos) em infraestruturas básicas (transportes, energia elétrica, água e esgoto) geradores de efeitos multiplicadores sobre o resto da economia. Isso deve estar sinalizando que o país ganha complexidade territorial inaudita, levada a cabo pelo evidente incremento do setor terciário, mas acompanhado pela expansão industrial, *estrito senso*. Enfim, o país se interioriza e isso também significa novas demandas, novas infraestruturas, nova geopolítica.

Tabela 2 - Proporção dos residentes nos municípios brasileiros por classes de tamanho e situação

Classes de Tamanho dos Municípios	2000		2010	
	Total	Urbana	Total	Urbana
20 mil ou menos	18,07	12,04	17,12	12,18
Mais de 20 mil a 50 mil	16,52	13,35	16,43	13,69
Mais de 50 mil a 100 mil	11,44	10,94	11,70	11,23
Mais de 100 mil a 500 mil	24,39	28,03	25,46	28,51
Mais de 500 mil a 1 milhão	8,24	10,00	8,24	9,62
Mais de 1 milhão	21,34	25,65	21,05	24,78
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Dados Amostrais dos Censos Demográficos 2000 e 2010; Laboratório de Estudos Territoriais (Leste-IGC/UFMG)

Gráfico 1 - Variação da participação dos municípios por porte populacional nos agregados brasileiros selecionados - 2010 (em pontos percentuais)



Fonte: IBGE, Dados Amostrais dos Censos Demográficos 2000 e 2010; Laboratório de Estudos Territoriais (Leste-IGC/UFMG)

Se o país vem mudando por dentro e muitos analistas não se apercebem disso, conviria arguir sobre quais demandas materiais e imateriais a interiorização da urbanização estabelece como agenda. É provável que nas cidades médias dinâmicas que vertebram a rede de cidades do Brasil atual o problema do emprego e/ou do crescimento econômico não seja o elemento central das expectativas dos habitantes, como, aliás, Matos (2013) aludia no tocante aos fatores de atração mais valorizados pelos residentes de 54 cidades médias que foram objeto de pesquisa direta entre 2007/2008. Para surpresa geral os resultados mostraram que

fatores como laços de família, acesso a saúde, acesso à escola foram apontados pelos residentes como mais preponderantes que os fatores estritamente econômicos. Certamente, os valores da modernidade capitalista consumista já chegaram aos municípios de porte intermediário e as famílias que melhoraram a sua condição social e econômica se encontram e abominam um passado recente de pobreza e privações. Contudo, uma série de questões podem ser elencadas em face dos obstáculos que essas famílias galgaram, uma delas sem dúvida diz respeito à questão da qualidade de vida. Em outras palavras: muita gente do interior do país melhorou o seu *padrão de vida* (indicador mais estritamente econômico), mas isso significa dizer que essa gente também melhorou sua *qualidade de vida* (indicador de caráter supra econômico)?

A mensuração do que seja qualidade de vida é sempre objeto de discussões infundáveis, dependendo dos interlocutores e das posições político-ideológicas em disputa. Algum esforço nessa direção vem sendo feito desde os anos de 1990, quando foi formulado o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) na esteira das contribuições do Nobel de economia Amartya Sen. As críticas ao IDH são relativamente conhecidas, mas ele continua sendo utilizado em muitos países. No caso do Brasil poder-se-ia aventar uma série de aspectos suscetíveis de compor um índice mais robusto que medisse qualidade de vida, mas que não discrepasse tanto do IDH. Afinal, o desafio da mensuração há de prosseguir por muito tempo, pois medir o grau de satisfação daqueles que podem se confraternizar rotineiramente com seus amigos e familiares, auxiliarem-se mutuamente, confiarem uns nos outros, frequentarem clubes, praças, bosques, campos de pelada, serras e locais aprazíveis a baixíssimo custo monetário e sem o estresse dos grandes centros urbanos é algo difícil de contabilizar, mas não impossível.

O ÍNDICE DE INSERÇÃO SÓCIO FAMILIAR E A ATRATIVIDADE MIGRATÓRIA

Depois de quase uma década de reflexões e estudos que discutiam o IDH e suas insuficiências, em 2007, pesquisadores do Laboratório Leste (IGC/UFMG) construíram um indicador cujo algoritmo procurava responder parte das questões acima levantadas. O chamado Índice de Inserção Sócio Familiar (ISF) baseou-se em dados censitários e gerou uma série de publicações com base nos censos de 2000 e 1991 (Garcia e Matos, 2007, 2009; Garcia et al., 2012). A sua atualização para os dados do censo de 2010 só foi levada a cabo recentemente e, em sequência o exame da rede de cidades do Brasil atual se fará a partir da aplicação do ISF, conforme se explicitará à frente.

Em termos metodológicos, convém assinalar que, na construção de um indicador sintético de inserção social cuja unidade básica é a família, o ponto de partida é a definição das dimensões que o comporiam. Com base na literatura sobre desigualdade, pobreza e vulnerabilidade social consultada, chegou-se a três dimensões básicas: educação, renda e habitação. Essas dimensões foram selecionadas tendo-se em vista a possibilidade de construção de um modelo determinístico, facilmente aplicável às informações dos censos demográficos brasileiros. Uma vez definidas as dimensões do indicador, buscou-se uma forma de operacionalizá-las. Para tanto, utilizou-se o conceito de inserção que aqui foi empregado no sentido de potencial realizado. Procurou-se avaliar o quão inseridas estão as famílias brasileiras, no que tange a fatores tangíveis e intangíveis: educacionais, econômicos e habitacionais.

No caso da inserção educacional, a variável chave foi o número de anos de estudos dos membros da família, calculado com base na relação entre o nível educacional de cada membro da família e o nível de referência, de acordo com a idade. Para aqueles que possuíam idade superior a dezessete anos, o nível educacional de referência foi o de 11 anos de estudos; para os de dezessete, 10 anos, para os de dezesseis, nove anos, e assim sucessivamente até a

idade de oito anos cujo nível de referência foi o de um ano de estudo. As razões de escolaridade foram obtidas por meio do quociente entre o nível escolar de referência e o nível do indivíduo, sendo que os valores superiores a unidade foram truncados em um. O grau de inserção educacional familiar foi calculado com base na média aritmética simples das razões de escolaridade dos membros da família, com idade superior a sete anos.

De modo semelhante, o indicador de inserção econômica local foi obtido pela razão entre a renda familiar per capita das famílias e a renda local de referência. Essa renda local foi obtida com base na renda resultante da média ponderada das linhas de pobreza das regiões brasileiras (Rocha, 2003) e corrigida pela diferencial econômico local (k). Esse diferencial foi calculado com base na relação dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores domésticos residentes no local e a média dos rendimentos desses trabalhadores no país – a escolha dessa ocupação se deve ao seu caráter frequente e homogêneo em, praticamente, todo o território nacional. No que tange às unidades geográficas de captação dos rendimentos que serviram de base para o cálculo do k, optou-se por trabalhar com as áreas de ponderação dos censos demográficos desagregadas, quando possível, em rural e urbana. Foi definido, por último, como limites inferiores e superiores da renda local de referência, os valores de 13% e 300%, respectivamente, do salário mínimo vigente na época do recenseamento.

Três variáveis foram trabalhadas na construção do indicador de inserção habitacional: densidade de moradores por banheiros, densidade de moradores por dormitório e densidade de moradores por televisor. Adotaram-se como critérios os seguintes valores de referência para a avaliação da adequabilidade habitacional: número máximo de moradores por dormitório igual a dois, número máximo de moradores por banheiro igual a cinco e número máximo de moradores por televisor também igual a cinco. Com isso, pôde-se aplicar o mesmo procedimento dos demais indicadores de inserção, ou seja, a razão entre os valores de referência e os valores observados nos domicílios brasileiros, sendo os valores superiores à unidade truncados em 1. O indicador de inserção habitacional foi calculado com base na média aritmética simples das três razões das densidades de moradores por dormitório, por banheiros e por televisores. Ao final, um índice de “inserção sociofamiliar” foi gerado pela média aritmética simples dos três indicadores obtidos para cada família brasileira. Por fim, foi atribuído a cada membro da família o valor correspondente ao valor médio calculado para a sua família. Com isso, esse indicador pode ser manuseado como se fosse uma variável derivada dos microdados dos Censos Demográficos. Além disso, esse modelo foi pensado para ser facilmente aplicável aos dados dos demais censos demográficos, bem como a outras pesquisas públicas do Brasil.

As conclusões derivadas dos resultados dos dois últimos censos contidos nas Tabelas 3 e 4 podem ser sumariadas como se segue:

a) Considerada a população rural e urbana (população total) as variações positivas mais proeminentes contemplaram as classes de menor tamanho de município. Os municípios com até 50 mil habitantes saíram de patamares relativamente baixos (0,61 e 0,62) para valores próximos de 0,7. Os ganhos obtidos entre os residentes de áreas urbanas foram bem menores (7,1% e 6,0%) e isso só demonstra que a qualidade de vida em áreas urbanas é sistematicamente superior à de áreas rurais;

b) Se municípios de tamanho intermediários forem considerados principalmente os com populações entre 50 e 500 mil habitantes, conclui-se que a variação positiva do ISF foi significativa nas duas tabelas: 7,7% e 4,6% para os residentes do campo e da cidade; 4,7% e 4,0% entre os residentes das cidades. Nesse caso, convém observar que no ano 2000 o diferencial entre o ISF dos municípios entre 100 e 500 mil habitantes (0,750) em relação aos grandes municípios (0,782) era igual a 0,032. No ano 2010 esse diferencial cai para 0,015, ou seja, a qualidade de vida nas cidades médias é muitíssimo similar à qualidade de vida atual nos grandes centros urbanos

c) Entre os municípios de maior tamanho a variação entre 2000 e 2010 foi também positiva, mas bem menor do que nas demais classes de tamanho: 3,9% e 2,0% para os residentes do campo e da cidade; 3,8% e 1,6% entre os residentes das cidades. Aqui, o que convém salientar é uma espécie de situação de exaustão da “possibilidade” de expansão da qualidade de vida nos municípios com mais de 1 000 000 habitantes. O incremento de 1,6% pode indicar tanto falta de investimentos em quantidade significativa de modo a fazer diferença nos indicadores dessa classe de tamanho de cidade, quanto a existência de um rol de deseconomias de aglomeração que já comprometem a qualidade de vida de grandes cidades. E nos casos de saturação associada às altas densidades econômicas e demográficas os investimentos públicos são mais complexos, mais caros e geradores de constrangimentos sociais, porque não podem parar a vida urbana para serem executados.

Tabela 3 – Índice de Inserção Sócio Familiar dos municípios brasileiros por classes de tamanho em 2000 e 2010 – População Total

Classes de Tamanho dos municípios	População Total		
	2000	2010	Variação (%)
20 mil ou menos	0,615	0,696	13,2
Mais de 20 mil a 50 mil	0,626	0,697	11,3
Mais de 50 mil a 100 mil	0,675	0,727	7,7
Mais de 100 mil a 500 mil	0,739	0,772	4,6
Mais de 500 mil a 1 milhão	0,760	0,790	3,9
Mais de 1 milhão	0,779	0,795	2,0
Brasil	0,701	0,748	6,7

Fonte: IBGE, Dados Amostrais dos Censos Demográficos 2000 e 2010; Laboratório de Estudos Territoriais (Leste (IGC/UFGM))

Tabela 4 – Índice de Inserção Sócio Familiar dos municípios brasileiros por classes de tamanho em 2000 e 2010 – População Urbana

Classes de Tamanho dos municípios	População Urbana		
	2000	2010	Variação (%)
20 mil ou menos	0,698	0,748	7,1
Mais de 20 mil a 50 mil	0,704	0,747	6,0
Mais de 50 mil a 100 mil	0,726	0,760	4,7
Mais de 100 mil a 500 mil	0,750	0,780	4,0
Mais de 500 mil a 1 milhão	0,763	0,792	3,8
Mais de 1 milhão	0,782	0,795	1,6
Brasil	0,745	0,774	3,966

Fonte: IBGE, Dados Amostrais dos Censos Demográficos 2000 e 2010; Laboratório de Estudos Territoriais (Leste/IGC/UFGM))

A hipótese de a migração interna interferir nesses resultados deve ser minimamente considerada porquanto boa parte do crescimento demográfico e econômico dos municípios de porte intermediário se deve aos efeitos de espraiamento da metropolização. O que os dados censitários recentes nos dizem sobre essa questão? A contribuição da migração originária dos grandes centros urbanos tem redefinido o peso demográfico (e econômico) das chamadas cidades médias? Os dados da Tabela 5 permitem responder a essas indagações e corroborar análises anteriores, deixando evidente o expressivo aumento da participação dos municípios

que sediam cidades médias, particularmente os com populações variando entre 100 e 500 mil habitantes. A despeito dos quantitativos relativos aos fluxos migratórios internos no país diminuírem a cada censo, por força do declínio do ritmo de crescimento da população brasileira (15.458.886 pessoas fizeram migração de data fixa entre 1995/2000; 14.427.577 o fizeram no quinquênio 2005/2010) as conclusões abaixo assinaladas são incontestáveis.

Os municípios com mais de um milhão de habitantes atraíram 15,1% da imigração interna⁵⁵ no quinquênio 1995/2000 enquanto os municípios de 100 a 500 mil habitantes atraíram 30,3% do mesmo total de migrantes. No quinquênio 2005/2010 a força de atração dos municípios médios permaneceu praticamente inalterada (30,1%), mas a dos grandes municípios caiu de 15,1% para 14,0%. Esses números, por si só, atestam afirmações anteriores: os conglomerados metropolitanos têm experimentado sinais de exaustão do incremento econômico-demográfico e vivem queda do ritmo de crescimento e redução da atratividade migratória enquanto as cidades secundárias experimentam dinamismo econômico-demográfico.⁵⁶

Uma segunda conclusão, claramente associada à primeira, diz respeito à *seletividade geográfica* da atratividade migratória dos centros intermediários de 100 a 500 mil habitantes. Pelo censo de 2000, mais de 1,2 milhões de imigrantes eram procedentes de centros com mais de um milhão de habitantes; pelo censo de 2010, esse montante reduziu relativamente pouco (como de resto todo o estoque da migração interna reduziu-se) atingindo quase 1,1 milhões de pessoas. Nenhuma classe de tamanho de municípios atrai tanta gente proveniente de grandes cidades quanto essa. Note-se que, pelos dados da Tabela 1, no ano 2000 esses municípios reuniam uma população de 38,7 milhões de pessoas residindo em áreas urbanas contra 35,4 milhões de residentes urbanos nos municípios com mais de um milhão de habitantes. Como essa atratividade permanece alta (30,1%) a tendência é que as cidades médias venham a incorporar bem mais residentes urbanos que os municípios mais populosos. A maioria dos imigrantes procedentes das grandes cidades tende a se instalar em áreas urbanas de municípios intermediários, embora essa não seja uma regra absoluta, uma vez que muitos migrantes mais velhos costumam ser atraídos para a perspectiva de fixar residência em áreas rurais, geralmente próximas do perímetro urbano.

⁵⁵ A imigração internacional contabilizada na Tabela 5 é residual diante dos números da migração intermunicipal resultante dos dados a amostra do censo demográfico.

⁵⁶ As razões que explicam esse novo padrão da migração são múltiplas, já foram discutidas em diversos trabalhos, são de natureza econômica e extra econômica e sua discussão mais fina extrapola os objetivos desse estudo. Ver Matos (1995), Matos e Ferreira (2004), Matos (2005) e Ramos *et. al.* (2011).

Tabela 5 - População de imigrantes municípios procedentes de municípios com mais de um milhão de habitantes (PMM) e do resto do país (PRP) por classes de tamanho de município

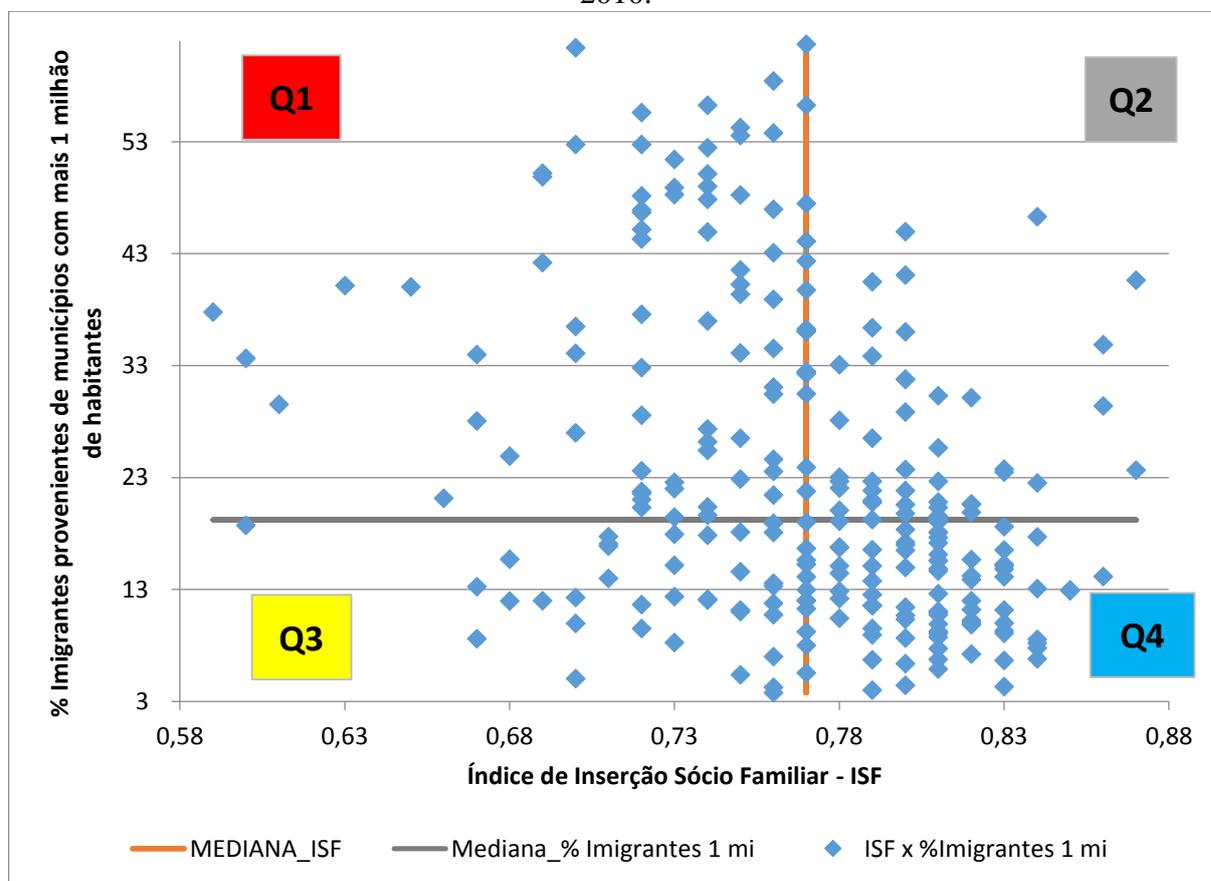
Classes de Tamanho dos municípios	Imigrante Data Fixa procedente de municípios com mais de um milhão de habitantes (PMM) e do resto do país (PRP)		
	PMM	PRP	Peso de PMM
1995-2000			
20 mil ou menos	337.217	2.527.706	11,8
Mais de 20 mil a 50 mil	400.000	2.058.132	16,3
Mais de 50 mil a 100 mil	392.506	1.453.488	21,3
Mais de 100 mil a 500 mil	1.279.748	3.410.033	27,3
Mais de 500 mil a um milhão	329.655	927.134	26,2
Mais de um milhão	380.938	1.962.329	16,3
Total 1	3.120.065	12.338.822	20,2
2005-2010			
20 mil ou menos	304.072	2.470.286	11,0
Mais de 20 mil a 50 mil	391.408	2.041.503	16,1
Mais de 50 mil a 100 mil	356.152	1.439.707	19,8
Mais de 100 mil a 500 mil	1.070.380	3.270.304	24,7
Mais de 500 mil a um milhão	264.009	804.576	24,7
Mais de um milhão	316.318	1.698.862	15,7
Total 1	2.702.339	11.725.239	18,7

Fonte: IBGE, Dados Amostrais dos Censos Demográficos 2000 e 2010; Laboratório de Estudos Territoriais (Leste-IGC/UFG)

De todo o modo, a teoria do espraiamento territorial dos grandes conglomerados urbanos sugere que a rede de cidades ganha mais espessura nas proximidades das áreas metropolitanas. A urbanização transfronteiriça de que falava Carlos Mattos (Mattos, 2004) deve privilegiar a emersão de cidades médias nas proximidades das principais metrópoles do país. Ou seja, o Sudeste brasileiro deve ser a região de maior densidade econômica e demográfica e isso os dados devem confirmar. Mas se a pergunta for pareada por um indicador de qualidade de vida as mesmas conclusões se repetem? O uso dos indicadores aqui referidos como *atividade migratória* e *Índice de Inserção Sócio Familiar (ISF)* devem propiciar à análise conclusões mais robustas se devidamente mapeados.

Para explorar a relação entre a atração de imigrantes provenientes dos grandes centros urbanos e o nível qualidade de vida dado pelo ISF, o grupo de 260 municípios pertencentes às duas classes selecionadas, *Mais de 100 mil a 500 mil* e *Mais de 1 milhão*, foram divididos em quatro subgrupos. Para esta subdivisão considerou-se a posição de cada município selecionado em relação à mediana do conjunto de 260 municípios nos dois indicadores analisados: *Índice de Inserção Sócio Familiar (ISF)* e *% de imigrantes provenientes de municípios com mais um milhão de habitantes* (abreviado para *% imigrantes 1 mi*). Os resultados apresentados no *Gráfico 2* ilustram a distribuição dos municípios nos quatro quadrantes, formados a partir do intercepto das linhas das medianas que separam o grupo nos dois indicadores analisados.

Gráfico 2 – Índice de Inserção Sócio Familiar *versus* percentual de imigrantes de provenientes de municípios com mais um milhão de habitantes (atratividade migratória) nos municípios de 100 a 500 mil habitantes e nos municípios com mais de um milhão de habitantes, Brasil, 2010.



Fonte: IBGE, Dados Amostrais dos Censos Demográficos 2000 e 2010; Laboratório de Estudos Territoriais (Leste-IGC/UFGM)

De acordo com os parâmetros relativos aqui adotados (ver *Quadro 1*), os quatro grupos separados nos quadrantes do *Gráfico 2* podem ser descritos da seguinte forma:

Quadrante 1: composto por 85 municípios, dos quais apenas um da classe *Mais de 1 milhão de habitantes*. Incorpora municípios que possuem *baixa* qualidade de vida associada a *alta* atratividade de imigrantes provenientes dos grandes centros urbanos.

Quadrante 2: formado por 45 municípios, dois deles com mais de 1 milhão de habitantes, que podem ser caracterizados como os mais dinâmicos, pois conciliam *alta* qualidade de vida com *alta* atratividade de migrantes dos grandes centros urbanos.

Quadrante 3: formado pelos 48 municípios menos dinâmicos, sendo quatro com mais de 1 milhão de habitantes. Caracterizam-se pela *baixa* qualidade de vida associada a uma *baixa* atratividade de emigrantes dos grandes centros urbanos.

Quadrante 4: é o segundo maior grupo com 82 municípios e o maior número de municípios com mais de 1 milhão de habitantes, oito no total. Distingue-se pela *alta* qualidade de vida associada a *baixa* atratividade de imigrantes provenientes dos grandes centros urbanos.

Quadro1 – Critérios para definição dos quadrantes do Gráfico 2

Quadrante	Critérios	Descrição
1	ISF <= Mediana e % Imigrantes 1 mi > Mediana	Baixa qualidade de vida e alta atratividade de imigrantes provenientes centros urbanos com mais de 1 milhão de habitantes
2	ISF > Mediana e % Imigrantes 1 mi > Mediana	Alta qualidade de vida e alta atratividade de imigrantes provenientes centros urbanos com mais de 1 milhão de habitantes
3	ISF <= Mediana e % Imigrantes 1 mi <= Mediana	Baixa qualidade de vida e baixa atratividade de imigrantes provenientes centros urbanos com mais de 1 milhão de habitantes
4	ISF > Mediana e % Imigrantes 1 mi <= Mediana	alta qualidade de vida e baixa atratividade de imigrantes provenientes centros urbanos com mais de 1 milhão de habitantes s

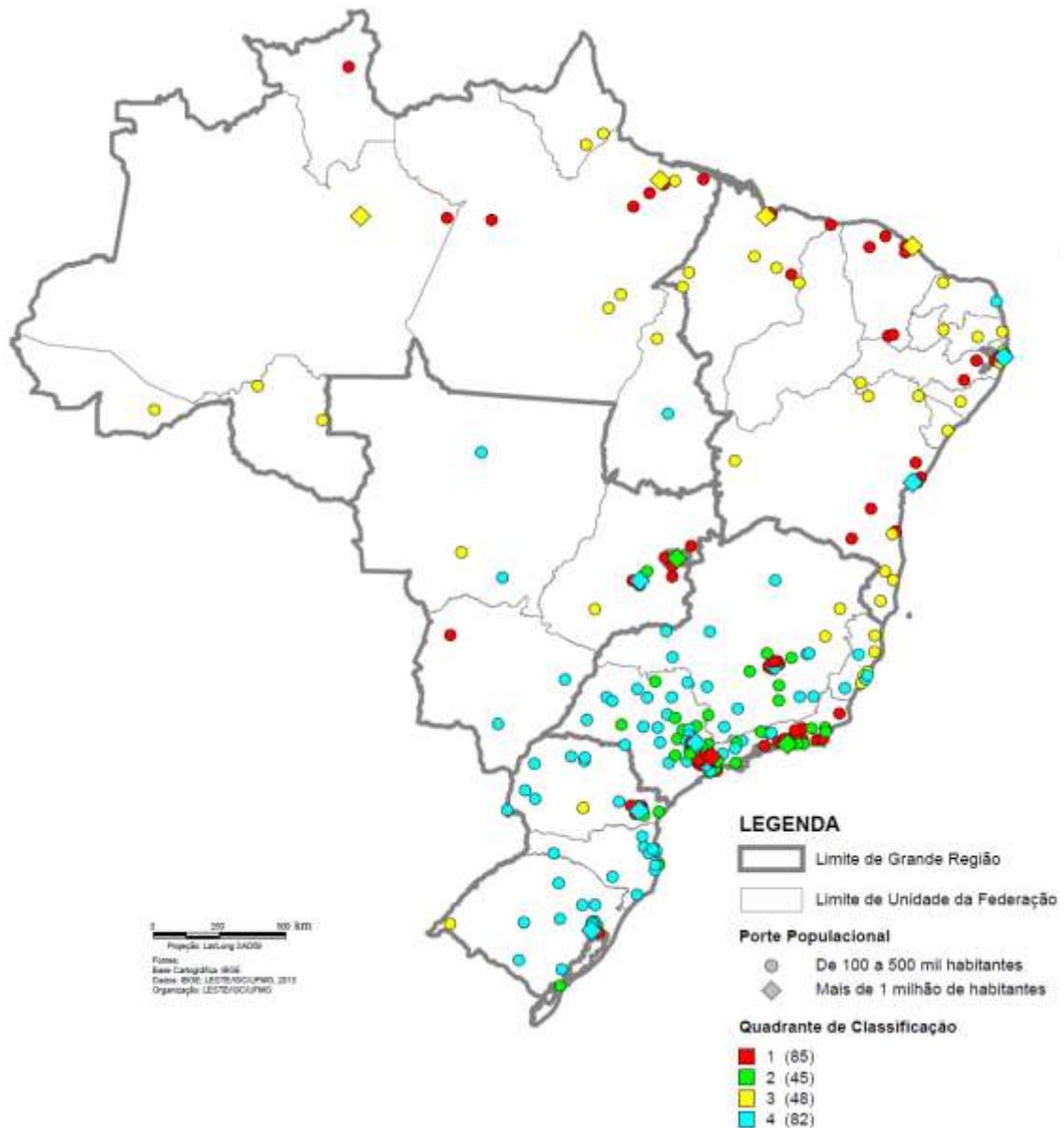
A análise da espacialização dos quatro subgrupos no território brasileiro permite assinalar algumas conclusões relevantes:

a) Nas regiões Nordeste e Norte é expressiva a predominância de municípios nos quadrantes 1 e 3, ainda caracterizados pela baixa qualidade de vida. É interessante observar neste macro universo regional a concentração dos municípios do quadrante 1 (baixa qualidade de vida e alta atratividade) nas bordas litorâneas, acompanhando as áreas de maior concentração populacional. O destaque positivo fica por conta das capitais Salvador, Recife e Natal, classificadas no quadrante 4 (alta qualidade de vida e baixa atratividade).

b) Nas regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste há o predomínio de municípios dos quadrantes 2 e 3 (alta qualidade de vida), mas com a concentração no entorno de importantes capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba e Goiânia, todas na categoria *Mais de 1 milhão de habitantes*) de municípios de porte intermediário classificados no quadrante 1 (baixa qualidade de vida e alta atratividade). Demarcando a permanência de processos de espraiamento metropolitano caracterizados pela imigração de pessoas provenientes de grandes centros urbanos, parte delas do próprio núcleo central, para municípios da periferia imediata aos grandes centros, nos quais a qualidade de vida média ainda é inferior à registrada no núcleo central, apesar dos notáveis avanços da última década na ampliação da renda familiar e consequente redução da pobreza (MATOS, FERREIRA, 2013).

Nos resultados do *Mapa 1* evidencia-se a delimitação dos grandes recortes regionais, marcas geográficas de um longo processo histórico de integração e estruturação do espaço socioeconômico nacional, mas também gerador de uma desigual distribuição regional dos benefícios do desenvolvimento.

Mapa 1 - Municípios selecionados por porte populacional e por quadrante de classificação no Gráfico 2 - Brasil, 2010



RESUMO E CONCLUSÕES

Processos econômicos e financeiros que vinculam o Brasil à chamada globalização contemporânea são relevantes, mas insuficientes para responder ao potencial de desenvolvimento inscrito nas relações econômico-demográficas que acompanham a reestruturação territorial intra e inter-regional dos últimos 30 anos. O país está mais complexo e há importantes fatores dinâmicos locais e supralocais que não podem ser negligenciados na análise do desenvolvimento. A rede de cidades mostrou ser um excelente recorte espacial para a discussão da redistribuição e desconcentração da população brasileira nas últimas décadas. Muito superior aos recortes baseados apenas em Grandes Regiões, estados ou mesorregiões. A rede permite estabelecer classificações de subespaços de forma didaticamente simples, cobrindo a integridade territorial do país, com a vantagem de confrontar municípios e subespaços pertencentes ou não a rede.

Destarte, uma forma usual de estratificar informações disponíveis ao nível local e se aproximar da ideia de rede de localidades centrais é a classificação por ordem e tamanho (*rank size*) das cidades ou municípios. Mapas, gráficos e tabelas sensíveis à espacialização das informações econômicas e demográficas constituem também ferramentas valiosas para exprimir dinâmicas pouco observadas nas enquetes expeditas desenvolvidas por institutos de pesquisa e divulgadas na grande mídia.

Os indicadores aqui trabalhos mostram que o processo de interiorização da urbanização segue firme seu curso, embora o acúmulo de precariedades acompanhe uma “urbanização” que todos desejam mais qualitativa (daí as aspas). Como outros trabalhos já afirmaram, os dados demonstram níveis expressivos de melhoria em termos de padrão de vida – mais do que qualidade de vida – em determinadas regiões urbanizadas do país.

O aumento do emprego em municípios de tamanho intermediários foi uma evidência explicitada nos dois últimos censos, particularmente naqueles com população entre 100 e 500 mil habitantes, onde o padrão de consumo e o padrão de vida tem os tornado protagonistas da onda de instalação de shopping centers ultimamente. Mais do que isso, os dados demonstram que as diferenças em termos de qualidade de vida com as metrópoles praticamente inexistem. Nessas cidades médias há menos constrangimentos socioespaciais, a despeito dos déficits ainda existentes em termos de infraestrutura econômica básica e disparidades regionais difíceis de erradicar.

Os dados evidenciam que o peso relativo desses municípios tem aumentado no Brasil atual, resultado de um processo de redistribuição de população no espaço, no qual, em vários casos, ocorre uma clara desconcentração econômico-demográfica em face do estoque de migrantes que deixou centros metropolitanos tradicionais a favor de cidades médias, mesmo que esse processo continue sendo seletivo geograficamente: áreas urbanas do Sudeste, Sul e Centro Oeste sempre acumulando maior vitalidade econômica e mais habitantes que gozam de elevada qualidade de vida e alto padrão de consumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZONI, C. R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. Vol. 58. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

FERREIRA, R. N.; MATOS, R. Migrações de trabalhadores no mercado formal brasileiro entre 1995 e 2003 e as tendências de reestruturação territorial. In: **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu**. Desafios e oportunidades do crescimento zero. Campinas: Abep - Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

FERREIRA, R. N.; MATOS, R. Dinamismo do mercado de trabalho formal e mobilidade espacial de trabalhadores. In: Ralfo M.; Weber S. (Org.). **Desigualdades socioespaciais, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, v. 1, p. 137-162.

GARCIA, R. A. ; NUNES, M. A. ; BERTELLI, F. Metodologias para a criação de indicadores socioambientais em unidades de planejamento em bacias hidrográficas: o caso da Bacia do Mucuri - MG. **Geografias (UFMG)**, v. 8, p. 64-83, 2012.

GARCIA, R. A.; MATOS, R. E. S. Mensurando a inserção social dos migrantes brasileiros. In **Anais do V encontro nacional sobre migrações**, Campinas, 2007.

GARCIA, R. A.; MATOS, R. E. S. Evolução da inserção socioespacial das famílias brasileiras e os movimentos migratórios microrregionais de curto prazo. In: **Anais do VI Encontro Nacional de Migrações**, Belo Horizonte, 2009.

LOBO, C. F. F.; MATOS, R. Dispersão da população e do emprego formal nas regiões de influência do Brasil contemporâneo. **Cadernos Metrópole (PUCSP)**, v. 2, p. 309-330, 2010.

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentra o e desconcentra o da popula o. **Revista Brasileira de Estudos da Popula o**, São Paulo, v. 12, n.1-2, p. 35-58, 1995.

MATOS, R. (Org.). **Espacialidades em Rede: Popula o, Urbaniza o e Migra o no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 2005. v. 1000. 264p .

MATOS, R; SOARES, W. (Org.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. v. 1. 350p .

MATOS, R. Percep o dos moradores e fatores de atra o em cidades médias dinâmicas. **Revista Mercator**, v. 12, n. 27, p. 39 A 55, 2013.

MATOS, R.; FERREIRA, R. N. (2004). Inser o ocupacional de emigrantes das áreas Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos da Popula o**. 21 (1): 83-100.

MATOS, R.; FERREIRA, R. N. De qual centro e periferia estamos falando? Evidências acerca de “mobilidades” da força de trabalho e condi es de vida em regiões metropolitanas selecionadas. In **Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR**, Recife, 2013.

MATTOS, C. A. (2004). Redes Nodos e Cidades: transforma o da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org). **Metr poles: entre a coesão e a fragmenta o, a coopera o e o conflito**. FASE, Perseu Abramo, Observatório das Metr poles. São Paulo e Rio de Janeiro.

RAMOS, E. MATOS, R; GARCIA, R. A. As cidades médias como nódulos de equilíbrio da rede de cidades. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, N . 121, pp. 41-63, 2011.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** FGV Editora, 2003.

UNICEF - United Nations Children’s Fund. **Committing to Child Survival: A Promise Renewed Progress Report** 2012. September 2012.

SESSÃO TEMÁTICA 4

**CONSIDERAÇÕES, ANÁLISES E REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE
A MIGRAÇÃO NO SÉC. XXI**

ESTIMATIVA DA CONTRIBUIÇÃO DA MIGRAÇÃO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: NORDESTE, SÃO PAULO E MINAS GERAIS.¹

Luana Junqueira Dias Myrrha²

RESUMO: Na literatura nacional, a maioria dos estudos sobre envelhecimento populacional, que tem por objetivo indicar o papel de cada componente demográfico sobre esse processo, considera a população fechada à migração e analisam apenas o efeito do declínio da mortalidade e da fecundidade. Exemplo desse tipo de estudo são os trabalhos de Moreira (1997) e de Myrrha (2009). A escolha por essa forma de análise se justifica pela própria complexidade de se estudar o fenômeno migratório, devido aos conceitos envolvidos; a disponibilidade, qualidade e regularidade dos dados; ao nível geográfico em análise; a volatilidade dos fluxos migratórios, etc. Quando o componente migração é inserido em estudos sobre envelhecimento populacional, o seu papel sobre esse processo é analisado de forma isolada, conforme em Brito (2001), ou no máximo, um indicador de declínio da fecundidade também é analisado, como no caso do estudo de Santana (2002).

Palavras chave: Migração, Envelhecimento Populacional, Nordeste, São Paulo, Minas Gerais

INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, em que a maioria das unidades geográficas vivencia uma importante dinâmica de fluxos migratórios internos, é evidente a necessidade de análises que permitam estimar o efeito dos três componentes da dinâmica demográfica no processo de envelhecimento das populações abertas. A migração pode apresentar um papel significativo sobre a estrutura etária das populações abertas, acelerando ou retardando o processo de envelhecimento, principalmente em cenários de fecundidade e mortalidade quase-estável ou quando a unidade de análise espacial é reduzida. Além disso, diferentemente da fecundidade que, no curto prazo, afeta apenas a idade zero e da mortalidade que tende a afetar de forma mais expressiva as extremidades da pirâmide etária (crianças e idosos), a migração pode afetar todas as idades com intensidades e direcionamentos variados e acarretar impactos significativos sobre a estrutura etária das populações abertas. Quanto mais aberta for a população, maior é o potencial do impacto da migração sobre a sua estrutura etária. Porém, esse impacto não depende apenas da intensidade dos fluxos migratórios, mas também de sua seletividade.

Diante desse cenário, este trabalho propõe analisar o papel dos três componentes da dinâmica demográfica sobre o processo de envelhecimento das populações abertas - região Nordeste e os estados de São Paulo e Minas Gerais - durante os quinquênios, 1975-1980, 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.

¹ Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional sobre Migrações, Belo Horizonte-MG, de 23 a 25 de outubro de 2013

² Doutoranda em Demografia. Departamento de Demografia e Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR/UFMG). Professora Assistente do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais / UFRN (luana@ccet.ufrn.br)

MATERIAL E METODO

Os dados utilizados neste estudo foram extraídos de diferentes fontes. As informações populacionais são provenientes dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Os nascimentos, para os períodos 1975-1980 e 1986-1991, foram estimados pelo produto entre as taxas específicas de fecundidade (TEF)⁵⁷, vigentes na metade de cada período, e o número de mulheres em idade reprodutiva nesse mesmo período. Para os períodos 1995-2000 e 2005-2010, a taxa bruta de natalidade foi extraída das publicações do DATASUS. O número de óbitos por grupo etário foi estimado pelo produto entre as taxas específicas de mortalidade (TEM) e o número de pessoas em cada grupo, na metade de cada período em análise. As funções de mortalidade foram obtidas por meio do modelo logito e pelas informações das seguintes tábuas de mortalidade: tábuas de mortalidade de 1970-1980, geradas por Carvalho & Pinheiro (1986); tábuas de mortalidade dos anos de 1980, 1991, 2000, geradas pelo IBGE; e tábuas de mortalidade de 2010, corrigidas pelo do Cedeplar (2013). Os saldos migratórios (SM) foram calculados pelas informações censitárias de data fixa, referentes aos quinquênios 1986-1991; 1995-2000 e 2005-2010. Para o quinquênio 1975-1980, o SM foi estimado por meio das informações de última etapa do Censo de 1980 como *proxy* do SM de data fixa para esse período. Isso porque, na década de 1970, a migração de retorno era pouco frequente e não havia muitos fluxos de idas e vindas em curtos períodos, por isso, acredita-se que o SM de última etapa é uma boa aproximação do SM de data fixa.

Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se a metodologia sugerida por Preston et al (1989), que permite identificar o quanto que os eventos vitais e os fluxos migratórios contribuíram positiva ou negativamente para a variação da idade média populacional. A variação da idade média populacional é um indicador de envelhecimento, porque, por meio dessa medida, é possível detectar se a população está envelhecendo, ou seja, se esse indicador é positivo a população envelheceu no período em análise, caso contrário, a população rejuvenesceu. Preston et al. (1989) propõem uma contabilidade da variação da idade média populacional decompondo-a em função do envelhecimento natural e dos efeitos dos nascimentos, óbitos e migração.

O envelhecimento natural aconteceria se não houvessem entradas ou saídas na população, seja por migração, nascimentos ou óbitos; ou seja, a cada ano-calendário vivido pela população, a sua idade média aumentaria um ano. No entanto, esse envelhecimento natural de um ano-calendário a outro pode sofrer alterações dependendo do perfil etário das entradas e saídas de indivíduos na população. Se nascimentos acontecem, o peso das pessoas na idade zero aumenta e, conseqüentemente, esse evento impede o envelhecimento natural da população, afetando negativamente a variação da idade média populacional. O efeito da mortalidade e da emigração depende das idades em que as pessoas saíam da população. O mesmo acontece para as entradas por imigração, ou seja, o efeito também depende das idades dos imigrantes.

RESULTADOS

Como consequência do comportamento dos três componentes demográficos, todas as unidades em análise envelheceram durante os quinquênios considerados, exceto o Nordeste, durante o quinquênio 1975-1980, quando os nascimentos e óbitos impediram, por completo, o envelhecimento natural dessa população.

⁵⁷ As (TEF) foram estimadas por interpolação linear das TEF dos anos de 1970, 1980 e 1991, disponíveis no PROJETO ITAÚ-UNIBANCO E FACE/CEDEPLAR/IPEAD/UFMG.

Os resultados evidenciam que para as três populações, com o passar dos quinquênios, houve a redução do efeito rejuvenescedor dos nascimentos, devido, principalmente, ao declínio da intensidade dos nascimentos como consequência da queda da fecundidade. Em termos proporcionais, o efeito rejuvenescedor dos nascimentos no Nordeste e Minas Gerais reduziu 42%, ao passo que para São Paulo essa redução foi de 39%. Portanto, a queda da fecundidade tem contribuído para o envelhecimento populacional das três localidades, na medida em que o efeito rejuvenescedor dos nascimentos tem reduzido, com o passar do tempo, o seu poder de freio sobre o envelhecimento natural.

Com relação a mortalidade, nas três populações, a TBM reduziu com o tempo devido a histórica queda da mortalidade, ao passo que a idade média à morte aumentou, como consequência da mudança no padrão das principais causas de morte. Com a transição epidemiológica, a mortalidade por doenças infecciosas nas idades infanto-juvenis reduziu drasticamente e, por outro lado, houve um aumento das doenças crônicas degenerativas que se concentram nas idades mais avançadas. Portanto, apesar da redução da mortalidade, a concentração das mortes em idades cada vez mais avançadas fez com que o efeito dos óbitos sobre a variação da idade média nas três populações em estudo fosse negativo e crescente. Minas Gerais foi a população em que esse efeito mais cresceu de 1975-1980 para 2005-2010, – um crescimento de 51% no seu efeito negativo. Para São Paulo esse crescimento foi de 50% e para o Nordeste foi de 48%. O efeito rejuvenescedor dos óbitos seria ainda maior se não fosse a queda da mortalidade vivenciada pelas três populações. Apesar da concentração dos óbitos em idades cada vez mais avançadas ser uma tendência para o futuro, também espera-se que a TBM continue declinando e, por isso, o efeito rejuvenescedor dos óbitos continuará freando o envelhecimento natural dessas populações, mas de forma desacelerada. Por isso, a queda da mortalidade se apresenta como um fator contribuinte para o envelhecimento populacional, na medida em que impede que o efeito rejuvenescedor dos óbitos cresça com a mesma aceleração da concentração dos óbitos nas idades avançadas.

Entre os três componentes da dinâmica demográfica, a migração foi aquele que apresentou o menor impacto sobre a variação da idade média populacional das três populações, ao longo de todos os quinquênios em estudo. O efeito total da migração sobre esse indicador corresponde à soma do efeito indireto com o direto. Para São Paulo e Minas Gerais o efeito total da migração se reduziu ao longo dos quinquênios, devido, principalmente, à redução da intensidade dos fluxos migratórios inter-regionais, já apontados por Baeniger (2008), para a década de 1990. O Nordeste foi a única localidade em que o efeito da migração sofreu poucas alterações e, além disso, apresentou um leve crescimento nos três primeiros quinquênios e uma pequena redução no último. Em termos proporcionais, o Nordeste foi a população que vivenciou a menor redução do efeito da migração sobre a variação da idade média populacional: de 1975-1980 para 2005-2010, esse efeito reduziu apenas 6%. Por outro lado, do primeiro quinquênio para o último, o efeito da migração na variação da idade média populacional de Minas Gerais reduziu consideravelmente, 79%. E para São Paulo, essa redução foi 71%.

Em São Paulo, o efeito da migração foi negativo para a variação da idade média populacional, porque o estado recebeu mais pessoas do que expulsou e esse SM positivo era, em média, mais jovem do que a população paulista. Por outro lado, a migração em Minas Gerais e no Nordeste contribuiu para o envelhecimento natural de tais populações, uma vez que o perfil etário do SM negativo era mais jovem de que a suas populações.

Considerando a composição do efeito total da migração, apenas em São Paulo, que o efeito direto teve maior em todos os quinquênios analisados. No Nordeste, o efeito direto teve maior representatividade nos dois últimos quinquênios, e em Minas Gerais nos três últimos quinquênios. O efeito direto da migração foi pouco significativo para a variação da idade média populacional nordestina, em 1975-1980 e 1986-1991, e para variação da idade

média mineira em 1975-1980. Isso porque ambas as populações perderam contingente populacional com idades bem próximas à sua idade média, o que, necessariamente, fez com que o efeito direto da migração tivesse pouco impacto no indicador de envelhecimento adotado neste estudo. Em tais períodos, apesar da intensidade do efeito indireto da migração ter sido menor do que a intensidade do efeito direto, os nascimentos provenientes de pais migrantes afetam o primeiro grupo etário da população, ou seja, afetou um extremo da estrutura etária, o que, necessariamente, gerou um índice de seletividade considerável e um efeito importante sobre a variação da idade média populacional.

CONCLUSÃO

Diferentemente do efeito dos óbitos e nascimentos, o efeito da migração apresentou um comportamento mais heterogêneo, com valores bem discrepantes entre as três populações e sem uma tendência ao longo do tempo. Isso se deve à própria característica da migração de ser o componente mais sensível ao contexto socioeconômico e mais variável de população para população. Apesar de neste estudo, o componente migração não ter assumido o papel principal no processo de envelhecimento do Nordeste, São Paulo e Minas Gerais, os fluxos migratórios se apresentam como um importante fator a ser incorporado nos estudos sobre envelhecimento, principalmente em cenários cuja fecundidade e a mortalidade tendem a uma estabilidade. Isso porque, em tais cenários, a amplitude da variação dos eventos vitais não apresenta o mesmo potencial que a migração pode assumir. Além disso, incorporar o componente migração é ainda mais importante em estudos sobre envelhecimento populacional de geográficas com reduzido contingente populacional, onde, independente dos níveis de fecundidade e mortalidade, a composição etária se apresenta bastante vulnerável às variações dos fluxos migratórios, que de fato, quanto menor for a unidade de análise, maior é o potencial impacto da migração sobre a estrutura etária (BRITO, 2001).

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. (2008) “Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI.” In: **Anais** do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. ABEP. Caxambu (2008).

BRITO, F. **As migrações, a redistribuição espacial e a estrutura etária: o caso da região metropolitana de Belo Horizonte** (2001).

MOREIRA, M.M. **Envelhecimento da população brasileira**. 1997. 149f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

MYRRHA, L. J. D. **Estrutura etária brasileira: decomposição segundo variações na fecundidade e na mortalidade**. 2009. 121f. Dissertação (Mestrado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PRESTON, S. H.; HIMES, C.; EGGER, M. **Demography conditions responsible for population aging**, 1989.

SANTANA, J. A. A Influência da Migração no Processo de Envelhecimento de Minas Gerais e Suas Regiões de Planejamento. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 8, 2002. Ouro Preto-MG. Anais.

MULHERES MIGRANTES: A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DE UM APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA O ESTUDO DAS MIGRAÇÕES⁵⁸

Roberta Guimarães Peres
NEPO/Unicamp

RESUMO: O objetivo principal deste trabalho é contribuir para o debate da incorporação dos estudos de gênero aos estudos de população. Para tanto, toma-se uma das grandes variáveis demográficas – a migração – para buscar intersecções que possam aprofundar a interdisciplinaridade nos estudos, buscando a superação de desafios teóricos e metodológicos através dos recentes avanços tanto dos estudos de gênero, quanto de migração. Neste sentido, busca-se discutir a migração internacional no âmbito teórico e metodológico dos estudos de gênero. Desta forma, a questão “de que maneira se articulam a migração de mulheres e seus condicionantes e que tipo de impactos e especificidades se observam deste fenômeno?” se faz central.

Palavras chave: migração; gênero; migração feminina.

INTRODUÇÃO

Avanços teóricos recentes dos estudos de migração ressaltam a importância de se estudar diferenciais por sexo, transformações nas relações de gênero e também de um aporte específico para este fenômeno. Segundo Boyd e Grieco (2003, p. 61),

O gênero está profundamente enraizado na determinação de quem se movimenta, como esses movimentos se dão e quais os impactos nas famílias e mulheres migrantes. Se as teorias de migração internacional integram as relações de gênero de maneira adequada e eficaz, devem levar em conta fatores sutis e óbvios que se misturam para criar diferentes experiências ao longo da migração. A definição e compreensão destes fatores melhor fundamentam as teorias de migração internacional e também as experiências individuais de mulheres migrantes em todo o mundo⁵⁹.

Ao incorporar os diferenciais por sexo bem como as relações de gênero às análises de fluxos migratórios, indo além da descrição das diferenças entre homens e mulheres, as teorias de migração avançam no sentido de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho. Segundo Pessar (2000), há importantes intersecções entre transformações dos papéis de gênero, estratégias migratórias e inserção em diferentes mercados de trabalho ao longo do projeto migratório. A interdependência dessas estruturas causa diferentes impactos principalmente entre as mulheres, que são mais suscetíveis a essas transformações.

⁵⁸ Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional sobre Migrações – GT Migração – ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG – nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de outubro de 2013.

⁵⁹ Tradução livre da autora: “*Gender is deeply embedded in determining who moves, how those moves take place, and the result futures of migrant women and families. If international migration theory is to incorporate gender appropriately and effectively, it must take into account the subtle as well as the obvious factors that coalesce to create different experiences all along the migration spectrum. Further defining and understanding these forces and outcomes will greatly enhance theoretical grounding of international migration in general and the individual experiences of migrant women around the world.*”

Compreender essas estruturas, bem como suas intersecções, exige um estudo detalhado da migração feminina num aporte teórico específico, ancorado no debate da migração e dos estudos de gênero, levando em consideração as esferas ignoradas fora dessa perspectiva. O interesse pelo estudo da migração feminina é muito recente e tem o seu início a partir de constatações de volume significativo de mulheres em fluxos migratórios onde predominavam homens ou ainda pela captação de fluxos migratórios essencialmente femininos (Castro, 2006).

Incorporar as diferentes características entre homens e mulheres na migração, bem como utilizar a perspectiva de gênero nas análises, demonstra a importância das diferenças socialmente construídas ao longo da migração. Esses “fatores sutis” definidos por Boyd e Grieco (2003) referem-se a essas transformações sofridas, sobretudo, na família e com o ganho de autonomia através da entrada da mulher migrante num mercado de trabalho diferenciado.

As relações de gênero socialmente construídas, definidas por Bourdieu (2000), são estruturas que tem sua gênese nas diferenças entre os sexos. Segundo Castro (2006, p. 66)

As diferenças significativas entre os sexos são as diferenças de gênero. Cada sociedade dita o que espera de cada um dos sexos. O status sexual marca a participação de homens e mulheres nas instituições sociais, na família, na escola, na política, na economia, no Estado, nas religiões, incluem valores e expectativas do que uma sociedade espera de ser o feminino ou o masculino⁶⁰.

Num contexto migratório, essas diferenças nas relações de gênero são latentes (Morokvasic, 2003; Pessar, 2000). As transformações experimentadas por ambos os sexos são distintas e cada uma delas tem um impacto diferenciado em estruturas como família e domicílio. De fato, ao longo do processo migratório, homens e mulheres reconstruem, negociam ou reafirmam relações de poder, hierarquia e a própria identidade (Castro, 2006).

Daí a importância de um estudo aprofundado da migração feminina. As experiências das mulheres, captadas e analisadas através de uma metodologia específica, oferecem outro sentido ao fenômeno, incrementam e aprofundam seu conhecimento. As lógicas de gênero (Kebabza, 2004), em contextos migratórios, se expressam de forma “sutil e íntima”. Constrangimentos como ganho ou perda de autonomia, o debate entre a permanência e o retorno, renegociações entre os sexos, são fatores importantes para o estudo da migração feminina, uma vez que é através dessas transformações que as mulheres afirmam-se como agentes de equidade no fenômeno.

É preciso reconhecer, no entanto, a necessidade de uma mudança nas perspectivas teóricas e metodológicas para o estudo da migração de mulheres. Segundo Castro (2006, p. 79),

Os marcos conceituais e metodologias de investigação utilizados para o estudo da migração masculina não são adequados para a investigação deste fenômeno em sua contrapartida feminina, já que se reconhece que o ser mulher ou o ser homem incide definitivamente nas motivações, incentivos, limitações e nas possibilidades; isto é, a análise da migração feminina ou masculina é atravessada não somente por fatores econômicos, étnicos, de geração, mas também, fundamentalmente, por gênero⁶¹.

⁶⁰ Tradução livre da autora: “Las diferencias significativas entre los sexos son las diferencias de género. Cada sociedad determina qué espera de cada uno de los sexos. El status sexual marca la participación de hombres y mujeres en las instituciones sociales, en la familia, la escuela, la política, el Estado y en las religiones las cuales incluyen valores y expectativas de lo que una sociedad espera del ser femenino o masculino”.

⁶¹ Tradução livre da autora: “Los marcos conceptuales y metodologías de investigación utilizados para el estudio de la migración masculina no son adecuados para la investigación de este fenómeno en su contraparte femenina, ya que se reconoce que el ser mujer o el ser hombre incide definitivamente en las motivaciones, los

Boyd e Grieco (2003) definem estágios do processo migratório em que a incorporação da perspectiva de gênero é fundamental. O primeiro, o estágio pré-migração, inclui fatores como as relações de gênero e hierarquia e papéis desempenhados por homens e mulheres no país de origem. O segundo, o cruzamento da fronteira, refere-se às políticas migratórias dos países de origem e destino – que podem afetar diferentemente a migração de homens e mulheres, estratégias migratórias, imagens estereotipadas de ocupações e papéis masculinos e femininos e o potencial de entrada das mulheres no mercado de trabalho receptor. Por fim, o estágio pós-migratório, trata do impacto das mulheres num determinado fluxo, no mercado de trabalho receptor e no status dos papéis na família e no domicílio.

Papéis desempenhados por homens e mulheres ainda em seus lugares de origem também estão relacionados à perspectiva de gênero neste primeiro estágio da migração. Relações hierárquicas nos domicílios, tarefas e ocupações sexualmente definidas bem como diferentes redes e seus usos afetam tanto a seletividade, quanto as estratégias migratórias utilizadas por homens e mulheres.

Considerando o lugar de destino no estágio pós-migratório, ficam também evidentes os impactos da migração feminina. A dinâmica do mercado de trabalho específico onde se inserem os migrantes pode favorecer a entrada de mulheres, como no caso das bolivianas na fronteira, em Corumbá – MS (Peres, 2009), ou de brasileiras que trabalham no setor da faxina nos Estados Unidos (Fleisher e Martes, 2003).

INTERSECÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS: RELAÇÕES DE GÊNERO E O ESTUDO DA MIGRAÇÃO

Um dos avanços teóricos mais relevantes no campo dos estudos das migrações nos últimos trinta anos é a incorporação da equidade entre homens e mulheres no processo migratório (Morokvasic e Erel, 2003). As experiências dos migrantes – sociais, políticas, econômicas e culturais – apresentam diferenciais por sexo, resultando em relações de gênero reconstruídas ao longo das trajetórias e precisam ser levados em consideração.

Encarar as mulheres como agentes secundários de processos migratórios, invisíveis em suas especificidades, implica em ignorar complexidades e heterogeneidades. “O atual contexto dos fenômenos migratórios obriga a construção de novos olhares e perspectivas” (Morokvasic e Erel, 2003, p. 15)

Tanto em relação a perspectivas teóricas quanto à própria coleta de dados para estudos de migração, as mulheres são deixadas em segundo plano, como acompanhantes, dependentes ou simplesmente invisíveis nos fenômenos analisados. Massey e Espinosa (1998) constroem em seu estudo uma pesquisa de campo e proposições teóricas para a migração mexicana para os Estados Unidos: a amostra utilizada pelos autores foram homens chefes de domicílios.

O questionamento da migração como um fenômeno essencialmente masculino foi uma preocupação do movimento feminista, sobretudo nos anos 1990, a fim não somente de tornar visíveis as mulheres no fenômeno migratório, mas mostrar que padrões, causas, experiências e impactos da migração são diferentes para homens e mulheres (Kofman, 1999; Chant, 1992; Morokvasic 1983; Oso, 1994).

Os estudos migratórios sobre o primeiro foco nas mulheres migrantes trouxeram à tona esses diferenciais por sexo antes ignorados. As diferentes motivações para migrar, estratégias, uso de redes sociais, inserção na sociedade de destino, foram as informações a serem processadas separadamente entre homens e mulheres, o que também forçou mudanças

no campo metodológico desses estudos. A dificuldade de obtenção de dados desagregados por sexo foi uma dificuldade a ser superada (Instraw, 1994).

Os primeiros estudos com este enfoque buscaram, então, “compensar” a ausência das mulheres em análises de processos migratórios. Desta forma, a tendência foi substituir relações de gênero pela análise dos diferenciais por sexo em fluxos migratórios. Era preciso, no entanto, superar esta fase compensatória e aprofundar as análises para compreender as transformações nos papéis e relações de gênero ao longo da migração. Segundo Morokvasic e Erel (2003, p. 11)

Analisar a migração sob a perspectiva de gênero não significa apenas que as mulheres devem ser acrescentadas onde estavam faltando. Esta perspectiva exige o olhar para processos e discursos na migração envolvendo mulheres e homens e suas relações entre si no domicílio, na comunidade em que estão inseridos e nas relações internacionais⁶².

É preciso reconhecer, no entanto, que o primeiro passo para uma análise sob esta perspectiva de gênero é o estudo dos diferenciais entre homens e mulheres ao longo do processo migratório, trazendo à tona a equidade entre os agentes na migração e não somente colocando a mulher migrante no papel secundário de acompanhante ou ainda, no da reunificação familiar.

Após esse primeiro momento, em que se fez fundamental a desconstrução da figura do homem provedor (“*male breadwinner*”) em contextos em que homens e mulheres se arriscam paralelamente em projetos migratórios (Harzig, 2003), propõe-se o estudo da migração feminina à luz de transformações sofridas por homens e mulheres ao longo do processo migratório, tendo como pano de fundo as relações de gênero. Neste sentido, apresentamos três diferentes relações que podem, por um lado, aprofundar as investigações sobre migração internacional e, por outro, estabelecer um diálogo direto e contribuir com o debate acerca dos estudos de gênero.

TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS E CICLO DE VIDA

As trajetórias migratórias de mulheres revelam suas motivações, transformações sofridas ao longo do processo e ainda, estratégias utilizadas não apenas para percorrer etapas migratórias distintas, mas para planejá-las em função de outros fatores, especialmente ligados ao planejamento do ciclo de vida familiar. Segundo Chaves (2009, p. 137),

Relacionar a migração com os diferentes estágios do ciclo de vital – que interfere com maior peso na vida das mulheres, em função dos múltiplos papéis assumidos por elas em certas etapas – se mostrou importante para elucidar aspectos da dimensão familiar e individual da migração feminina.

Trajetórias migratórias não se definem, portanto, apenas no percurso percorrido pelos migrantes em direção a seu destino: é importante apreender o uso estratégico de cada um dos espaços componentes desta trajetória, em suas variadas formas. Segundo Baeninger e Souchaud (2007, p. 4)

Hoje a migração, em muitos casos, não é um processo linear, mas feita de desvios, retornos, idas e vindas. A multiplicação dos lugares na migração não é aleatória, constitui ou acaba formando uma estratégia, na qual os espaços são considerados como recursos, num processo cumulativo. A circulação dos indivíduos e de bens e

⁶²Tradução livre da autora. “*Gendering migration does not only mean that one should be adding women where they are missing. It means looking at processes and discourses in migrations involving women and men and their relations to one another in household level, in the local community and international relations.*”

informações que lhes são associados, em diferentes espaços articulados entre si, criam uma dinâmica territorial complexa.

Segundo Tarrus (2000, p. 44), durante toda a vida os indivíduos desenvolvem estratégias residenciais que nada tem a ver com o acaso:

Minha preocupação residiu na construção de trajetórias que articulam a história de vida, tal como a descreve cada interlocutor e os acontecimentos gerais, exteriores às vontades individuais, mas contribuindo com a construção dos destinos⁶³.

De acordo com Pessar (2000) a base da construção de qualquer trajetória migratória feminina é o ciclo de vida – individual e familiar. Ou seja, independente das expectativas construídas no lugar de origem, as trajetórias migratórias são dependentes do ciclo de vida das mulheres migrantes. Um fator importante é sem dúvida a nupcialidade. Mas o planejamento do ciclo de vida, tanto individual quanto familiar é a questão central que define as trajetórias migratórias. Os usos dos espaços de acordo com esse planejamento orientam a mobilidade das mulheres migrantes.

Analisadas as trajetórias migratórias das mulheres em função de seu ciclo de vida, observa-se uma estreita relação entre essas duas estruturas. O ciclo de vida, especialmente casamento e nascimento de filhos, é planejado em função das etapas migratórias percorridas e dos usos estratégicos de cada um desses espaços. De acordo com o momento do ciclo de vida em que se encontram essas mulheres, são identificados por elas diferentes recursos em etapas migratórias iguais.

ESTRATÉGIAS MIGRATÓRIAS E REDES SOCIAIS

Se as trajetórias migratórias das mulheres estão diretamente relacionadas ao planejamento do ciclo de vida individual e familiar, é necessário observar de que maneira essa articulação se estabelece: quais as estratégias dessas mulheres para cumprir suas trajetórias migratórias em função de seu ciclo de vida? De que rede de apoio dispõem? A que tipo de auxílio recorrem?

Segundo Cunha, Souchaud, Baeninger e Carmo (2006, p. 192)

As estratégias migratórias estabelecem-se em nível da formação e utilização de redes relacionais e de tipos de deslocamentos entre diferentes pontos do espaço migratório.

Um dos avanços teóricos mais significativos para o estudo da migração feminina foi o reconhecimento deste fenômeno como independente de fluxos migratórios em que a mulher tem o papel de acompanhante e ainda aqueles em que a migração de mulheres faz parte de uma estratégia familiar de sobrevivência. Segundo Morokvasic (2000), o estudo das estratégias migratórias ressalta importantes diferenças entre a migração masculina e feminina, revelando fenômenos distintos e independentes.

Ainda que estudos específicos sobre migração feminina tenham definido este fenômeno como componente de uma estratégia familiar e não individual – como fluxos migratórios com fins matrimoniais – observando outros fluxos migratórios, compostos por ambos os sexos, pode-se isolar importantes fatores específicos entre as mulheres (Morokvasic,

⁶³ Tradução livre da autora: *Mi preocupación residió en la construcción de trayectorias que articulan la historia de vida, tal como la describe cada interlocutor y los acontecimientos generales, exteriores a las voluntades individuales pero contribuyendo a la construcción de los destinos.*

2000, p. 896). Estes fatores estendem-se desde a seletividade das migrantes até as mudanças experimentadas por elas ao longo de suas trajetórias.

Neste sentido, entende-se como migração feminina não apenas fluxos compostos exclusivamente por mulheres, mas o conjunto de diferenciais que fazem as trajetórias e estratégias utilizadas pelas mulheres serem diferentes das utilizadas pelos homens.

TRABALHO IMIGRANTE E RELAÇÕES DE GÊNERO

Migração feminina, entrada das mulheres no mercado de trabalho na sociedade de destino e transformações dos papéis de gênero desempenhados na família: de acordo com diversos autores, essas estruturas mantêm estreitas relações entre si e abrigam profundos diferenciais entre homens e mulheres (Pessar, 2000; Morokvasic, 2000; Oso Casas 2005; Pessar e Mahler, 2001). Segundo Morokvasic (2000, p. 895)

O impacto da entrada das mulheres no mercado de trabalho pode ser determinado pelas possibilidades de emprego encontradas pelos homens. Quando essas oportunidades são poucas, podem ocorrer mudanças drásticas na estrutura familiar com o aumento do número de domicílios chefiados por mulheres⁶⁴.

No caso de fluxos migratórios femininos – ou aqueles em que as mulheres não exercem o papel de acompanhantes ou agentes de reunificação familiar – a entrada no mercado de trabalho proporciona transformações em seus papéis dentro do domicílio e perante a família. Mais ou menos favorecidas pelos contextos dos lugares de destino, as mulheres passam a participar da composição da renda familiar e essa mudança dá início a uma cadeia de transformações que se estendem desde o poder de decisão na família, até mudanças de expectativas temporais nos fluxos migratórios. Observa-se esse tipo de transformação em diferentes contextos em que as mulheres encontram mais facilidades para se inserir em mercados específicos de trabalho, frequentemente construídos a partir de redes migratórias essencialmente femininas, como é o caso do comércio na fronteira entre Brasil e Bolívia (Peres, 2009), ou das brasileiras no setor dos serviços domésticos nos Estados Unidos (Fleischer e Martes, 2003).

Segundo Marri e Wajnamn (2007, p. 20),

A mudança do status da esposa na composição da renda familiar traz consigo alterações nos papéis desempenhados por estas no mercado de trabalho, nos casamentos e nas famílias. O aumento da renda de um dos parceiros, digamos da mulher, relativamente aos rendimentos do marido, eleva, teoricamente, seu poder de barganha. Esposas que recebem mais do que seus maridos têm maior poder de decisão.

Segundo Pessar (2000), os vínculos existentes entre o trabalho das mulheres migrantes e o domicílio são relacionados não só à mudança da figura do responsável, mas também à organização, controle da renda e divisão do trabalho doméstico. A participação dos homens nas atividades domésticas varia de acordo com a composição e com o estágio do ciclo de vida do domicílio.

Os papéis de gênero desempenhados por homens e mulheres antes da migração são bastante “resistentes”, e essa transformação é um processo que acaba por contestar, dentro do domicílio, relações de poder e autoridade (Morokvasic, 2003). É no domicílio em que são

⁶⁴Tradução livre da autora: *The impact of waged employment on women can be determined by the possibilities of employment for men. When these are lacking, drastic changes in family structure can occur with increasing numbers of female households.*

criados e reproduzidos, de uma geração a outra, valores, padrões de comportamento, normas ideológicas e de gênero que requerem a reprodução da estrutura socioeconômica e cultural. É no domicílio que se moldam formas de pensamento e comportamento sexual e social, por isso se reconhece que a família produz e reproduz pautas culturais e de gênero. A unidade doméstica é um cenário onde se dividem objetivos comuns, mas também conflitos e negociações entre seus integrantes, gerando tensões, desequilíbrios e desigualdades.

O DEBATE METODOLÓGICO E OS ESTUDOS DE MIGRAÇÃO FEMININA

Ainda que o debate teórico acerca dos estudos de migração feminina tenha proporcionado avanços significativos para a captação e o entendimento de fluxos migratórios como um todo e não somente fixados na ideia da mudança definitiva de residência, é através do debate metodológico que esses avanços se refletem. A busca por outras fontes de dados que possam captar fluxos migratórios cada vez mais dinâmicos nada mais é do que uma das consequências deste debate teórico que tem ajustado o foco dos pesquisadores diante de um fenômeno social tão complexo como a migração.

Construir uma metodologia para o estudo da migração feminina nada mais é do que buscar uma forma de refletir empiricamente os recentes avanços teóricos resultantes da intersecção dos debates dos estudos de gênero e migração. Neste sentido, as “fontes de dados tradicionais” (Maguid, 1995) muitas vezes, por sua própria concepção, periodicidade, cobertura ou definição de conceitos, não se aplicam a um fluxo migratório feminino. Faz-se necessário, então, lançar mão de outros recursos metodológicos que superem as limitações dos censos demográficos.

A primeira imposição aos estudos de migração feminina, sempre à luz dos debates acerca das relações de gênero, é a definição da unidade de análise, se o indivíduo ou a família. Aragon (1984, p. 1375) já havia definido a importância do domicílio e da família nos estudos migratórios:

A tese da migração como estratégia familiar sugere a utilização de redes familiares como fontes de coleta de informações sobre fluxos migratórios como um todo. Se é tendência que parentes acompanhem parentes no processo de migração, é lógico que as famílias se constituem como as melhores unidades para coleta de dados. Assim, é necessário desenvolver técnicas e ferramentas que substituam a obtenção de dados de indivíduos por levantamentos domiciliares sobre a mobilidade espacial dos seus familiares, possibilitando o mapeamento de redes e a identificação de fluxos totais⁶⁵.

Tomar como coletiva – sobretudo no âmbito da família – a decisão de migrar é resultado da superação de teorias que restringiam esta decisão a um cálculo racional individual. Modelos econômicos clássicos, principalmente o de forças de atração/expulsão (Ravenstein, 1885), ocultaram fatores que influenciam a decisão de um indivíduo a entrar num fluxo migratório, desde a elaboração das primeiras teorias de migração.

Dada não apenas a tese de parentes seguirem parentes, citada por Aragon (1984), mas outros fatores como os impactos da migração em sua organização, o domicílio é a unidade de análise mais indicada no caso de coleta de dados para o estudo de fluxos migratórios femininos. Segundo Bilac (1995, p. 69)

⁶⁵Livretradução da autora. “The thesis of migration as a family strategy suggests the use of kin networks as sources for gathering information about total migration flows. If the tendency for relatives is to follow relatives in the migration process, it stands to reason that families would constitute the best units for data collection. Hence, it should be possible to develop research techniques that obtain surrogate data by surveying household members about the spatial mobility of their relatives, making possible the mapping of family networks and the identification of total flows” (Aragon, 1984, p. 1375).

Os estudos sobre migração feminina contribuíram para a crítica das teorias migratórias baseadas nos modelos econômicos clássicos, principalmente as do tipo *push-pull forces*, uma vez que os movimentos migratórios de mulheres não se explicam facilmente como sendo produtos de decisões individuais orientadas por um comportamento economicamente racional.

O reconhecimento da entrada das mulheres em fluxos migratórios forçou um avanço teórico que explicasse, além dos motivos de atração ou repulsão econômica, os fatores que levavam mulheres a migrar. As teorias econômicas clássicas não se encaixam neste fenômeno desde o princípio, já que muitas dessas mulheres migrantes nunca trabalharam em seus países de origem (Morokvasic, 2005).

Junto com este reconhecimento (já que não se trata de um fenômeno novo, uma vez que “é preciso reconhecer que as mulheres sempre migraram”, Morokvasic, 2003) surge também a necessidade de compreender por que migram essas mulheres. Estender o olhar à família e às relações de gênero ao longo do projeto migratório iluminou os estudos de migração no sentido “reivindicar transformações radicais nos próprios postulados teóricos sobre as migrações” (Bilac, 1995).

A utilização do domicílio e da família como unidades de análise nos estudos de migração não apenas incorpora as mulheres ao fenômeno, mas também expande o leque de explicações para um determinado fluxo migratório.

As famílias funcionam como unidades de sustentação dos processos migratórios: o padrão, a motivação e as estratégias migratórias são influenciados pelo nível de recursos das residências, pela estrutura de sexo e idade da família, pelos estágios do ciclo de vida familiar (Bilac, 1995, p. 71).

Pessar (2000) propõe ainda uma ligação entre os domicílios e demais estruturas de um fluxo migratório, como o mercado de trabalho. Segundo a autora, o status de um domicílio e seus recursos influenciam o projeto migratório desde o seu planejamento e sofrem também os impactos desta migração. A transformação dos papéis de gênero ao longo da migração – dada principalmente à entrada das mulheres do domicílio no mercado de trabalho da sociedade de destino –, mudanças nas formas de organização doméstica e ainda controle diferenciado do orçamento são alguns dos impactos sofridos nos domicílios ao longo do projeto migratório.

Captar um fenômeno social complexo como a migração feminina, com diversas faces mutantes de acordo com o contexto em que está inserido, requer que se abra um leque maior de possibilidades de observação e exploração, a fim de compreender suas nuances e dinâmicas. Desta forma, um indivíduo não poderia fornecer as informações necessárias para a composição deste cenário tão rico e tão complexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avanços teóricos e metodológicos dos estudos de migração apontam para a necessidade do estabelecimento de um diálogo cada vez mais estreito com os estudos de gênero. Família, domicílio, negociação e reconstrução dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres ao longo de processos migratórios são dimensões que já não podem ser deixadas de lado pelos estudos de migração. Nesse sentido, a proposta deste trabalho foi apresentar os avanços teóricos dos estudos de gênero que podem contribuir com os estudos de migração, bem como discutir novas metodologias que reflitam esses avanços.

Neste sentido, novas fontes de dados, que incorporem a captação de diferentes dimensões migratórias tendo como pano de fundo as mudanças nos papéis de gênero são

fundamentais. Alguns exemplos são as relações apresentadas neste trabalho, como trajetórias migratórias e ciclo de vida, estratégias migratórias, redes sociais e mercado de trabalho imigrante e as mudanças provocadas por esses processos que ligam origem e destino e as várias etapas migratórias entre eles.

Estudar a migração sob a perspectiva de gênero abre novas frentes de trabalho e agendas de pesquisa, além de aprofundar o conhecimento sobre fluxos migratórios muitas vezes já consolidados, com faces ainda ocultas, e que podem contribuir de forma significativa na reflexão sobre contextos migratórios cada vez mais complexos. Fluxos migratórios essencialmente femininos, como o de bolivianas para a fronteira do Brasil com a Bolívia, em Corumbá - MS (Peres, 2009), só puderam ser captados sob este olhar interdisciplinar. A mais importante resultante desse processo, no entanto, é a percepção de que homens e mulheres passam por diferentes experiências ao longo de suas trajetórias migratórias, não podendo a análise desses fluxos ser resumida a cálculos racionais individuais, superando-se, assim, teorias econômicas – como a *push-pull forces* – para a explicação desses processos sociais. A interdisciplinaridade entre os estudos de gênero e de população se faz, portanto, fundamental para a compreensão de diferentes processos sociais, especialmente migratórios, em que os papéis de homens e mulheres são modificados e, certamente, essas mudanças se refletem na própria configuração dos fluxos. É preciso, portanto, alimentar esse debate interdisciplinar, buscando novas metodologias que sustentem os avanços teóricos alcançados.

Referências Bibliográficas

ASSIS, G. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros**. Tese de doutorado em Ciências Sociais – UNICAMP, 2004

AUGÉ, M. **Los “no lugares”:** espacios del anonimato. Barcelona, Gedisa, 1993.

BAENINGER, R.; PATARRA, N. L. **São Paulo: Povigente, Povo Vigente, Povo e Gente**. Textos Nepo, UNICAMP, v. 15, 1987.

BILAC, E. Gênero, família e migrações internacionais. **Seminário de Emigração e Imigração no Brasil contemporâneo**. São Paulo. Programa de Avaliação e acompanhamento das Migrações Internacionais, 1994.

BOYD, M & GRIECO, E. **Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory**. Migration Policy Institute. Washington, 2003.

BRITO, F. **População, Espaço e Economia: Uma Perspectiva Histórica**. Tese de Doutorado em Demografia. Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

CASAS, L. O. La réussite epagmole de Paris: strégies de mobilité sociale et trajectories biographiques. **Revue Européenne des Migrations internationales**. Vol 21, n. 1, 2005.

CASTLES, C. e MILLER, M, J. **The age of Migration. International Population Movements in the Modern World**. New York, 1998.

CHATTOPADHYAY, A. “Family migration and the economic status of women in Malaysia **Gender and migration** WILLIS, K; YEOH, B (Eds.), 2000 Oxford.

COURGEAU, D. **Méthodes de mesure de la mobileté spatiale : Migrations internes, mobilité temporaire, navettes.** Paris, Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques. 1988.

COURGEAU, D. **Nuevos enfoque para medir la movilidad espacial interna de la población.** *Notas de Población*, vol 18, nº 50. Santiago, Chile, CELADE, 1990.

CARVALHO, J. A. M. et al. Uma caracterização dos estrangeiros nascidos em países do Mercosul e Estados Associados residentes no Brasil no ano 2000. **Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População**, 2004

CASTRO, J.Y.C. **A hora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de género em una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo.** Tese de Doutorado, Universidad de Granada, 2006.

CATARINO, C e MOROKVASIC, M. Femmes, genre, migration et mobilités. **Revue Européenne des Migrations internationales.** Vol 21, n. 1, 2005.

DOMENACH, H., PICOUET, Ml. **Les migrations.** Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

DOMENACH, H. De la « Migratologie »... **Revue Européenne des Migrations internationales.** Vol 12, n. 2, 1996.

DOMENACH, H. ; CELTON, D. **La comunidad boliviana em Cordoba. Caracterización e proceso migratório.**

DUREAU, Françoise, DUPONT, Véronique; LELIÈVRE, Éva; LÉVY, Jean-Pierre; LULLE, Thierry (org) - **Metrópolis en Movimiento - una comparación internacional.** Alfaomega Colombiana S.A., 2002.

ENGLE L. B. **The world in motion. Short essays on migration and gender.** International Organization for Migration (IOM), 2004.

FAIST, T. **The volume and dynamics of international migration and transnational spaces.** Oxford Press, 2000.

FLEISCHER, S. e MARTES, A, C. B. **Fronteiras Cruzadas: Etnicidade, gênero e redes sociais.** Editora Paz e Terra. São Paulo, 2003.

FUSCO W. **Capital Cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos.** Tese de Doutorado em Demografia. Universidade Estadual de Campinas, 2005.

GEORGES, E. Gender, class and migration on the Dominican Republic women experience. In: SCHILLER, N. G.; BASCH, L. Towards transnational perspective on migration. **Annals of the New York Academy of Sciences**, 1992.

GUILLEMAUT, F. Trafics et migrations de femmesm une hypocrisie au service des pays riches. **Hommeset Migrations**, nº 1248, 2004.

- HARZIG, C. Immigration policies: a gendered historical comparison. In : MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) **Crossing Borders and shifting boundaries**. Vol I, Gender on the move. Oplanden, 2003.
- HILL, L.E. Connections between U.S. female migration and family formation and dissolution. **Migraciones Internacionales**. Vol2, n. 3, 2004. Colégio de la Frontera Norte. Espanha.
- HONDAGNEU – Sotelo, P. **Gender and US Immigration**. Contemporary Trends. University of California, 2003.
- HONDAGNEU-SOTELO, P. & AVILA, E. “I am here, but I am there”: The meanings of transnational motherhood. In: **Hondagneu – Sotelo, P. Gender and US Immigration**. Contemporary Trends. University of California, 2003.
- IANNI, O A **Sociedade Global**. Editora Brasiliense, 1992.
- MARTINE, G. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. **Anais do IV Encontro de Estudos Populacionais**, vol 2, 1984.
- MASSEY, D. S. et al. **Worlds in Motion : understanding international migration at the end of the millennium**. Claredon Press, Oxford, 1998.
- MINCES, J. Les trois formes de discriminations subies par les femmes de l’immigration. **Hommes et Migration**, n° 1248, 2004.
- MOROKVASIC, M. **La mobilité transnationale comme ressource: le cas des migrants de l’Europe de l’Est**. Cultures et Conflits, 32, 2002.
- MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) **Crossing Borders and shifting boundaries**. Vol I, Gender on the move. Oplanden, 2003.
- MOROKVASIC, M. Birds of passage are also women... **International Migration Review**, vol XVIII, n° 4, 1984.
- MOROKVASIC, M. In ad out of the labour market: Immigrant and minority women in Europe. **New Community Gender and Migration**, vol 19, n° 3, 1993.
- OSO, L. Women, the pioneers of migration chains: the case of Spain. “**Working Party on Migration**” Seminary, 1998.
- PELLEGRINO, A. **Migracion internacional de latino americanos em las Americas** .- Santiago de Chile; CELADE, 1992.
- PELLEGRINO, A (org). **Migracion e integracion: nuevas formas de movilidad de lapoblacion**. - Monte Video, 1992.
- PERES, R. G. **Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá-MS**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, 2009.

PIORE, M. **Birds of passage: migrant labor and industrial societies**. Cambridge University Press, 1979.

PESSAR, P. R. The Linkage Between the household and workplace of dominican women in the U.S. *International Migration Review*, vol XVIII, n° 4, 2000.

PHIZACKLEA, A **One way ticket. Migration and female labour**. Routledge&Kegan Paul Londres, 1983.

PHIZACKLEA, A. Transnationalism, gender and global workers. In: MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) **Crossing Borders and shifting boundaries**. Vol I, Gender on the move. Oplanden, 2003.

PORTES, A. **The Economic sociology of migration**. Nova York, Russel Sage Foundation, 1995.

PORTES, A. Modes of Structural Incorporation and Present theories of labor immigration. **International Migration Review**, n° 7, vol 2, 1981.

RYDER, N, **The cohort as a concept in the study of social change**. American Sociological Reviewm New York, 1964.

SALA, G. A. **Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil**. Tese apresentada ao Centro de Desenvolvimento Regional, CEDEPLAR. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SALES, T. **Brasileiros longe de casa**. Editora Cortês, São Paulo. 1999.

SASSEN, S. **The Mobility of Labor and Capital**. Cambridge University Press, 1998.

SCHMINK M. **Household economic strategies: a review and research agenda**. Latin American Research Review, vol XIX, n°3, 1984.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **“Economia Política da Urbanização”**. São Paulo: Editora Brasiliense; 1973.

SOARES, W. ; AGUIRRE, M. C. Redes Sociais, Gênero e Fecundidade: a fuga do reino das citações. **Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, 2002.

SOUCHAUD, S.; FUSCO, W Uniões Exogâmicas dos migrantes bolivianos na fronteira do Brasil. **Revista Travessia**, n°63, 2009.

TARRIUS, A. **Les nouveaux cosmopolitimes**. Paris, L’Aube, 2000.

TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbain. Différenciation de groupes migrant. **Annales de la recherche Urbaine**, n° 50, 1994.

TARRIUS, A. **Leer, describir, interpretar. Las circulaciones migratoria: conveniência de lanoción de “território circulatório”.** Los nuevos hábitos de la de identidad. Relaciones, vol XXI, nº 83, 2000.

TILLY, C. Transplanted networks. Immigration reconsidered: history, sociology and politics. Oxford Press, New York, 1990.

VERNEZ, G. **Immigrant women in the US workforce. Who struggles? Who succedes?** Lexington Books, 1999

WILLIS K.; YEOH, B. (eds) **Gender and Migration.** The International Library of studies on migration. Cambridge University Press, 2000.

DO “INTERIOR” PARA OS LARANJAIS, DOS “LARANJAIS” PARA O “INTERIOR”: A MIGRAÇÃO DE PIAUIENSES PARA A REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO⁶⁶

Giovana Gonçalves Pereira⁶⁷

Lidiane Maria Maciel⁶⁸

Resumo: O presente estudo se insere no Projeto Temático FAPESP “Observatório das Migrações em São Paulo” e tem como objetivo incitar novas reflexões acerca dos trabalhadores rurais migrantes alocados na colheita da laranja no interior do Estado de São Paulo. O Complexo Agroindustrial Citrícola necessita intensamente de mão de obra, em especial, na etapa da colheita, absorvendo uma grande quantidade de trabalhadores temporários, contudo, em decorrência da sazonalidade laboral, muitos destes trabalhadores condicionam-se a vidas divididas no tempo e espaço, ao mesmo tempo em que a migração se configura como uma experiência Inter geracional dentro das famílias. Deste modo, tornam-se essenciais a apreensão e debate acerca das redes sociais que viabilizam a dinamização do processo migratório.

Palavras-chave: Processos Migratórios; Citricultura; São Paulo; Piauí.

1. INTRODUÇÃO

Os deslocamentos espaciais podem ser descritos pelo movimento de modificação do tamanho e estrutura populacional. Domenach e Picouet (1990) já enunciavam a dificuldade latente em classificar a migração exclusivamente pelo preceito de mudança de residência, pois nem sempre de fato é efetuado tal mudança. Cunha (2011) nos apresenta a possibilidade de tratarmos a questão migratória a partir da interação entre indivíduo e espaço, neste sentido, se aproxima da formulação de Courgeau (1988) e seu direcionamento acerca da importância do ‘espaço de vida’, ou seja, através da inserção do espaço no qual o indivíduo se relaciona, ou na qual é caracterizado por uma memória familiar, conseqüentemente social. Haesbaert (2004), por sua vez, trata da migração a partir do território geográfico, no que diz respeito ao enraizamento e estabilidade – concreta e material – que são substituídos pelos fluxos imateriais e pelas redes, apresentando o migrante como “sujeito” do movimento e da instabilidade. Assim, temos que a migração se apresenta como uma categoria volátil e multidisciplinar, ao mesmo tempo em que, se constitui como um processo resultante de transformações sociais e macroeconômicas.

No Brasil os movimentos migratórios revelam-se através das dinâmicas estabelecidas entre a migração e o desenvolvimento social e regional (Singer, 1973). Temos que dadas as transformações ocorridas a partir dos anos 80⁶⁹, o espaço brasileiro passou por uma redistribuição populacional: novas frentes migratórias foram se constituindo, tais como:

⁶⁶ Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração - ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013.

⁶⁷ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Demografia – Nível Mestrado – na Universidade Estadual de Campinas. Integrante desde 2010 do Projeto Temático Observatório das Migrações em São Paulo, coordenado pela Profa. Dra. Rosana Baeninger. Email: giovana@nepo.unicamp.br

⁶⁸ Mestre, aluna do Programa de Pós-graduação em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas – Nível doutorado. E-mail: lidiani.macieli@gmail.com.

⁶⁹ Em especial, a interiorização das indústrias no território paulista (Dedecca., Montali e Baeninger, 2009) e a intensificação da expropriação das terras no nordeste (Silva, 2007)

intensificação da migração intra-estadual e intra-regional; alternância de situações em relação às áreas de expulsão e atração demográfica; redução dos processos de ocupação das fronteiras; advento das migrações de retorno e alteração do padrão tradicional da migração do tipo rural-urbana (CUNHA, 2007, p. 1)⁷⁰. A década de 1980 também é perpassada por um rápido processo de concentração da propriedade de terra, da crescente subjugação direta e indireta da produção agrícola pelo capital, assim como, da intensificação da expropriação dos trabalhadores da terra que pressionam, por sua vez, todo o território brasileiro e distintos ramos da produção.

Nos anos finais da década de noventa, houve, contudo, uma mudança da “cartografia migratória” (SILVA, 2008, p. 2), com a inserção de novas origens – Maranhão e Piauí – no que diz respeito às migrações direcionadas ao interior do Estado de São Paulo. Em contrapartida, ocorre um aumento do mercado agrícola em moldes capitalistas a partir de 1990 nos Estados do Maranhão e Piauí, mas também no Ceará e Rio Grande do Norte. Nessas localidades, contudo, ainda ocorre a permanência, como pontua Elias (2006, p. 48), e, predominância da agricultura familiar direcionada ao autoconsumo ou a simples produção de mercadorias, características que corroboram para a visão de um quadro de condições pouco dinâmicas associadas ao mercado de trabalho agrícola.

Dado esse contexto, Baeninger (2011) salienta que no século 21 as migrações internas tiveram suas trajetórias redesenhadas, tal movimento tem suas raízes nas transformações ocorridas nas décadas de 1980 e 1990, com a reorganização da população no território em decorrência da industrialização e do advento de novas fronteiras agrícolas. Particularmente os anos 90 apresentaram fluxos migratórios de longa distância mais reduzidos, em especial, os direcionados às fronteiras agrícolas, e, em simultâneo, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal se mantiveram como áreas de absorção de fluxos de longa distância canalizando os fluxos do Nordeste. (Baeninger, 2011, p. 75).

Os anos 2000, ainda segundo Baeninger (2011) sinalizaram novos espaços da migração de forma que os estudos migratórios tornaram-se mais complexos, dadas às modificações dos fluxos de longa distância que são agora perpassados por idas e vindas, pelos reflexos, reimplantação e outras etapas, deste modo, a migração interna assume um caráter mais reversível. Para então entender a complexidade do processo é necessário que os estudiosos da questão destruam definitivamente algumas dicotomias clássicas dos estudos migratórios, como origem e destino e cidade e campo e passem a integrar em suas análises as relações intrínsecas entre esses espaços.

Esse artigo é derivado de duas pesquisas ainda em andamento sobre a migração de piauiense do Alto Médio Canindé para a colheita da laranja, e maneira como os espaços sociais de vida são articulados nesse processo. O trabalho utiliza de metodologias qualitativas e quantitativas. Para delinear a questão utilizamos os dados do Censo Demográfico 2010, especialmente os dados relacionados com os aspectos migratórios, e aprofundamentos questões de cunho sociológico através de um intensivo trabalho de campo, nos locais de origem e destino migratório, para a coleta de dados utilizamos entrevistas semiestruturadas e etnografias.

Nossa perspectiva de análise se dará a partir do estudo de caso de trabalhadores migrantes alocados na colheita da laranja no interior do Estado de São Paulo, ao que classificamos através da categoria de trabalhadores rurais-urbanos (MACIEL, 2011), ou seja, indivíduos que se deslocam diariamente entre o urbano e o rural. Adiciona-se que trataremos de indivíduos imersos simultaneamente, no campo simbólico e socioeconômico, no universo de trabalhadores que possuem sua força de trabalho como mercadoria no “destino”, e são, de forma concomitante, pequenos agricultores na “origem”. Esses indivíduos, em geral, têm suas

⁷⁰ Ver também Patarra, 1991.

vidas transcorridas por episódios de expropriação e exploração (MARTINS, 1982, p. 16), ademais, sua presença social é encontrada tanto no destino (força de trabalho, moradia, consumo), quanto na origem (manutenção da casa, envio de dinheiro, etc.).

2. DELIMITANDO ESPAÇOS E IDENTIDADES SOCIAIS

2.1 Espaço Social e Migração

Nos estudos migratórios a dimensão espacial é um quesito quase indiscutível e indispensável para as questões que esse processo sugere. Halbwachs (1941), em seu clássico estudo sobre morfologia social já demonstrava que haveria um substrato físico importante nos fenômenos de população, essa morfologia social estaria segundo o autor carregado de representações coletivas. O espaço assim seria interpretado como a representação de um tipo específico de sociedade. Este por sua vez guardaria em suas entranhas uma memória coletiva.

Já, Lefebvre (1986), desvencilhando-se de uma tradição funcionalista, interpretou o espaço enquanto produto das relações sociais imposta por cada meio de produção e por meio de uma práxis. Assim o autor considerou que o espaço seria produzido por meio da seguinte tríade: “prática social”, “representação do espaço” e por meio do “espaço de representação”, essa tríade se referiria ao espaço como é “percebido”, “concebido” e “vivido”. Para Schmid (2012), estaríamos então diante de uma abordagem dupla do espaço, primeiro fenomenológica e outra linguística ou semiótica. O espaço percebido seria aquele cujo aspecto central situa-se na percepção, que pode ser apreendido pelos sentidos, em toda sua materialidade, já o espaço concebido parte da premissa que o espaço não pode ser percebido sem anteriormente ter sido concebido, ou seja, sem ser pensado, e por fim o espaço vivido situa-se através da experiência vivida do espaço.

Essas dimensões apresentadas por Henri Lefebvre podem ser utilizadas no entendimento das questões micro que os processos migratórios apresentam, visto que os migrantes partilham, constrói e reconstrói os espaços por onde circulam. Para o autor, não nos situamos “no” espaço, mas somos produtores. Durham (1973), afirmava que a migração do campo para a cidade em São Paulo nos anos 1960 e 1970 não constituía um mero deslocamento de população, mas sim uma movimentação no universo social, esse por sua vez, criava novas espacialidades.

Soma-se esse debate a necessidade da discussão entre os estabelecidos em determinadas espacialidades e os de “fora”, ou o “outro”, e os processos de estigmatização derivado dessas relações (ELIAS & SCOTSON, 2000). Nesse processo a experiência migratória passar operar através de rupturas e descontinuidades identitárias, visto que as trajetórias familiares e individuais são alteradas, e conseqüentemente os sistemas de representação. Para Bourdieu (2003), reconhecendo a existência de um espaço físico conclui que ele é uma espécie de simbolização espontânea do espaço social constituído através do acionamento de diversos capitais, e assim verificaríamos, a luta entorno da apropriação de determinados espaço.

Para os migrantes os “espaços de vida” (COURGEAU, 1988) compostos por suas redes sociais, que ora os ajudam na manutenção no destino migratório ou que ora os aprisionam, restringindo as possibilidades de relações sociais, inicialmente é tipo como uma referencial identitários que os orientam. É um espaço social de pertencimento fundado a partir da memória. Porém, as migrações “permanentemente temporárias” (Silva, 2007), com as que estamos nos atentando nesse trabalho, operando através de múltiplos deslocamentos oferece-nos uma abordagem da percepção do espaço-tempo através de processo baseados em

hibridismo e pluralidade, em que a negociação das identidades sociais torna-se um jogo no cotidiano.

Na análise de Tarrius (2000), nos diversos deslocamentos a ordem moral da cidade pode ser modificada pelos jogos dos atores e pelas experiências que possuem ao atravessar hierarquias construindo uma ordem de mobilidade. Os indivíduos imersos no processo de mobilidade são capazes de entrar e sair em universos na qual normas e regras são estranhas a eles, há então a construção de outras sociabilidades no processo social da mobilidade. Há também para esse autor articulações e sobreposições territoriais que influencia na própria construção social da cidade. (TARRIUS, 2000, p.62)

Para a movimentação no espaço social há, para Tarrius, a existência de certa plasticidade no que toca identidade dos indivíduos em mobilidade, podendo eles serem “daqui e de lá” ao mesmo tempo. Esta reflexão do autor surge a partir da influência da noção “Homem Marginal” de Robert Park. O homem marginal seriam sujeito que socialmente não são considerados de lugar nenhum, “que no son ni de aqui, ni de allá, dejando poco a poco suas pertencias a colectividade de identidades localmente bien especializadas para intentar instauras otros en vecindades urbanas” (TARRIUS, 2000, p.50).

Porém, avançando na reflexão de Park, sobre o “Homem Marginal”, Tarrius, aposta que os indivíduos que vivenciam o Território Circulatório, possuem a grande capacidade de serem “daqui e de lá” ao mesmo tempo. E assim descreve o processo:

Nadine permanece mucho tempo en el Territorio circulatorio sin correr el riesgo de una disociación flerte entre universo doméstico, residencial, familiar y universo de los comércios, los arreglos, las circulaciones. Los éxitos más demostrados de las poblaciones móviles em la construcción de papeles locales que transforman las sociabilidades generales e históricas caracterizan a los que saben instaurar momentos de idas y vueltas inmediatos, furtivos o relativamente duraderos, demostrativos o poco visibles entre universos de normas, de pertencias diferentes, recurriendo a este lugar común que nombramos territorios circulatórios. Esta noción permite em suma, describir y decir de qué manera hoy el ser aqui y de allá es simultaneamente posible. (TARRIUS, 2000, p.66).

Feito essas considerações sobre um primeiro momento da noção de espaço de Tarrius, consideramos que o espaço, que em um primeiro momento deve ser habitado e que segrega em regiões morais, existindo de maneira despreziosa, toma nas formulações teóricas do autor outra dimensão quando o ele traz à luz, o debate sobre a noção de território. Inicialmente, o autor afirma a posição de que o território é a condição direta da construção de vínculos sociais, e por isso ele é memória (TARRIUS, 2000, p.54).

Es la marcación espacial de la consciência histórica de estar juntos. Los elementos de escansión, continuidades y discontinuidades, contiguidades y discontiguidade de este espacio-memoria son materiales, fasctuales y funcionan como referencias: tal acontecimiento, tal hombre y tal emplazamiento-acontecimiento, referencias y constitutivos de las interminables negociaciones que autorizan los câmbios de expresión social de forma aparente. (TARRIUS, 2000, p.54)

Para delimitação do território há para Tarrius momentos de negociações da memória coletiva. Estas negociações que permite as travessias nos territórios. A memória não está, para o autor, apenas engessada nos lugares, mas no conhecimento dos indivíduos de como é ou eram as relações nos territórios, pois, haveria representações coletivas sobre a migração. Assim quando Tarrius traz a dimensão da memória à noção de território, nesse ponto é evidente a influencia a Maurice Halbwachs em suas teorizações.

A argumentação anterior é a base para a formulação do conceito de Território Circulatório, que o autor desenvolve. Para que haja a transformação do espaço em Território Circulatório, Tarrius identifica a necessidade do surgimento de lógicas sociais bastante específicas que possibilitarão a própria circulação.

Assim, para o autor, é necessário que entendamos que o Território Circulatório deve ser desvinculado de uma materialidade pura em si. Os indivíduos em processo de mobilidade também criam territórios. A circulação implica para o autor um espaço de intensas relações sociais, muitas vezes mediadas por redes sociais anteriormente definidas, daí a importância inicial de uma análise sobre os deslocamentos espaciais focados na tríade: espaço-tempo-identidade, a presença dos indivíduos nos locais de destino migratório “aqui” e “lá” os locais de origem, é determinada pela capacidade que possuem de negociação com os vários outros presentes no Território Circulatório.

Assim, os espaços urbanos vinculados à mobilidade, serão na análise de Tarrius, habitado por Territórios Circulatórios, vinculados a atividades econômicas específicas. O modo de vida é determinado pela mobilidade, nessa análise, assim o Território é fruto dessa condição anterior. Nessa abordagem o espaço é caracterizado como fruto das relações sociais então presentes, o espaço é um objeto social, que é utilizado. Logo “el espacio constituye por supuesto, y en esa perspectiva, un objeto social: los ritmos de vida deben entonces de ser analizados en su dimensión social para poder calificar los usos del espacio concebido de esta manera.” (TARRIUS, 2000, p.44).

O Território Circulatório não está amarrado a uma existência puramente física, mas é objeto social. As relações sociais estão vinculadas a redes familiares, de etnia, amizade e trabalho. Os vínculos sociais sobrevivem para além do território físico. Nessa perspectiva Tarrius (2000) apresenta uma dimensão simbólica do espaço. Os territórios são constituídos no caso dos migrantes através da mobilidade e então assumem certa plasticidade, é então desse ponto de vista que o espaço nos interessa na análise da migração entre as cidades de Matão, na Região Central do estado de São Paulo e Jaicós, no Piauí.

2.2 “DE JAICÓS PRO MATÃO DO MATÃO PARA JAICÓS”: DESVENDANDO PROCESSOS SOCIAIS MIGRATÓRIOS

O desencadear dos processos sociais migratórios entre Jaicós/PI e Matão/SP, podem ser resumidos inicialmente pelo fragmento de uma entrevista realizada em agosto de 2013 em Jaicós, com um pequeno agricultor e colhedor de laranja em Matão: “*Nos tempos mais difíceis, não tem jeito, somos obrigados a correr pro Matão*”. Essa é uma das formas que se apresenta o campesinato jaicoenses na atualidade, o ato de correr *pro Matão*, garante a reprodução das condições de vida na origem, esse campesinato, então encontrasse entre duas formas de existência entre a condição de pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais. Vivenciando assim duas formas completamente diferenciadas de estar e vivenciar o mundo rural.

São muitas as causas e motivações da migração entre Jaicós e Matão. As redes migratórias vinculadas ao mundo do trabalho que tem atuado na ida e vinda desses trabalhadores somam-se as possíveis explicações da migração entre as duas cidades. Porém, é inegável que clássicos fatores de expulsão atuam nessa dinâmica. O município de Jaicós, localizado no Alto Médio do Canindé, Piauí, possui uma população de 18 mil habitantes, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, cerca de 53% dessa população é moradora das áreas rurais, conhecidas como “interiores”. Os habitantes da zona urbana possuem um passado recente vinculado a terra, os poucos serviços públicos disponíveis, as atividades ligadas ao comércio e feiras, bem com os benefícios governamentais de diversos caracteres atrai população das zonas urbanas.

O empobrecimento nas áreas rurais nos últimos anos, devido à falta de políticas públicas direcionadas ao pequeno produtor, expulsa população para os bairros mais pobres, com o de Nossa senhora das Mercês em Jaicós. Devemos também lembrar que em pelo menos 4 comunidades rurais – Esquisito, Baliza, Pau do Enxuí e Tanque dos Batistas – a energia elétrica chegou em pouco mais de 5 anos, através de Programa do Governo Federal Luz para Todos. Já os programas que levam água para essas comunidades são existentes desde os anos 90.

A expulsão ou/e a entrada na rede migratória que traz esses trabalhadores para São Paulo, especialmente para Matão, pode ser entendida nos termos definidos também por Durham (1973), em que a autora considera que a falta de perspectiva em “melhorar de vida”, empurra a população a realizarem processos migratórios. A inserção dessa população nessas redes pode ser interpretada também pela inserção em uma cultura migratória dinâmica e vinculada ao consumo conspícuo, ou seja, um tipo de consumo cujo objetivo é a distinção. As motos, carros, casa, celulares e tantos outros objetos recolocam socialmente os retornados.

O espaço social e “físico” é modificado com a migração. São muitas as casas que se transformam no interior de Jaicós, também são muitas as recém-construídas. O campo de relações também é modificado, visto que são muitos os fios das redes que se transpassam, pela condição migratória, muitos trabalhadores rurais que antes não se conheciam em Jaicós, se tornam vizinhos em Matão, chegando até mesmo dividir casas nessa cidade. Também dividem a mesma condição no ônibus rural e na própria atividade da colheita. Assim, estar em Matão para a safra da laranja, aproxima comunidades rurais de Jaicós outrora segregadas.

Dada às relações mantidas e estabelecidas pelo desencadear dos processos migratórios entre Matão e Jaicós, podemos afirmar que são reconfiguradas as próprias identidades sociais desses trabalhadores. Os lugares habitados passam a imprimir nesses trabalhadores rurais marcas que alteram a maneira como se posicionam no campo social. Os diversos capitais que esses sujeitos acionam para entrar nessas redes migratória e/ou os capitais auferidos ao longo do processo de deslocamento modificam suas subjetividades, o mercado em grande medida materializa essas relações através da circulação de produtos.

Porém, as idas e vindas também oferecem câmbios culturais, por exemplo, para as crianças impõe novas brincadeiras, como o ato de empinar pipas hoje existentes nas comunidades rurais, para alguns homens a pinga bebida em Matão passa a ser parte do costume local, para as mulheres é modificado o trato com a casa e maneira de agir e se vestir. Para ambos os gêneros a vinculação a uma cultura urbana, tenta alijar aspectos do rural, a terra que outrora era considerada espaço de vaqueiros, se torna o espaço dos motoqueiros. As músicas ouvidas se conectam diretamente com o sertanejo ouvindo no interior de São Paulo.

A esse processo de mudanças nas subjetividades, também se somam histórias de alteração “negativas” no status social, como mostrado por Frazão (2009), e também visto em campo, os trabalhadores que retornam doentes também são alvos de novos processos identitários. Para esses trabalhadores o que dizem do passado é confrontado com o presente. São muitos os trabalhadores que se acidentam na atividade da colheita, é comum a queda da escada utilizada para alcançar os frutos, também é comum a contaminação com diversos agrotóxicos utilizados pelos produtores no combate as pragas que assolam o pomar.

Assim, como no estudo de Frazão (2009, p.159) entre os cortadores de cana-de-açúcar “as doenças adquiridas da experiência laboral (...) promovem reconstruções identitárias”, na medida em que altera definitivamente as possibilidades de atuação em atividades que antes eram dotadas de significados, com o trabalho na roça que os identificava enquanto sujeito de suas histórias. Há nesse sentido a imposição de uma identidade que pejorativamente os marca pela ideia de “invalidez”.

A cidade de Matão/SP é conhecida popularmente como “Terra da Saudade” devido ao hino municipal “Saudades de Matão”⁷¹, e possui atualmente 77.270 habitantes (IBGE, Censo Demográfico 2010). Localizada no centro-leste do Estado de São Paulo e com uma história perpassada pela lógica agroindustrial – café, laranja e cana-de-açúcar respectivamente e de forma não excludente –, a cidade é atualmente responsável por um dos maiores índices de *PIB per capita* da Região de Governo de Araraquara – R\$ 66.315,42 –, tendo 0,47% de participação na composição do PIB do Estado (SEADE, 2009), sendo também responsável por 1,3% das exportações paulistas (SEADE, 2011). Uma das possíveis razões do alto nível de concentração e riqueza do município é o fato de sua economia ser pautada no setor agroindustrial, tendo em seu território grandes empresas, com destaque para o setor citrícola: Grupo Fischer S/A ⁷²– desde 1964 – ; Louis Dreyfus Commodities; Nutri Suco S/A Industria e Comércio Ltda; Citrolife – Produção e Comércio de Bebidas Ltda, etc; entre outras empresas relacionadas ao agronegócio na produção de implementos agrícolas, tais como: Albaricci Industria Metalúrgica; Baldan Máquinas Agrícolas e Implementos Agrícolas ; Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas “TATU” S/A e, Cadioli Implementos Agrícolas.

Ademais, o município paulista é referência histórica internacional na produção de laranja, juntamente com Bebedouro/SP e Araraquara/SP (NEVES e JANK, 2006). No setor citrícola devido à intensa utilização de mão de obra, particularmente na etapa da colheita da laranja que é ainda realizada majoritariamente de forma manual, temos uma alta absorção de trabalhadores temporários:

Nenhuma outra cultura absorve tamanha quantidade de trabalhadores temporários por hectare no estado de São Paulo como a citricultura. Nas plantações de cana, por exemplo, a razão é de um emprego temporário para cada 41 hectares cultivados, ao passo que no caso da laranja a razão é de um emprego para cada 9 hectares. Este dado mostra a importância do setor na geração de empregos no campo. (Neves et al.,2010: p. 67)

Tais trabalhadores correspondem, não raramente, aos camponeses provindos⁷³ de diversas regiões brasileiras. Estes se constituem historicamente através: de processos de diferenciação social; de uma produção familiar voltada a princípio ao autoconsumo; e, a presença do trabalho assalariado como complementação da renda a fim de viabilizar a estratégia de reprodução familiar (MENEZES, 2009, p.270). A necessidade do trabalho assalariado na manutenção da unidade familiar é resultante geralmente da expropriação de terras nas regiões de origem, e condiciona a vida do migrante a uma divisão entre o tempo e o espaço, caracterizando esse tipo de fenômeno como “migração permanentemente temporária” (SILVA, 1999 e 2007), transformando-os em “(...) vidas transitórias, marcadas pelo eterno partir e chegar” (SILVA, 2007, p.174).

⁷¹ Aquém da polêmica ocasionada pelo hino matonense que segundo a tradição a música foi composta na ocasião da visita de francanos à Matão, ou vice-versa, de matonenses à Franca (ver “Polêmica A Valsa “Saudades de Matão”. In Introdução para uma História de Matão, org. Azor Silveira Leite, 1990). Temos que atualmente a palavra “saudade” na denominação da cidade poderia surtir outro sentido na vida daqueles que lá estão de forma temporária.

⁷² Abarcando desde 2011, a Citrosuco e a Citrovita constituindo assim uma concentração no setor de suco de laranja. (In: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/12/cade-aprova-fusao-da-citrovita-e-citrosuco-criando-gigante-do-suco.html>). Contudo, a fábrica da Citrovita no município anunciou seu fechamento em fevereiro deste ano, ocasionando a demissão de 111 funcionários (In: <http://g1.globo.com/sp/araraquara-regiao/noticia/2012/02/fabrica-de-suco-de-laranja-demite-111-e-anuncia-fechamento-em-matao-sp.html>)

⁷³ A migração, segundo Domenach e Picouet (1995, p.7) pode ser pensada como um processo que se desenvolve em dado espaço e temporalidade. Sendo de natureza subjetiva é condicionada a percepção de cada indivíduo que se envolve no processo migratório. Neste contexto, as fronteiras entre as modalidades de migração definitiva e temporária são questionáveis devido a sua volatilidade.

A “migração permanentemente temporária” por se tratar de um deslocamento espacial que geralmente possui períodos específicos para a migração e retorno, tem a característica de ser um fenômeno demográfico de complexa mensuração, pois está associada às condições macroeconômicas e sociais. Neste sentido, a figura do migrante é imagem e reflexo de transformações sociais maiores (DURHAM, 1984, p. 8). Por esses indicativos propomos realizar a análise acerca da migração piauiense para o município paulista através do estudo das redes sociais, afinal os sistemas empíricos de migração podem ser representados por meio de modelos de redes sociais, essencialmente por existir a condição do “retorno”, como pontua Fazito (2007, p.89). A importância e significação do “retornado” são representadas através do fortalecimento e diversificação do fluxo migratório. Sendo que é o retorno que organiza e “justifica” o deslocamento na maioria das vezes, deste modo, podemos afirmar que o retorno é a condição básica para a constituição de um “projeto migratório”, ou seja, “(...) as migrações efetuam-se, preferivelmente, com a manutenção de uma posição na sociedade rural para a qual possa voltar, em caso de insucesso” (DURHAM, 1998, p.13).

Outrossim, o retorno pode simbolizar a manutenção e reafirmação da direção migratória que se relaciona intimamente com a tradição migratória do grupo de relações primárias original, como em nosso caso, a ligação entre Jaicós/PI e Matão/SP. Ao que denominamos “cultura migratória” (FAZITO, 2007; SILVA, 2007), o ritual de passagem é dado por meio do *deslocamento*, em outras palavras, é este o processo de reconhecimento e pertencimento do indivíduo a uma dada coletividade. Deve-se, então conceber a migração não somente como um processo meramente geográfico, uma vez que tal fenômeno abrange transformações nos âmbitos sociais e culturais de pelo menos duas populações. Além de ser definida e pensada demograficamente como evento vital para regulação e integração das estruturas populacionais, a migração é um deslocamento físico, simbólico e de poder (DURHAM, 1984; FAZITO, 2007) – “(...) os deslocamentos refundam os ‘territórios’ e suas geografias pela inserção no campo social de novos sujeitos e relações sociais” (SAYAD, 1998; BOURDIEU, 1998 apud FAZITO, 2007, p.91).

Sob esta perspectiva, realizaram-se entrevistas em profundidade com migrante do município paulista, em particular, com os indivíduos oriundos do município de Jaicós/PI. De acordo com seus relatos, a migração de jaicoenses para a cidade de Matão/SP teve seu início na década de 1980 e se caracterizava pela migração de homens jovens que vinham para trabalhar na construção civil e nas indústrias de maquinário agrícola. As trajetórias dessas pessoas foram desenhadas tendo como destino primário a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), entretanto, a passagem pela RMSP aparenta ser característica das gerações anteriores de migrantes jaicoenses.

A migração para a colheita da laranja no Estado de São Paulo, por sua vez, iniciou-se na década de 2000, o fluxo acabou se intensificando nos últimos anos como nos mostram os dados referentes ao local de nascimento da população nordestina residente na cidade paulista. Notamos o surgimento do Estado do Maranhão como local de nascimento em 2010, e o aumento da representatividade do Estado do Piauí que passa a compor 26% do valor total de indivíduos nascidos no Nordeste, mas que residiam em Matão, em detrimento, aos 3% em 2000. Ademais notamos que, com exceção do Maranhão e do Piauí, todos os outros Estados Nordesteiros perderam sua representatividade percentual, exceto do Rio Grande do Norte que permaneceu com 3%.

Tabela 1 Distribuição Relativa (%) da população do Nordeste, segundo UF de nascimento, residente em Matão-SP, 2000 e 2010

UF - Região Nordeste	2000	2010
MA	0	2
PI	3	26

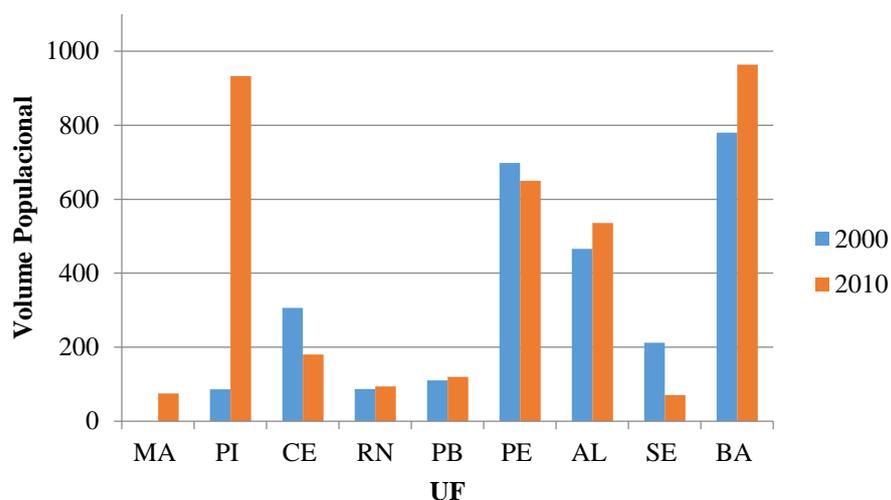
CE	11	5
RN	3	3
PB	4	3
PE	25	18
AL	17	15
SE	8	2
BA	28	27
Total Absoluto	100	100

Fonte: SIDRA-IBGE. População Residente por sexo e lugar de nascimento. Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Da mesma forma, ao analisarmos o volume populacional em números absolutos e as informações acerca dos migrantes de data fixa, aferimos que de fato ocorreu uma mudança no perfil migratório na cidade de Matão (vide Figura 1 e Figura 2). Em 2000, era majoritária a presença de baianos no município paulista, assim como, de pernambucanos e alagoanos. Já em 2010, é notório o aumento da expressividade dos piauienses que se apresentam agora a como a segunda origem nordestina de maior representatividade. Entretanto, percebe-se que potencialmente o fluxo de migrantes do Estado do Piauí se intensificou em anos recentes, como vem nos mostrando a pesquisa de campo. A Figura 2 sistematiza o percentual de pessoas com cinco anos ou mais que declararam não residir em Matão/SP na data de referência por UF de residência anterior, percebemos que os grupos de maior destaque são os Estados do Piauí, Paraná e Alagoas. Sendo que os demais Estados (Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Bahia) representam conjuntamente 21%.

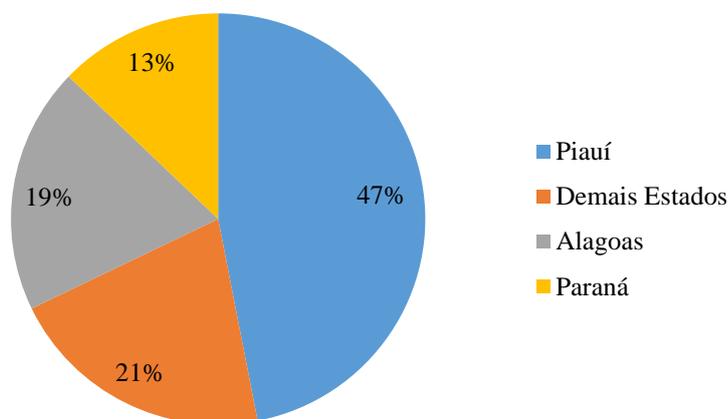
Em simultâneo, aferimos que no último Censo, a população de migrantes de data fixa em Matão, oriundos do Estado do Piauí, representavam aproximadamente 60% dos migrantes por data fixa piauienses na Região Central do Estado de São Paulo. A migração de piauienses para o interior do Estado de São Paulo permite a reprodução do núcleo familiar e se constitui como estratégia de sobrevivência para as famílias camponesas da região do Alto Médio do Canindé.

Figura 1 População Residente em Matão/SP por UF de Nascimento (Região Nordeste), em 2000 e 2010.



Fonte: SIDRA-IBGE. Dados da Amostra. Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Figura 2 Pessoas de cinco anos ou mais de idade que não residiam em SP em 31.07.2005, por UF de Residência em 2010 (Percentual).



Fonte: SIDRA-IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Ademais, em decorrência do longo período de estiagem que o Estado do Piauí vem sofrendo nos últimos anos, com destaque para os anos de 2012 e 2013, as únicas rendas das famílias piauienses camponesas provêm de programas governamentais de assistência social, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, segundo relatos. Tais fatores nos possibilitam aferir que a reprodução da estratégia familiar camponesa jaicoense pode ser potencialmente pautada na participação ativa de todos os membros do núcleo, sejam mais os jovens e/ou adultos na migração em busca de oportunidade de trabalho, seja na existência dos filhos para o benefício da Bolsa Família ou através do Benefício de Prestação Continuada, por parte dos filhos e pais.

Os “migrantes” são comumente vistos, no “lá”, como “corajosos” tanto pelas instituições públicas consultadas como para a própria população. Aqueles que “de lá” saem, possuem, geralmente, projetos migratórios atrelados ao “melhorar de vida” (MACIEL, 2011, p. 11) que podem ser traduzidos pela compra de terreno, manutenção da casa ou compra desta, bem como, pela compra da *moto*⁷⁴ e, atualmente do *carro*. Enfim, a necessidade do pequeno produtor em complementar sua renda e em alguns casos – como nos ocasionados pela seca, ou na fala dos jaicoenses da “*ausência do inverno*” – em gerar sua própria renda reflete – mas não sintetiza – um dos seus motivadores para ir até os *laranjais* na região central paulista.

Em síntese as migrações desse contingente específico de população requerem o olhar atento e cuidadoso para seus os projetos migratórios individuais e familiares, bem como, para as sucessivas idas e vindas, e, conseqüentemente, a reconfiguração de espaços e de identidades. Neste contexto, a apreensão do fenômeno migratório como essencial na construção do espaço urbano como já enunciavam os estudos de Durham (1984), Silva (1999), Menezes (2009), entre outros, é fundamental.

2.3 “Lugares de Migrantes”, “Lugares De Moradores”: Delimitando o Espaço Urbano Matonense

A divisão premeditada do espaço urbano em ‘lugares de migrantes’ e ‘lugares de moradores’ já foi outrora anunciado por Maria de Moraes Silva (1998) em *Errantes no fim do século*. A configuração do espaço se relaciona intimamente a delimitação de lugares que carregam em si estruturas simbólicas e que se caracterizam através do pertencimento a dada categoria ou classe social. Os bairros que unem a maior concentração de piauienses no município são justamente bairros formados entre as décadas de 1980 e 1990 através de loteamentos populares nos quais os terrenos foram vendidos a preços módicos, ou então, doados pela prefeitura municipal. No caso do Jardim Popular, que se localiza ao extremo sudoeste da cidade paulista, sua formação está atrelada ao estabelecimento da população migrante no município. Não é raro, encontramos a história de piauienses, pernambucanos e paraibanos que se estabeleceram no local em decorrência de adquirirem um ‘local fixo de moradia’. A moradia “fixa” dos migrantes denominados pioneiros, ou seja, dos originadores do fluxo, permitiram que o diálogo entre o aqui – São Paulo – e o ‘lá’ – Piauí – se fortificasse.

Sob este panorama, temos o caso de Aparecido, conhecido popularmente como ‘Cidão’, que foi responsável na memória coletiva jaicoense pela “descoberta da laranja” no interior do Estado de São Paulo. Sua casa se localiza em uma das principais ruas do bairro em que mora, e, recebe, não raramente, cartas de familiares e conhecidos de migrantes que estão na cidade. O indivíduo responsável pela difusão da informação se apresenta aqui ao mesmo tempo como difusor e como referência. De fato a rede migratória é inter-relacionada, os agentes que fazem parte dela se inter-relacionam e, ao fazer parte da rede migratória o indivíduo conhece simbolicamente ou por meio de referências os pioneiros, os responsáveis pela contração – “turmeiros” – e também os ‘donos’ dos meios de transporte entre a ‘origem’ e o ‘destino’. Assim, a rede migratória se faz presente desde o momento da constituição do projeto migratório na ‘origem’ até o momento da chegada ao ‘destino’ e, posteriormente, no momento do *retorno*. A rede migratória é, ao mesmo tempo, sustentada pelo ideário coletivo do trabalho e da conquista, os ‘vencedores’ do fluxo mais antigo são aqueles que conseguiram se estabelecer no destino e hoje servem como referência do que deu certo, ou então, aqueles

⁷⁴ Segundo nossas pesquisas de campo no “destino”, ou seja, na cidade paulista o meio de locomoção mais apontado, entre a zona rural e urbana, é a *motocicleta*. Pensamos que em razão disso é que muitos apontam a moto como “sonho de consumo” ou “primeira aquisição pós-safra”. Além disso, é esta que permite o “empoderamento” dessa população: afinal, é por meio desta que se chega à cidade.

que conseguiram “melhorar de vida” na origem através da reforma da casa, da compra de um meio de transporte, etc.

Em síntese, a predominância de piauienses no município de Matão/SP está, então, atrelada à presença de *redes sociais* responsáveis pelo diálogo do “aqui” e do “lá”. Durham (1984, p. 10) já nos indicava que a compreensão dos fenômenos migratórios torna-se possível graças ao estudo do trabalho – que permite a integração social dos migrantes – e da família – que formula a rede de apoio. Tanto o trabalho quando a família são peças fundamentais na constituição das condições de permanência no local de destino, assim como, na criação de potenciais vínculos (DE PAULA et al, 2005, p. 12). Além disso, o conhecimento prévio do local de destino e dos bairros de “piauienses” através das redes permite a criação de laços e a sensação de pertencimento (Marandola e Dak Gallo, 2010, p. 411). Morar no Jardim Popular, ou no Jardim do Bosque simboliza o ‘pertencimento’ simbólico e social à uma dada rede migratória específica, o que ao mesmo tempo os diferencia dos alagoanos que trabalham na colheita da laranja, mas, residem em outro bairro (MACIEL e PEREIRA, 2012).

Ademais, os bairros que possuem maior concentração de migrantes piauienses assim como o bairro que possui a maior concentração de migrantes alagoanos possuem um fácil acesso à Rodovia Estadual Washington Luis, o que nos leva a indagar sobre a posição estratégica da população migrante no município tanto na ótica da empresa – pois facilita o transporte dos trabalhadores visto que a colheita da laranja é comumente realizada nas cidades adjacentes à Matão/SP – quanto da própria população que visualiza sua contratação somente efetivada quando reside nestes bairros ou em suas proximidades.

Podemos assim afirmar, em linhas gerais, que ao urbano se estabelecer como materialização da divisão social do trabalho (OLIVEIRA, 2012), este enuncia a divisão da cidade através da configuração de bairros que abrigam, majoritariamente, a população que se apresenta como moradora tradicional do município, a qual se caracteriza em geral como trabalhadores urbanos e, em bairros que contam com a presença dos trabalhadores rurais-urbanos (MACIEL, 2011, p. 20), em nosso caso, migrantes que trabalham como colhedores de laranja. Dado que a circulação de mercadorias, informações, indivíduos e capitais é reflexo da divisão espacial do trabalho que, por sua vez, se pauta no dinamismo regional podemos aferir que a mobilidade da população é um dos produtos das dinâmicas regionais (OLIVEIRA, 2012, p. 40).

Deste modo, a migração de piauienses para o interior do Estado de São Paulo simboliza o alto dinamismo econômico regional, ao mesmo tempo em que a economia da região é construída e viabilizada também pela atuação desses trabalhadores na “ponta” do processo produtivo das agroindústrias. Em outras palavras, podemos afirmar que a mão de obra migrante é fundamental, sobretudo, para o dinamismo econômico do país que se atrela ao êxito do modelo exportador agrário/agrícola (PEREIRA e TROIANO, 2013).

Em síntese, a dinâmica migratória é como já exposto anteriormente, perpassada pelas modificações socioeconômicas e estruturais da sociedade. Entretanto, os indivíduos que têm suas trajetórias de vidas mediadas pela migração não podem ser descritos meramente como personagens passivos deste processo. A compreensão dos motivacionais da migração, bem como, a escolha do destino é essencial para a apreensão do movimento migratório em sua totalidade. Para tanto, se faz necessário o estabelecimento de análises a partir de perspectivas que abarquem o ‘sujeito migrante’ como agente social, ou seja, como indivíduo consciente de suas ações e projetos, ao mesmo tempo em que este ressignifica o espaço no qual se faz presente, seja através dos ‘novos’ espaços de convívio criados e recriação de seus espaços de vida no ‘destino’, seja pelas novas práticas culturais e de consumo inseridas na ‘origem’.

2.3 E quando “ser morador” é ser migrante: Processo de diferenciação na comunidade de origem e sociedade das casas fechada

Como demonstrado no item anterior, as divisões espaciais no local de destino são de extremamente relevante para entender o desenho do processo migratório e o mercado de trabalho na qual se inserem os migrantes do Piauí em Matão. Porém, há também outros processos sociais que se desenvolvem no local de destino que devem ser desvendados para notarmos a complexidade desse processo, assim um aspecto relevante para questão é a maneira como a comunidade de origem se apresenta na ausência dos migrantes.

Menezes (2002) enfatiza que nas comunidades rurais do sertão da Paraíba a migração garante a reprodução social das famílias e da terra no local de destino, visto que os trabalhadores rurais enviam dinheiro para suas mulheres e filhos que ali permanecem. No caso estudado, nas comunidades rurais do município de Jaicós, registramos diferentemente do caso tratado por Menezes (2002), que a migração para a colheita da laranja atinge majoritariamente famílias inteiras, ou seja, são poucos os casos em que apenas um membro migra. Assim, o fechamento das casas durante a estada em Matão é uma constante. Em alguns interiores há a formação de uma verdadeira “sociedade de casas” fechadas, em que a presença simbólica do morador contribui para a cultura migratória local, visto que ela também se torna motivo de ostentação e diferenciação social, a mesma é uma casa de migrante, e representa a modificação no status social familiar. Na maioria das vezes as primeiras reformas realizadas na casa são aquelas que se referem a faixada voltada para a rua, onde simbolicamente se apresentam socialmente.

Assim a “casa” numa abordagem lévistaussiana, torna-se uma pessoa moral, possuindo a capacidade de articular princípios e organizar as relações dentro da própria comunidade rural, no caso tratado.

Para alguns moradores, geralmente mulheres mais velhas, crianças e senhores aposentados ou invalidados, as casas dos migrantes deram nova vida a comunidade, visto que as mesmas muitas vezes ainda em construção representa a permanência simbólica da família. As casas “fechadas” são uma vez por mês abertas e limpas, esse serviço é contrato pelo morador que está atuando na safra em Matão, são inúmeras as entrevistas, principalmente realizadas com mulheres, que relatam o desejo que a casa permaneça com se elas estivessem lá, visto que isso reforça o laço de pertencimento com o local de origem, para que quando chegarem às casas elas possam ter o sentimento de nunca saído delas, por meio, desse dado etnográfico verificamos que tempo e espaço, são reaproximados no processo migratório.

Considerando as poucas oportunidades econômicas encontradas na região, os anos de estiagem e a impossibilidade dos pequenos proprietários de manterem suas roças, podemos voltar ao argumento de Menezes (2002), em que a migração aparece como condição para permanência, mesmo que ela seja em alguns períodos do ano. Em Matão, quando as famílias são entrevistadas é como se elas estivessem permanentemente em uma situação de deslocamento (MACIEL, p.9, 2013), em que a estada em Matão se remete a Jaicós, a suas casas, aos objetos e a própria comunidade, e quando os migrantes são entrevistados em Jaicós, a existência se remete, nesse momento a Matão, é nesse sentido em que verificamos a constância do estar no mundo de maneira deslocada.

Assim, em Jaicós, é nos permitido pensar que a condição de permanência pressupõe a migração “permanentemente temporária” para Matão ou para outras regiões, a migração aparece como a condição para o “estar”, e, por fim, anualmente entre fevereiro e março a “Terra do galo” – Jaicós – espera o retorno mesmo que temporário daqueles que partiram para a safra.

3 CONCLUSÕES

A migração se comporta no país, de acordo com Menezes (2009) como experiência histórica de reprodução social do campesinato nordestino, ou seja, o assalariamento no destino se constitui como uma das múltiplas estratégias de reprodução social. Na cidade paulista, o trabalho nos pomares representa, em alguns casos, a concretização de projetos migratórios, exemplificado na fala de “fazer a casa crescer”, “comprar a terra própria”, entre outros discursos. Em decorrência da ausência de “inverno” – período de chuvas após o plantio – nestes últimos anos no Piauí os trabalhadores se referem ao trabalho no campo na origem como “perdido”. Neste sentido, assistimos uma intensificação do fluxo de piauienses na região desde 2000. Por se tratarem de migrações majoritariamente “permanentemente temporárias” (Silva, 1998), estima-se que aproximadamente três mil jaicoenses migrem todos os anos para trabalharem na safra da laranja em Matão/SP, o que corresponde a cerca de um a cada seis moradores da cidade de Jaicós/PI envolvido no processo migratório para o interior paulista.

A construção social acerca da relação entre a cidade piauiense e o município paulista é presente em distintos discursos em ambos os locais, o que corrobora para a percepção da dependência histórica entre as regiões brasileiras. Por fim, é perceptível que o fluxo migratório se estruturou ao longo dos anos por intermédio das redes sociais e pelo poder simbólico do retorno, a exemplo das expressões utilizadas por esses indivíduos que relacionam suas aquisições materiais ao trabalho rural realizado em São Paulo.

As migrações internas no Brasil passaram por reconfigurações significativas nos últimos trinta anos, os fluxos internos são menos relevantes que no passado, porém ganharam maior complexidade e desafia o pesquisador na sua identificação e mapeamento, essa complexidade é pautada por novas e velhas formas de deslocamentos que contemplam modalidades diversas como as circularidades, rotatividades, migração de retorno e movimentos pendulares. A partir dessa constatação é necessário rever e rediscutir os estudos migratórios. Assim, a apreensão do fenômeno migratório a partir de abordagens que contemplem somente uma espacialidade do processo (origem ou destino) se tornou problemática.

A abordagem da dinâmica migratória a partir da compreensão da relação entre os espaços de origem e destino se faz possível a partir das redes de relações estabelecidas entre tais agentes migratórios, ademais, a permanência tem se relacionado cada vez mais ao acesso às políticas públicas, aos bens de consumo, bem como, a presença de uma rede de apoio. O artigo tentou apresentar reflexões sobre a condição migratória de trabalhadores rurais do interior do Piauí para a colheita da laranja em Matão no Estado de São Paulo. O que mais nos chama a atenção é a capacidade desses sujeitos sociais lidarem com dois espaços de estada tão diversos e possuírem vidas assim fragmentadas pelo tempo-espço. Assim, os migrantes desenvolvem uma capacidade de articularem e darem sentido aos territórios as quais circulam. As permanências migrantes alteram a dinâmicas interna tanto da origem quando do destino migratório. As permanências dos migrantes são marcadas pela expectativa de “melhorarem suas condições de vida”, o que nem sempre significa apenas melhorarem sua condição financeira, mesmo essa sendo, a principal motivação citada pelos migrantes quando são entrevistados.

Bibliografia

BAENINGER. R (org.) **População e Cidades: Subsídios para o Planejamento e para as Políticas Sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. São Paulo, Vozes, 2003.

COURGÉAU, D. **Méthodes de mesure de la mobilité spatiale. Migration internes, mobilité temporaire, navette**. Paris. Éditions de l'institut national d'études démographiques. 1988.

CUNHA, J. M. P. **A Migração no Brasil no começo do Século 21: Continuidades e Novidades trazidas pelo PNAD 2004**. Encontro Nacional sobre Migração Interna e Desenvolvimento no Brasil: diagnóstico, perspectivas e políticas. CEPAL/CELADE/BID. Brasília. 2007.

CUNHA, J. M. P (org). **Mobilidade Espacial da População: Desafios teóricos e Metodológicos para o seu estudo**. Campinas. Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP. 2011.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. **Notas de Población**, Santiago - Chile, CELADE, n.49, 1990.

DEDECCA, C.; MONTALI, L.;BAENINGER, R. (orgs). **Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais**. Estudos Regionais: Pólo Econômico de Ribeirão Preto. FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas. Março/2009.

DE PAULA, Andrea M. N. Rocha, CUNHA, M. Graças C., CLEPS JUNIOR, J. & HERLES S. Rodrigo. **Itinerários Sertanejos: Travessias nas Partidas e Chegadas do Homem no Sertão do Gerais**. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto-SP. In Anais do: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. SOBER. Brasília (DF). 2005. v. Único.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. **Las Migraciones**. Trad: Eduardo Bologna. Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba. 1995.

DURHAM, E. R. **A Caminho da Cidade: a Vida Rural e a Migração para São Paulo**. Editora Perspectiva. 1973.

ELIAS, N.; e SCOTSON, J. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**; Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

ELIAS, D; PEQUENO, R (org.) **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais. Banco do Nordeste**. Fortaleza. 2006.

FRAZÃO FILHO, F. A. Migração temporária e Pronaf na trajetória social de populações camponesas: um estudo no caso do município de Francinópolis-PI. **Dissertação de Mestrado**. Teresina: UFPI. 2009.

FAZITO, D. **Análise de Redes Sociais e Migração: Dois Aspectos Fundamentais do “retorno”**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 25. N° 72. Fev. 2010.

HALBAWACHS, M. **Morfologia social**. Tradução: Fernando de Miranda. São Paulo Saraiva Editores, 1941. [1938].

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Antropos. 1986.

MARANDOLA JR., E. E DAL GALLO, P.M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. In. **Revista brasileira Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MACIEL, L. M. **Migração e Identidade entre Trabalhadores “Rurais-Urbanos” no Interior de São Paulo**. In Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e Des (Igualdades). UFBA. Salvador (BA). 2011.

_____.; PEREIRA, G.G. **Idas e Vindas de Famílias de Trabalhadores Rurais na Região Central do Estado de São Paulo: Os Casos de Matão e São Carlos**. In Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Águas de Lindoia. 2012.

_____. Identidades sociais na migração rural – urbana para citricultura no estado de São Paulo – Brasil. In. **Anais do XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia**. Santiago, Chile, 2013.

MARTINS, J.S. **Expropriação e Violência: A questão política no campo**. 2ª Edição. Editora Hucitec. São Paulo, 1982.

MENEZES, M. A. **Migrações: Uma Experiência Histórica do Campesinato do Nordeste**. In Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias. Vol.II: Estratégias de Reprodução Social. Org: Emilia Piestrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes & Rosa Acevedo Marin. UNESP. São Paulo. 2009.

_____. **Redes e enredos** nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. ED: Relume Dumará. Paraíba; 2002

NEVES, M. F.; JANK, M. S. (coord.). **Perspectivas da Cadeia Produtiva da Laranja no Brasil: Agenda 2015**. São Paulo. 2006. (Disponível em <http://www.fundace.org.br/arquivos_diversos/agenda_estrategica/Agenda_Citrus_2015_PE_NSAICONE.pdf> - Acesso Julho/2011)

NEVES, M. F. (cord.) et al. **O Retrato da Citricultura Brasileira**. CitrusBR. Ribeirão Preto (SP). 2010

OLIVEIRA, R. D. **Mobilidade Circular de Cortadores de Cana e Divisão Espacial do Trabalho: Expressões Regionais da década de 2000**. Tese de Doutorado. Departamento de Demografia. IFCH-UNICAMP. 2012.

PEREIRA, G.G; TROIANO, J. A. **Os Atores do Rural Paulista: Um Ensaio sobre a Região Central**. In Região Central, Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo. V. 12. BAENINGER, R.; MACIEL, L. (Org). Campinas. Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP. 2013.

PÓVOA-NETO, H.; FERREIRA, A. P. **Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um Panorama dos Estudos Migratórios**. Editora Revan. Rio de Janeiro. 2005.

SCHMID, C. A Teoria da produção do Espaço de Henri Lefebvre: Em direção a uma dialética tridimensional. In. **GEOUSP. Espaço e tempo**, São Paulo, n.32 pp.89-109. 2012.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

_____. **Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas**. V Seminário Memória, Ciência e Arte: razão e sensibilidade na produção do conhecimento. PREAC, Centro de Memória da Unicamp, Centro de Memória em Educação – FE. 2007.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

TARRIUS, A. Leer, describir, interpretar las circulaciones migratorias, conveniencia de la noción de “territorio circulatório. Los nuevos hábitos de la identidad. In: **Relaciones**, verano, 2000, vol. XXI.

Outras fontes

IBGE, Censo Demográfico, 2010.

IMP – Informações dos Municípios Paulistas – Fundação SEADE.

CORRENTES E TEORIAS DA MIGRAÇÃO: REVISITANDO CONCEITOS*

*Adílio Alves Leal⁷⁵
Anete Marília Pereira⁷⁶*

RESUMO: Este trabalho contempla uma revisão bibliográfica sobre as correntes migratórias, destacando a visão neoclássica e neomarxista. Além destas, lançamos algumas teorias que tratam do tema migração. Apontamos as tendências atuais e o desafio teórico no estudo do fenômeno migratório.

Palavras-chave: Migração, Correntes, Teorias, Levantamento bibliográfico.

1 INTRODUÇÃO

As migrações fazem parte da realidade dos homens desde a pré-história, deslocavam em busca de alimentos que garantissem a sobrevivência. Com o passar do tempo, os motivos foram se ajustando aos contextos político, econômico e social de cada época, e o início do século XXI é marcado pela consolidação do modo de produção capitalista, onde a força do homem, transformada em trabalho, torna-se um dos principais componentes do capital.

O marco para estas transformações encontram registros na primeira Revolução Industrial, onde a dinâmica populacional (natalidade, mortalidade, crescimento vegetativo, fecundidade) atraiu a atenção do pesquisador Thomas Robert Malthus no intuito de compreender como ocorriam estas mudanças na sociedade, em especial, na população, e quais os seus impactos. Eram inaugurados os primeiros estudos científicos sobre população, no entanto, Malthus (1983) não se voltou, especificamente, para as questões relacionadas às migrações, fato este ocorrido a partir das primeiras “Leis da Migração”, do cartógrafo e geógrafo Ernest George Ravenstein, na década de 1880

Neste trabalho, abordamos com mais profundidade as correntes neoclássica e neomarxista com intuito de analisarmos os fluxos migratórios, a primeira corrente teve contribuições importantes de estudiosos como Ravenstein (1980), Lee (1980) e Todaro (1980); já a segunda se destacam os feitos encontrados nos trabalhos de Singer (1980), Gaudemar (1976) e Germani (1970). Além destas correntes, assinalamos, sucintamente, algumas teorias que oferecem contribuições para a discussão do tema migração. A pesquisa foi organizada a partir de levantamento bibliográfico, tendo como referência diversos clássicos sobre o assunto.

Embora tenhamos discutido com mais intensidade duas correntes que explicam o fenômeno migratório, cabe ressaltar que cada uma tem pontos positivos, ao mesmo tempo apresentam limitações teórico-metodológicas, e que existem outras teorias que privilegiam a discussão num determinado viés. Estudos apontam para uma análise contextualizada e

* Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração – ABEP, realizado em Belo Horizonte-MG nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013.

⁷⁵ Graduado em Geografia e Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Atualmente é servidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e cursa disciplina isolada no programa de mestrado e doutorado em Demografia do Cedeplar (UFMG). *E-mail:* adiliogeo@yahoo.com.br

⁷⁶ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Mestre em Geografia Humana pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente é professora do curso de Geografia, mestrados em Desenvolvimento Social e em História da UNIMONTES. *E-mail:* anetemarilia@gmail.com

interdisciplinar da migração, por este motivo, ela é assunto para a Geografia, História, Economia, Demografia, Sociologia, entre outras, dada a diversidade de conjunturas que ela abrange.

2 LOCALIZANDO O CONTEXTO DOS ESTUDOS DAS MIGRAÇÕES

Sobre os estudos especificamente voltados à migração, os estudiosos reconhecem que as primeiras investigações partiram de um documento denominado “The Laws of Migration⁷⁷”, do geógrafo e cartógrafo Ernest George Ravenstein, apresentado à Sociedade Real de Estatística em junho de 1885 (LEE, 1980). Suas pesquisas iniciaram por discordar de Dr. Willian Farr que afirmou ser o fenômeno migratório algo aleatório, sem lei definida, desprendido de qualquer contexto. Ravenstein analisou os Censos Demográficos de 1871 e 1881 do Reino Unido⁷⁸ e percebeu que existiam razões pelas quais as pessoas se deslocavam de um lugar para outro, motivos estes nem sempre voluntários, no entanto, passíveis de serem estudados de forma sistematizada. (RAVENSTEIN 1980).

O pesquisador observou que a distância entre os reinos e os condados era um fator preponderante na definição dos fluxos migratórios, além disto, os deslocamentos estavam intrinsecamente relacionados: às oportunidades que o sistema de transporte oferecia, ao contexto econômico, principalmente, a oferta e procura de trabalho, e “[...] as facilidades educacionais, a salubridade do clima ou a caresia da vida” (RAVENSTEIN, 1980, p. 26). A configuração geográfica das fronteiras também interferia nas migrações. Na visão do referido autor, aqueles condados que apresentavam,

[...] fronteiras extensas em proporção à área oferecem, naturalmente, maiores facilidades ao fluxo do elemento fronteiriço do que aqueles cujas fronteiras são reduzidas. Uma fronteira marítima extensa é geralmente um fator impeditivo, exceto quando o condado dispõe de comunicação marítima fácil com um outro com o qual se defronte. (RAVENSTEIN, 1980, p. 36)

A migração é um tipo, entre tantos outros, de mobilidade das pessoas, e é interpretada por diversas teorias, correntes e enfoques, neste contexto, elegemos dois aportes teóricos para discutirmos com mais profundidade os fenômenos migratórios, quais sejam: as correntes neoclássico-funcionalista e a neomarxista ou histórico-estruturalista.

Buscando uma organização cronológica, Becker (2006) afirma que até a década de 1970 o fenômeno migratório era concebido em um enfoque neoclássico, já Massey *et al* (1998) concordam que a corrente neomarxista atinge seu ápice de influências durante as décadas de 1960 e 1970.

A ótica neoclássica aponta para um gesto de migrar baseado na singularidade do ‘indivíduo’ em relação à sociedade a que ele pertence, na medida em que cada processo de migração está circunscrito ao encaminhamento que cada pessoa dá a sua própria vida. Neste sentido, o ato de migrar era originado a partir de uma decisão individual e racional, após a análise do custo-benefício do movimento decide-se por migrar ou não.

Becker (2006, p. 323) argumenta que:

Tal concepção levava a um modelo reduutivo da realidade onde a sociedade era considerada sob um enfoque individualizado, atomístico: cada pessoa buscava maximizar suas necessidades. A decisão de migrar era percebida como decorrente apenas da “decisão pessoal” e não pressionada ou produzida por forças socioeconômicas exógenas.

⁷⁷ “As Leis da Migração”.

⁷⁸ Formado, na ocasião, pela Inglaterra, Irlanda e Escócia. Na atualidade (2013), quando nos referimos ao Reino Unido, fazemos inferência à Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte (território da Inglaterra).

Na concepção neomarxista o fenômeno migratório é social, ou seja, governado por modelos que dependem de variáveis, entre as quais se destacam os contextos econômicos, os aspectos culturais, históricos e estruturais, bem como as questões políticas e os processos sociais. Para Singer (1980, p. 217) as migrações,

[...] são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas. Encontrar, portanto, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para seu estudo.

Lee (1980, p. 99), adepto da corrente neoclássica, dá uma significação ao termo migração, a qual se caracteriza

[...] como uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna.

Além do conceito, propõe uma análise da migração a partir do que ele denominou de “fatores do ato migratório”. Ele discute os fatores associados ao local de origem e de destino, os obstáculos intervenientes e os fatores pessoais.

A análise desse autor parte do pressuposto de que nas áreas de origem existiriam os fatores de expulsão, ou seja, àqueles que contribuiriam para a emigração, estes condicionantes podem ser positivos, negativos ou nulos. Da mesma forma, nas áreas de destino existiriam os fatores de atração, sendo positivos, negativos ou nulos. De uma área a outra existiria os obstáculos intervenientes associados aos fatores pessoais.

Existem características distintas entre os espaços de destino e de origem que influenciam na decisão de migrar. Para Lee (1980, p. 102):

Embora a migração possa resultar de uma comparação dos fatores presentes nos locais de origem e de destino, [...] não decide quanto ao ato de migrar. O saldo a favor do deslocamento deve ser suficientemente forte para vencer a inércia natural que sempre existe. Ademais, sempre prevalece, entre dois pontos, uma série de obstáculos intervenientes, que podem ser leves em certos casos e insuperáveis, em outros. O mais estudado dentre os obstáculos é a distância que, embora onipresente, não constitui, de forma alguma, o mais importante.

Além da distância como obstáculo interveniente, existem outros como: os custos de transporte e de instalação, as responsabilidades provenientes dos compromissos com as relações estabelecidas, e desta última, a quantidade de pessoas que se deslocam. Associados a estes obstáculos, existem os fatores pessoais, a relação que o migrante possui com o lugar⁷⁹ de origem, além dos estados de alerta que desencadeiam no indivíduo no ato de migrar.

Todos os fatores que afetam na decisão de migrar podem facilitar ou retardar o deslocamento, um exemplo claro seria aquele sobre o conhecimento que se tem da área ou de origem ou de destino. Lee (1980, p. 102) pontua que as:

⁷⁹ Lugar é analisado como categoria geográfica na perspectiva da Geografia Humanista que emergiu na década de 1970, sendo Yi-Fu Tuan (1983) um dos principais expoentes. É fundamentada nas concepções filosóficas da fenomenologia e do existencialismo e discute as relações de afetividade, pertencimento, subjetividade priorizando as noções de espaço vivido, lugar, mundo percebido e imaginado pelos indivíduos.

Pessoas que vivem numa área têm conhecimento imediato e, frequentemente, de longo tempo sobre tal área, sendo capazes de fazer uma avaliação meditada e sem precipitações sobre a mesma. O conhecimento da área de destino raramente é exato; de fato, algumas das vantagens e desvantagens da área somente são perceptíveis ao se viver nela. Portanto, existe um elemento de ignorância e, inclusive, de mistério sobre a área de destino, pelo que sempre se faz presente alguma incerteza acerca da receptividade que o migrante teria na nova área.

Consideramos que na contemporaneidade, nem sempre o conhecimento que se tem da área de destino é incerta, uma vez que o avanço tecnológico e a gama de informações disponíveis possibilitam ao migrante buscar referências sobre o espaço geográfico de destino.

Baseado nas Leis de Ravenstein, Lee formulou um série de proposições gerais sobre migrações, entretanto, Mata *et al* (1973), afirmam que as Leis, nunca haviam sido superadas, enaltecendo que os motivos de natureza econômica nas decisões de migrar tem uma primazia sobre os demais. Essa importância pode ser observada no seguinte recorte:

Os pontos mais interessantes das “Leis” de Ravenstein são os seguintes: 1) existe correlação inversa entre o volume das migrações de uma região a outra e a distância que as separa; 2) as migrações realizam-se por estágios, sendo que os primeiros a serem atraídos são os habitantes das regiões mais próximas; 3) os nativos do meio rural são mais propensos a migrar do que os que nascem nas cidades; 4) predominância do sexo feminino nas migrações de curta distância; 5) tendência a aumentar a mobilidade da população, em virtude da melhoria dos meios de transporte e do desenvolvimento industrial e comercial; 6) o desejo de melhorias materiais, inerentes à maioria das pessoas, é o principal fator explicativo das migrações. [...]. (MATA *et al*, 1973, p.15)

As contribuições de Lee (1980) para a (re)significação do fenômeno de migração contemplam certa categorização de variáveis que possuem papel importante na sistematização dos estudos sobre os processos migratórios. Ele propôs uma estratificação que contribui para esclarecer os processos, classificando-os em três temas gerais, a saber: o volume das migrações; o fluxo e o refluxo (ou corrente e contracorrente) e; as características dos migrantes.

1) O volume da migração dentro de um determinado território varia com o grau de diversificação entre as áreas incluídas nesse território [...] 2) O volume da migração varia com a diversificação entre os povos [...] 3) O volume da migração relaciona-se com a dificuldade de superar os obstáculos intervenientes [...] 4) O volume da migração varia com as flutuações da economia [...] 5) A menos que freios severos sejam impostos, tanto o volume como a taxa da migração tenderão a crescer com tempo [...] 6) O volume e a taxa da migração variam com o estágio de desenvolvimento de um país ou de uma área. (LEE, 1980, p.104-107)

O volume de migração está, para o autor, fortemente ligado a fatores externos, entre os quais se destaca o econômico, fazendo que o migrante se sinta afetado e esperançoso a dar respostas às suas necessidades. O local que atrai o migrante é o lugar potencial que imprime em cada indivíduo aceitar o desafio de superar obstáculos, sejam eles de ordem econômica, psíquica, social, política e/ou ambiental. O volume da taxa de migração fica regulado pelos casos de êxito e fracasso, e o modo de medi-lo pode ser feito pela permanência e aumento de fluxo. É fato que a própria migração age no sentido de gerar mais deslocamentos populacionais, afinal, é mais fácil para aquela pessoa que já migrou pela primeira vez, migrar novamente já que os laços que a prendiam ao seu lugar de origem podem ter sido superados.

No que se refere ao estrato fluxo e refluxo, Lee (1980, p. 108-110) observou que:

1) A migração tende a ocorrer, em grande parte, segundo correntes bem definidas [...] 2) Para cada corrente migratória importante, desenvolve-se uma contracorrente

[...] 3) A definição da corrente (razão entre a corrente e a contracorrente, ou a redistribuição líquida da população feita pelos fluxos opostos) é alta quando os fatores principais do desenvolvimento de uma corrente migratória são fatores negativos que prevalecem no local de origem [...] 4) A eficiência da corrente e da contracorrente tende a ser baixa quando os locais de origem e de destino são semelhantes [...] 5) A eficiência das correntes migratórias tende a ser elevada quando os obstáculos intervenientes são grandes [...] 6) A eficiência de uma corrente migratória, sendo elevadas nas épocas de prosperidade e baixa nos períodos de depressão [...]

Um local pode ser mais atrativo ou não dependendo do que ele pode oferecer ao migrante, que toma sua decisão por encontrar naquele lugar uma condição específica e localizada capaz de dar resposta aos anseios pessoais. Quando uma corrente migratória emerge, os migrantes estabelecem contatos entre membro do lugar de origem e do lugar de destino, ou seja, comunicam as oportunidades do lugar de destino e anuncia o quão atrativo ele pode ser para seus contatos. Por outro lado, eles podem usar os contatos para o desenvolvimento de novos investimentos no local de origem, e é nesse sentido que surge a contracorrente. As pessoas que migram em fluxos opostos tendem a se transferir por razões que em geral se igualam. Se os obstáculos da corrente e da contracorrente se equivalem, o que pode determinar o retorno é o grau de dificuldade para superá-los, uma vez que podem parecer fortemente indicadores de fracassos. Se os obstáculos são grandes, dificilmente uma pessoa que migra retornará ao local de origem, portanto, a corrente migratória será eficiente. Por fim, Lee (1980) observou os casos de grande incidência de refluxos em grandes centros industriais que deixaram de ser atrativos por causa de períodos de crise, mas também levou em consideração os casos de migrantes que preferiram migrar para outras áreas mais promissoras.

A respeito das características dos migrantes, Lee (1980, p. 111-113) diz:

1) As migrações são seletivas [...] 2) Os migrantes que respondem principalmente a fatores positivos prevalecentes no local de destino tendem a constituir uma seleção positiva [...] 3) Os migrantes que respondem primordialmente a fatores negativos prevalecentes no local de origem tendem a constituir uma seleção negativa; no caso de áreas onde os fatores negativos são desalentadores para grupos inteiros de população, pode até mesmo deixar de haver seleção [...] 4) Considerando todos os migrantes um conjunto, a seleção tende a ser bimodal [...] 5) O grau de seleção positiva aumenta com a dificuldade dos obstáculos intervenientes [...] 6) A propensão mais intensa a migrar em certas etapas do ciclo vital é importante na seleção de migrantes [...] 7) As características dos migrantes tendem a ser intermediárias entre as características da população do lugar de origem e da população do lugar de destino [...]

Indivíduos que já contam com uma boa condição socioeconômica no local de origem, mas migram pela possibilidade de melhorar de vida no local de destino, podem ser uma seleção positiva. Isto demonstra que nem sempre o local de origem é necessariamente um lugar de expulsão, a propósito, Singer (1980, p. 239) a discute como sendo a área “[...] onde se deram transformações socioeconômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrar”. Por outro lado, pessoas com pouca instrução ou situação financeira instável e que se deslocam por questões de dificuldades no local de origem, tendem a ser uma seleção negativa no local de destino, isto quer dizer que a seleção terá dois pontos culminantes, portanto ela é chamada de bimodal.

É importante atentarmos ao contexto no qual a teoria de Lee foi escrita, ou seja, durante a década de 1960. É certo que a definição do autor trabalha os deslocamentos populacionais como um ato tomado simplesmente pela decisão de migrar (ou não), ou seja, ir de um lugar para outro, de forma voluntária ou involuntariamente, levando-se em conta

apenas o fator de ordem econômica, no entanto, existem outros indicadores que podem prevalecer na decisão de migrar.

Michael P. Todaro foi outro pesquisador da corrente neoclássica e elaborou um modelo de explicação baseado nas migrações rurais-urbanas. Este modelo, denominado de probabilístico, media a possibilidade dos trabalhadores rurais migrarem para o setor moderno da economia urbana. A pesquisa estava vinculada ao contexto da Revolução Industrial da Inglaterra onde parcelas significativas da população rural migravam para o meio urbano. Como as Leis de Ravenstein e as teorias de Lee não levavam em consideração a ocorrência de mudanças estruturais nas economias dos países, a proposta daquele autor era algo inovador e significativo para compreender por que parcelas significativas de trabalhadores das áreas rurais se deslocavam para as cidades a procura de trabalho. Para Todaro (1980, p. 153), o processo se daria em dois momentos:

O primeiro deles corresponde à migração do trabalhador rural não-qualificado para uma área urbana onde, inicialmente, despenderia certo período de tempo no chamado setor urbano tradicional⁸⁰. O segundo estágio correspondente ao eventual engajamento desse trabalhador num emprego permanente no setor moderno. A partir desse processo em dois estágios, podem-se formular algumas indagações fundamentalmente importantes com respeito à decisão de migrar, à dimensão relativa do setor urbano tradicional e às implicações que o crescimento industrial acelerado e/ou os diferenciais alternativos rurais-urbanos de renda real apresentam sobre a participação da mão-de-obra no setor econômico moderno.

A hipótese de Todaro parte do pressuposto que o migrante encontraria emprego na área urbana, mesmo que existisse o desemprego, portanto sua decisão de se deslocar estaria assentada no cálculo econômico da renda esperada que iria receber ao passar pelos dois estágios, e não de renda imediata que auferiria após a migração. A renda esperada estará na probabilidade de se conseguir emprego, quer dizer, o primeiro estágio do migrante poderia ser marcado por desemprego, ou subemprego, mas a racionalidade em migrar se daria pela possibilidade de melhorar de situação ao transitar do setor urbano tradicional para o setor moderno. Nesta linha de pensamento, a migração era vista como um mecanismo de ajuste das economias que cresciam de forma desigual. Os deslocamentos populacionais serviriam para equilibrar as desigualdades e promover o progresso.

Gaudemar (1976, p. 18) discorda do raciocínio de Todaro porque entende,

[...] a mobilidade dos homens enquanto estratégia para perpetuar as desigualdades de espaço [...]. A migração é um fenômeno que permite à sociedade atingir o equilíbrio de conjunto possível, correspondendo à maximização da “satisfação” [...] com um custo mínimo, naturalmente, já que isso evita o de um arranjo harmonioso dos territórios.

Fica nítida a posição de Gaudemar em conceber o espaço não como algo alterado para atender às necessidades da população, e sim, aos anseios do capital. O fim das mobilidades não é combater as desigualdades, pelo contrário, é reforçá-las. Neste sentido, a migração é um fenômeno reflexo, ou seja, consequência de processos de transformações sociais e econômicas mais profundos.

Diferentemente do que propunha a visão neoclássica de migração como um ato de decisão pessoal, os neomarxistas irão dizer que as migrações são promovidas pelos movimentos do capital, Gaudemar (1976) irá falar em “mobilidade forçada”.

⁸⁰ De acordo com Todaro (1980, p. 153) “[...] o setor urbano tradicional é o que inclui todos os trabalhadores não empregados regularmente no setor urbano moderno, [...] aqueles que se acham em situação de desemprego aberto, subempregados ou ocasionalmente empregados e os que provêm sua parca subsistência através das atividades do pequeno comércio ambulante ou dos serviços pessoais informais”.

Adepto da teoria neomarxista, Singer (1980) vai pontuar que as migrações são formas de redistribuição da população em função das atividades econômicas desenvolvidas no espaço, ou seja, o contexto histórico-econômico iria direcionar as pessoas para os mais diversos locais de destino migratório. Os mecanismos mercadológicos teriam papel preponderante no direcionamento destas pessoas. As análises de Singer (1980) foram feitas, principalmente, pautadas no contexto da migração campo-cidade, por volta da década de 1970. Ele entendia que a racionalidade tecnológica constituiria a base da macroeconomia, por isto, a introdução das relações capitalistas no campo promoveria a expropriação de grande parte dos camponeses para as cidades, principalmente daqueles proprietários que não teriam capital para investir na modernização das técnicas agrícolas, bem como daqueles que foram substituídos pelas próprias máquinas.

Ao fazer leituras sobre o trabalho de Singer fica claro que o pano de fundo para as causas das migrações seriam as diferenças regionais existentes atreladas à industrialização nos moldes capitalistas. Na realidade, a industrialização sempre contempla um movimento de atividades e pessoas do campo para as cidades, no entanto, nenhum dos movimentos ocorre de forma equilibrada, pelo contrário, reforçam as desigualdades regionais de tal forma que algumas localidades ficam ermas e outras muito povoadas. Singer (1980, p. 222) ainda ressalta que,

[...] qualquer processo de industrialização implica numa ampla transferência de atividades (e portanto de pessoas) do campo à cidades. Mas, nos moldes capitalistas, tal transferência tende a ser (sic) dar a favor de apenas algumas regiões em cada país, esvaziando as demais.

As populações de regiões empobrecidas, sem oportunidades econômicas, vivenciam um cenário de péssimas condições socioeconômicas, o que favorece a emigração de grandes contingentes demográficos. Nos lugares de origem surgiriam os fatores de expulsão que se manifestam de duas formas:

Fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego [...]; e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários [...]. (SINGER, 1980, p. 223-224)

É interessante pontuar que os fatores de mudança são um processo dentro do contexto capitalista, ou seja, as novas tecnologias atingem a agricultura, trazendo, em contrapartida, aumento da produtividade. Já os fatores de estagnação resultam da incapacidade de os agricultores, em economia de subsistência, elevarem a produtividade da terra, seja pela própria insuficiência física, e/ou pela monopolização da posse da terra por grandes proprietários. Dentro desta lógica, fatores de mudança e de estagnação são processos opostos.

Singer (1980, p. 226) utiliza os conceitos de atração e expulsão para explicar o direcionamento das migrações:

Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e áreas as quais se destinam. Entre os fatores de atração o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida está não apenas como a gerada pelas empresas industriais mas também a que resulta da expansão de serviços, tanto dos que são

executados por empresas capitalistas, como os são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. De forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando “oportunidades econômicas”, que constituem um fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia perceber na área de onde provém.

A definição das áreas de destino e de origem deve ser tratada em função do tipo de abordagem que se queira enfatizar e o próprio Singer (1980) chama atenção ao tratamento que o enfoque sociológico dá a estas áreas, ou seja, um mesmo lugar pode atrair determinados indivíduos, ao mesmo que tempo que pode “expulsar” tantos outros. Fica claro que, nesta abordagem, apontar apenas os lugares de origem e destino é insuficiente para desvelar os fluxos migratórios, eles devem ser contextualizados e entendidos como processo social.

Embora Singer (1980) não tenha pontuado, destacamos a relação que as pessoas têm com o lugar de origem, afinal, ela exerce forte influência na decisão de migrar, uma vez que pode remeter aos tempos de infância, da juventude, da vizinhança, das amizades, referências estas que dificilmente serão representadas nos espaços de destino. Portanto, apesar do indicador socioeconômico na decisão de migrar, é interessante dizer que fatores pessoais também têm sua representação. A relação que as pessoas têm com o lugar de origem está relacionada com o ciclo de vida e serve para inibir as migrações, no entanto, estes vínculos podem ser superados levando o indivíduo a migrar.

Lee (1980) ressalta que muitas pessoas migram sem que para isto tenham tomado esta decisão por si mesma, por exemplo, as crianças migram, quer desejem isto ou não, pois se trata de uma decisão dos pais. A mesma situação pode ser estendida ao cônjuge que muitas vezes migra simplesmente para acompanhar o outro, em alguns casos sem vontade de mudar-se. Concluímos então que “[...] a decisão de migrar nunca é completamente racional, sendo que para algumas pessoas a fundamentação racional é bem inferior à irracional”. (LEE, 1980, p. 103).

Quanto a visão neomarxista, considera a migração como processo social, cuja análise parte do grupo e não apenas do indivíduo. A migração, enquanto processo, possui causas estruturais que incitam determinados grupos a se deslocarem no espaço, influenciados, principalmente, por fatores de ordem econômica. As migrações internas tornam-se economicamente necessárias porque serviriam como um meio de redistribuir a população de acordo com os interesses do processo de industrialização. Na visão de Brito (2009, p. 7):

Singer introduz uma novidade na análise das migrações, consideradas por ele como necessárias e positivas para o desenvolvimento do capitalismo nos países em desenvolvimento. Estabelece uma diferença entre a emigração proveniente de regiões rurais estagnadas e aquelas que têm origem nas regiões afetadas pela introdução das relações capitalistas no campo, através do progresso tecnológico. No caso dessas últimas, o desemprego tecnológico gera um excedente de mão-de-obra que migra para as cidades, aumentando a produtividade e a qualidade de vida dos que ficam.

Assim, a migração do campo foi um fator preponderante de crescimento das cidades, principal determinante do processo de urbanização, no auge da industrialização.

Germani (1970), adepto da corrente neomarxista, trabalha a migração num enfoque mais sociológico e afirma ser ela fundamental para a “mobilidade social”, afinal, é esta mobilidade que permite a transformação de sociedades “tradicionalistas” em “modernas”, num processo natural de desenvolvimento do capitalismo. A análise deste autor parte do pressuposto que a migração aconteceria na sociedade tradicional após um processo de desintegração, formariam sociedades dualistas (tradicional e moderna) e, a partir de então, surgiriam as possibilidades de mobilidade social. Somente após todo este processo é que as

peças saíam de sua “zona de conforto” e se aventurariam na nova sociedade que surgia. O autor propõe três níveis de análise dos fatores motivacionais para a migração: o nível objetivo (que compreende a análise dos locais de origem e de destino); o nível normativo (englobam as regras, pautas, valores, expectativas com relação aos lugares de origem e de destino); por fim, o nível psicossocial (levam-se em conta as características individuais no que diz respeito a motivações, personalidade, atitudes, que estão implícitos no ato de migrar, mas que mesmo assim interferem, direta ou indiretamente, no processo). Neste contexto, os fatores econômicos não eram os mais importantes na decisão de migrar, e sim, as possibilidades de ascensão social, em nível individual e coletivo.

Germani (1970) compreendia o processo migratório em uma escala estrutural, conectados com outros aspectos, tais como a industrialização e a urbanização, destacando a relevância da integração social do migrante. Na verdade, procura estabelecer uma relação histórica entre os processos de migração, industrialização e urbanização e as consequências destes deslocamentos populacionais.

Brito (2009, p. 10) critica a posição de Germani ao dizer que

No contexto de profundas desigualdades sociais e espaciais, os imigrantes, ainda que mobilizados socialmente pela sociedade moderna, não obedeceram, necessariamente, ao itinerário otimista de Germani quanto à sua integração, sendo empurrados, muitas vezes, em direção à exclusão social.

Apesar das importantes contribuições de ambas correntes, Vainer (1998, p. 828) faz a seguinte crítica:

Neoclássicos e estruturalistas mostram-se incapazes de identificar o lugar e o papel da coerção na produção e reprodução dos deslocamentos e localizações do trabalho no movimento normal do desenvolvimento capitalista. Em consequência, suas análises acabam por omitir dimensão essencial da dinâmica que subjaz a fluxos e localizações de populações.

As visões neoclássica e neomarxista tratam o processo migratório como algo voluntário, de fácil decisão, tendo, como pano de fundo as questões econômicas. Mas elas não se dão conta de que a “liberdade” de deslocamento na verdade é uma forma velada de o capitalismo direcionar estes fluxos em função de seus interesses. Ao proporcionar o êxodo rural, as pessoas se deslocam em busca de melhorias de condições de vida na cidade, no entanto, o que se encontra por trás desta conjuntura é uma apropriação do capital dos meios de produção rural, implantando suas técnicas agrícolas e selecionando apenas aqueles que possuem capital e condições de sustentar esta lógica de acumulação. A mudança à procura de melhorias das condições de vida é antes, uma desapropriação dos menos favorecidos de suas formas antigas de sobrevivência. Na cidade, não se sabe ao certo o que encontrarão, se conseguirão emprego e como se dará sua adaptação. Geralmente, ficam marginalizados⁸¹, subempregados, inseridos num contexto de trabalhos temporários. O capitalismo mantém parte de sua força de trabalho em estoque, constituindo um exército industrial de reserva e as migrações colaboram para trazer ao mercado de trabalho pessoas que antes estavam inseridas numa economia de subsistência.

Migrantes e não migrantes fazem parte deste exército de trabalhadores e ambos poderão ficar aliados da integração na economia capitalista, de participarem das organizações sociais e de usufruírem dos serviços que lhe são garantidos por lei. Parte dos migrantes poderá engajar no processo de produção social, como empresários ou assalariados, no entanto, outros

⁸¹ É importante entender a marginalidade aqui não apenas ocasionada pelas migrações, mas como um produto do próprio sistema capitalista, afinal, ele constitui reservas de força de trabalho para serem utilizadas no momento oportuno.

ficarão fora do âmbito do sistema, com baixos salários, constituindo um potencial de mão de obra para ser utilizada quando convier para acumulação de capital.

Para não perder de vista o significado das migrações no processo de desenvolvimento, é preciso evitar o erro de considerar a migração como mera transferência de pessoas de setores não-capitalistas rurais e outros setores não-capitalistas urbanos. Tal transferência constitui um estágio, necessário nas condições capitalistas, de integração da população à sociedade de classes. [...] não possui o capitalismo nenhum mecanismo deliberado de ajustamento de demanda de mão-de-obra à oferta da mesma. Ele possui, em contrapartida, mecanismos de transferência do excedente que asseguram a sobrevivência (em condições miseráveis, é claro) da força de trabalho não aproveitada. Seria importante investigar estes mecanismos de transferência e sua inter-relação com as migrações. (SINGER, 1980, p. 243)

Além das correntes neoclássica e neomarxista, existem outras que discutem o tema migração, portanto, é importante assinalar as principais ideias de algumas teorias.

A “Teoria do Mercado Dual de Trabalho” entende que a migração ocorre por uma demanda permanente de trabalhadores migrantes, inerentes à estrutura econômica dos locais mais desenvolvidos. Essa teoria entende que a migração depende da demanda por mão de obra, intrínseca às sociedades modernas industriais. Neste contexto, os fluxos de migrantes não seriam causados apenas pelos fatores de expulsão dos espaços de origem, mas também, pelos fatores de atração nos espaços receptores de migrantes. O mercado de trabalho dual é formado por dois segmentos: mercado primário, onde os empregos são mais seguros, a remuneração é maior, exige maior qualificação e existe a possibilidade de ascensão na hierarquia social; e, mercado secundário, onde os salários são baixos, as condições de trabalho são instáveis, exige pouca qualificação e não há a perspectiva de mobilidade social (MASSEY *et al*, 1998). Uma lacuna desta teoria é o fato dela ignorar as condições dos espaços de origem e apenas ressaltar os fatores de atração dos espaços de destino.

A “Teoria do Sistema-Mundo” possui como referência a tentativa de explicar as migrações “como parte da dinâmica interna de um sistema único, o mundo econômico capitalista” (MATTEOS, 2004, p.91). Ela surgiu na década de 1970 e é usada para explicar as migrações internacionais. Ela realça a distribuição desigual do poder econômico e político na economia mundial, por isto, a migração é vista como um mecanismo que permite mobilizar mão de obra barata, de forma a garantir a relação capital trabalho nos locais de destino em detrimento dos locais de origem. A teoria defende que o indivíduo é induzido, quando não obrigado, pelo modo de produção capitalista a migrar para as áreas de maior concentração de capital (CASTLES; MILLER, 2009). A limitação desta teoria está no fato de a liberdade de escolha ser relegada, portanto, vista como segundo plano, uma vez que o sistema capitalista é o grande responsável por atrair mão de obra.

A “Teoria das Redes Sociais” preconiza que as unidades efetivas de migração não são os indivíduos, mas sim, conjunto de pessoas ligadas por relações de amizade, de conhecimento, de parentesco e de trabalho. Essas relações não são criadas pelo fluxo migratório, mas são moldadas por ele, e no decorrer do tempo, são reforçadas pela experiência comum da migração (MASSEY *et al*, 1998.). Para Marques (2008, p.90), “a aplicação do conceito de rede social à abordagem dos movimentos migratórios é realizada através da teoria das redes migratórias”. Nas redes sociais, o princípio da solidariedade, subjacente a essas tessituras locais, transcende por vezes, o motivo econômico. Os laços sociais ligam comunidades de origem a específicos pontos de destino nas sociedades receptoras numa complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados.

Outra contribuição ao estudo da migração refere-se à “Teoria Institucional”. O aumento dos fluxos migratórios internacionais impõe aos governos uma necessidade de

controlar as entradas de pessoas, principalmente através de cotas de visto. No entanto, este controle não é suficiente para regular a imigração, uma vez que se tem conhecimento de entradas ilegais de pessoas, muitas vezes, por meio de um mercado ilícito formado por indivíduos e/ou instituições que aliciam estes imigrantes (MASSEY *et al.*, 1993, 2006). Os exploradores fazem promessas de trabalho, no entanto, quando os migrantes chegam aos espaços de destino percebem que foram iludidos e ficam sem recursos que garantam a sobrevivência. (CASTLES, MILLER, 2009). Neste momento, aparecem as organizações de apoio que intervêm a favor dos imigrantes, inclusive, um dos fatores que tem mantido a migração internacional prende-se essencialmente à melhoria dos direitos civis, políticos e sociais para os estrangeiros, direitos estes originados de leis das democracias liberais juntamente com as organizações/instituições internacionais destas nações.

Uma nova abordagem sobre migração teve início na década de 1990, trata-se da “Teoria Transnacional”. Ela surgiu da constatação de que os migrantes mantêm laços de ligação com a sua terra natal. No entender de Castles (1999, p. 90): “A perspectiva baseada na nacionalidade única deixou de ser apropriada num mundo em que os fluxos substituem os lugares”. Segundo Portes (1999, p. 4), o transnacionalíssimo inaugura “[...] uma nova estratégia de adaptação consequente do processo de globalização e capaz de alterar as definições de comunidade migrante e de assimilação”. A teoria parte do pressuposto que as pessoas são vistas como transmigrantes, isto quer dizer que elas mantêm contato tanto no espaço de origem quanto o de destino, portanto, operam em áreas sociais que ultrapassam as fronteiras geográficas, políticas e culturais.

3 O DESAFIO TEÓRICO E AS TENDÊNCIAS NAS ANÁLISES MIGRATÓRIAS

No período considerado por alguns autores como pós-moderno (final do século XX e início do século XXI), as modificações nos modos de produção e nos padrões de acumulação de capital estão engendrando mutações e tensões que refletem no comportamento da migração. As emigrações das regiões metropolitanas, a atração das cidades médias, bem como a migração de retorno expõem uma espécie de desvinculação com os referenciais teóricos que marcaram as migrações. Apesar dos contextos de surgimento das correntes neoclássica e neomarxista não serem o mesmo, a essência de ambas ainda resistem ao tempo: interpretar os fenômenos migratórios de forma contextualizada com os determinantes históricos, reconhecendo os fluxos decorrentes de alterações estruturais que abrangem os planos econômico, político e social; e mais, que os fenômenos estruturais determinam os movimento individuais, mas estes apenas são compreendidos num contexto de grupo e/ou classe.

A corrente neoclássica possui alguns limites em suas explicações, principalmente, no que se refere ao fato da centralidade dada ao indivíduo, este, por vez, é influenciado a migrar por questões meramente econômicas, excluindo as relações de classe e limitando a compreensão científica da migração enquanto processo social. Além do mais, percebemos uma forte tendência à perfeição, linearidade e equilíbrio do movimento quando se homogeneiza as variáveis custos, benefícios e distâncias. Assim, qualquer modalidade de migração (intra-regional, inter-regional, intermunicipal, internacional) sempre terá os mesmo motivos, causas e consequências, quando na verdade não o é.

Salim (1992, p. 138) faz mais considerações sobre as falhas cognitivas da corrente neoclássica:

[...] a migração não seria um mecanismo de resolução da desigualdade social, regional, etc: (sic) o êxodo rural não diminuiria simplesmente devido aos “ganhos de produtividade” na agricultura, porque as “necessidades” do setor urbano-industrial foram satisfeitas ou, finalmente, porque as disparidades espaciais desapareceram.

É importante ressaltar que a afirmação deste autor é pertinente, uma vez que a teoria neoclássica retrata os fluxos num modelo de transferência de mão de obra do setor rural tradicional para o urbano moderno, portanto, a mobilidade serviria como um mecanismo gerador de equilíbrio para economias em mudança, bem como um sinal de progresso econômico. Gaudemar (1976) dirá que as migrações, pelo contrário, reforçam as desigualdades e promove os desequilíbrios.

Apesar das críticas descritas por Salim (1992, p. 131), ele descreve alguns pontos positivos da corrente neoclássica:

Mesmo após essas críticas gerais, não se pode ignorar que os modelos neoclássicos, ao avançar nas manipulações de variáveis e hipóteses de acordo com os procedimentos da pesquisa empírica, podem também contribuir para uma relativa compreensão dos acontecimentos no nível do indivíduo, como i) motivação, características e mobilidades do migrante; ii) os custos da migração a nível econômico, psicossocial, da distância física e por oportunidades intervenientes, etc.

Sobre a corrente neomarxista, o mesmo autor aponta as lacunas teórico-metodológicas:

[...] i) dificuldade generalizada em superar o reducionismo econômico; ii) como o processo de acumulação determina tudo, corre-se o risco de tornar mecânico o que deveria ser dialético, ou seja, as mediações possíveis entre infra e superestrutura; iii) mesmo que os fluxos se sobreponham ao indivíduo e condicionem a *racionalidade* da sua decisão de migrar, não se procura analisar melhor a natureza do processo de tomada de decisão, em termos de “custo e benefícios” implícitos nos fatores externos, tais como sistemas urbanos, organizações corporativas, redes sociais, disponibilidade de terras e políticas tópicas, que podem intervir tanto na propensão como na direção dos fluxos; iv) fraqueza empírica dos argumentos e conclusões, principalmente por utilização inadequada de dados, não testabilidade das hipóteses e pouca exploração das variáveis demográficas. (SALIM, 1992, p. 133)

Mesmo com lacunas, a corrente neomarxista possibilita a análise dos fluxos migratórios num contexto histórico, enfatizando os fatores estruturais; relativiza os efeitos dos fatores de atração e repulsão; agrega às migrações um caráter multifário, enaltecendo os aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos; não mistifica os métodos formais de análise empírica.

Singer (1980) e Salim (1992) dizem que a corrente neomarxista, ao trabalhar com fatores de ordem social, econômico e político, forneceu-nos uma análise teórica global para os estudos das migrações, principalmente nos países “não desenvolvidos”, isto porque as transformações estruturais aconteciam muito rápidas e de forma repentina, por isto, agravavam as desigualdades regionais; ao passo que, nos países desenvolvidos, as mudanças estruturais ocorriam a partir do amadurecimento de determinadas inovações, portanto, eram mais lentas e planejadas. As teorias neoclássicas foram bem aceitas nos países desenvolvidos, uma vez que as migrações, em grande parte, não aconteciam por transformações estruturais bruscas, portanto, os fluxos se aproximavam mais de um cálculo racional e pela livre decisão de migrar.

Nesse sentido, cabe considerar as virtudes explicativas de ambas correntes, mesmo porque, quando combinadas com outras abordagens teóricas mais recentes, oferecem bases epistemológicas para a elaboração de novos conhecimentos. Santos *et al* (2010, p. 04) afirmam que

[...] nenhuma teoria, por si só, é capaz de abranger todos os aspectos de um fenômeno complexo e multifacetado como o fenômeno migratório, sendo a combinação de abordagens teóricas a maneira mais eficiente de analisar a migração.

Continua dizendo:

Não se crê na possibilidade de construção de uma única teoria sobre migração que venha, de alguma forma, abarcar todos os fragmentos teóricos já produzidos. Toda análise do comportamento humano está sempre condicionada a um contexto específico, espacial e temporal, no qual esse comportamento ocorre. (SANTOS *et al*, 2010, p. 16)

As facilidades de deslocamentos contribuem para uma infinidade de destinos migratórios, influenciados por diversos motivos, explicados por velhas e novas tendências que se difundem no tempo e no espaço.

Tomando por referências as várias leituras de trabalhos sobre o tema, é possível compreender que os deslocamentos migratórios correspondem, em sua maioria, à procura de um mercado onde se possa comercializar a força de trabalho, visando sua reprodução. É também a expressão de relações sociais sob domínio do capital, sendo, portanto, necessário compreender a lógica de acumulação. Soares (2002) comenta a importância conferida às redes de solidariedade, principalmente pela necessidade de considerar os processos sociais que direcionam a seletividade da dinâmica migratória. Além do mais, existem outras motivações, tais como a busca por melhor qualidade de vida, educação, saúde, que direcionam os fluxos.

Apesar de as migrações estarem relacionadas à falta de opção de trabalho nos locais de origem, aliada à ideia de melhores oportunidades de trabalho no espaço de destino, Matos (2009) pontua que os migrantes não se movem apenas por estes motivos, mas também pela procura de oportunidades difusas, e o emprego formal é apenas uma delas, nem sempre a mais importante, uma vez que proporções elevadas de trabalhadores estão na informalidade.

Os fluxos migratórios internos constituem um dos mais importantes aspectos do complexo processo de urbanização, não apenas porque a maior parte do crescimento demográfico urbano seja causada pelos movimentos, mas também em virtude da própria migração, como processo social, ser uma expressão de mudanças em escala mundial. A busca da garantia mínima de sobrevivência e a ascensão socioeconômica são fatores que contribuem para os fenômenos migratórios, afinal, estes movimentos (re)criam arranjos socioespaciais que terão reflexos em várias dimensões do espaço geográfico: uso e ocupação do solo, dinamização do mercado de trabalho, aumento da demanda por serviços básicos (escolarização e saúde).

O geógrafo Maximiliem Sorre (1984, p. 126) diz que migração é a “[...] expressão da mobilidade do ecúmeno”, portanto, o conceito nos remete ao estudo dos deslocamentos do homem no espaço terrestre e seu entendimento enquanto processo que se preocupa em compreender a essência dos movimentos e não apenas de onde sai e para onde vai.

Braga e Fazito (2010, p. 3) dizem que os especialistas,

[...] discutem que a interação entre as velhas e novas tendências da mobilidade populacional vêm estabelecendo os contornos de um novo padrão nas trocas migratórias internas, ou mesmo de novos padrões, já que a característica essencial dos movimentos populacionais na virada do século é a multiplicidade de contextos [...].

Finalizamos este tópico reafirmando a importância dos estudos das migrações numa análise interdisciplinar, afinal, elas estão definidas em termos tão amplos que, por eles mesmos, poderiam apreender outros tantos.

4 CONCLUSÕES

A princípio, a proposta que permeava este trabalho seria de empreender um esforço de revisão teórica com intuito de trazer à tona, todas as correntes migratórias, enaltecendo as possibilidades explicativas e os limites teóricos de cada uma. No entanto, após as diversas leituras, concluímos ser inviável a proposta inicial uma vez que entre as correntes de estudo são muitas e não há uma singularidade quantos aos seus objetos de análise e de classificação.

Num momento de transição como o nosso, coexistem processos antigos e novos de migração, possivelmente nenhuma explicação daria conta de abarcar a todos, mas é importante buscar compreender o fenômeno migratório para além da mera descrição ou como algo capaz de receber modelagens matemáticas e estatísticas, mas entendê-lo como processo social, econômico e político onde todos estão inseridos, só assim, juntamente com evidências empíricas, conseguiremos fornecer elementos para produção de conhecimentos sobre os novos movimentos migratórios.

Concluímos que as correntes sobre migração não são excludentes, pelo contrário, elas se completam, e nesta fase de intensa produção científica sobre o assunto, seria interessante estudar os movimentos sob a ótica de várias teorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 2ª edição. P. 319-367.

BRAGA, Fernando; FAZITO, Dimitri. Análise de redes sociais e as conexões territoriais da migração no Brasil: padrões estruturais da migração interna entre 1980 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2010, Caxambú-MG. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2010. Disponível em <<http://www.abep.org.br>> Acesso em 14 de julho de 2011.

BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 6, 2009, Belo Horizonte. Migrações: fronteiras conceituais. **Anais...** Disponível em <<http://www.abep.org.br>> Acesso em 26 de agosto de 2011.

CASTLES, Stephen. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. London: Macmillan, 2009.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

GERMANI, Gino. **Sociología de la modernización**. Buenos Aires: Paidós, 1970.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, Hélio Augusto (coord.). **Migração Interna**. Textos selecionados. Tomo 1. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

MALTHUS, Thomas R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**: ensaio sobre a população. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 384p. (Os Economistas)

MARQUES, José. C. L. **Os portugueses na Suíça**: migrantes europeus. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

MASSEY, Douglas S. *et al.* Theories of International Migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-66, set. 1993.

_____. **Worlds in motion**: understanding international migration at the end of millenium. Oxford: Clarendon Press, 1998.

_____. Theories of International Migration: a review and appraisal. In: A. L. Ed. by MESSINA, **The Migration Reader Exploring Politics and Policies**. (pp. 34-62). London: Lynne Rienner, 2006.

MATA, Milton da; CARVAHO, Eduardo Werneck R. de; SILVA, Maria Thereza L.L. Castro e. **Migrações Internas no Brasil**: aspectos econômicos e demográficos. Rio de Janeiro: IPEA/INPES - Coleção Relatórios de Pesquisa, 1973. 218p.

MATOS, Ralfo. Fatores de fixação em cidades intermediárias e percepção dos habitantes. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 6, 2009, Belo Horizonte. Migrações e Desenvolvimento Territorial. **Anais...** Disponível em <<http://www.abep.org.br>> Acesso em 26 de agosto de 2011.

MATTEOS, Natalia. R. **Una Invitación a La Sociologia de Las Migraciones**. Barcelona: Bellaterra, 2004.

PORTES, Alejandro. **Migrações internacionais**: origens, tipos e modelos de incorporação. Oeiras: Editora Celta, 1999.

RAVENSTEIN, E. G. As Leis de Migrações. In: MOURA, Hélio Augusto (coord.). **Migração Interna**. Textos selecionados. Tomo 1. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, v.3, p. 119-144, 1992, São Paulo. **Anais...** Disponível em <<http://www.abep.org.br>> Acesso em 18 de janeiro de 2013.

SANTOS, Mauro Augusto dos; *et al.* Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. **Texto para discussão 398**. CEDEPLAR: Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2013.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o estudo. In: MOURA, Hélio Augusto (coord.). **Migração Interna**. Textos selecionados. Tomo 1. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

SOARES, Weber. Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional em Valadares e Ipatinga. 2002, 344f. **Tese** (Doutorado em Demografia) - CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2002.

SORRE, Maximilien. Migrações e mobilidade do ecúmeno. In.: MEGALE, Januário Francisco (org). **Max. Sorre: Geografia**. São Paulo: Ática, 1984, p. 124-139.

TODARO, Michael P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, Hélio Augusto (coord.). **Migração Interna**. Textos selecionados. Tomo 1. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VAINER, Carlos B. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 1998. p. 819-835. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a153.pdf>>. Acesso em 27/06/2012.



Ricardo Rippel

<http://lattes.cnpq.br/7033199508468805>

E-mail: ricardorippel@yahoo.com.br

Pós Doutor pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-2005); Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR-1995), Especialista em Teoria Econômica (UFPR-1989) e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - 1985).



Jonas da Silva Henrique

<http://lattes.cnpq.br/1230913050557386>

E-mail: jhenriquebass@gmail.com

Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócios – PGDRA na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – 2014), Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – 2013).

REALIZAÇÃO



APOIO



ISBN: 978-85-85543-29-7